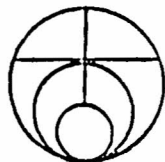
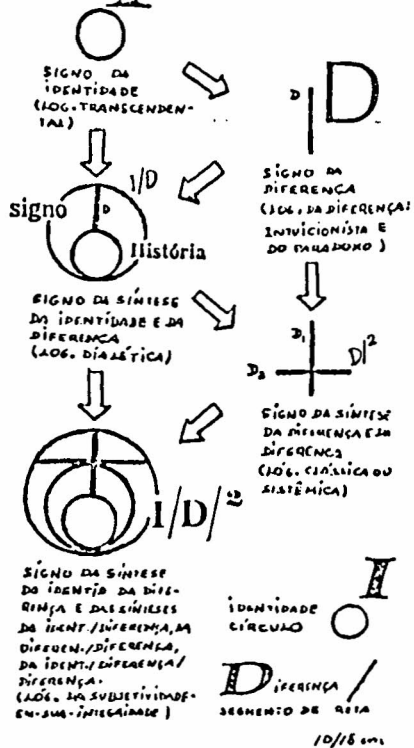
LÓGICA E ECONOMIA

LUIZ SÉRGIO COELHO DE SAMPAIO

INSTITUTO CULTURA-NOVA

INSTITUTO CULTURA-NOVA

E Iahweh Deus o expulsou do jardim do Éden para cultivar o solo de onde fora tirado.

Gn 3,23

Peut-on penser l'existence moderne en oubliant l'économique? Quels sens ont les questions de la philosophie éternelle dans un univers si différent du passé? Ne peut-on construire une compréhension economique qui se comprenne enfin elle-même? Et une philosophie pratique qui aide à mieux vivre ce monde ivre d'économie? Sujets qui, comme d'autres, requièrent la double culture économique et philosophique, et l'interfécondation de ces deux savoirs et façons de voir.

Pourtant, économie et philosophie ont le même objet, l'homme.

KOLM, S-C. em Philosophie de l'économie

PREFÁCIO

A Economia está hoje entrando num momento de grande inquietação quanto aos seus métodos, resultados, e sua própria significação como ciência da realidade. Enquadram-se nesse contexto o artigo seminal de Boland *A Critique of Friedman's Critics* – 1979, em que põe a nu o elevado despreparo dos economistas no que se refere à moderna epistemologia, e a contribuição de Mac Closkey *The Rethoric of Economics* – 1983, que se aproxima, nessa disciplina, do anarquismo epistemológico de Feyerabend. O número especial de *Ricerche Economiche* – 1989, com a contribuição de especialistas de todo o mundo, e a publicação recente de livros como Boland *The Methodology of Economic Model Building* – 1989 e Glass e Johnson *Economics – Progression, Stagnation or Degeneration* – 1989, apontam no mesmo sentido.

O trabalho de Luiz Sergio Coelho de Sampaio: *Lógica e Economia* cria, pelo seu título, a impressão inicial de se tratar de contribuição na mesma linha. Já nas primeiras páginas, todavia, fica patente que se trata de algo diferente e bem mais ambicioso. O trabalho examina a realidade econômica em sua correlação com diferentes tipos de lógica.

O autor identifica duas lógicas fundamentais: lógica da simples identidade (ou lógica transcendental) e lógica da simples diferença (ou da diferença). Existem, a par disso, duas lógicas compostas: lógica dialética e lógica da diferença da diferença (ou lógica clássica). Temos, além dessas, a lógica da subjetividade em sua integridade que constitui a lógica básica do ser pensante. Ela abrange e supera todas as outras não tendo, todavia, existência concreta no contexto histórico-cultural, passado e presente.

Para Sampaio, o homem é capaz de vários modos de pensar correspondentes às lógicas possíveis que, por sua vez, correspondem a modos de realidade. Ou ainda, segundo ele, ser e pensar se correspondem, havendo tantos modos de realidade quantos são os modos de pensar.

Com base nisso, que poderíamos chamar de um novo paradigma analítico, Sampaio vai se debruçar sobre a realidade econômica, com colocações e ilações extremamente originais.

Analisa as etapas lógicas do desenvolvimento. A primeira é a fenomênica, dominada pela lógica da simples identidade, e correspondente à fase pré-econômica. A etapa seguinte, que vai dos primórdios ao feudalismo, é dominada pela lógica dialética. A terceira etapa, subjetiva, vai do feudalismo à modernidade contendo elementos da lógica transcendental e da lógica clássica.

A análise é especialmente interessante no que se refere ao Capitalismo. Neste, a lógica clássica vai permitir o surgimento da ciência. A aplicação desta no aumento da produtividade faz com que a acumulação de riqueza da Antiguidade se transforme em acumulação de capital. Em linguagem puramente econômica se diria que o incremento da produtividade determinado pelas inovações tecnológicas neutraliza os rendimentos decrescentes resultantes do acúmulo de capital por trabalhador. Na sociedade moderna tudo vai, assim, girar em torno do aumento da produtividade. Esse aspecto, que constitui ponto central do ensaio, é importante porque nas análises dinâmicas modernas, conforme assinalam Simonsen e Cysne, *Macroeconomia* — 1989, o aumento da produtividade (resultante dos investimentos em pesquisa tecnológica) é largamente esquecido.

Para Sampaio, as sociedades antigas eram duais, divididas entre trabalhadores e controladores dos meios de produção. A sociedade moderna é ternária compondo-se de trabalhadores, classe média e burguesia. Nesta, a classe média não se distingue (como, por exemplo, em países subdesenvolvidos) apenas pelos seus padrões de vida. Ela tem função própria fundamental que consiste em garantir o constante aumento da produtividade. Contribuem para esse resultado:

a) o pessoal engajado na conservação e aumento da produtividade;
b) o pessoal engajado no desenvolvimento tecnológico;
c) o pessoal engajado na formação de trabalho especializado;
d) o pessoal engajado no ensino básico universal.

O Capitalismo deverá evoluir para uma — economia nova — levado pelos corolários inexoráveis da informatização. Sampaio recapitula a evolução que leva a esse resultado. Inicialmente o homem trabalha com suas próprias mãos, em seguida utiliza a ferramenta e depois a força animal. Nesta etapa a função do homem já é informacional, ou seja, de domesticar, adestrar e conduzir o animal. Na etapa seguinte surge o motor e a função informacional se faz pelo controle da máquina sendo a energia diretamente inserida nela. Na economia nova o homem será liberado da própria função informacional. Esta será, cada vez mais, inserida na máquina, através do computador.

Na economia moderna, as lógicas transcendental e clássica, apenas coexistiam. Na economia nova , tornar-se-ão integradas. As características básicas dessa economia deverão ser as seguintes:

a) o capital perde sua autonomia desaparecendo o mecanismo automático da cega acumulação;
b) haverá uma cultura nova: a mudança não será um processo puramente econômico mas um processo cultural;
c) o consumismo desaparece (com isso ficamos livres não só de uma neurose mas de uma psicose paranóica).

Essa visão final coloca Sampaio, dentro de certa medida, numa linha de análise que me parece especialmente fascinante no pensamento de Marx. O seu estágio comunista da sociedade (consagrado por Lenine em *L'État et la Revolution*) em que os bens são distribuídos de acordo com as necessidades, só pode ser interpretado como aquele em que o progresso econômico, permitindo o equilíbrio entre disponibilidades e necessidades, torna todos

os bens — livres —. Nesse momento, a — cega acumulação — se torna desnecessária e o — consumismo — deixa de ter sentido por-que todos os bens se acham amplamente disponíveis. O capitalis-mo, como muito bem previu Sampaio, desaparecerá, não pela vio-lência mas por deixar de ter razão de ser.

A indagação que fica é a seguinte: o consumismo ditado pe-los chamados efeitos de Imitação, Snob e Veblen, é uma constan-te psicológica das sociedades modernas, inclusive as do mundo comunista não podendo, consequentemente, ser explicado somente pelas técnicas de *marketing*. Como então poderá ser eliminado? A meu ver a resposta implícita em Sampaio é a seguinte: na so-ciedade nova predominará a lógica da subjetividade em sua inte-gridade e esta é, certamente, incompatível com a neurose-psico-se do consumismo.

A *Lógica e Economia* não é para leitores de fim de semana. É um trabalho para ser lido, relido e meditado. Pouca coisa se tem escrito ultimamente no Brasil em relação a qual se possa dizer o mesmo. Donde a excepcional importância da contribuição de Sampaio.

João Paulo de Almeida Magalhães

Í N D I C E

INTRODUÇÃO

Este volume faz parte de uma trilogia – sempre as trilogias! – dedicada a cada um dos aspectos objetivos do ser-social, que bem sabemos, são o cultural, o econômico e o político.

A conjunção que faz o título deste trabalho diz bem de nossa intenção, desde que compreendida ao pé da letra. Utilizamos aqui o termo **lógica** em sua acepção técnica e não naquela bastante comum que denota genericamente essência ou fundamento. O que queremos realmente dizer, e mostrar, é que por traz dos principais conceitos da economia está a lógica em pessoa. Isto é o mesmo que afirmar que estes conceitos possuem uma boa dose de determinações lógicas, isto é, a priori. Não será surpresa para nós que isto soe escandalosamente a muitos ouvidos, em particular, aos dos especialistas da área, ciosos de seu cientificismo-empirista e seu sofisticado arsenal de "técnicas" estatísticas. Não importa o escândalo,pois assim é realmente, como evidenciaremos à larga, no curso deste volume. Isto não ocorre apenas com os conceitos básicos da economia, mas igualmente com as grandes opções teóricas, vale dizer, com as doutrinas econômicas; estas, também veremos, são fortemente determinadas pelas lógicas.

Pode ser que o que vamos dizer agora pouco sirva de consolo, mas esta forte pré-determinação lógica não existe só com relação à economia. A encontramos no estudo da psicologia, na etnologia, na política, na semiologia, e até mesmo na física como mostramos em estudo específico sobre o assunto.

As considerações acima, que dão à lógica um papel assim tão proeminente na edificação dos diversos campos do saber, só podem ser adequadamente entendidas se soubermos reconhecer as verdadeiras dimensões da lógica. Isto não pode ser feito, entretanto, com a leitura dos manuais correntes de lógica, que via de regra, reduzem a lógica a mera gramática formal, ou seja, matemática. Para nós, lógica é bem mais; ela é uma teoria com objeto, o pensar correto. Obviamente, pensar correto não é apenas pensar formal, mas pensar que desvela seu "objeto" próprio, enfim, pensar que se dá o que pensar. Por isso, tornou-se necessário que agregássemos ao final do volume um anexo sobre lógica denominado *Noções elementares de lógica* . O leitor que não conheça ainda algum de nossos escritos sobre o assunto precisará lê-lo previamente com certa atenção.

Mas por que um trabalho nesta linha? Diríamos que ele tem um endereço certo: o leigo. Poder-se-ia objetar que pululam por aí os manuais introdutórios de economia para leigos; porque então mais um?

Para responder é preciso que nos entendamos sobre o que deva significar a palavra leigo. Leigo, para nós, não é positivamente aquele que se escuda por trás deste qualificativo para ganhar o direito de dizer ou perguntar besteira; nem é também alguém, por suposto ignorante, a quem se pode sem susto falar ou responder com asneiras. Leigo, para nós, é alguém que não sabe, mas já sabe que precisa saber aquele mínimo suficiente para poder julgar por si, pelo menos, da coerência do especialista, mormente num assunto que lhe afeta sob múltiplas e fundamentais aspectos. Quem duvida que, hoje, economia é um saber que, pelo menos em seus fundamentos, deva fazer parte da cultura comum dos cidadãos? Por isso, este trabalho; por isso,

a insistência nos aspectos lógicos da questão.

Para finalizar esta introdução, diríamos ainda que este tipo de abordagem não é assim tão original, se lembrarmos qual a questão fundamental de que se deve sempre partir: Qual o status ontológico do ser-econômico? E esta pergunta, sabemos, obriga-nos ao reverso: Qual o status lógico do pensar o econômico?

Se bem examinarmos os escritos de Marx, em especial os de cunho mais filosófico, veremos que esta foi a perspectiva em que insistentemente se pôs, e que assim o distingue fundamentalmente dos clássicos empiro-funcionalistas ingleses da época.

Denis em sua *Logique hégelienne et systèmes économiques* |12| discute em profundidade — ainda que bem pouco isento de preconceitos — a questão da lógica do **Capital**, confrontando o pensamento explícito de Marx, e um pressuposto pensamento de Hegel. Argumenta que foram diversas as idas e vindas de Marx, e esta oscilação está balizada, de um lado, pela sua aproximação com os clássicos (teoria ricardiana do valor-trabalho), de outro lado, pelo seu recurso à grande *Lógica* hegeliana. Denis acusa Marx de infidelidade à lógica de Hegel: ele aceitaria apenas dois dos três **ciclos** da lógica do capital, aqueles da conservação e da reprodução, mas recuava ante o enfrentamento da problemática do **ciclo** da interação ambiental, isto é, da adaptabilidade ao meio. Neste ponto valeria perguntar-nos se seria o melhor, nesta altura dos acontecimentos, voltar a Hegel, ou mesmo, re-lê-lo como é hoje a moda. Acreditamos que não, por uma razão que se nos afigura imperativa: que a lógica do ser-social-em-sua-integralidade não é ternária, mas sim qüinqüitária. E esperamos que isto vá ficar mais que evidenciado neste trabalho.

1. O ECONÔMICO

O Ser-subjetivo-social pode ser visado de um modo reducionista seja pelo pensar fenomênico, seja pelo pensar objetivo. Neste último caso ele apresentar-se-á sob um tríplice aspecto, pois três são as lógicas objetivas. Visado pela lógica transcendental ou da simples identidade, ele emergirá como ser-cultural, modo necessário, pois só há ser social na medida que se possa garantir a existência de um acervo de valores e esquemas interpretativos comuns à totalidade de seus membros; visado pela lógica da simples diferença ele emergirá como ser-econômico, modo contingente, englobando todos os meios, processos, instituições, etc., que garantem a subsistência material do ser-subjetivo-social; por derradeiro, visado pela lógica dialética ele, o ser-subjetivo social, emergirá como ser-político, modo impossível, pois, a unidade do ser-social é sempre precária, dada a impossibilidade da fusão completa das consciências e/ou projetos individuais numa só consciência ou projeto comum. O que nos interessará aqui é a penúltima das maneiras de visar o ser-subjetivo-social, isto é, o ser-social objetivado como ser econômico.

Embora seja este o imperioso ponto de partida, explícito ou implícito, do pensamento econômico não se para aí, nem nós, nem a tradição. É preciso, de algum modo, re-vitalizar a dimensão subjetiva originária do ser social,o que é correlato à pró

pria instituição de um saber. Não podemos esquecer que o ser--objetivo não pensa. Para entender isto melhor, lembremos que o mundo físico é de nível objetivo, mas o saber do físico, a física, não o é: o físico é essencialmente espacial, mas emerge na física como ser-sistêmico, vale dizer, o objeto da física não é, por exemplo, o átomo (D), mas o sistema atômico ($D/^2$). Esta mesma translação se faz com o econômico; para que se constitua em saber econômico é preciso, preliminarmente, repensá-lo a nível subjetivo. Como isto é feito pelo moderno pensamento econômico é o que veremos a seguir.

1.1 **Análise Crítica do Saber Econômico Moderno**

Dois são os modos tradicionais de re-suscitamento da dimensão subjetiva do econômico: uma, por via de re-pensá-lo pela lógica clássica ou sistêmica ($D/^2$), outra, por via da lógica dialética (I/D), precisamente pelas duas lógicas subjetivas de caráter objetivante, como aliás, seria o mais natural. Pela primeira, o ser-econômico é visado como sistema, na segunda, como história. Temos aí a origem das duas principais correntes do pensamento econômico moderno. Ao re-visarmos o ser-econômico com a lógica clássica, ele emerge como sistema econômico que vem a se tornar, precisamente, o objeto do pensamento econômico academicista, de orientação marcadamente formalizante; é o mundo da Teoria Econômica acadêmica. Vide figura 1.1a. De outro lado, ao re-visarmos o ser-econômico com a dialética, ele emerge como história econômica na acepção dialética que lhe dá o marxismo; é o mundo da Economia Política, em que o processo econômico é concebido como animado pela luta de classes e grupos em favor de seus interesses materiais. Adentremo-nos um pouco mais nos aspectos metodológicos destas duas visões do ser--econômico.

Por Teoria Econômica, no presente contexto, compreendemos o corpo teórico que toma como objeto de sua reflexão os sistemas econômicos em sua relativa fixidez; seu enfoque metodológico é fundamentalmente empírico-funcionalista; seu meio de aces

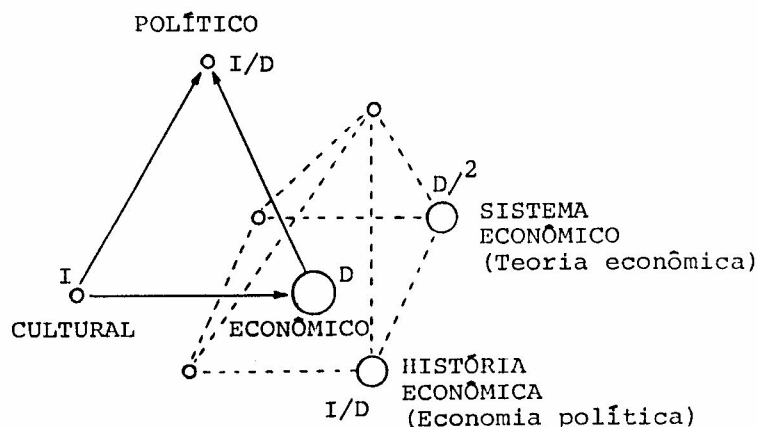



FIGURA 1.1a

so ao sistema-objeto é a investigação empírica, de modo geral, valendo-se da mensuração estatística; seu meio expressivo ideal é a linguagem lógico-matemática, e a forma preferencial de seu discurso teórico é o modelo funcional; em seu arsenal autocrítico estão os métodos estatísticos de avaliação do grau de aderência dos modelos ao real, este representado pelas séries históricas das variáveis econômicas.

O profissional da Teoria Econômica não se dá ao trabalho de perguntar "o que?", preocupa-se apenas em responder "como". Por trás de tudo isso, não é difícil perceber, está seu pensar auto-limitado pelo que permite a lógica aristotélica (ou formal).

Dissemos inicialmente que a Teoria Econômica era um corpo teórico, um discurso com pretensões de pura cientificidade; agora, entretanto, precisamos retificar este juízo, na medida em que a opção exclusivista pela lógica formal é essencialmente uma opção ideológica, justamente porque exclusiva, e, por conseqüência, abusivamente absolutizante: a lógica formal assume, indevidamente porque impossível, o lugar do *logos*.

Vê-se, assim, que a Teoria Econômica tem evidente compro-

misso com o *stablishment* social e não é por outra razão que constitui o enfoque metodológico de maior prestígio (e rentabilidade) nos círculos conservadores de todas as latitudes.

Consideramos esta caracterização como ainda insuficiente e a ela voltaremos após procedermos à mesma caracterização sumária da Economia Política de orientação marxista, que tão abertamente se lhe opõe.

A Economia Política de inspiração marxista pretende constituir-se num corpo de conhecimento prático-teórico aberto, que toma por objeto não o sistema, mas a história, particularmente seus momentos de descontinuidade (ou ruptura).

A própria história é concebida como um processo dialético, resultado da confrontação das classes sociais em luta pelos seus interesses materiais e dela não pode, conseqüentemente, haver uma teoria geral: a própria teoria constitui uma arma na luta de interesses.

Seu enfoque metodológico é fundamentalmente dialético em sua lógica, e o mesmo vale para sua expressão: serve-se, para tanto, da linguagem corrente em seu uso dialético e seu discurso — em razão de seu comprometimento com a transformação do mundo — comporta uma ampla variedade, desde o manifesto simplista e simplório às volumosas e circunspectas "contribuições críticas"; seu meio de acesso à verdade de seu objeto é a práxis; seu arsenal autocrítico, entrementes, é pobre e cinge-se à pura supressão policial do texto ou à autocrítica política do autor.

O teórico da Economia Política, quando consequente, simplesmente não existe; seu profissional é, na verdade, um profissional da revolução, interessando-lhe o "como", apenas na medida em que ele serve a um determinado "que".

Por trás de tudo isso, seu pensar é auto-limitado, apenas àquilo que lhe permite a lógica da história, o que é o mesmo, a lógica dialética.

Quanto à dimensão ideológica da Economia Política, que, de certo modo, ela própria assume, valem observações semelhantes àquelas feitas relativamente à Teoria Econômica funcionalista, com a diferença de que a opção excludente recai não sobre o ser-social como sistema, mas sim, sobre o ser-social como história e sua lógica dialética subjacente.

Propositadamente, as duas caracterizações precedentes são estruturalmente repetitivas justamente para enfatizar a simetria de enfoque metodológico entre a Teoria Econômica e a Economia Política.

A Teoria Econômica reconhece, como já assinalamos, apenas o sistema econômico como ser-social principal. O ser-história é, pois, relegado ao não-ser, considerado somente como fonte de perturbação do funcionamento do sistema, e que se manifesta sob a forma de flutuações aleatórias conjunturais. Os processos técnico-estatísticos de ajustamento se encarregam de restituir estas flutuações ao não-ser, tão simplesmente, eliminando-os. Os sistemas considerados têm sua gênese esquecida ou mitificada, e seu futuro reduzido à sua própria continuidade; eles são considerados o fim da história pela perfeição alcançada (às vezes, os fatos desmentem de tal modo a perfeição alegada, que a única solução é dizer que é mesmo ruim, mas não se conhece nada de melhor).

A eliminação do ser-histórico do sistema, é óbvio, não desaparece com todo seu dinamismo: preserva-se como inerente ao sistema seu funcionamento (auto reprodutor) e mesmo seu crescimento ordeiro no espaço de possibilidades de sua complacência estrutural. Ver figura 1.1b.

Do ponto de vista formal, parte-se da operação de espacialização do tempo, pré-operação necessária ao processo global de formalização de todas as ciências, aí incluindo a física. A supressão da temporalidade autêntica suprime a história e instaura a calculabilidade do mundo.

ENFOQUE FUNCIONALISTA DA TEORIA ECONÔMICA

NÃO-SER	SER (PRINCIPAL)
Homem ou grupo marginal responsável pelas perturbações ou flutuações estatísticas.	Sistema econômico incorporando as possibilidades de expansão que conservam a estrutura.
SER (SECUNDÁRIO)	**NÃO-SER**
Homo economicus. Homem ou grupo autônomo dotado de plena racionalidade econômica.	Perturbações ou flutuações aleatórias conjunturais.

FIGURA 1.1b

Tudo o que acabamos de afirmar passa-se a nível objetivo, mas o que acontece com a Teoria Econômica a nível do subjetivo? Constatamos que ela aí apenas conserva o lado do ser-projeto, instalando nesta posição o *homo economicus*, uma transposição do sujeito cartesiano para o plano econômico. Trata-se do homem ou grupo isolado, perfeitamente autônomo, transparente a si, totalmente consciente de seus interesses materiais e conseqüente em sua ação nos mercados de trabalho, de capital, etc. O *homo economicus* constitui-se num centro de racionalidade econômica perfeita, de modo a que se possa mesmo pensar na compatibilização da micro e da macro-economia funcionalista. Ao ser-sistema do ser-social incorpora-se a dimensão secundária de ser-projeto pela admissão do ser-indivíduo-adequadamente-socializado, o já nomeado *homo economicus*. Neste espaço é que se situa, por exemplo, a obra de Pareto.

O lugar da estrutura-profunda, do inconsciente coletivo, é taxado de um não-lugar, é um não-ser. Apenas aparece na figura do homem ou grupo marginal, responsável , com sua ação irracional, pelas perturbações no funcionamento do sistema, ação que se manifesta em termos de flutuações estatísticas das variáveis

funcionais que especificam formalmente o sistema.

Em resumo, a Teoria Econômica procede à redução das quatro dimensões básicas do ser-social para apenas duas: conserva no plano da objetividade o ser-sistema como ser principal e, no plano da subjetividade, o ser-projeto — o *homo-economicus* — como ser-secundário; visto pelo aveso, isto significa pura e simplesmente relegar liminarmente ao não-ser o ser-histórico e o ser-estrutura-profunda (ou ser-inconsciente-social). Esta é, em síntese, a natureza da operação ideologizante da Teoria Econômica funcionalista. Com isto, é evidente, não se apagam seus méritos quando aplicada em circunstâncias adequadas (por exemplo, na compreensão, a médio prazo, da dinâmica da continuidade das formações sócio-econômicas concretas).

A Economia Política de orientação marxista constitui exatamente o reverso de tudo isto que foi dito da Teoria Econômica. Para ela, o ser-social principal é o ser-histórico, ou simplesmente, a história (história materialista). Para ela, o sistema (modo de produção ou formação econômica) é fundamentalmente um não-ser, prenhe de contradições, sempre em via de superação, que só pode ser fetichisticamente estabilizado. Pode-se objetar que os marxistas também propõem um sistema político-econômico ainda que provisório, a ditadura do proletariado/socialismo, mas sua admitida provisoriedade apenas reforça nossa tese. Mas poder-se-ia redarguir que eles também propõem um sistema definitivo, a sociedade sem estado/comunismo; porém, isto já é fruto de um delírio teórico.

Retornemos ao nosso referencial metodológico. No plano da subjetividade, a Economia Política reconhece apenas o ser-estrutura-profunda, vale dizer, o *homo relacional*, concebido como o feixe (coerente) das suas relações sociais objetivas. Este ser-estrutura-profunda nada tem de freudiano, e, quando verdadeiro, coincidirá, veremos adiante, com o próprio ser-projeto (ou ser-consciente). De certo modo a consciência é conservada, mas tal capacidade só é reconhecida na medida em que, do ponto de

vista de seu conteúdo, é consciência-reflexo, consciência da necessidade histórica; em outras palavras, "verdadeira" consciência de classe. Como corolário de ordem prática, prescreve-se, como os maoistas, que se deva confiar cegamente nas massas (ou aproveitar a cegueira das massas?...).

A consciência projeto, enquanto tal, não se confundindo com a consciência da necessidade histórica, é liberdade tresloucada; em outros termos, "falsa" consciência de classe. Ver figura 1.1c.

ENFOQUE DA ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA

SER (SECUNDÁRIO)	NÃO-SER
Homem relacional. Homem como feixe de relações sociais, consciente da necessidade histórica	Sistema ou modo de produção prenhe de contradições
NÃO-SER	**SER (PRINCIPAL)**
Homem ou grupo em estado de falsa consciência de classe	História materialista

FIGURA 1.1c

Vemos pois que o ser-consciente, não se diluindo na verdadeira consciência de classe, nada mais é que um não-ser. Em termos de indivíduo, trata-se de um louco, e, em termos de grupo, não passa de uma mera irrupção contra-revolucionária, dissidente ou revisionista.

A integração do enfoque subjetivista ao objetivista, na Economia Política de inspiração marxista, vem sendo tentada por muita gente - citaremos apenas alguns. Ela vem sendo trabalhada pela Escola de Frankfurt (Marcuse, Adorno, Habermas, etc.),

na linha do ser-individual-freudiano; por Althusser, apoiando-se no maoísmo e sua fé nas massas, na linha do ser-estrutura-profunda; também pelos adeptos da esquizo-análise (Deleuze, Guattari, etc.).

Mais recentemente, A. Badiou |2|, reconhecendo as insuficiências subjetivas do marxismo, vem desenvolvendo um trabalho que consideramos bastante profundo, na linha de construção de uma teoria do sujeito compatível com o materialismo histórico.

Para finalizar, diríamos que a Economia Política de cunho marxista procede, também, a uma redução das quatro dimensões essenciais do ser-social, para apenas duas: preserva no plano da objetividade o ser-histórico, seu ser-principal, e complementarmente, no plano da subjetividade, o ser-estrutura-profunda, o *homo relacional*, seu ser secundário; relega, liminarmente, o ser-sistema e o ser-projeto à condição de não-ser social. Esta é, de modo semelhante ao que se faz na Teoria Econômica, a operação ideologizante da Economia Política de cunho marxista. Ao cabo desta análise, constatamos que os dois enfoques aqui tratados são, no essencial, quase simétricos, em suas virtudes, mas igualmente nas suas debilidades — fundamentalmente, o seu exclusivismo lógico — o que, voltamos a enfatizar, mais que justifica nosso empenho em buscar algo mais completo, portanto mais satisfatório.

1.2 **A Essência do Econômico: O Trabalho**

Ao identificarmos o econômico como um dos três aspectos básicos do ser-social objetivado, e ainda, ao situá-lo na posição intermédia da estrutura formada por estes três aspectos, não podemos ter mais dúvida quanto à questão da lógica do econômico: em sua essencialidade, ela é a lógica da diferença (D). Como imediata conseqüência temos que o econômico não é um em-si ou mesmo um para-si, mas fundamentalmente algo para outro, vale dizer, mediação. Nestas circunstâncias, o econômico não se pode dar primariamente como ser-fenomênico, como puro presença a; só o podemos captar pela sensibilidade e/ou interpretação, como algo correlato ao nosso ser-encarnado — vale dizer, espacializado. Em síntese, originariamente, o econômico se sente na pele, melhor dito, no corpo: é trabalho.

O fato de que o econômico começa em D tem como conseqüência que qualquer pretenso ser do econômico só possa ser não-econômico, ou seja, um extra-econômico, que pode ser o uso, o gozo, a utilidade ou até qualquer outra coisa que se possa colocar como motivação: lucro, sucesso, poder, etc. Assim,por exemplo, toda história econômica começa fora de si; os primórdios da vida econômica deixa sempre à mostra seu carater inexoravelmente mítico. Nada melhor para ilustrá-lo do que o versículo Gênesis (3,23) :

> *E Iahweh Deus o expulsou do jardim do Éden*
> *para cultivar o solo de onde fora tirado.*

1.3 **Os Aspectos Objetivos do Ser-Econômico**

Embora aceitemos que a I corresponde algo extra-econômico, e que a D corresponde o trabalho, a que, então, corresponderia I/D em termos econômicos, para que se completem seus aspectos objetivos? A resposta não é difícil; trata-se da troca, da troca original, ou seja:da troca espacial. É o que iremos mostrar, detalhadamente, a seguir.

1.3.1 A lógica da troca

Para que se consume o ato de troca, é necessário que tenhamos um sujeito da troca, algo que se mantenha o mesmo, idêntico a si, antes e depois dela. Este algo, sujeito da troca, só se pode constituir como consciência, entidade operatória capaz de impor sua própria identidade. Ele é, por conseqüência, argumento de si mesmo, é ser-presente-a-si que, já o sabemos, não se contrapõe a isto ou aquilo, mas tão apenas ao nada ontológico. Ve-se, pois, que uma condição necessária, mas não suficiente, para a troca é que ela se estenda sobre um eixo da identidade ou temporalidade (subjetiva), eixo do **ser** e do **nada**.

Por outro lado, a troca implica **ter**, pois não se pode deixar de ser, mas apenas, deixar de ter, dar (**não-ter**). Concomitantemente, exige-se receber, deixar de deixar de ter (**não-não-ter**) para que se restaure a simetria, vale dizer, a reciprocidade. Vide figura 1.3.1a.

Sabemos que a lógica do **ser** é a lógica transcendental ou da simples identidade; e ainda, que a lógica do **ter** é a lógica da simples diferença; basta constatar que não-**ter** vem a se igualar com não (**não-não-ter**), igualdade esta que nada mais faz que traduzir o princípio da negação original: não-ter = não (não-não-ter), idêntico, pois, a $\bar{p} = \bar{\bar{\bar{p}}}$.

LÓGICA DA TROCA

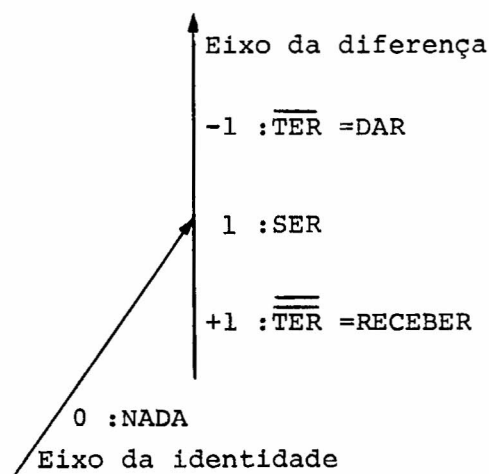



FIGURA 1.3.1a

Como a troca exige a concomitância do **ser** e do **ter**, seu fundamento lógico só pode ser o da síntese da lógica da identidade

com a lógica da diferença, em suma, a lógica dialética. Em termos gramaticais podemos dizer que o verbo **trocar**, não é da classe única do **ser**, nem da classe do **ter**, mas da classe sintética do **ser/ter**.

Observemos que a lógica da troca é a mesma que institui a significação, capaz de pensar o signo (ou conceito ou idéia) como uma objetividade, de modo que não podemos nos surpreender com a constatação de que a troca vem a ser o fundamento de toda sociabilidade; a dialética instaura a significação,e a significação é o princípio de unidade do grupo, sua cultura. O leitor atento perceberá em tudo isso o eco das observações de Malinowsky sobre os nativos das Trobriands fazendo circular seus formosos cordões de ilha em ilha, e da teorização que sobre isto faz Lévi-Strauss.

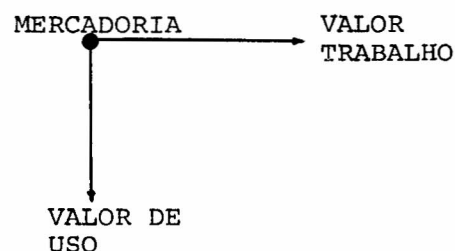
Para reforçar esta compreensão, observemos que o produto do trabalho transformado em mercadoria (produto destinado à troca) apresenta uma dupla dimensão. Sob um aspecto,vale pelo seu eventual uso, sob outro aspecto, vale pelo montante de trabalho que incorpora.Ver figura 1.3.1b.O valor de uso é uma referência do produto a outra coisa que mercadorias (é sua dimensão semântica extensional) , enquanto que o valor trabalho é sua referência a todos os produtos que incorporam um quantum equivalente de trabalho (é sua dimensão semântica intensional) . Com esta observação, deixamos bem clara a equivalência lógica da mercadoria e do signo, ambos governados pela dialética. A mercadoria, em síntese, é o produto que deixou de ter um status onto-lógico apenas concreto para adquirir, cumulativa e superiormente, o status simbólico.

INTENSIVO X EXTENSIVO

FIGURA 1.3.1b

Tomando-se uma perspectiva negativa, perguntaríamos, quem

trocaria coisas diferentes? Quem trocaria o melhor ou maior pelo pior ou menor? Do ponto de vista econômico, obviamente, ninguém. Mas quem trocaria algo pelo igual? Poderia sim, mas afinal, para quê? A troca, obrigatoriamente, é troca do igual pelo igual — em termos de trabalho objetivamente incorporado — e ao mesmo tempo, troca do diferente — em termos de utilidade subjetivamente avaliada. Não pode, pois, restar qualquer dúvida: a lógica da troca é a dialética, enquanto lógica do signo (ainda não da história).

1.3.2 As três dimensões do valor objetivo

Num balanço do percurso até aqui seguido, vemos que conseguimos completar uma primeira estrutura básica do econômico em seu modo objetivo de ser: a estrutura dos valores econômicos.

Temos como valor extra-econômico o valor de uso (ou utilidade) correspondendo à lógica transcendental. Ver figura 1.3.2 .

A seguir, correspondendo à lógica da diferença, temos o primeiro valor propriamente econômico: o valor trabalho. Por fim, na posição lógico dialética temos o valor de troca, por onde irrompe no econômico o simbólico/cultural.

OS VALORES

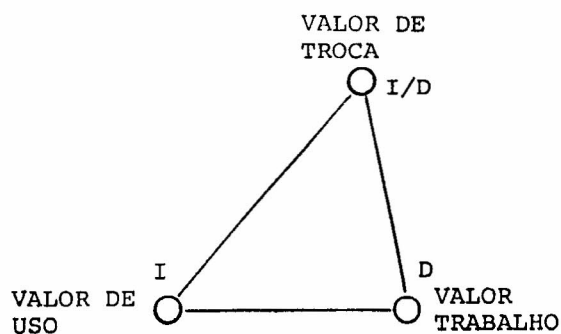



FIGURA 1.3.2

1.4 Os Aspectos Subjetivos do Ser-Econômico

Só a nível subjetivo, vale dizer:da lógica do ser-subjetivo-em-sua-integralidade — $I/D/^2$ — é que poderemos chegar a fazer um panorama completo do ser-econômico, tal como hoje o experimentamos. Para facilitar a exposição introduziremos uma representação das lógicas por meio de diagramas de flexa, que têm, entre outras, a vantagem de ilustrar a estrutura lógica interna das próprias lógicas. Convencionemos, pois, que:

a) A fórmula Z ⟶ expressa o fato de que Z — o que é presente — não vale por si, que seu ser é outro, justamente aquele a que remete a flexa. Z vale enquanto se nega; ele é, fundamentalmente, mediação.

   Estabelecida a relação Z ⟶ X, considera-la-emos simétrica, transitiva, mas não reflexiva, em síntese, uma relação de quase-equivalência, de modo que Z ⟶ X implica, necessariamente, X ⟶ Z. Intuitivamente, isto quer dizer que pelo menos em algum sentido ou determinadas condições, mas não em todos, X e Z são intercambiáveis. O sentido desta relação será o de uma pseudo-troca. A troca é uma realização dialética, na medida em que implica um **ser** que se dispõe a **não-ter** (dar) e **não-não-ter** (deixar de não ter ou receber), de sorte que a pseudo-troca é uma troca degenerada ou reduzida, em que fazemos abstração do **ser**, correlatamente, da consciência do sujeito da troca. Diremos ainda que a diferença que não permite a plena identificação de X e Z caracteriza-se como heterogênea. Exemplificando: dinheiro por capacidade de trabalho, dinheiro por bens e serviços (trabalho materializado) e assim por diante.

   A lógica da pseudo-troca heterogênea é pois a lógica da diferença, que pensa o real como o **outro**, e não como o **mesmo**, como é o caso da lógica transcendental.

b) A fórmula Z ⟶ Z', que faremos idêntica a ↻Z, indica que Z permuta com Z mesmo, embora admita-se uma diferença não

"substancial" entre Z e Z'. É uma pseudo-troca ainda mais degradada ou reduzida que a anterior. Dizemos uma pseudo-troca homogênea que ilustramos, por exemplo, com o caso da troca de dinheiro por dinheiro; embora admitindo-se uma diferença não substancial – precisando, apenas quantitativa – entre Z e Z', que seria o juro.

Esta pseudo-troca é governada pela lógica do **mesmo**, a lógica transcendental ou da identidade.

O leitor arguto já terá inferido que a representação de uma troca plena, dialética, resultará da superposição das duas fórmulas:

$$Z \longrightarrow Z' \longrightarrow X \quad \text{ou} \quad \circlearrowleft Z \longrightarrow X$$

1.4.1 Revisão dos aspectos objetivos do ser-econômico

Examinemos as diversas estruturas possíveis quando se dispõe de um, dois e três elementos, que logo verificaremos corresponderão aos três níveis onto-lógicos: o fenomênico, o objetivo e o subjetivo.

Admitamos, inicialmente, que dispomos apenas de um elemento dito U. Neste caso, será possível apenas uma estrutura:

$U \longrightarrow U$ ou $\circlearrowleft U$ correlata à lógica transcendental.

U expressará, neste caso, o **uso**, a **satisfação**, o **fim**, ou ainda o **propósito** do econômico. Como o econômico é essencialmente meio, U é algo de pré-econômico, exatamente aquilo que o econômico não tem em si: sua finalidade ou uso. Se o econômico a só isto se reduzisse, estaríamos, precisamente, no ÉDEN.

Tomemos agora o caso das estruturas geradas por dois elementos, ditos U e W. Neste caso, são possíveis três estruturas:

$U \longrightarrow U$ ou $\circlearrowleft U$ governada pela lógica transcendental.

$W \longrightarrow U$ equivalente a $U \longrightarrow W$ governada pela lógica da diferença.

$\circlearrowleft W \longrightarrow U$ governada pela lógica síntese da indentidade e da diferença, isto é, pela lógica dialética.

Como o econômico propriamente dito começa com a diferença – pois o sabemos, econômico é meio – é de pressupor que a expressão $W \longrightarrow U$ assinale algo de fundamental em economia, algo que assinala mesmo o seu surgimento; em outras palavras, deve revelar-nos o que seria a primeira das mediações. Não é preciso grande imaginação para perceber que W representa o **trabalho,** esforço que visa outra coisa que ele próprio, algo que se irá permutar para chegar a um uso ou satisfação U.

U, que no caso de um só elemento constituia a própria satisfação, transmuta-se aqui naquilo que determina que o trabalho se faça neste ou naquele sentido. O trabalho W comporta-se pois como "substância" ou conteúdo, e U como forma ou como in-formação modeladora.

Por fim, temos $\circlearrowleft W \longrightarrow U$, troca na plenitude de trabalho por trabalho visando outra coisa que o trabalho em si: uma satisfação ou uso. Quando trabalhamos para produzir alguma coisa que realmente queremos e que é o produto do trabalho do outro, a rigor, estamos trocando nosso trabalho pelo trabalho do outro, para obter a forma-trabalho que em última instância desejamos. A fórmula acima traduz bem esta situação.

Nestas circunstâncias, $\circlearrowleft W \longrightarrow U$ representa o mercado, especificamente o mercado espacial, a feira, em que são trocadas mercadorias por mercadorias, em que os trabalhos são equivalentes ($\circlearrowleft W$), mas as formas diferentes ($W \longrightarrow U$); daí, mais uma vez vemos ratificada a essência dialética da troca. Troca-se, simultaneamente, o mesmo pelo mesmo, e isto pelo diferente disto. Troca-se porque a quantidade de trabalho, em princípio, é a mesma,

mas a forma, é diferente.

Assinale-se que o produto, melhor dito, produto do trabalho ou trabalho informado que antes possuía apenas um valor de uso ou de satisfação, passa a ter nesta última estrutura, também, um valor de troca. Em outras palavras, antes, na estrutura $W_i \longrightarrow U_i$ cada mercadoria (W_i in-formando ou materializado) referia-se a outro que ela, seu uso específico U_i; agora, na estrutura $\circlearrowleft W \longrightarrow U$, a mercadoria refere-se também a outras mercadorias consideradas equivalentes pela igualdade das horas de trabalho nelas contidas. As mercadorias articulam-se a outra coisa que mercadorias, isto é, seu uso ou satisfação (articulação semântica extensiva ou paradigmática) como também, a outras mercadorias ou conjunto de mercadorias que lhe são equivalentes em termos de trabalho incorporado (articulação semântica intensional ou sintagmática); em suma, as mercadorias adquirem um status onto-lógico idêntico ao do ser-simbólico.

Observe-se que o status onto-lógico fundamental do signo é o dialético, enquanto que o do econômico (da mercadoria) não o é ab-initio; ele é originariamente lógico diferencial, tem o mesmo status onto-lógico do concreto, e só pela troca ascende ao status dialético. Em outros termos, a mercadoria pode tornar-se signo, mas o signo não pode, em princípio, virar mercadoria. Existiu um quadro na televisão brasileira em que um personagem comprava e vendia palavras: só isso determinava o sabor humorístico do quadro, sua absurdidade onto-lógica ... embora, creiamos, o autor não tivesse a menor consciência disto, o que lhe dá mais, e não menos, méritos, é óbvio.

1.4.2 Os aspectos propriamente subjetivos do ser-econômico

Estamos agora em condições de abordar com precisão os aspectos subjetivos ou qüinqüitários do ser-econômico. Para tanto, devemos introduzir um terceiro elemento gerador de estruturas além de U e W. Como U é o uso, satisfação ou fim, e como o trabalho W, como vimos, constitui-se no princípio do económi

co, um terceiro elemento só pode vir a localizar-se entre os dois. Teremos pois, W, M e U,e pronto, identificamos M como a moeda ou o dinheiro.

Pode-se objetar que na estrutura anterior de troca já figurava o dinheiro. Diríamos que sim, porém, ali o dinheiro aparece apenas como um facilitador de trocas, mais precisamente, como meio de troca, uma mercadoria entre outras, escolhidas como referência comum (padrão de valor), enquanto que, na nova estrutura, o dinheiro adquire um novo status, agora, como reserva de valor. Ele agora é mais um símbolo que uma mercadoria (trabalho materializado); pode deixar de ser uma mercadoria padrão para ser apenas um papel impresso, e até mesmo um mero registro de dígitos nos discos dos computadores dos bancos.

Neste caso de três elementos, as cinco estruturas possíveis são:

$\circlearrowleft U \longrightarrow U$ ou U governada pela lógica transcendental

$M \longrightarrow U$ equivalente a $U \longrightarrow M$ governada pela lógica da diferença

$M \longrightarrow M \longrightarrow U$ ou $\circlearrowleft M \longrightarrow U$ governada pela lógica dialética

$M \longrightarrow M \longrightarrow U$ equivalente a $M \longrightarrow W \longrightarrow U$ governada pela lógica da diferença da diferença, clássica, ou ainda, sistêmica.

$W \longrightarrow W \longrightarrow M \longrightarrow U$ ou $\circlearrowleft W \longrightarrow M \longrightarrow U$ governada pela lógica síntese das lógicas transcendental, da diferença, da dialética e da sistêmica, dita lógica da subjetividade-em-sua-integralidade.

Comecemos com a terceira, formalmente idêntica à última da estrutura anterior ($\circlearrowleft W \longrightarrow U$). Trata-se, em essência, de uma troca homogênea, de dinheiro por dinheiro visando, posteri-

ormente, uma satisfação ou uso. A troca de dinheiro por dinheiro é a operação de crédito: abre-se mão de uma quantidade de moeda hoje, que poderia dar uma satisfação imediata, por uma quantidade igual ou geralmente um pouco maior, o juro ou o rendimento, que no futuro poderá restituir a satisfação ou uso que se havia renunciado. O juro terá uma justificação mais adiante quando tratarmos da última estrutura.

Aí identificamos pois o dito mercado de capitais, o da troca — de um poder de uso ou satisfação — no tempo, e não mais no espaço, como nas feiras. É a velha história: dá-se aí, mais uma vez, a famigerada e importantíssima passagem da dialética de lógica do sentido ou do simbólico para lógica da história.

A dialética como lógica da história, para fixar-se como tal, exige a emergência em cena da lógica da diferença da diferença, ou do sistema que se consubstancia na estrutura W ⟶ M ⟶ U que a seguir examinaremos.

Vemos aí o trabalho trocado por dinheiro para um uso ou satisfação posterior. Este trabalho difere do anterior em que se tinha W ⟶ U. Agora ele é duplamente alienado, duplamente mediatizado (duas flexas). E mais, temos aí um trabalho sistematizado, um trabalho exercido dentro de uma trama de papéis cada vez mais definidos e delimitados em função de um todo pré-meditado. Estamos, pois, diante do trabalho organizado (sistematizado), do que comumente se chama processo de divisão do trabalho. Identificamos tudo isso como o mundo da linha de produção, organização fabril e comercial, da organização internacional dos mercados, sempre e no fundo, organização do trabalho, que se identifica como o mundo da **produção**. Mercado de trabalho e produção quase se identificam, sua pequena diferença só podendo ser devidamente apreciada quando entrarmos na consideração da última das estruturas de três elementos.

A troca de trabalho por trabalho, vale dizer de mercadoria por mercadoria que se expressava por W ⟶ U, depois de

constituida, perde sua dialeticidade para o mercado de capitais e passa a ser governada pela lógica da diferença: $M \longrightarrow U$. Em outras palavras a antiga feira em que se trocava produto de trabalho por produto do trabalho, tendo em vista um uso ou satisfação precisos, passa agora ser estruturada diferentemente, como troca de dinheiro por satisfação. O dinheiro é que compra, compra tudo, inclusive a satisfação.

É aquilo que comumente denomina-se fetichização do dinheiro. Aparentemente – e por que não realmente, em termos psicológicos? – o símbolo substitui o concreto (trabalho) e isto, já o sabemos, é o "espaço" da magia. Coisas e símbolos se identificam, de sorte que, operando sobre símbolos, estar-se-ía modificando a realidade concreta. Não é a mesma identificação que se dá no mercado de bens e serviços? Dinheiro e trabalho materializado (ou mercadorias) aí se equivalem.

A estrutura U, que inicialmente tinha o status fenomênico da presença, da imediata satisfação (estrutura pré-econômica do Éden), passa a ser considerada como origem da forma que incide sobre o trabalho (conteúdo). E agora? Já sabemos que a lógica transcendental no nível onto-lógico subjetivo toma a fisionomia de projeto, mais precisamente, de ser-livre-projeto. Que outra coisa poderíamos identificar com o ser-livre-projeto que não o "espírito empresarial schumpeteriano", o que de não-econômico, na modernidade, precede ou determina o econômico propriamente dito? Podemos dizer que estamos ante o mundo da livre iniciativa? Mais ou menos; precisamos ir à história econômica, o que faremos em próximo item, para podermos convenientemente elucidar a questão. Que se poderia finalmente identificar, em termos econômicos, com $\circlearrowleft W \longrightarrow M \longrightarrow U$, governado pela lógica da subjetividade-em-sua-integralidade? Aqui troca-se trabalho por trabalho, visando o dinheiro (o lucro) para só então chegar-se à satisfação ou ao uso. Embora esteja-se a trocar trabalho por trabalho, isto é, a troca seja onto-logicamente homogênea, há uma "pequena" diferença que justifica a troca, assim como aconteceu com o dinheiro (ou capital), tal como havía

mos visto antes. Esta diferença é a produtividade. Um trabalho que poderia ser trocado por dinheiro é trocado por um trabalho mais produtivo no futuro. Este é o trabalho das professoras, instrutores, orientadores, pesquisadores, analistas de trabalho, etc., etc., etc. É o mundo de todos aqueles cuja função não é diretamente trabalhar, mas, trabalhar sobre o trabalho, fazendo-o mais produtivo ou apenas zelando pela manutenção dos níveis de produtividade já alcançados. A figura 1.4.2a ilustra graficamente os três grupos de aspectos, dimensões, ou funções econômicas que se obtêm com um, dois e três elementos estruturais, correspondendo respectivamente aos níveis ontológicos do fenomênico, do objetivo e do subjetivo.

Quanto à primeira das questões que havíamos deixado pendentes, relativa aos juros nas operações de crédito, vemos que ela em parte se justifica na expectativa (no sentido matemático) de que venha ocorrer um aumento de produtividade geral entre o momento do empréstimo e aquele do ressarcimento. Os juros que eram condenados por muitos como uma extorsão de um aflito, passam a ser vistos como justos, como forma de garantir no todo ou pelo menos em parte, o ressarcimento

AS ESTRUTURAS DO SER-ECONÔMICO

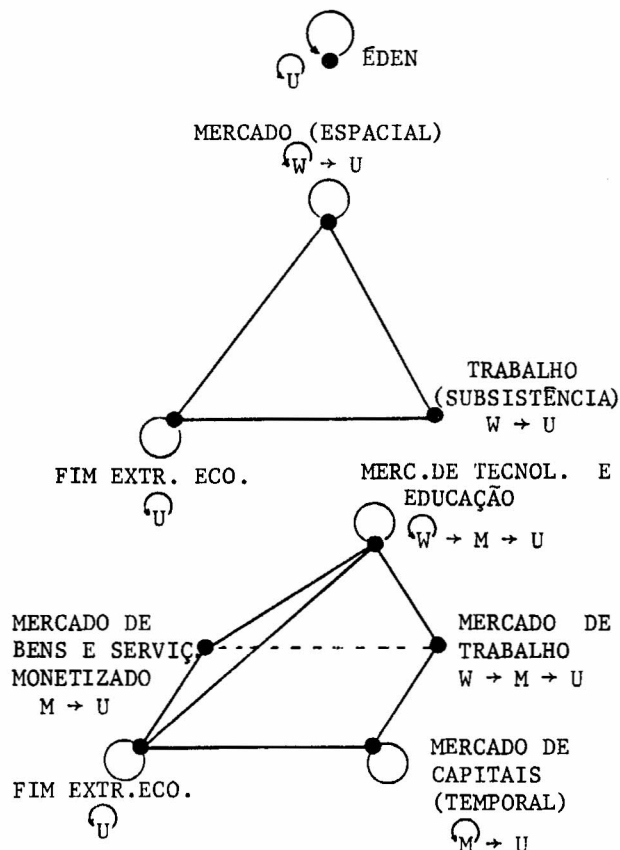



FIGURA 1.4.2a

de um uso ou satisfação. A mudança de apreciação moral do juro não criou o capitalismo, pelo contrário, a ciência (e a tecnologia decorrente), possibilitando o aumento continuado da produtividade, é que viabilizou o capitalismo (como acumulação) e justificou o juro, como uma compensação de um diferencial de níveis de produtividade entre dois tempos. O novo tempo é o tempo do "progresso": mais cedo ou mais tarde, passam a dizer o mesmo que menos ou mais produtividade no trabalho.

A segunda questão é a da quase equivalência entre trabalho e produção, que é a mesma questão da identificação do valor (de troca) com o volume de trabalho postulada por Ricardo. Em verdade, num determinado momento, a equivalência é justificada; ela explica, afora flutuações aleatórias, os valores relativos de todos os produtos. Pode-se dizer, na simbologia econômica, que a totalidade do valor do trabalho equivale à totalidade do valor de produção: W = Y, Y representando a produção. Com o continuado influxo de produtividade, esta igualdade deixa de ter certa fundamentação empírica para ser mera tautologia. É preciso medir o produto independentemente do trabalho, e neste caso iremos verificar que na comparação de, por exemplo, dois períodos consecutivos teremos:

$$Y_i = W_i$$

$$\text{e } Y_{i+1} = W_{i+1}\ (1+\pi) \text{ e não } Y_{i+1} = W_{i+1}$$

onde π representa a taxa de aumento de produtividade do trabalho entre i e i+1. Ver, adiante, no item 1.6, um modelo econômico mínimo que explicita e detalha as relações entre o processo de acumulação e o aumento de produtividade. Observemos, ainda, que a estruturação qüinqüitária do ser-econômico a nível macro reproduz-se integralmente a nível micro-econômico, vale dizer, a nível das empresas.

Seja qual for a empresa moderna, nela encontraremos, institucionalizada ou não, as cinco grandes funções correlatas às

cinco lógicas do ser-subjetivo.

À lógica transcendental (I) irá corresponder algo de pré--empresarial ou que preside sua própria criação, sua **missão**, compreendendo a motivação do lucro, a opção por este ou aquele setor de atuação, suas determinações estratégicas mais gerais, etc. A função **comercial** (marketing) é correlata à lógica da diferença (D), comprometida com a incitação do "desejo" de consumir. Especificamente, seu objetivo é fazer com que o dinheiro – poder de compra ou valor de troca – transforme-se em valor de uso. Pra tanto, vale-se fundamentalmente de propaganda, "arte" de despertar o referido "desejo". Ver figura 1.4.2b.

À lógica da diferença da diferença ou clássica ($D/^2$) corresponderá a função **produção**, fundamentalmente comprometida com a organização (divisão/integração) do trabalho. Como conseqüência, promove a transformação de trabalho em valor de troca ou poder de compra (salário), que, posteriormente, transformar-se-á em valor de uso (consumo).

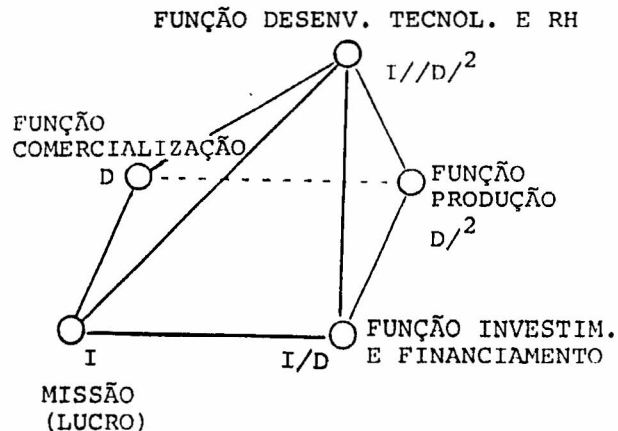
Temos agora, correlata à lógica dialética (I/D), a função **financeira** e **investimento**, cuja ótica é a da transformação de dinheiro (capital) em dinheiro (lucro). Para ilustrar isto, lembremos da situação da economia brasileira nos anos recentes, em que a função financeira das empresas agigantou-se sobre as demais; grande parte das empresas realizavam seus lucros com aplicações no mercado financeiro, a produção, a comercialização, etc., funcionando apenas como um meio para a realização do lucro financeiro.

AS FUNÇÕES EMPRESARIAIS

FIGURA 1.4.2b

Por último temos o conjunto de funções de **desenvolvimento** – desenvolvimento **tecnológico**, de **sistemas e processos** e de **recursos humanos** – correlata à lógica da subjetividade-em-sua-integralidade ($I/D/^2$).

Seu objetivo primordial é a transformação de trabalho em trabalho mais produtivo, é,pois,a fonte de conservação e geração de ganhos de produtividade, que,a nível macro,viabiliza o processo de acumulação de capital. Nem sempre os empresários individuais estão conscientes desta necessidade, razão pela qual, no pós-guerra, os estados vêm assumindo esta responsabilidade a nível coletivo.

É mais que freqüente encontrarmos nas empresas – além dos departamentos de produção, finanças, comercial– um departamento de administração englobando funções de administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos. Nada mais anti-natural, pois a administração de pessoal está essencialmente ligada à produção.

Este tipo de organização leva a conflitos profundos entre o referido departamento e a área de produção. Quem desconhece isto? Por outro lado, a função de desenvolvimento de recursos humanos deveria estar acoplada à função de desenvolvimento tecnológico, como seria natural. De nosso conhecimento,apenas dentre as empresas brasileiras a EMBRATEL entre os anos de 1979 a 1984 deu os primeiros passos no sentido da organização coerente.

1.5 Lógica das Relações Econômicas

O léxico econômico contém alguns termos de profunda significação e largo uso que não foram ainda tocados, tais como **oferta** e **procura**. Por que? Tão apenas porque até agora centramos nossa atenção, como era natural, naquilo que poderíamos denominar aspectos entitativos do ser econômico. Para abordar noções como **oferta** e **demanda** faz-se necessário que nos desloquemos previamente do espaço dos entes para o espaço das relações ou estruturas relacionais. Comecemos, pois, com uma pequena recapitulação.

A realidade econômica resulta da imposição de uma visada objetiva, vale dizer, efetuada através das lógicas objetivas (I, D, I/D) sobre o ser-subjetivo-social-em-sua-integralidade. É, por isso, uma visada manifestamente redutora. O tratamento das relações econômicas sob o prisma subjetivo exige, pois, a reinversão das dimensões subjetivas no econômico, o que é feito apenas parcialmente pela Teoria Econômica e pela Economia Política tradicionais. A primeira sobrepõe uma visada sistêmica sobre o econômico, deixando de fora as demais dimensões, em particular a dimensão objetiva histórica. Por seu turno, a segunda restabelece a dimensão histórica, mas desconsidera as dimensões diferenciais, tanto inconsciente como sistêmica. Por estes parti-pris lógicos, não podem dar conta das relações econômicas subjetivas em sua plenitude. Estas, sejam pessoais, sejam sociais, para se revelarem, exigem o "espaço" epistemológico subjetivo. Nestas circunstâncias, a estrutura das relações econômicas constitui apenas um caso particular da estrutura relacional dos seres-subjetivos em geral. Esta última, para quem venha se interessar, é detalhadamente examinada no anexo II deste trabalho.

Toda estrutura relacional inter-subjetiva compreende oito elementos que podem ser arranjados de três modos principais. Num deles as posições lógicas são repartidas em duas sub-estruturas de quatro elementos, uma dita fenomênica ou superficial e outra dita noumênica ou profunda. A primeira destas sub-estruturas é

constituída pelos lugares lógicos onde vige a identidade, I, $I/D/^2$, I/D e I/D, que correspondem, respectivamente, às posições de **sujeito**, do **outro**, da **pergunta** ou **demanda** e da **resposta** ou **oferta**.

À segunda sub-estrutura, marcada pelas lógicas da diferença, D, $D/^3$, $D/^2$, $D/^2$, compreendem, respectivamente, as posições do **inconsciente** do sujeito, do **referencial** (ou **espaço**) **global** da relação inter-subjetiva, do **referencial da pergunta** e do **referencial da resposta**. A estrutura relacional pode ser apresentada de diferentes pontos de vista, tomando-se como sujeito o produtor, o consumidor, o intermediário comercial, etc. Vamos aqui tomar como ponto de vista principal o do produtor, conforme é tradicionalmente feito. Nestas circunstâncias, identificaremos o **sujeito** como o **produtor** e o **outro** como o **consumidor**. Os quatro elementos fenomênicos ou superficiais seriam pois:

S : o sujeito da produção
O : o outro da produção, vale dizer, o consumidor
P_S : a pergunta ou oferta
P_O : a resposta ou demanda. Vide figura 1.5a .

O ESPAÇO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS

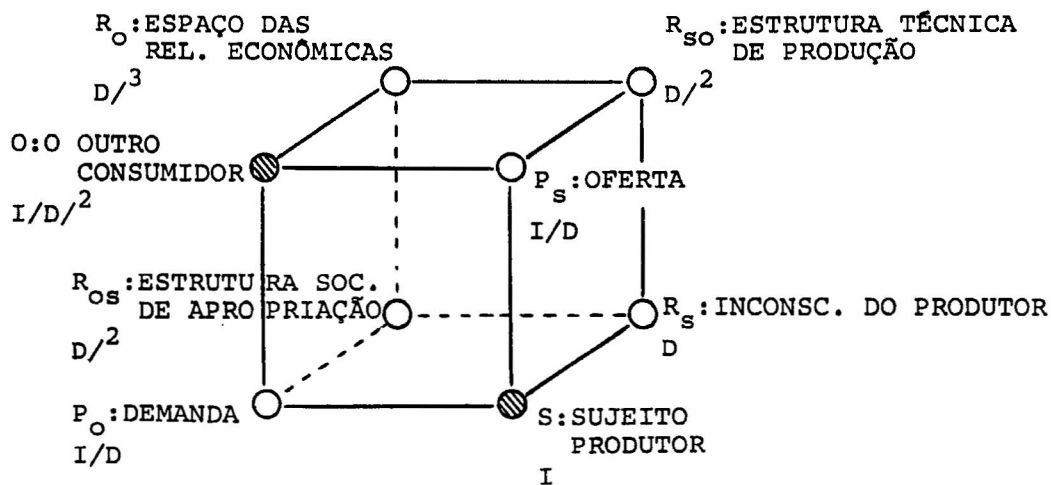



FIGURA 1.5a

A cada um destes elementos irá corresponder um elemento a nível profundo ou noumênico.

A P_s irá corresponder R_{so}, o referencial da **oferta**, que podemos de pronto identificar como sendo a **estrutura** ou **relações técnicas de produção**, ou, ainda, **função de produção**. R_s é a estrutura capaz de gerar diferentes P_s, como é fácil compreender.

A P_o irá corresponder R_{os}, o referencial da **demanda** que podemos identificar como sendo o produto de uma matriz de distribuição de renda (relações sociais de apropriação) multiplicada pelas funções de utilidade de cada um dos extratos de apropriações, tudo isto ainda sob a ótica ou avaliação do produtor. Ela é a geradora de todas as demandas possíveis.

Ainda a nível profundo, iremos encontrar por trás do **outro** o espaço global das relações econômicas, designado por R_o conforme visado pelo produtor. A lógica deste espaço é $D/^3$ (tripla diferença) que não faz parte da estrutura lógica do ser-subjetivo, razão pela qual este espaço global não é completamente "visível" para produtor. Isto significa que o produtor não poderá chegar jamais à plena dominação de suas relações com o **outro**, isto é, que os mercados sempre lhe reservarão alguma surpresa.

Por trás do produtor temos seu referencial inconsciente, R_s, lugar da articulação das representações intensivas dos referenciais R_{so}, R_{os} e R_o, sendo que, por natureza, este último só lhe é parcialmente acessível. Isto vem reforçar a conclusão do parágrafo anterior de que a posição de produtor comporta um inevitável elemento de risco, como aliás é fartamente reconhecido pela teoria econômica.

Um ponto interessante a observar é que a lógica, tanto da oferta, como da demanda, é I/D (dialética) conquanto pareça que ambas se refiram a coisas concretas (mercadorias) de nível lógico D (lógica da diferença).

Esclarecemos que ainda que assim não fosse, não haveria qualquer dificuldade pois D é também um caso particular de I/D. Ademais, muito frequentemente a oferta se realiza num primeiro momento sob forma simbólica, vale dizer, como anúncio de venda (marketing), o mesmo acontecendo com a demanda, quando se realiza inicialmente como resultado de pesquisa de mercado ou de preferências. Mas não é só. O fato de que o status lógico de oferta e da demanda é I/D, vale dizer, o mesmo da lógica do simbólico, faz com que se torne quase natural o processo de semiotização da mercadoria (fetichização), frequentemente transformada em signo de status social, como tem sido sobejamente assinalado por autores de linha materialista a partir das observações originais de Marx. Foi justamente o parti-pris lógico materialista (D) que lhes dispertou para o fenômeno, e consequentemente, para a denúncia. Mas seria possível o estabelecimento de relações inter-subjetivas que fossem apenas materiais ou econômicas sem quaisquer contaminação simbólica ou cultural? Parece-nos óbvio que não!

Bem, voltando à nossa estrutura relacional de nível lógico $D/^3$, verificamos que ela pode ser re-analisada sob uma outra ótica, vale dizer, que nela podemos distinguir outras sub-estruturas que não aquelas determinadas pelo eixo superficial/profunda. Propomo-nos analisá-la agora segundo o eixo entitativo/comunicacional ou entitativo/relacional, conforme visto no mesmo anexo II já mencionado. O plano comunicacional ou relacional, dito também plano das *langues*, compreenderia o conjunto das posições lógicas I/D, I/D, $D/^2$, $D/^2$, onde estão situadas, respectivamente, a oferta (P_s), a procura (P_o), as relações técnicas de produção (R_{os}) e relações sociais de apropriação (R_{so}). Este conjunto nos dá, pois, uma visão estrutural da economia ao mesmo tempo que nos permite bem localizar dois de seus mais importantes mecanismos reguladores: o mercado externo e o mercado financeiro.

O mercado externo localiza-se entre as relações de técnicas de produção e oferta interna, sendo pois um mecanismo regu-

lador da produção. Vide figura 1.5b . Enquanto isto, o mercado financeiro se localiza entre as relações sociais de apropriação e a demanda, constituindo-se assim num mecanismo regulador da apropriação. Dizemos que estes mercados funcionam como mecanismos reguladores a partir da observação de que as relações técnicas de produção só excepcionalmente estão acordes com as relações sociais de apropriação, e que portanto o equilíbrio econômico só se pode realizar a um nível bastante abaixo do que seria quantitativamente possível. O mercado externo através das importações e exportações transforma a produção interna numa estrutura de oferta mais perto da estrutura de demanda gerada pelas relações sociais de apropriação. Paralelamente, o mercado financeiro promove o mesmo tipo de ajuste da estrutura de renda em direção à produção. Obviamente, os dois mercados reguladores, externo e financeiro interno, se comunicam e se compensam, não através instituições, mas de mecanismos de transferências internacionais de fundos.

ESTRUTURA RELACIONAL ECONÔMICA

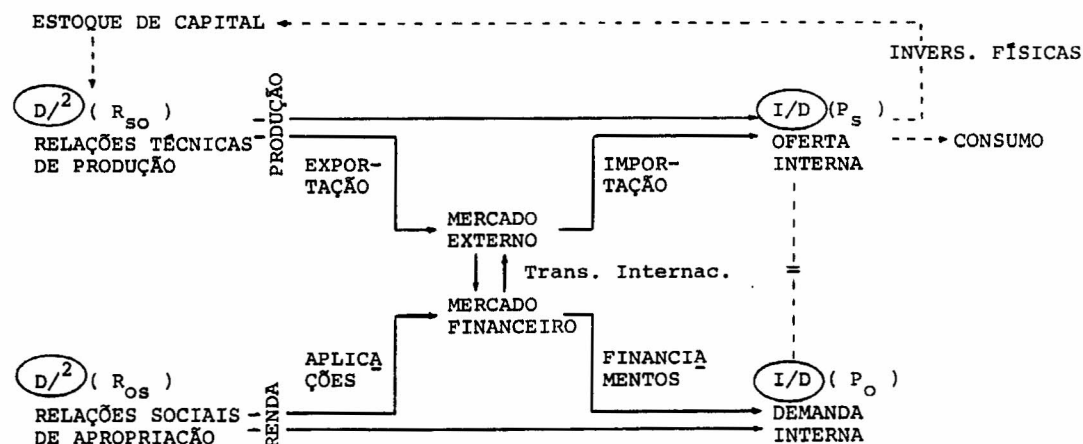



FIGURA 1.5b

Notamos, entretanto, que do mesmo modo que os mercados reguladores podem funcionar no sentido de elevar o nível global de atividade da economia, podem igualmente funcionar em sentido perverso, isto é, viabilizando um afastamento cada vez maior da estrutura de produção vis-à-vis a estrutura da apropriação, de que é flagrante exemplo a economia brasileira, em especial, na década presente.

1.6 **Acumulação e Produtividade**

Como já tivemos a oportunidade de observar, na passagem do nível objetivo ao subjetivo, embora do ponto de vista estritamente lógico as novidades sejam a lógica sistêmica ($D/^2$) e a lógica do ser-subjetivo ($I/D/^2$), do ponto de vista das realidades, o remanejamento do visado por D e I/D para as posições lógicas $D/^2$ e I/D, respectivamente, deixa disponíveis, não aquelas, mas sim as lógicas dialética (I/D) e do ser-subjetivo ($I//D/^2$).

Assim, no plano econômico as variáveis emergentes são o capital (em I/D) e a produtividade ou desenvolvimento tecnológico (em $I//D/^2$). Isto posto, é de se esperar que nos sistemas econômicos modernos ou qüinqüitários estas duas variáveis assumam um papel de maior destaque; de fato, assim acontece. Para melhor ilustrar isto vamos lançar mão de um modelo, que denominamos **modelo mínimo das economias modernas.**

Poder-se-ia indagar se tal pretenção não nos leva a uma situação de petição de princípio. De fato, a modelização é a imposição de um pensamento lógico formal, sistematizante, à realidade, coisa que repetidamente aqui reprovamos. Diríamos, entretanto, que esta modelização é permitida desde que tenhamos em mente um fim específico, em particular, um fim didático, e, acima de tudo, que jamais esqueçamos que o modelo é uma simples representação, no caso, uma representação de uma realidade que por múltiplos aspectos o desborda.

Deveremos pois, preliminarmente, precisar como se dá o referido empobrecimento conceitual. Comecemos com a **satisfação, fim,** ou **utilidade** (U) que se encontra na posição lógico-transcendental. Esta posição,no processo de modelização, será completamente suprimida, pois a sistematização implica, a nível lógico, na introdução do princípio da identidade formal, (A = A), no lugar do princípio único da transcendentalidade ($E^2 = E$).

Na posição lógica da diferença, lugar do inconsciente, do desejo, instalar-se-á o consumo quantitativo (C); em outras palavras, toma-se a aquisição como imediata satisfação ou utilidade, o que obviamente é uma violência. Aí reinará, na verdade, o "espírito" do sistema, o consumismo: quanto mais se adquire maior será a "satisfação" de uma necessidade artificialmente criada pelo próprio sistema produtivo através dos meios de propaganda. A dialética também estará desnaturada, na medida que a história-econômica é substituída por um processo mecânico/quantitativo, o famigerado **processo de acumulação de capital** (K). Ao invés de história, governada pela lógica do impossível, do incalculável, temos o "progresso em ordem", previsível e calculável (pelo cálculo a priori do retorno do investimento).

Só na posição lógico-sistêmica, a violência é nenhuma,pois aí, desde sempre, está o lugar da própria violência, da castração. O trabalho é distante da utilidade por uma dupla diferença, do trabalho ao dinheiro, do dinheiro à utilidade. Não há como desalienar o trabalho: o trabalho sistemático, bem entendido, padece, por natureza, da dupla alienação. A propósito, o único modo de suprimir esta alienação é acabar com o trabalho humano sistemático ou repetitivo, a longo prazo substituindo-o por robôs. Mas que faria o homem? Faria o trabalho sobre o trabalho-sistemático, em outras palavras, ser-lhe-ía reservado o papel que lhe é próprio– de criador dos robôs.

Este lugar será pois ocupado pela produção (Y),haja visto que a produção nada mais é que trabalho,como foi tão bem intuído por Ricardo.

Muito frequentemente a modelização para por aí, desconsiderando a posição lógica-subjetiva. Isto equivale a ignorar a produtividade,já que o trabalho trocado por trabalho (mais produtivo) é justamente a produção da produtividade – desenvolvimento científico,tecnológico, de produto, etc. – bem como o desenvolvimento de recursos humanos em seu sentido mais largo. É certo que não se pode representá-la como tal, mas é possível explicitar sua intersecção ou sua secção encarnada no sistema na forma

de uma variável exógena,especificamente, o influxo de produtividade (π). Assim,temos que π_i representa o ganho de produtividade no período i que se realiza em i+1. Resumidamente, as variáveis de nosso modelo serão :

a) **Na posição da lógica da diferença**

O consumo C, medido em horas de trabalho equivalentes.

b) **Na posição da lógica dialética**

O investimento ou acréscimo de capital ΔK, medido em horas de trabalho equivalentes ou o estoque de capital K medido do mesmo modo.

c) **Na posição da lógica clássica ou sistêmica**

O trabalho W que supomos igual ao produto Y; este último medido em horas de trabalho equivalentes.

d) **Na posição da lógica da subjetividade**

A produtividade π_i, medida como taxa de crescimento do produto físico por hora de trabalho que se realiza no período i + 1.

Alertamos que todas as variáveis de fluxo serão medidas em horas de trabalho,equivalentes às de um determinado ano de referência. Fazê-lo assim é equivalente à mensuração em termos de volume físico de produtos. A equivalência é necessária para possibilitar a comparação em tempos diferentes, levando, pois, em consideração o aumento de produtividade de um ano para o outro. Deste modo,podemos tomar como valor global do produto no ano i o volume de trabalho global no ano i : $Y_i = W_i$. O produto no ano i + 1 será igual a W_{i+1} se medido em horas de trabalho correntes, mas para medi-lo em horas de trabalho do ano i, teremos que multiplicar o valor acima por $(1 + \pi_i)$:

$$Y_{i+1} = W_{i+1} (1 + \pi_i)$$

Os parâmetros estruturais serão:

a) $\gamma = \Delta K_i/K_i$: taxa de crescimento do estoque de capital, parâmetro este que adequadamente expressa a essência do processo de acumulação.

b) $\omega = \Delta W_i/W_i$: taxa de crescimento da população ativa

Frizamos que para simplificar, estamos supondo que W_i é proporcional à população total P_i : $P_i = aW_i$

Observemos que a relação K_i/W_i, que representa o capital por trabalhador, não é um parâmetro. Supondo-se, como é natural, que a taxa de acumulação seja maior que a taxa de crescimento populacional, a relação K_i/W_i deverá crescer num ritmo aproximadamente igual a $\gamma - \omega$.

A figura 1.6, que tem as cinco lógicas subsumidas pela lógica da subjetividade (I/D/) por infraestrutura, nos fornece uma visão panorâmica das variáveis e parâmetros do nosso modelo mínimo econômico.

VARIÁVEIS E PARÂMETROS DO MODELO MÍNIMO

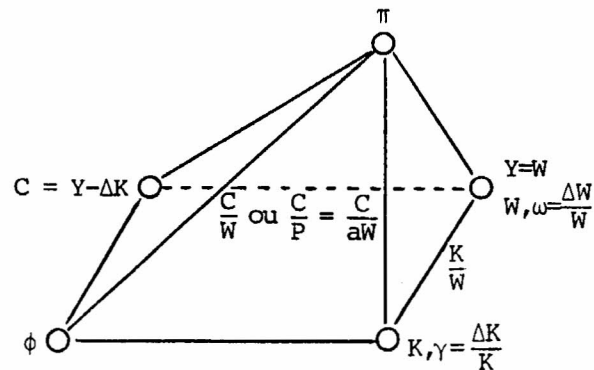



FIGURA 1.6

Temos finalmente, a variável objetivo, o consumo físico per capita, representado por c_i:

$$c_i = \frac{C_i}{P_i}$$

Supondo-se $P_i = aW_i \implies$

$$c_i = \frac{C_i}{aW_i}$$

Tomaremos como condição de viabilização do modelo um consumo per capita não decrescente, isto é, para todo i, $c_i + 1 \geqslant c_i$.

Vejamos agora qual seria o comportamento das principais variáveis do modelo em dois períodos subsequentes. No período i:

produto : $Y_i = W_i$

acréscimo de capital $\Delta K_i = \gamma K_i$

consumo em volume de produto:

$$C_i = W_i - \gamma K_i$$

consumo per cápita, na hipótese $P_i = aW_i$:

$$c_i = \frac{C_i}{P_i} = \frac{W_i - \gamma K_i}{aW_i} = \frac{1}{a} (1 - \gamma \frac{K_i}{W_i})$$

Já no período seguinte, i + 1, teríamos:

produto: $Y_{i+1} = W_i \ (1+\omega)(1+\pi_i)$

acréscimo de capital:

$$\Delta K_{i+1} = \gamma (K_i + \gamma K_i) = \gamma (1+\gamma) \ K_i$$

consumo em volume de produto:

$$C_{i+1} = Y_{i+1} - \Delta K_{i+1} = W_i (1+\omega)(1+\pi_i) - \gamma(1+\gamma) \ K_i$$

consumo per cápita:

$$c_{i+1} = \frac{C_{i+1}}{P_{i+1}} = \frac{W_i \ (1+\omega)(1+\pi_i) - \gamma(1+\gamma) \ K_i}{a \ W_i (1+\omega)} = \frac{1}{a} \ \{ 1+\pi_i - \frac{\gamma(1+\gamma)}{(1+\omega)} \frac{K_i}{W_i} \}$$

A condiçao de viabilidade do funcionamento "normal" da economia, $c_{i+1} \geqslant c_i$, traduzir-se-ia, pois, por:

$$\frac{1}{a} \{ 1 + \pi_i - \frac{\gamma(1+\gamma)}{(1+\omega)} \frac{K_i}{W_i} \} \geqslant \frac{1}{a} \{ 1 - \gamma \frac{K_i}{W_i} \}$$

$$\Longrightarrow \quad \pi_i - \frac{\gamma(1+\gamma)}{(1+\omega)} \frac{K_i}{W_i} \geqslant \gamma \frac{K_i}{W_i} \quad \Longrightarrow \quad \pi_i \geqslant \frac{K_i}{W_i} \{ \gamma \frac{1+\gamma}{1+\omega} - \gamma \}$$

Para valores de γ e ω bem menores que 1, podemos aceitar a simplificação:

$$\pi_i \quad \geqslant \quad \frac{K_i}{W_i} \gamma(\gamma-\omega)$$

O valor de π_i terá que ser necessariamente positivo; caso contrário teríamos que ter $\omega > \gamma$ o que é um contrasenso em se tratando de uma economia moderna (capitalista ou socialista), pois a população estaria crescendo numa taxa superior à da acumulação de capital. Conclusão: a acumulação de capital só é viável nas condições de um permanente aporte de produtividade acima de um certo mínimo, que é função da própria taxa de acumulação.

Tomemos um exemplo numérico, usando valores de relação capital por trabalhador e taxa de aumento populacional próximas às que vigem no Brasil,na atualidade:

$$\frac{K_i}{W_i} = 3{,}00 \qquad \omega = 0{,}0250 \text{ ou } 2{,}5\%$$

A tabela abaixo apresenta os valores mínimos de π_i na condição de consumo físico per capita não decrescente, para cada taxa de acumulação γ, entre os valores 2,5 e 12,0%

γ	Valor mínimo de π_i		
0,025	0,0000	ou	0,00%
0,030	0,0005	ou	0,05%
0,040	0,0015	ou	0,18%
0,050	0,0038	ou	0,38%
0,060	0,0063	ou	0,63%
0,070	0,0095	ou	0,95%
0,080	0,0132	ou	1,32%
0,090	0,0176	ou	1,76%
0,100	0,0225	ou	2,25%
0,110	0,0281	ou	2,81%
0,120	0,0342	ou	3,42%

O gráfico 1.6a é uma representação do compromisso entre taxa de acumulação e aumento de produtividade para o exemplo numérico acima. Vemos que à direita da curva está a zona proibida, aquela que inviabiliza o processo de acumulação, pois aí vigem taxas negativas de evolução do consumo per capita. A área à esquerda da curva, complementarmente, é onde as economias modernas precisam necessariamente, em média, situar-se para sobreviverem.

CONDIÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

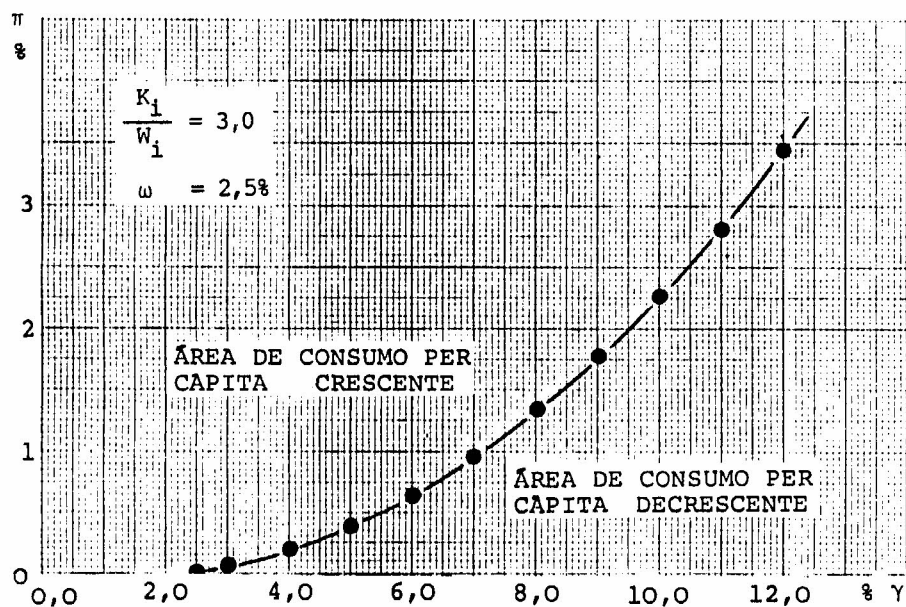



GRÁFICO 1.6a

Observemos ainda que a condição de consumo não decrescente não é fixa, dependendo da relação capital/trabalho. Assim, na passagem do período i para o período i+1, já sabemos, temos a condição:

$$\pi_i \geqslant \frac{K_i}{W_i} \gamma (\gamma - \omega);$$

já na passagem do período i+1 para i+2, a condição será:

$$(1 + \pi_i)^2 - \frac{\gamma (1 + \gamma)^2}{(1 + \omega)^2} \frac{K_i}{W_i} - (1 + \pi_i) - \frac{\gamma (1 + \gamma)}{(1 + \omega)} \frac{K_i}{W_i} \geqslant 0$$

ou $$(1 + \pi_i)(1 + \pi_i - 1) - \frac{\gamma(1+\gamma)}{(1+\omega)} \frac{K_i}{W_i} \left[\frac{1+\gamma}{1+\omega} - 1 \right] \geqslant 0$$

$$\Longrightarrow \quad (1 + \pi_i)\, \pi_i \geqslant \frac{\gamma(1+\gamma)}{(1+\omega)} \cdot \frac{K_i}{W_i} (\gamma - \omega)$$

Não é difícil mostrar que para i+n teremos:

$$\pi \left[\frac{(1+\pi)(1+\omega)}{1+\gamma} \right]^{n-1} \geqslant \gamma \frac{K_i}{W_i} (\gamma-\omega)$$

Fica evidente, pois, que a condição de permanente consumo físico não decrescente — admitindo-se, naturalmente, $\gamma > \omega$ — exige um continuado influxo de produtividade. Temos três casos possíveis:

a) $(1+\gamma) \leqslant (1+\omega)(1+\pi)$

Neste caso, existirá um π mínimo inicial dado por:

$$\pi \geqslant \frac{K_i}{W_i} \gamma (\gamma - \omega)$$

que viabiliza um consumo per capita não decrescente. A longo prazo, a situação poderá se manter até com π menores, desde que sempre positivos.

b) $(1+\gamma) = (1+\omega)(1+\pi)$

Neste caso, temos a condição inicial:

$$\pi > \frac{K_i}{W_i} \gamma(\gamma-\omega) \text{ ou aproximadamente } \pi > \frac{K_i}{W_i} \gamma \pi \Longrightarrow 1 > \frac{K_i}{W_i} \gamma$$

Vê-se que, partindo-de de uma situação $\frac{K_i}{W_i} \gamma < 1$, poder-se-á manter o consumo não decrescente com praticamente qualquer $\pi > 0$.

c) $(1+\gamma) > (1+\omega)(1+\pi)$

Neste caso, existirá um π_i mínimo inicial, ainda dado por

$$\pi_i > \frac{K_i}{W_i} \gamma(\gamma - \omega)$$

que deixa o consumo não-decrescente; entretanto, este valor terá que ser aumentado ano a ano, de modo ilimitado. Isto se constata pelo fato de que quando $n \to \infty$

$$\pi \left| \frac{(1+\pi)(1+\omega)}{1+\gamma} \right|^{n-1} \to 0$$

o que torna impossível a satisfação da condição

$$\pi \left| \frac{(1+\pi)(1+\omega)}{1+\gamma} \right|^{n-1} > \gamma \frac{K_i}{W_i} ,$$

consequentemente, a manutenção de um consumo per capita não decrescente.

Resumindo, podemos afirmar que as condições de viabilida de dos sistemas econômicos capitalizantes não são pouco rigo rosas, e assim poderíamos expressá-las:

a) Inicialmente, que se lhe proporcione taxa de produtividade, função positiva da relação capital/produto e da taxa de acu mulação, e negativa da taxa de crescimento da população:

$$\pi > \frac{K_i}{W_i} \gamma (\gamma - \omega)$$

b) A longo prazo, se γ for tal que $(1+\gamma) < (1+\omega)(1+\pi)$, ou seja, se a taxa de acumulação se mantiver inferior ou igual à taxa de crescimento do produto, o processo poderá continuar

indefinidamente. Caso, entretanto, a taxa de acumulação seja superior à taxa de crescimento do produto, a crise poderá ser adiada com πs também crescentes, mas não definitivamente evitada.

Esta é uma versão simples e óbvia da observação de Marx que o processo de acumulação de capital levaria à pauperização crescente do proletariado, o que é correto na hipótese de um aumento de produtividade menor do que aquele determinado, simultaneamente, por si, ω e γ.

A sensibilidade da produtividade mínima requerida para viabilizar o sistema em relação aos parâmetros $\frac{K_i}{W_i}$ (capital por trabalhador), ω (taxa de aumento da população) e γ (taxa de acumulação de capital) é traduzida pelas expressões

$$\frac{\partial \pi_i}{\partial \frac{K_i}{W_i}} = \gamma(\gamma-\omega) > 0 \qquad \text{para} \qquad \gamma > \omega$$

$$\frac{\partial \pi_i}{\partial \omega} = -\frac{K_i}{W_i}\gamma < 0 \qquad \text{para} \qquad \gamma > 0$$

$$\frac{\partial \pi}{\partial \gamma} = \frac{K_i}{W_i}(2\gamma-\omega) > 0 \qquad \text{para} \qquad 2\gamma-\omega > 0$$

A primeira expressão indica que, mantidos fixos γ e ω, a exigência de ganho de produtividade para não prejudicar o consumo será tanto maior quanto maior for a relação capital por trabalhador (K_i/W_i).

Tomando-se por exemplo de referência a situação caracterizada pelos valores $\frac{K_i}{W_i} = 3{,}00$, $\omega = 0{,}025$ e $\gamma = 0{,}08$, requerer-se-ia $\pi_i > 1{,}32\%$. Se, no entretanto, mantivermos $\omega = 0{,}025$ e $\gamma = 0{,}08$, mas tivermos $\frac{K_i}{W_i} = 3{,}60$ e não 3,00 como antes, seria necessário um aumento mínimo de produtividade anual de 1,58% e não mais de 1,32% como antes.

Note-se que numa situação de partida na qual $\gamma > \omega + \pi$ — tal como no exemplo acima — a medida que vai aumentando o valor

de K/W a condição de consumo per capita não decrescente irá exigir aumentos crescentes de produtividade. Esta exigência só se manterá, contudo, enquanto o valor de π não vier igualar $\gamma - \omega$; a partir daí desaparecerá a sensibilidade de π em relação a K/W, pois a condição $\pi > \frac{K_i}{W_i} \gamma (\gamma - \omega)$ tornar-se-á:

$$\pi > \frac{K_i}{W_i} \gamma\pi \implies 1 > \frac{K_i}{W_i} \implies 1 > \frac{K_i}{W_i} \cdot \frac{\Delta K_i}{K_i}$$

$$\implies 1 > \frac{\Delta K_i}{W_i} \text{ que é uma condição trivial.}$$

A segunda expressão permite-nos afirmar que, em geral, uma taxa de população crescente alivia a demanda da produtividade para viabilizar o sistema. Por exemplo, no caso anterior mantendo-se $\frac{K}{W} = 3{,}00$ e $\gamma = 0{,}08$, porém, tendo-se $\omega = 0{,}030$ e não 0,025, a produtividade mínima requerida para viabilizar o sistema seria apenas de 1,20% e não mais 1,32%. Esta é a razão muito simples da explosão populacional nos países periféricos do sistema econômico mundial. Ingressando no processo de acumulação de capital, mas carentes de capacitação tecnológica para produzir π autonomamente, a única maneira de viabilizar o processo é a expansão demográfica.

A terceira e última expressão indica que ao se pressionar para o alto a taxa de acumulação de capital ter-se-á que, forçosamente, aumentar a taxa de produtividade para manter o mesmo padrão de consumo. Ainda valendo-nos do exemplo anterior, substituindo-se $\gamma = 0{,}08$ por $\gamma = 0{,}096$, mantendo-se $\frac{K_i}{W_i} = 3$ e $\omega = 0{,}025$, a exigência de aumento de produtividade anual passaria de 1,32% para quase 30% mais; precisamente, 1,70%.

O Japão, por exemplo, com taxas enormes de acumulação só é viável com um fluxo bastante elevado de produtividade; consequentemente, de absorção tecnológica. Até certo ponto poder-se-ia obtê-la por copiagem, mas a partir de certo ponto ter-se-á mesmo que criar. É o que o Japão está hoje esforçando-se por fazer.

Outras observações fornecidas pelo modelo — algumas triviais, admitimos — são:

a) A taxa de crescimento da relação capital por trabalhador é crescente e dada por:

$$t\left(\frac{K}{W}\right) \cong \gamma - \omega$$

b) A taxa de crescimento físico da produção é dada por:

$$t_Y = \pi + \omega + \pi\omega \cong \pi + \omega$$

Desta última observação, sabendo-se que as taxas reais do crescimento da população são de modo geral menores que 3%, e nos países desenvolvidos menores mesmo que 1,5%, e que o valor da taxa de aumento da produtividade dificilmente supera a cifra de 2,5%, conclui-se que um crescimento acelerado (vale dizer acima de 4 ou 5%), sem compressão do consumo per capita, só é possível com uma taxa de crescimento da população ativa muito superior à taxa de crescimento da população global. E que se vê? Inicialmente, incorporaram-se crianças, mulheres e, por fim, importam-se trabalhadores dos países periféricos. Em suma, o sistema exige um "exército de reserva" para acumular e crescer acima de 5% ao ano, seja ele capitalista, seja ele socialista.

A insistência em se manter elevadas taxas de acumulação (γ) com a concomitante diminuição da taxa de incorporação de novos trabalhadores (ω) sem que esta seja compensada por um adequado aumento de ganhos de produtividade (π) leva, inexoravelmente, a um declínio da taxa de consumo per capita, e consequentemente, à crise social. Isto é bastante óbvio, na medida em que $\gamma > t_Y = \omega + \pi$ não significa outra coisa senão que a parcela do produto destinada à acumulação cresce mais que proporcionalmente que o crescimento do próprio produto (situação de sobre-investimento) em detrimento, pois, da parcela dedicada ao con

sumo (situação de sub-consumação). Instalada assim a crise, não haverá outra saída que não a desvalorização do estoque de capital físico acumulado; em tom de gozação, diríamos que a solução será mesmo o velho *potlatch* dos Kwakiult |15|, feito agora, *potlatch* dos bens de capital.

Dada a freqüente referência feita ao conceito de **mais valia**, será interessante que examinemos como ela se comporta em nosso presente modelo.

Formalmente a noção de mais-valia pode ser expressa pela relação $v_i = \frac{Y_i - C_i}{Y_i}$, com Y e C expressos em número de horas de trabalho social médio equivalente de um ano de referência.

Para o período i, teríamos:

$$v_i = \frac{W_{i+1} - C_i}{W_i} = \frac{\gamma K_i}{W_i}$$

No período seguinte, v seria dada por:

$$v_{i+1} = \frac{W_{i+1} - C_{i+1}}{W_{i+1}} = \frac{\gamma(1+\gamma) K_i}{W_i (1+\omega)(1+\pi)}$$

A taxa de variação da relação de mais-valia é então expressa por:

$$t_{vi} = \frac{v_{i+1}}{v_i} - 1$$

ou $t_v = \frac{\gamma(1+\gamma)\ K_i}{W_i(1+\omega)(1+\pi_i)} \cdot \frac{W_i}{\gamma K_i} - 1 = \frac{1+\gamma}{(1+\omega)(1+\pi_i)} - 1$

$\cong \gamma - \omega - \pi$

Vê-se, que a taxa de variação da mais-valia, não dependendo de i, pode se manter não decrescente,indefinidamente, desde que $\gamma > \omega + \pi$. Constata-se, pois, que a exigência de sobrevivência do sistema em termos de taxa de produtividade crescente — no caso mais comum de $\gamma > \omega + \pi$ — é uma exigência muito mais forte que a simples manutenção de taxas de mais-valia não decrescentes. Em suma, não é a taxa de mais-valia crescente que pode se tornar um entrave ao processo de acumulação. Veja-se o gráfico 1.6b , que é o mesmo gráfico 1.6a no qual superpusemos a curva que assinala a clivagem $t_v \lesseqgtr 0$. Nas condições deste exemplo, t_v só se tornaria negativo para valores de π_i da ordem de 30% , o que, do ponto de vista prático é impensável.

CONDIÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

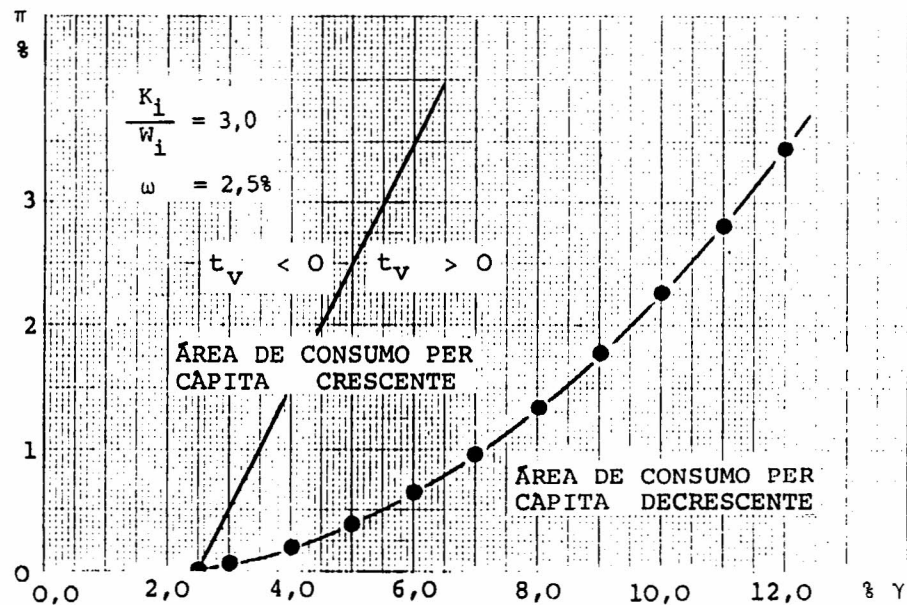



GRÁFICO 1.6b

Para que o leitor possa fazer uma idéia mais concreta dos valores históricos das taxas de produtividade,apresentamos a tabela 1.6 onde estão relacionados dezesseis países com as respectivas taxas médias de produtividade, medidas no período 1870 e 1979.

TABELA 1.6

PRODUTO INTERNO BRUTO DIVIDIDO POR TRABALHO-HORA, 1870 E 1979, EM PREÇOS RELATIVOS DOS ESTADOS UNIDOS DE 1970

(cents por hora)

País	1870	1979	Taxa de crescimento média anual 1870 a 1979	Relação de 1979 a 1870
Austrália	130	648	1.47	5.0
Áustria	43	589	2.40	13.7
Bélgica	74	731	2.10	9.9
Grã-Bretanha	80	548	1.77	6.9
Canadá	61	703	2.24	11.5
Dinamarca	44	527	2.28	12.0
Finlândia	29	526	2.66	18.1
França	42	711	2.59	16.9
Alemanha	43	693	2.55	16.1
Itália	44	583	2.37	13.3
Japão	17	439	2.98	25.8
Países Baixos	74	748	2.12	10.1
Noruega	40	665	2.58	16.6
Suécia	31	671	2.82	21.6
Suíça	55	512	2.05	9.3
Estados Unidos	70	828	2.26	11.8

Fonte: Angus Maddison, *Phases of Capitalist Development*, 1982.

Uma rápida inspeção da tabela mostra como uma diferença anual de 0,49% pode fazer inverter a posição relativa da Grã--Bretanha e dos Estados Unidos, e como o Japão, com uma taxa anual de quase 3%, pôde sair da última colocação no quadro para a invejável situação que ora já ocupa (não está na tabela porque esta só vai até 1979, mas que dela se pode inferir por simples extrapolação).

Que povos, e mais ainda, que políticos têm sensibilidade para ganhos anuais de mais ou menos 0,5%?! No entanto, isto é quase tudo, em termos de futuro econômico, obviamente.

Para aqueles leitores já algo familiarizados com a economia, pensamos que seria inevitável a comparação do nosso modelo, diríamos pessimista, com o modelo Harrod-Domar |5|, inequivocamente otimista.

O modelo Harrod-Domar é um modelo econômico que permite um crescimento ilimitado, com taxas de acumulação e de consumo também crescentes, o que só excepcionalmente pode ocorrer no nosso modelo. Qual a razão desta discrepância? É o que tentaremos aqui explicar.

Tanto na versão Harrod como na versão Domar, temos as seguintes variáveis:

K_i = estoque de capital no período i

Y_i = produto ou renda no período i

C_i = consumo no período i

ΔK_i = investimento = poupança no período i

e ainda, como parâmetros:

c = propenção ao consumo, definido por $C_i = c\, Y_i$

t_y = taxa de crescimento, definida por $t_y = \frac{Y_{i+1}}{Y_i} - 1$

Para completar o modelo, exige-se uma equação de comportamento, que em geral podemos estipular como sendo: $f(Y,K) = 0$.

No modelo Domar, essa última equação é especificada como:

$$Y_{i+1} - Y_i = \frac{1}{r} I_i \quad , \text{ r: rel. capital/produto}$$

que nos diz que um investimento I_i provoca no período seguinte um aumento de produto igual a $\frac{1}{r}$ vezes I_i.

Esta equação permite encontrar t_y, que fica determinado pela igualdade:

$$t_y = (1-c)\,\frac{1}{r}$$

No modelo Harrod, a equação f (Y,I) toma a forma:

$$I_i = g\,(Y_i - Y_{i-1}) \quad ,$$

que nos diz que o investimento em i é determinado como uma proporção fixa g do acréscimo de produto do período anterior em relação ao período de referência.

Pode-se então determinar t_y, que toma a forma:

$$t_y = \frac{1-c}{g - (1-c)}$$

Comparando as duas soluções, vemos que os dois modelos formalmente se equivalem, bastando que façamos:

$$\frac{1}{r} = \frac{1}{g - (1-c)}$$

Daqui por diante referiremo-nos, como aliás é costume, ao modelo conjunto Harrod-Domar, especificando apenas os os parâmetros $\frac{1}{r}$ e c.

Isto posto, antes de qualquer juizo, devemos procurar traduzir as equações do modelo Harrod-Domar nos mesmos termos do nosso modelo.

Tomemos inicialmente a equação $C_i = cY_i$; ela é equivalente à $W_i - C_i = W_i - cY_i$. Como $Y_i = W_i$, ela se transforma em $W_i - C_i = W_i - cW_i$ ou $W_i - C_i = W_i\,(1 - c)$. Sabendo-se que $W_i - C_i = \Delta K_i$ e que em nosso modelo $\Delta K_i = \gamma_i K_i$, tem-se:

$$\gamma_i K_i = W_i \; (1 - c)$$

$$\text{ou} \quad 1 - c = \frac{K_i}{W_i} \gamma_i \quad \text{ou ainda } c = \frac{K_i}{W_i} \gamma_i - 1$$

Busquemos agora determinar o comportamento de γ_i.

Partimos da equação $Y_{i+1} - Y_i = \frac{1}{r} I_i$. Tendo-se em conta que $I_i = \Delta K_i = \gamma_i K_i$, tem-se que:

$$Y_{i+1} - Y_i = \frac{1}{r} \gamma_i K_i$$

Dividindo-se ambos os lados por Y_i, que sabemos igual a W_i, chega-se a:

$$\frac{Y_{i+1} - Y_i}{Y_i} = \frac{1}{r} \gamma_i \frac{K_i}{W_i} \text{ ou } t_y = \frac{1}{r} \gamma_i \frac{K_i}{W_i} \text{, e logo,}$$

$$\text{a que} \quad \gamma_i = \frac{W_i}{K_i} \cdot t_y \, r$$

Vejamos agora o comportamento de γ no período subsequente; partimos de:

$$Y_{i+2} - Y_{i+1} = \frac{1}{r} \; \gamma_{i+1} \; K_{i+1}$$

Esta última expressão é equivalente a:

$Y_{i+1} \cdot t_y = \frac{1}{r} \gamma_{i+1} \cdot K_i(1 + \gamma_i)$ que por seu turno é equivalente a:

$$Y_i(1 + t_y)t_y = \frac{1}{r} \gamma_{i+1} \; K_i(1 + \gamma_i)$$

o que nos permite explicitar o valor de γ_{i+1}:

$$\gamma_{i+1} = \frac{W_i}{K_i} t_y \cdot r \frac{1 + t_y}{1 + \gamma_i}$$

Ora, já vimos que $\gamma_i = \frac{W_i}{K_i} t_y \cdot r$, logo

$$\gamma_{i+1} = \gamma_i \frac{1 + t_y}{1 + \gamma_i}$$

Vemos então que se partirmos de uma condição inicial $\gamma_i = t_y$ teremos também $\gamma_{i+1} = t_y$ e assim por diante; em suma teremos uma taxa de acumulação de capital constante e igual à taxa de crescimento do produto.

No caso em que tenhamos de partida $\gamma_i \neq t_y$, pouco importa, visto que a expressão $\gamma_{i+1} = \gamma_i \frac{1 + t_y}{1 + \gamma_i}$ tenderá mais ou menos rapidamente para o valor t_y. Em suma, no modelo Harrod-Domar a taxa de acumulação de capital ou é constante e igual a t_y ou a médio prazo tende inexoravelmente para este valor.

Chegamos assim à conclusão que o modelo Harrod-Domar é apenas um caso particular do nosso modelo, precisamente o caso de crescimento perfeitamente equilibrado onde as taxas de crescimento do produto, do consumo e da acumulação de capital (sempre ou tendencialmente) são iguais e constantes, isto é,

$$t_y = t_c = \gamma \text{ (ou } \cong \gamma)$$

A hipótese implícita no modelo Harrod-Domar estabelecendo a igualdade da taxa de acumulação (γ) e da taxa de crescimento do produto (t_y), a nosso juízo é extremamente inconveniente. Ela nos tira a possibilidade do exame das crises geradas precisamente pela manutenção de taxas de acumulação de capital incompatíveis com os ganhos de produtividade (π) incorporados à economia, assim como, com eventuais quedas nas taxas de crescimento da população ativa (ω), pois, como vimos $t_y \cong \pi + \omega$. Haveria modo mais apropriado de caracterizar o capitalismo que não fosse justamente como o sistema que tenta impor taxas de acumulação independentemente das circunstâncias?

A irrealidade do modelo Harrod começa precisamente quando se estabelece $Y_{i+1} - Y_i = \frac{1}{r} \Delta K_i$, fazendo assim do capital o único e exclusivo fator produtivo. Esta crítica se estende, aliás, a todos os modelos que de modo explícito ou implícito consideram o capital como um fator produtivo num sentido mais amplo do que aquele que de fato ele possui: o capital, em verdade, produz apenas a sua depreciação — como, aliás, o sabem todos os contadores do mundo. Modelos — e que são a maioria — que utilizam a função de produção do tipo Cobb-Douglas (que não se restrinja apenas ao fator trabalho) estão portanto sujeitos ao mesmo tipo de crítica aqui feito ao modelo Harrod-Domar. A função de produção deste, diga-se de passagem, é um caso particular — o mais singelo possível — da função Cobb-Douglas.

1.7 **Mapeamento das Doutrinas Econômicas**

Nosso propósito aqui é bastante limitado: não se trata de proceder a um levantamento exaustivo das doutrinas econômicas, mas tão somente de explicitar as coordenadas de um espaço conceitual no qual se poderia localizá-las e compará-las num estudo futuro mais profundo. O curioso é que, para tanto, não precisaremos nos afastar da linha de pensamento que vínhamos até aqui seguindo, e isto porque, mais uma vez, as coordenadas do espaço conceitual que buscamos não é outra coisa senão o conjunto das próprias estruturas lógicas em sua natural sequência.

De modo geral, admite-se que um pensamento propriamente econômico começa com os clássicos ingleses, reconhecendo-se precursores, entre eles os mercantilistas e os fisiocratas.

A rigor, a temática econômica já aparece entre os gregos, especialmente em Platão e Aristóteles, mas ainda não claramente destacada da política. Na idade média, especificamente na escolástica, os temas econômicos estão até bem presentes, mas ainda assim, como essencialmente tributários da ética. O mais importante pensador de temas econômicos na escolástica é, sem dúvida, Santo Tomás de Aquino.

Um pensamento econômico já com alguma autonomia, na verdade, emerge com os mercantilistas, escola que surge por volta do século XV e mantem-se dominante até o começo do século XVIII. Sendo, entretanto, um pensamento comprometido com o absolutismo de então, sob muitos aspectos, conserva-se ainda tributário de objetivos marcadamente políticos internacionais.

O mercantilismo centra sua atenção na acumulação de metais preciosos e no comércio. Seu já mencionado comprometimento com o absolutismo político encaminha-o na direção do nacionalismo e do intervencionismo. Distingue-se uma variante espanhola, denominada bulionismo; uma francesa – cujo expoente é Colbert – que, embora enfatizando o comércio internacional, defende a ne

cessidade de amparar e subsidiar a indústria nacional , justamente para dar-lhe condição de competitividade internacional; e ainda uma variante inglêsa, que além do comércio propriamente dito, enfatiza a necessidade de apoiá-lo com uma potente infraestrutura de serviços de transporte marítimo.

Do ponto de vista lógico, deveremos situá-lo em I/D, especificamente com I/D pertencente à estrutura objetiva, pois, como dissemos, seu objeto central era o comércio, vale dizer, a troca espacial. Ver figura 1.7.

Esta localização entre as lógicas objetivas deixa claro que o pensamento mercantilista ainda não chega a ser um pensamento moderno, e sua incompatibilidade com ele — tanto cultural, quanto econômica — logo se fará sentir. É fácil ver que o protecionsimo exacerbado, a busca de acumulação de metais, se generalizado, só pode levar mesmo a um impasse. Esta incompatibilidade é da mesma sorte da incompatibilidade política do absolutismo com a modernidade. A sorte de um foi, como se veio a ver, a sorte do outro.

A outra escola pré-clássica é a dos fisiocratas, que vem se afirmar por volta da segunda metade do século XVIII. Começa aí a economia a se configurar como um saber verdadeiramente autônomo. Aparece a noção de lei natural (econômica), as noções de circulação e apropriação da riqueza, e ainda, uma inegável tendência ao liberalismo, em flagrante oposição ao protecionismo mercantilista, que já se viu, vinha embaraçando o desenvolvimento das forças produtivas. O principal nome dessa escola é o francês Quesnay, famoso pelo seu *tableau* das interações econômicas. O postulado fundamental dos fisiocratas, e que justifica sua própria denominação, era o de que a terra e somente ela era a fonte de toda a riqueza, por consequência, a agricultura a única atividade realmente produtiva. Esta característica permite-nos atribuir-lhe a posição lógica D, mas D objetivo, isto é, D como lógica do concreto (a terra, no caso).

Vê-se que com os fisiocratas completam-se as posições lógicas objetivas, pois a posição I, já o mostramos, é uma posição essencialmente extra-econômica.

AS DOUTRINAS ECONÔMICAS

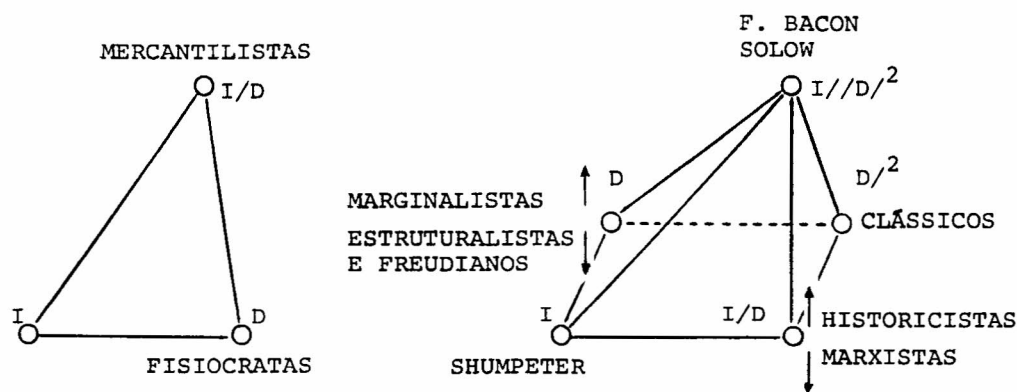



FIGURA 1.7

Os determinantes lógicos das escolas mercantilista e fisiocrata demonstram o quão justo é tomar os clássicos ingleses como os reais fundadores da economia moderna. De fato, esgotadas as posições objetivistas — posições estas, aliás, que, em comparação com a cultura da época, já se afiguravam como anacrônicas — só restava ao pensamento econômico um caminho: irromper no mundo das lógicas subjetivas, isto é, acertar o passo com a modernidade. Não é muito difícil adivinhar o que estaria então para acontecer. À vista do próprio curso das transformações da vida econômica que vinha se desenrolando a partir de meados do século XVIII, os espíritos mais realistas e de inclinação empirista, de modo geral os mais comprometidos com os acontecimentos, pronto se postariam na diagonal lógico-machista, isto é, em I, $D/^2$ e/ou $I/D/^2$.

Surge assim, no último quartel do século XVIII, a chamada escola clássica, em sua maioria,de ingleses , pois era justamente na Inglaterra que as referidas transformações se mostravam já mais nítidas e profundas. Com os clássicos, a economia

adquire seu status de maior-idade, vale dizer, vem afinal configurar-se como um saber autônomo, independente da ética e da política.

O primeiro dos clássicos é Adam Smith, que propõe um programa liberal coerente e justificado. A riqueza da nação , com ele,deixa de ter como fonte a terra ou o comércio para centrar-se no trabalho, especificamente, no trabalho organizado (processo de divisão do trabalho). Enfatiza a importância da concorrência como fator de dinamização da economia, para o que, afirma, exige-se um contexto de ampla liberdade de iniciativa. Seguem-se Ricardo e Malthus. Ricardo dá uma contribuição fundamental, que vai desvelar a própria essência do ser-econômico: introduz a noção de valor econômico como valor-trabalho, noção esta que mais tarde irá se tornar um dos conceitos básicos do pensamento crítico marxista. Quanto a Malthus, o mais importante a destacar, são suas análises econômico-demográficas, aliás, marcadamente pessimistas. Não menos importante é a contribuição de Stwart Mills no sentido da consolidação das idéias de seus predecessores. Com ele, note-se, a economia clássica , já comprometida com a lógica-sistêmica, acaba desvelando seu exato sujeito correlato: o sujeito racional e calculista, imediatamente transparente a si próprio, logicamente posicionado em I — o homo econômicus.

Em França temos como os mais ilustres representantes do liberalismo clássico J.B.Say e Bastiat; o primeiro se mostra um entusiasta do industrialismo,destacando o papel crucial que nele joga o capitalista enquanto empreendedor/inovador.

Resumindo, diríamos que,do ponto de vista lógico,a ênfase dada ao trabalho como verdadeira fonte de riqueza e ao processo de divisão/organização do trabalho como principal fator de progresso faz com que localizemos a doutrina clássica em $D/^2$. Todos, os que defenderem o liberalismo, de certo modo poderiam ser também localizados não só em $D/^2$, mas na diagonal I, $D/^2$. A nosso juízo, entretanto, esta honra dever-se-ia limitar a J.B. Say

pela importância que dá ao papel dinamizador do empresário. O deslocamento de ênfase de D/^{2} para I, de uma forma nítida, entretanto, só se consumará no século XX, na figura exponencial de Schumpeter com sua análise – diga-se de passagem, mais sociológica que propriamente econômica – do papel do empreendedor, na dinâmica do capitalismo. Aliás, não era para menos – já observamos que a posição I é de certo modo extra-econômico, assunto mais para sociólogo, ou mesmo filósofo, do que para convictos economistas.

Na posição I//D/^{2} iremos encontrar todos que vislumbraram no progresso técnico (ciência, técnica, produtividade) o essencial dos sistemas econômicos modernos. Esta essencialidade, já mostramos no item 1.6, é de um tipo muito bem definido: ela coloca os ganhos de produtividade como condição necessária para sobrevivência ou continuidade de toda e qualquer economia acumulante. Seriam inúmeros os pensadores que poderíamos aqui arrolar, mas ficamos com apenas três. O primeiro é F. Bacon, por sua ante-visão do papel que a ciência e o *know-how* iriam representar para o desenvolvimento e o poder das nações que estavam para se lançar na aventura da modernidade. A seguir, re-mencionaríamos Schumpeter, que além de sua conhecida análise do papel do empresário, alertou sobre os efeitos da inconstância dos fluxos de inovação no nível geral de atividade econômica. Por último, mencionaríamos o americano Solow, recente ganhador do Prêmio Nobel da especialidade, justamente por seus incontáveis trabalhos sobre o papel da tecnologia na dinâmica das economias modernas.

É hora de passarmos à diagonal feminina, D, I/D, às lógicas da crítica e da subversão, às posições lógicas que o capitalismo, para ser justo o que é, não pode prescindir de reprimir ou inverter. Em I/D, poderíamos começar situando os historicistas (List, o mais importante, Schmoller, Roscher e outros), não pela lógica, mas pelo objeto. São os primeiros pensadores a explicitar a dimensão histórica do ser-econômico. Sua significação, entretanto, é mínima, na medida em que não perceberam a

necessidade de uma lógica (ou método) próprio para o que pretendiam visar, que outra coisa não poderia ser, senão a dialética. São, pois, historicistas cegos para o próprio "objeto" que escolhiam.

Só com Marx, temos efetivamente um pensar de natureza lógico-dialético (I/D). Por duas razões Marx é obrigado a buscar um novo modo de pensar, que encontra já desenvolvido em Hegel: a primeira é o seu intento de visar o econômico não como sistema, mas como história; a segunda, seu empenho em direcionar o olhar crítico para um particular modo de ser do econômico, precisamente, o capital. Um como outro "objetos" requerem a dialética para desvelá-los.

Em D, como soe acontecer, as coisas são sempre um pouco mais complicadas. A entrada da lógica da diferença no proscênio econômico assinala, como não poderia deixar de ser, o declínio da hegemonia da produção, representada aqui pelo capital — trabalho acumulado, ou equivalentemente, desejo postergado — em favor do consumo — satisfação de desejo; sinteticamente, a passagem do capitalismo **produtivista** ao capitalismo **consumista.** Na esfera doutrinária isto irá corresponder ao surgimento do pensamento neo-clássico, especificamente do marginalismo de Viena. (Carl Menger e discípulos). Esta escola de pensamento econômico toma o partido não mais do produtor, mas sim, do consumidor; este deixa o papel de coadjuvante no processo econômico para assumir o papel principal, seu fim último; não é mais o portador de necessidades socializadas, porém, de desejos incondicionados irredutivelmente individuais. Não caberia, pois, à economia indagar sobre as origens destes desejos — o que seria, sim, tarefa da psicologia — mas tão somente inventariá-los e determinar, empiricamente, suas intensidades relativas, isto é, determinar suas taxas marginais de substitutibilidade num contexto de generalizada escassez.

Vê-se que não foi por puro acaso que o marginalismo econômico e psicanálise nasceram no mesmo berço, aproximadamente, à mesma época!

Assim, numa primeira decisão, devemos alocar na posição lógica D todos os neo-clássicos (marginalistas): o precursor H. Gossen, a escola austríaca com Menger e seus discípulos mais destacados (Von Wisser, Bawerk, Mayer) e ainda Walras, Jevons, Pareto e Marshall.

Isto, porém, não é tudo. O fato de que a lógica D venha comparecer na modernidade de maneira invertida ou recalcada — tal como ocorre com a lógica I/D — faz dela um lugar privilegiado de crítica a esta própria modernidade, isto é, ao capitalismo. Em poucas palavras: é precisamente das lógicas invertidas (D e I/D) que se pode adequadamente proceder a uma crítica radical da parcialidade lógica (I, D/[2]) que caracteriza positivamente o capitalismo.

É óbvio que só após a consumação da inversão é que qualquer delas poderia vir a operar criticamente. Assim, somente depois da virada fatual do produtivismo para o consumismo, e mais, depois de justificada ideologicamente a necessidade desta passagem (pelo marginalismo psicologista) é que poderiam ter vindo à cena as doutrinas críticas referentes à lógica D.

Em que pese o arsenal conceitual freudiano estar disponível desde o início do século, tivemos que esperar cerca de meio século para que vissem à luz os primeiros esboços doutrinários críticos comprometidos com a lógica D. Os que primeiro vieram a fazê-lo, diga-se de passagem, foram pensadores que tiveram sua formação dentro do marxismo, mas que, de um modo ou de outro, sentiram-lhe a dramática insuficiência, insuficiência esta identificada com grande acuidade por A. Badiou: a falta de uma teoria do sujeito. Precisaríamos nós: a falta de uma teoria do **sujeito da história**, tal como o **sujeito cartesiano** se postaria ante os **sistemas**.

Nesta posição, isto é, em D , mas vindos de I/D, encontramos hoje uma enorme variedade de pensadores. Começamos com Althusser , que , exdruxulamente, sobrepõe D a I/D — o estruturalismo ao marxismo — sob a forma de re-leitura das obras

de Marx. Para ele, é preciso que incorporemos à praxis o saber não-reflexo das massas (D), posição esta, aliás, de inegável inspiração maoista. Na posição D, I/D também devemos colocar todos da Escola de Frankfurt (Adorno, Marcuse, Habermas); os adeptos da esquizo-análise (Deleuse-Guattari |11|) e da transversalidade (Guattari |16|); os antropólogos estruturalistas (Godelier |15|); Baudrillard com sua crítica radical do consumismo | 3,4 |; não esquecendo, o já mencionado A. Badiou | 2 |, com seu declarado intento de desvelar o sujeito do marxismo — que nós identificamos como o verdadeiro sujeito da história. Não sabemos se por coincidência ou não, os franceses, excluido Lévi Strauss, sabe-se, foram frequentadores do seminário de Lacan!

Este passeio ainda que extremamente rápido pelo território das doutrinas econômicas — apenas por ter tido como pano de fundo as estruturas lógicas — é suficiente para nos alertar de que já se esgotaram as parcialidades lógicas, igualmente, as possibilidades propriamente ideológicas. Daqui para frente, ou partimos em busca da economia-nova, cuja lógica é a plena síntese $I/D/^2$, ou, tão apenas, nada.

2. ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na trilogia da qual o presente trabalho é parte existe um volume nomeado *Lógica e cultura* |21| no qual procuramos mostrar que o desenvolvimento social é, fundamentalmente, um desenvolvimento lógico-cultural. Estabelecida esta premissa, somos obrigados a aceitar que o processo de desenvolvimento econômico não é o verdadeiro "motor da história", mas justamente tributário de um processo mais fundamental. Os determinantes lógico-culturais do desenvolvimento social, entretanto, operam a longo prazo, além do que não são omni-determinantes. Nestas circunstâncias, uma história propriamente econômica não perde o seu interesse, em especial, na compreensão da dinâmica de cada período lógico-cultural.

Um corolário desta colocação é que o materialismo histórico — no sentido que lhe dá Marx — cabe muito bem nas apreciações históricas de médio prazo, isto é, na condição de sensível estabilidade lógico-cultural, porém, sujeito ainda à drástica condição de que a formação social objeto de análise não apresente sérias anomalias lógico-culturais internas, como é o caso, por exemplo, do caso brasileiro. Isto faz com que as análises marxistas da Europa no período que vai do fim da era medieval ao século XIX sejam de grande valor, e este é justamente o período a que o próprio Marx se dedicou. As extrapolações retrospectivas, até mesmo a específica problemática de passagem do feudalismo ao capitalismo, assim como as extrapolações prospectivas,

em especial, a partir do último quartel do século XX em diante, quando feitas a partir do enfoque materialista dialético, deixam à mostra pronta e evidente fragilidade. A razão disto, voltamos a afirmar, é que estaremos examinando períodos de "turbulência" lógico-cultural, cujas determinações se sobrepõem às demais, sejam elas políticas, sejam elas econômicas.

Feitas estas considerações preliminares, passamos a uma breve explicação de como desenvolveremos o presente capítulo. Iniciamos com uma panorâmica geral das etapas do desenvolvimento econômico periodizado segundo as lógicas que as governam: primeiro uma etapa **fenomênica** ou pré-econômica, associada à lógica I; segundo, uma etapa **objetiva** ou propriamente econômica — que vai dos primórdios ao feudalismo — associada à lógica I/D; finalmente, uma etapa **subjetiva** — que vai do feudalismo à modernidade — associada à lógica $I/D/^2$.

Tanto pela sua riqueza, quanto pelo interesse mais direto que desperta, a modernidade capitalista merecerá um tratamento mais detalhado, o que faremos no segundo item do capítulo. Cada um dos primeiros sub-itens versará sobre as três etapas do capitalismo: o **urbano**, o **nacional** e o **estatal**. O sub-item final será dedicado à discussão da problemática **capitalismo nacional** versus **capitalismo internacional**.

Terminaremos o capítulo com um item voltado especificamente à **crise econômica atual** e às perspectivas da **economia-nova** que começam a se delinear em nosso horizonte histórico.

2.1 **As Etapas Lógicas do Desenvolvimento Econômico**

O que aqui se apresentará tira toda sua força da necessá ria hierarquia constitutiva das lógicas, e do modo também impe rativo de como se dá a passagem de um nível lógico a outro, em especial, do modo de passagem do nível objetivo ao subjetivo. Alertamos, pois, que só alcançará a devida e fácil compreensão deste item quem tiver lido e compreendido o anexo , particular mente , no caso, o seu item 5.1.

2.1.1 Etapa fenomênica: os primórdios

As primeiras atividades aparentemente econômicas — ou se quizermos, pré-econômicas — são, como sabemos, a caça e a cole ta. Que as caracteriza? Exatamente, o encontro. Assim, elas têm que ser regidas pela lógica da temporalidade, o que é o mes mo, pela lógica transcendental ou da identidade, para a qual o ser é pura presença. Que é a caça e o fruto coletado senão sua presença; enquanto não encontrados, são apenas nada. Tão logo encontrados são imediatamente apropriados e devorados, melhor dir-se-ia, incorporados, tornados idênticos a quem os tenha en contrado. O nomadismo era pois o único modo possível de ser-aí por este mundo.

Poderia alguém objetar que a caça e a coleta implicam a busca, e que, portanto, implicam o movimento,que por seu turno envolve as categorias do espaço e do tempo. Diríamos que este argumento carece de solidez, pois o espaço do caçador e do cole tor não o é verdadeiramente, na medida em que é destituido de estrutura, vale dizer, de uma boa definição de distância; quem busca, move-se aleatoriamente, e se anda, por exemplo, cem me tros numa certa direção não sabe se ficou mais ou menos cem me tros próximo do encontro. A única coisa que conta é o evento--encontro, a efetiva presença do alimento. A virtude fundamen tal do caçador ou coletor não é de modo algum a velocidade,mas, sim, a paciência, quem duvida? Paciência para que, por si, o encontro advenha.

Em suma, na economia da caça e da coleta o espaço não conta, mas apenas, a temporalidade, e o ser que nela se dá o faz tão só como presença que se apresenta, que já sabemos, é modo de ser governado pela lógica transcendental ou da identidade.

Podemos reconsiderar tudo isto sob o ângulo mítico. Neste caso o econômico fenomênico irá corresponder à fase paradisíaca da humanidade, quando ainda não era necessário o trabalho para garantir sua sobrevivência material. De certo modo, o Éden se nos afigura como o pré-econômico,na medida em que o econômico se define como trabalho, e por conseqüência, como **mediação** por excelência. No Éden a satisfação era imediata, e não relativa e mediatizada, como hoje. A propósito, percebe-se,deste ponto de vista, como economia e sexualidade possuem uma boa dose de correlação. Foi o exercício "imoderado" da sexualidade que levou ao adensamento populacional que, por seu turno, inviabilizou a sobrevivência apenas natural. Sem o trabalho, consequentemente, não teria sido possível a "multiplicação" permanente.

2.1.2 Etapa objetiva: dos primórdios à troca espacial

O nível objetivo comporta três lógicas, a transcendental, a da diferença e a dialética. A primeira resulta da simples subsunção da etapa anterior, de modo que o especificamente objetivo começa com a segunda, que é a lógica capaz de visar o concreto, conseqüentemente, a espacialidade. Nestas circunstâncias, a segunda etapa do desenvolvimento econômico terá que ser objetivamente caracterizada pela vigência da espacialidade. Não precisamos grande esforço imaginativo para identificar a agricultura — e de certo modo, também o pastoreio — como aquilo que devamos ora tratar. A atividade agrícola é fundamentalmente espacial, exigindo inclusive o sedentarismo de quem a pratica, em contrapartida ao nomadismo da etapa anterior. É verdade que existe um semi-sedentarismo agrícola onde o solo é relativamente pobre, como acontece com os índios brasileiros, mas isto não invalida as linhas básicas de nossa colocação.

O desenvolvimento da agricultura no vale dos grandes rios é concomitante ao assentamento de grandes contingentes populacionais que dão nascimento às primeiras grandes civilizações. E isto é compreensível, visto que, com este adensamento populacional, multiplicam-se as oportunidades do contacto e da acumulação de experiência que constituem o motor do processo civilizatório.

Note-se ainda que, concomitantemente, surge a escritura, que se caracteriza, fundamentalmente, pela espacialização da linguagem. Assim, agricultura, assentamento territorial estável, conseqüentemente, fronteiras e escrita são acontecimentos correlatos, todos governados, em essência, pela lógica da diferença. Note-se que o espaço que aqui tratamos, não é um espaço fechado, um território em meio a um conjunto fechado de territórios. O que temos aqui é um território circunscrito em meio a um espaço aberto, potencialmente infinito, cuja ocupação só pode ser obstada pela força do outro. Por isso, ainda não temos um sistema econômico, nem uma economia mundial, que seria já então governada pela lógica da diferença da diferença ou clássica.

Que é feito do tempo? O tempo subsiste, porém, ainda não se articula com o espaço. Na economia de caça e coleta era o espaço que era aleatório; na economia de base agrícola, é o "tempo" que passa a ser aleatório, e é para neutralizar esta condição que estas civilizações apelam para a estocagem. Não é de admirar que em muitas culturas agrícolas a estocagem seja uma atribuição da classe sacerdotal, pois esta função é complementar à apelação aos deuses para que lhes proporcionem as condições "naturais" necessárias a uma boa safra.

Observe-se ainda que a diferença conota mediação. Assim é que na fase governada pela lógica da diferença assinala-se o surgimento do trabalho — esforço que visa outra coisa que si mesmo. Podemos ir mais a fundo, e dizer mesmo que o econômico propriamente dito só começa como trabalho, e deste modo, caracterizar o econômico como essencialmente mediação.

Neste ponto é conveniente que nos detenhamos a examinar com certa profundidade a noção de troca, especialmente a questão de sua lógica implícita.

A noção de troca originária pode ser classificada como puramente espacial: na situação típica de troca, dar e receber acontecem simultaneamente, garantindo, destarte, a perfeita reciprocidade. Note-se que neste tipo de troca não se exige nenhuma organização supervisora, nenhuma mão invisível, nenhum conjunto de regras permanentes e estáveis; cada troca é um ato completo e acabado. Seu caráter espacial se explicita quando abstraimo-nos do fato que os personagens em jogo são seres conscientes. Neste caso, a troca fica reduzida aos aspectos extremos do dar e receber, sujeita tão somente à lógica da diferença, esta última lógica instituindo apenas a espacialidade aberta, diferentemente da lógica do sistema que pré-impõe um espaço fechado.

São evidentes as limitações que a troca espacial traz a qualquer grupo: seus membros ficam restritos a só manterem relações objetivas, que exigem a simultânea disponibilidade para dar (deixar de ter).

Em algum momento da história, viria à luz um novo tipo, necessariamente derivado daquele: a troca no tempo. Que quer dizer isto? Muita coisa: a passagem da dialética como lógica do sentido para a dialética como lógica da história, momento especialíssimo da instituição da subjetividade nas relações econômicas.

2.1.3 Uma complexa transição: da troca no espaço à troca temporal

Na troca do tempo — que faz do econômico um ser-subjetivo — alguém dá algo no tempo t para reavê-lo ou ser ressarcido num tempo posterior t + T. Quais as condições para que isto se consume regularmente? Como se poderia garantir a reciprocidade se o tempo é unidirecional?

Sendo a dação unidirecional – por exemplo, o filho cedendo ao pai – só haveria uma solução possível para alcançar-se a reciprocidade: é que aquele que dá, mudasse de **lugar** – no exemplo, o filho vindo posteriormente ocupar o lugar do pai. Isto significa que os agentes da troca teriam que aceitar uma separação entre ser e posicionar-se, vale dizer, um *split* do ser-presente em, de um lado, **ser**, de outro lado, **presença em**, isto é, **estar**. Daí, torna-se possível ser sem estar aqui ou acolá, e estar, sem confundir-se com este ou aquele **lugar**.

O termo tradicional em sociologia para estes lugares é **papel**. A partir de então a troca supõe dois momentos lógicos; a troca propriamente dita que se dá entre os papéis, e a assunção deste ou daquele papel. O conjunto de papéis vem definir uma estrutura (melhor, diríamos, um sistema), o indivíduo podendo ocupar este ou aquele papel e até ocupar múltiplos papéis pertencentes a estruturas sociais diferentes. A compatibilidade dos múltiplos papéis é,aliás,um assunto de grande importância para compreensão da dinâmica social e da relação indivíduo/sociedade, mas que aqui não caberia desenvolver.

Em síntese, poderíamos dizer que a troca no tempo se dá unidirecionalmente entre papéis, a reciprocidade ou a simetria sendo reavida com a mobilidade dos indivíduos relativamente aos papéis.

No exemplo em que o filho cede ao pai, a reciprocidade será recuperada quando, futuramente, o que está no lugar (papel) filho vier assumir o lugar (papel) pai. Para tanto, o que está no lugar filho deve desde logo ser considerado herdeiro, ficando tácito que a ocupação do lugar do pai, de certo modo, será também uma deposição.

Vê-se assim que a troca no tempo historiciza o grupo social; é necessário que se passe a viver além do presente, também, concomitantemente, o passado (o que se deu) e o futuro (o que virá, a mais ou a menos, para ressarcir); será preciso vi-

ver no agora, a memória, e a esperança; reverenciar e proje-
tar-se.

Sumariando, diríamos que a passagem da troca no espaço pa-
ra a troca no tempo exige a separação **ser/estar**, a insurgência
de **papéis** estruturados, a vigência de regras permanentes entre
os papéis e de transição entre papéis, ou seja, o **sistema**.

Note-se ainda que a **lei** (conjunto de regras de relação e
transição) é aqui de autoria indefinida, diferentemente da lei
emanada da autoridade (lei mosaica, por exemplo) e da lei conve-
niada (por exemplo, as constituições gregas e os códigos roma-
nos); ela é por excelência a lei natural ou a lei da "mão invi-
sível". O que se passa, então, em geral, com o espaço lógico?
A dialética, ao passar de dialética do sentido a dialética da
história, exige como contrapeso — para fixar-lhe a transição —
a emergência da lógica do sistema, a lógica clássica.

Se abstrairmo-nos do ser (e da consciência) dos participan-
tes, vemos que a troca deixa de ser espacial para ser sistêmica,
vale dizer, dentro de um espaço fechado, o que caracteriza jus-
tamente a regência do princípio do terço excluso. As lógicas
agora em jogo são a transcendental, a da diferença, a dialética
(da história) e a clássica e, obviamente, sua síntese, a lógica
da subjetividade. Daí, termos taxado de importantíssima a pas-
sagem da troca no espaço para a troca no tempo: ela assinala pre-
cisamente a passagem do reino da objetividade ao da subjetivida-
de.

Há algo mais a salientar: a primeira é um efeito retroati-
vo sobre o papel da lógica transcendental após a fixação da dia-
lética e da lógica sistêmica. A lógica transcendental que an-
tes pensava a forma — em contraposição ao conteúdo — irá pensar
projeto. A liberdade, essência da transcendentalidade ante o
sistema, passa a se definir fundamentalmente como liberdade-pro-
jeto, liberdade e/ou projeto de superação dos limites sufocan-
tes do terço excluso. Mas não é só, semelhante efeito retroati-
vo se dá relativamente à lógica da diferença, que antes pensava

a espacialidade e a concretude (ou conteúdo vis-à-vis a forma); ela torna-se agora **pensar inconsciente**, suporte e recusa ao sistema: suporte na medida em que a diferença da diferença pressupõe a diferença; recusa na medida em que a lógica da diferença desconsidera o terço excluso, saltando do paradoxal ao intuitivo, sem naquele jamais se deter.

Podemos agora voltar ao terreno do econômico propriamente dito, e caracterizar a etapa objetiva final da história do ser-econômico como aquela da troca espacial, do mercado, ou da feira. Que outra coisa é o mercado ou a feira, senão o encontro marcado, o evento-encontro num espaço pré-determinado, síntese da temporalidade e da espacialidade? Fica ainda mais claro,pois, porque esta etapa deve ser associada à dialética.

Observe-se que a eventual mediação da troca por uma mercadoria padrão (dinheiro) em nada altera a essência deste tipo de troca. A moeda aí apenas opera como um facilitador da troca, em termos técnicos,diríamos que funciona apenas como meio de troca, sem outras funções,que,mais tarde,ela virá assumir.

2.1.4 Etapa subjetiva: a modernidade.

No plano apenas lógico, o nível subjetivo inicia-se com a passagem da dialética de lógica do sentido (ou idéia) a lógica da história.

A passagem correlata no plano econômico, já o mostramos, é aquela da troca no espaço para a troca no tempo. É algo bastante similar ao que ocorre no plano psicológico na denominada crise edipiana. Trata-se, em essência, de abrir mão, agora, do fruto do seu trabalho ou consumo em favor de um consumo futuro, provavelmente de nível ou qualidade superior.

O termo próprio para isto em economia é inversão ou investimento. Fisicamente, o investimento é a renúncia ao gozo do consumo hoje, que deverá ser ressarcido em termos de deprecia

ção ao longo de anos futuros. Caso esta venha a ser medida em termos de horas de trabalho médio, e mesmo contábil, a soma das depreciações sucessivas igualará o investimento; entrementes, com o aumento de produtividade no período, o ressarcimento em termos de produto físico pode exceder o que teria sido renunciado com o investimento.

Assim, a lógica que se constitui com a troca (mercado de bens e serviços) descola-se e desloca-se para instaurar a troca no tempo (mercado de capitais).

Sabemos que esta passagem só se fixa com o surgimento de uma outra lógica em cena, e que, por conseqüência, algo também novo venha surgir no plano econômico em resposta àquela passagem.

Este algo novo será, é óbvio, de natureza sistêmica, pois estará governado pela lógica clássica. É o surgimento do econômico como sistema: a sistematização das atividades de sobrevivência material da sociedade, em outras palavras, a sistematização geral do trabalho.

A sistematização atinge a tudo: sistema financeiro internacional, sistemas multinacionais de comércio, sistemas nacionais de produção, intensa sistematização (racionalização) empresarial, e talvez, a mais evidente e sufocante das sistematizações: a linha de produção.

Assim, na base, sistematiza-se o trabalho, cada trabalhador passando a ocupar um papel bem definido numa estrutura fechada de relações com outros trabalhadores. Aliás, é um erro falarmos em processo de divisão do trabalho, que se existisse só, seria governado pela lógica da diferença. O que ocorre, em verdade, é um processo de divisão/integração ou organização do trabalho. Sem igual dose de integração, como iria progredir a divisão? É preciso compreender bem isto: a divisão do trabalho é um correlato da sua integração sistêmica, governada,esta sim,

pela lógica clássica. Tendo isto em conta, a noção de alienação no trabalho precisa ser revista. A chamada divisão do trabalho não leva à perda da visão do todo; é exatamente o contrário; ela impõe a todos um todo – sistêmico, é verdade – como pano de fundo de toda tarefa, e é justamente esta consciência que faz com que o trabalhador não possa nem mesmo sonhar com qualquer alteração no que faz. Daí a repetitividade, a uniformidade, para alguns por certo, o enfado, para muitos, a desobrigação de ter que pensar!

Em suma, num primeiro momento, o surgimento do mercado de capitais e da conseqüente acumulação de capital, tem como contrapartida necessária a sistematização global da atividade econômica, pois, toda a trama de relações financeiras (temporais) exige a estabilidade a longo prazo dos personagens em jogo – o que só se pode dar com a instituição de papéis (econômicos) que sejam bem definidos,por si,e em suas relações mútuas.

Em segundo lugar, os elementos da diagonal feminina – correspondentes à lógica da diferença e à dialética, cujos correlatos onto-lógicos são o inconsciente e a história – é óbvio, não podem ser pura e simplesmente abolidos. Pode-se apenas reprimi-los, o que se faz desnaturando-os, negando-os em sua essencialidade, em suma, em sua lógica. Passamos a pensá-los com uma lógica substitutiva e castradora. Mais precisamente, aquilo que seria pensado naturalmente pela lógica da diferença e pela dialética passa a sê-lo pela lógica sistêmica e/ou pela lógica transcendental. Com isto, desejo e história passam a ser, respectivamente, saciável e calculável, e o que assim não se comporta, é considerado como um resto aleatório, mera flutuação estatística.

Os movimentos subseqüentes são, em primeiro lugar, a re-definição do que é governado pela lógica transcendental. Pelo que acima ficou dito, pode parecer que à etapa objetiva (I/D) iria suceder a etapa do ser-econômico-subjetivo-em-sua-integralidade (I/D^2). Curiosamente, do mesmo modo que acontece na es-

fera do desenvolvimento psico-lógico, como também na esfera da cultura, dá-se uma regressão a uma forma intermediária, aquela que corresponde à síntese da lógica transcendental com a lógica da diferença da diferença ou clássica, simbolizada por $I//D/^2$. Esta síntese intermediária é, não mais de nível objetivo, porém, claramente subjetiva. É precisamente ela que denominamos **dialé-tica traumática** ou **machista**, em contraposição à síntese plena — da identidade, da diferença, da dialética e da clássica — ain-da por vir, a que denominamos lógica da subjetividade-em-sua-in-tegralidade.

Em termos econômicos isso irá corresponder a uma estrutura onde predomina a diagonal machista, aquela que compreende o sis-tema (divisão/organização do trabalho) e o senso de determina-ção, ou de livre iniciativa econômica; e ainda, a tudo subsumin-do, uma fonte de permanente geração de ganhos de produtividade.

Assim, ao invés de uma verdadeira história econômica que resultaria do conflito e da concorrência, tem-se, substitutiva-mente, a dinâmica-progresso, a história cumulativa, calculável e previsível.

Na prática, o aspecto histórico da realidade econômica fi-ca reduzido a um simples processo de acumulação de capital, de-terminável e determinado pelos métodos quantitativos de avalia-ção do retorno de investimento em condições de risco estimáveis. A concorrência vai sendo suprimida pelos oligopólios, cartéis, enfim, pelos monopólios estatais ou privados. Em suma, tudo is-to no afã de eliminar a história, o improvável, o impossível, o verdadeiramente novo.

Simetricamente, o inconsciente ou o desejo é banido como dimensão do ser-econômico, pois, outra coisa não é que a mani-festação do contingente; o desejante é reprimido, e em seu lu-gar posto o consumidor racional dotado de uma boa "ordem de preferências" e bem definida "função de utilidade". Trata-se de um consumidor governado pela lógica do possível, cujo comporta-

mento pode ser previsto por criteriosas pesquisas de mercado; esta lhe apresentando um universo sempre pré-determinado e fechado de escolhas para satisfazer "necessidades" que previamente lhes foram inculcadas pelo marketing. Por ironia, a propaganda atua cada dia mais a nível do inconsciente do consumidor, deslocando-o do reino do desejo contingente para o reino da necessidade — necessidade do apenas possível; em síntese, instalando-o na escassez quantitativa.

Jacques Donzelot em *Capitalismo e esquizofrenia — dossier anti-Édipo* |10| comentando o pensamento de Baudrillard resume de modo exemplar isto que denominamos inversão da lógica do consumo:

> *O capitalismo é esse progressivo arrombamento do inconsciente que leva a substituir a verdadeira lógica do desejo à sua ambivalência radical, pelo princípio da equivalência em que só há pseudo-trocas, pela manipulação dos signos da fruição em vez da própria fruição.* (pp 168, 169)

Não é difícil reconhecer que estamos justamente frente ao retrato da economia atual, seja ela capitalista, seja socialista, e para o qual tendem todas as outras economias "retardatárias". Ela é o ser-econômico machista correlato exato da cultura ocidental moderna. Ver figura 2.1.4.

Na área socialista toma-se a acumulação de capital como o verdadeiro modo de ser-histórico, na área capitalista considera-se que o consumismo é o verdadeiro modo de satisfação do desejo inconsciente, mas tudo marcha em ambas as áreas em função de uma implacável sistematização da produção em todos os níveis, e pela transgressão desta sistematização por um insistente influxo de inovação tecnológica. Mas não tenhamos dúvida: no fim de contas, a história irá a todos surpreender e o inconsciente a tudo sub-verter. É só esperar!

Resumindo, podemos dizer que a etapa atual do desenvolvi-mento econômico é uma etapa subjetiva degradada, em que o his-tórico (impossível) e o inconsciente (contingente) do ser-econô-mico-em-sua-integralidade foram substituídos, respectivamente, pela acumulação monopolista de capital e pela propaganda induto-ra do consumismo, o que, por suposto, não diz grandes novida-des.

Estas considerações obrigam-nos a uma reconsideração do que veio a ser o efetivo processo histórico de formação do modo de produção capitalista. Este processo só fecha seu ciclo natu-ral (lógico) com a descoberta/institucionalização do marketing — uma técnica de submeter o outro que há em muitos a outro que é ninguém; de enquadrar (não poderia mesmo ser logicamente dife-rente) o contingente ao sistêmico. A modernidade econômica nas-ce efetivamente antes de Marx, mas só se consuma depois de Freud. O primeiro, muda-se para a Inglaterra, para ver de perto a "peste" — que ele não chegou a ver, era ainda só metade; o se-gundo viaja aos Estados Unidos para aportar-lhes da "peste" a outra metade, como ele próprio chegou a desconfiar — e quem sa-be? — temer.

ECONOMIA E CULTURA NA MODERNIDADE

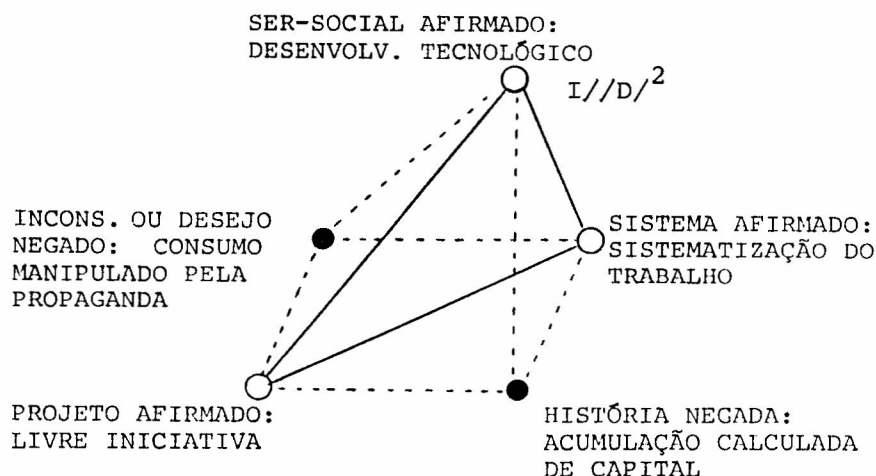



FIGURA 2.1.4

2.2 As Etapas do Capitalismo

Iniciaremos este item comparando a economia moderna com todas as demais que a precederam, de modo a explicitar a essência da revolução burguesa. Como o próprio nome indica, uma revolução fundamentalmente urbana. Podemos, pois, dizer que o capitalismo originário é, basicamente, um capitalismo urbano. Nos itens subsequentes trataremos dos diferentes modos capitalistas que a história foi forjando até nossos dias. O item final examinará a questão da possibilidade de um novo capitalismo, não mais nacional ou estatal, mas sim, internacional.

2.2.1 **A essência da revolução burguesa**

A passagem do feudalismo ao capitalismo no plano econômico é o correlato da passagem da cultura cristã trinitária à cultura moderna. Do ponto de vista lógico, é a passagem de I/D a $D/^2$, ou mais precisamente, a $I//D/^2$. No item 5. do anexo , chamamos a atenção para a criticidade desta passagem, que é aquela do mundo objetivo ao subjetivo. No registro psíquico corresponde exatamente à crise edipiana. Não é de espantar,pois, que sejam bastante grandes as dificuldades em se chegar a uma satisfatória compreensão deste tipo de trânsito, de que a passagem do feudalismo ao capitalismo, do ponto de vista formal, é apenas um caso particular.

O problema não é só de compreensão, mas de vivenciamento: quantos povos ainda mostram grande dificuldade em aceder à modernidade. De fato, não é assim tão fácil desistir, reprimindo-o, o desejo de dormir com a própria mãe, de postergar o desejo de um consumo imediato; em outras palavras, de sair do eixo da troca espacial para o da troca no tempo, de reprimir o sentido para poder entrar na historicidade.

Embora possam ser extremamente complicadas as peripécias no curso da passagem do feudalismo ao capitalismo, não é muito difícil saber-se onde, afinal, se irá aportar. Neste sentido é que vamos deixar de lado a crônica das peripécias para concentrarmo-nos no sentido da passagem, que se desvela na comparação dos traços distintivos essenciais das economias modernas e todas as demais que a precederam.

Comecemos, pois, com a comparação estrutural entre o que poderíamos denominar economias antigas (todas as que existiram anteriormente ao século XVII, algumas ainda sobrevivendo) e o que designamos como economias modernas, as que justamente surgem após aquela data, sem discriminarmos se de natureza capitalista, socialista ou mistas, se centrais ou periféricas. Com este procedimento estaremos evitando, como dissemos, uma complexa e controversa passagem que nos leva do feudalismo ao capitalismo

mercantilista europeu que poderia desviar-nos do nosso objetivo principal que é, esperamos, evidenciar, de modo simples e direto, o papel que à ciência e tecnologia cabe na diferenciação daqueles dois tipos fundamentais de estruturas econômicas.

SISTEMAS ECONÔMICOS ANTIGOS

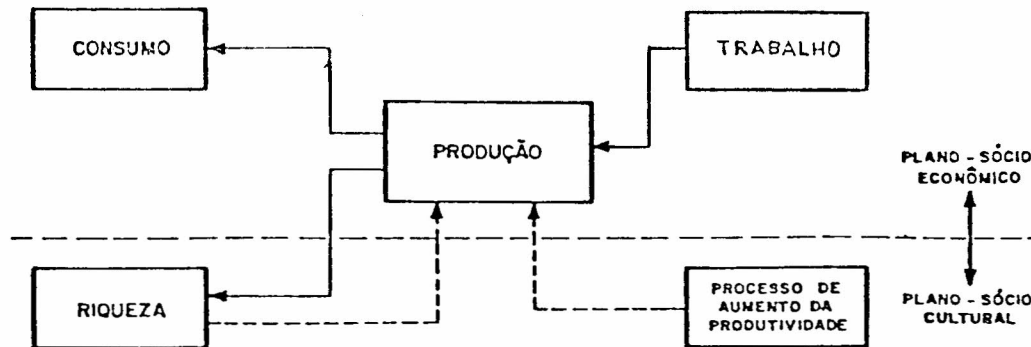



FIGURA 2.2.1a

Nas economias antigas o diferencial (excedente) entre a produção e o consumo — excetuados os estoques reguladores do consumo — naturalmente gerado por um eventual aumento de produtividade ou politicamente forçado, alimentava um processo de acumulação de bens que designaremos riqueza. A palavra riqueza, em vez de capital, aí está para caracterizar que estes bens acumulados, de certo modo, situavam-se fora do plano econômico propriamente dito. A riqueza, individual e/ou de grupos, constituía-se em reserva de valor, e isto apenas na medida que a cultura atribuía-lhe um valor simbólico e marca de status social. Ver figura 2.2.1a.

Só excepcional e parcialmente estes bens acumulados eram revertidos para o próprio processo produtivo, ampliando-o com novos meios de produção. Não raro, a própria sociedade usava mecanismos de dilapidação da riqueza a fim de que fosse garantido

o recomeço do próprio processo acumulativo; bem antes do capitalismo algumas sociedades já reconheciam na acumulação um papel francamente emulador de indivíduos e da própria sociedade como um todo. Por que a riqueza não se transformava de modo sistemático em capital?

A resposta a esta pergunta é extremamente simples: é que o processo de acumulação — se realizado continuadamente em termos de bens de produção e mantido constante o nível de produtividade do sistema econômico — traria como resultado inexorável a depressão progressiva do nível de consumo da massa trabalhadora. Tal não ocorreria apenas na condição de a taxa de acumulação não exceder a taxa de aumento da população. Em outras palavras, a acumulação de capital, com produtividade constante, só é possível de modo continuado numa economia em crescimento meramente extensivo.

Quando esta condição tão restritiva não ocorre, a acumulação exponencial de capital, se tentada, leva necessariamente à depressão do consumo da massa trabalhadora e, conseqüentemente, à desagregação social. Poderia existir uma saída: o aumento sistemático da produtividade de modo que a parcela do trabalho reservado ao próprio consumo do trabalhador, embora progressivamente decrescente, fosse compensada por um acréscimo da relação bem produzido/horas trabalhadas (ver item 1.6). Esta condição, até o século XVI, jamais havia sido cumprida de modo sistemático e continuado: os acréscimos de produtividade ocorriam de modo aleatório relativamente ao sistema produtivo.

A conclusão é pois bastante óbvia: o processo de acumulação de capital, e não de riqueza, expressão do webberiano **espírito protestante** só se viabilizaria com o paralelo surgimento de um baconiano **espírito científico** capaz de alimentar, de modo sistemático e permanente, o processo de aumento de produtividade social do trabalho. Este é exatamente o casamento que vem caracterizar estruturalmente as economias modernas.

Neste ponto vale a pena fazermos uma razoavelmente longa digressão sobre a história da formação do pensamento científico moderno, na qual buscaremos explicitar e valorar, na justa medida, o papel que aí desempenha a lógica clássica (ou lógica sistêmica). Até meados do século VII a.C., afora o saber prático e fragmentário de agricultores, artesões e artistas, o saber humano mais ou menos sistemático resumia-se às coletâneas de mitos leigos ou religiosos. Através do mito, as civilizações justificavam sua origem e destino, a própria ordem social e a ordem aparente ou oculta do mundo (Vide figura 2.2.1b).

DO PENSAMENTO MÍTICO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO

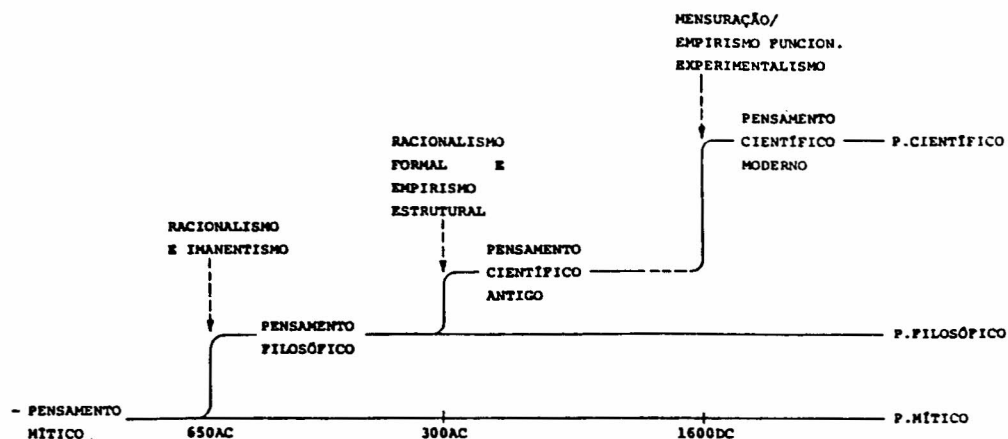



FIGURA 2.2.1b

Em meados do século VII a.C. irrompe na Grécia, mais precisamente nas colônias gregas do oriente próximo, uma nova forma de saber suportada pela prévia invenção da primeira linguagem escrita perfeitamente fonética (~ século X a.C.), e estimulada pela larga troca de experiências culturais proporcionada por uma intensa atividade comercial-marítima. Ao novo saber chamamos filosofia, um saber de estofo eminentemente racional, que busca seu ponto de apoio em princípios imanentes à própria natureza. Cerca de trezentos anos mais tarde irrompe um novo tipo

de saber onde o racionalismo genérico é substituído por um racionalismo estrito (lógico-formal), e onde a observação empírica sistemática vem constituir-se no ponto de partida do saber. Falamos de Aristóteles, o fundador, entre outras tantas coisas, da lógica formal.

Pode-se dizer pois que, entre os gregos, dá-se a auto-explicitação da capacidade formal da mente, e aí propriamente a história da ciência.

Com a lógica clássica, abre-se ao homem o espaço da ciência como hoje a entendemos: discurso dedutivamente controlado capaz de expressar a ordem das coisas, delimitar o espaço das construções possíveis, e , por sua economicidade, facilitar a acumulação e transmissão da experiência adquirida. A descoberta da lógica clássica assinala, como já dito, o momento da auto-explicitação do funcionamento formal da mente, momento de uma verdadeira psico-análise formal do próprio homem.

O salto subseqüente consolida-se em princípios do século XVII: dá-se o surgimento da ciência físico-matemática moderna. De certo modo, o homem já havia digitalizado/convencionalizado o mundo pela linguagem natural: as coisas poderiam ser caracterizadas pela afirmação ou negação de um conjunto de qualidades ou essências. Entrementes, estas qualidades permaneciam isoladas entre si,impedindo, assim, uma abordagem funcional da realidade. Mantinha-se o homem no âmbito das ciências meramente classificatórias. Provavelmente possuía as noções de pressão, volume e temperatura, — mas não sabia como articulá-las; em outras palavras, era mínima sua capacidade de dominar a natureza ou simplesmente prever eventos futuros.

Fazia-se necessária a passagem do enfoque substancial e essencialista a um enfoque relacional ao mesmo tempo que operacionalista. É justamente através da mediação do processo de mensuração que o homem dá esse passo. As qualidades dicotômicas (quente/frio, leve/pesado, etc) são substituídas por uma essên-

cia qualitativa geral (temperatura, massa, etc.), correlata a um tipo de instrumento (termômetro, balança, etc.) e por um número que mede a intensidade em que esta qualidade geral está presente. A física não se propõe mais, primordialmente, saber o que são estas qualidades em si, mas, tão simplesmente, buscar as leis que governam as relações entre as intensidades destas mesmas qualidades e suas variações no tempo.

Como ilustração, poder-se-ia dizer que essa revolução começa a tomar forma na Europa, ainda na Idade Média; primeiro com a tradução completa da obra aristotélica, entre 1150 e 1270, depois com pensadores como Grossetete, Roger Bacon, Duns Scotus, Ockam e Autrecourt, entre outros, criticando a maneira como se vinha aplicando o método indutivo-dedutivo de Aristóteles e afirmando o valor da experimentação. Os séculos XVI e XVII vêem o aparecimento dos grandes cientistas na acepção moderna do termo: Copérnico, Kepler, Galileu, culminando com a figura exponencial de Newton. Nasce a ciência moderna, nasce, de pronto, a filosofia da ciência, onde se destacam os nomes de Descartes e Francis Bacon. Embora a figura deste último venha sendo presentemente minimizada por muitos historiadores da ciência, continua a nosso juízo a ser dos mais importantes no que tange à ante-visão do valor da ciência. Em verdade, Bacon, como outros que o antecederam, reitera as críticas ao modo em que se vinha praticando o método indutivo-dedutivo de Aristóteles, porém, é o primeiro a enfatizar o papel da observação instrumental, e, por conseqüência, da importância das intensidades relativas das variáveis físicas. Mais importante que isso, entretanto, é o fato de Bacon perceber a importância social que a ciência poderia ter: sua prática, acredita, deve constituir-se num imperativo moral, e a partir daí, faz ingentes esforços para organizar a atividade científica de seu tempo em termos cooperativos; explicita, assim, o vínculo ciência-produção.

A partir daí, o homem leva a natureza a manifestar-se formalmente, obriga-a a falar a linguagem lógico-matemática, portanto, de talhe imediatamente compatível com a capacidade de

processamento lógico formal da mente. Não é de admirar, pois, que as matemáticas sirvam tão bem à física.

A física, inicialmente voltada para a mecânica, amplia suas conquistas chegando, no século XIX, ao pleno domínio do eletromagnetismo com Maxwell. No século XX, as conquistas são enormes: a relatividade, a mecânica quântica, a física de partículas e a tecnologia eletrônica. Por derradeiro, a micro-eletrônica empregada na miniaturização dos circuitos digitais, viabiliza técnico-economicamente a construção de máquinas simuladoras do pensamento lógico-formal do homem: o computador eletrônico.

A consciência da importância econômica da ciência determinou a reformulação das velhas universidades bem como a fundação de muitas outras por toda a Europa, já então comprometidas com um renovado papel social. Uma peça, entretanto, ainda faltava. Só em fins do século dezoito desperta a consciência de que o desenvolvimento científico-tecnológico-produtivo precisava assentar em bases mais amplamente sólidas: começa uma nova luta que cedo culmina com a consolidação dos sistemas de educação pública universal. Completa-se assim a estrutura fundamental das sociedades modernas (vide figura 2.2.1c).

Estas considerações são suficientes para que melhor se compreenda a situação das economias periféricas ocidentais e das economias socialistas, vis-à-vis as economias ocidentais desenvolvidas. Nas economias socialistas conseguiu-se a continuidade e regularidade de um processo de acumulação de capital; entrementes, os mecanismos de fomento de produtividade mantêm-se incompatíveis com o ritmo de acumulação alcançado, o que resulta num ainda insatisfatório ritmo de crescimento do consumo global. Nos países de periferia na área capitalista, o ritmo de expansão é espasmódico: o processo de acumulação de capital é, em geral, induzido do exterior concomitantemente à transferência de um quantum tecnológico; estas transferências tecnológicas são também comandadas do exterior, de modo que sua eventual

SISTEMAS ECONÔMICOS MODERNOS

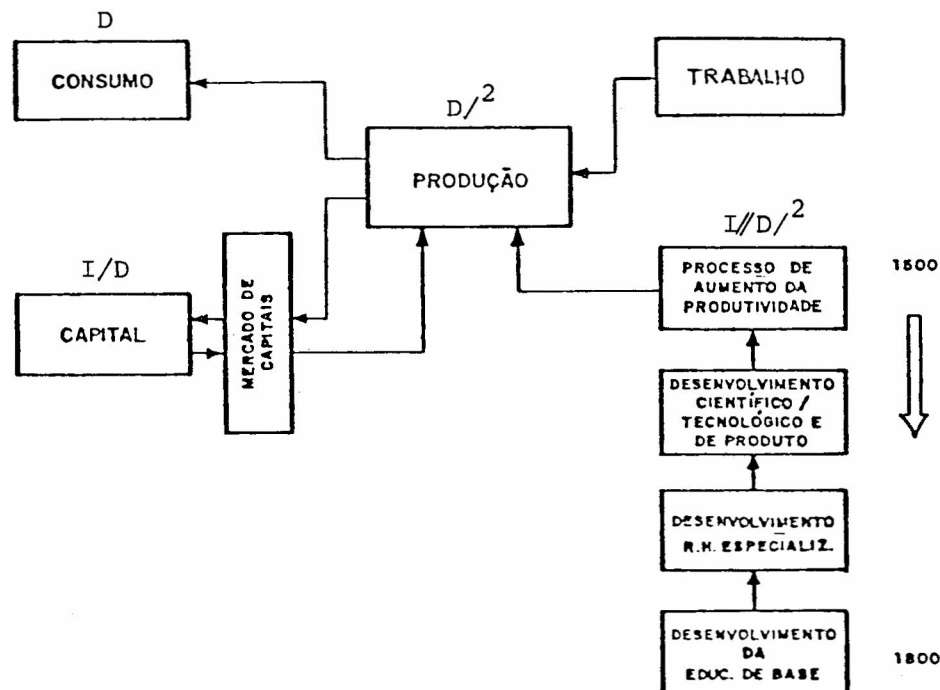



FIGURA 2.2.1c

interrupção, simultâneamente à continuidade do processo de acumulação (que nestas circunstâncias só pode ser financeiro e não físico), acaba por pressionar o nível de consumo da massa trabalhadora, levando o sistema a um processo de crise geral. A inexistência de um processo interno e autônomo de geração de ciência e tecnologia é, pois, uma das principais razões da crônica e vexatória dependência dessas economias.

Não podemos encerrar estas considerações sem antes chamar a atenção que o processo de acumulação de capital/desenvolvimento científico-tecnológico exige uma condição suplementar que é a formação de um mercado específico financeiro (incluindo as operações de seguro) capaz de compatibilizar a continuidade do processo de acumulação de capital enquanto tal, com a necessidade de consecução das inversões físicas de maneira modular; em outras palavras, a acumulação física só pode ser feita eficiente

mente de modo discreto e em quantidades superiores a um certo mínimo. Este é um dado estrutural das economias modernas de maior importância para a compreensão geral do funcionamento dos atuais sistemas econômicos, em particular, das economias capitalistas, mas de menor relevância para o nosso presente interesse, pelo que, aqui, deixamo-lo de lado. Ver adiante item 4.1.

De modo geral, podemos dizer que às estruturas econômicas pré-modernas corresponde uma estrutura social dual. Isto, obviamente, é uma simplificação conceitual. Em realidade, nestas sociedades, além de duas classes significantes (por exemplo: aristocracia feudal e camponeses) encontramos uma multitude de grupos sociais que dificilmente poderíamos enquadrar com propriedade em um dos lados da dicotomia de referência. Dentre eles, o mais significativo de todos é aquele dos comerciantes, tendo em vista que seu aparecimento assinala a última fase da etapa do desenvolvimento econômico objetivo. Note-se que é a partir da transformação de alguns comerciantes em banqueiros que inicia-se o processo que nos levará às estruturas econômicas da modernidade. De qualquer modo sua presença à época não chegou a ser numericamente significativa; ademais, seus interesses convergiam mais para o interesse do senhor rural do que do camponês. Por razões de simplificação os deixaremos aqui de lado. Quanto aos demais grupos, uma análise mais detalhada de seus papéis sócio-econômicos revelará que eles estão essencialmente referidos, ou até mesmo diluídos, naquela dicotomia: alguns deles são grupos de intermediação, seja de natureza política ou cultural, seja mesmo de natureza econômica; outros são grupos transitórios logo absorvidos pelas duas classes de referência, alguns outros são grupos "satélites" da classe superior, desempenhando papéis sociais estritamente dependentes desta classe. Em suma, todos estes grupos podem ser melhor caracterizados como "grupos para outrem" do que como "grupos para si", de sorte que a simplificação proposta, de considerarmos como fundamentalmente dual as sociedades antigas, constitui um procedimento analítico perfeitamente aceitável para os propósitos comparativos que aqui nos movem.

Do ponto de vista econômico, o que caracteriza estas duas classes sociais? De um lado, aqueles que, através de seu trabalho, constituem-se, eles próprios, como principal insumo à produção; de outro, aqueles que detêm a parcela maior do poder de determinação da distribuição do produto entre consumo e riqueza acumulada. O controle de produção como tal, podendo estar de um ou de outro lado, sem que isso altere essencialmente a determinação econômica das duas classes (por exemplo, meeiros ou trabalhadores rurais).

Se compararmos o fundamento da estrutura social dual nas economias pré-modernas com o fundamento estrutural das economias modernas, a diferença salta-nos à vista. Neste último caso, aparece uma terceira função essencial: a manutenção, e mais importante que isto, a promoção do aumento do nível de produtividade econômico.

Esta função bem sabemos pressupõe: a) pessoal engajado diretamente na conservação e aumento do nível de produtividade; b) pessoal engajado em desenvolvimento científico, tecnológico e de novos produtos; c) pessoal engajado na formação de pessoal especializado e por fim, d) pessoal engajado no ensino básico universal. Toda esta gente, melhor diríamos, eles e seus familiares constituem o que se pode, com propriedade, denominar de classe média das sociedades modernas.

Dada a criticidade da geração permanente de ganhos de produtividade para a viabilização da acumulação de capital, a classe média de modo geral tem condições reais de reivindicar a apropriação de uma parcela "média" do produto global, e, de modo significativo embora não total, de participar da própria determinação da estrutura de produção. É por este último aspecto que a sociologia costuma caracterizar a classe média. Grave engano, como veremos mais adiante, só justificável na ótica das sociedades periféricas. A caracterização da classe média pelo seu consumo, não passa de um mero reflexo da situação esdrúxula em que se encontram as "classes médias" dos países periféricos,

de terem um lugar na estrutura de apropriação da renda, mas chegarem a ter um papel significativo na estrutura produtiva. Isto só pode ocorrer numa situação de dependência, mais precisamente, de dependência tecnológica. Não há aí necessidade de uma "classe média" para conservar e, o que é mais importante, proporcionar um influxo de ganhos de produtividade, pois esta vem de fora (tecnologia em sentido amplo); mas é necessária uma faixa média de renda para viabilizar a estrutura de produção/consumo pré-estabelecida também no exterior. Além do mais, quem ganha sem produzir não terá, por suposto, grande interesse em mudar fundamentalmente a situação de dependência, o que se torna uma grande força política essencialmente "estabilizadora" ... em que pesem as aparências.

Concluindo, podemos dizer que a passagem da economia pré-moderna para a economia moderna enseja a passagem de uma estrutura social dual para uma estrutura social essencialmente ternária. Por seu turno, a simples passagem da estrutural dual para a ternária é responsável por uma mudança radical no ritmo da dinâmica social: embora não se possa excluir, a priori, eventuais transformações (ou contra-transformações) traumáticas, emerge a possibilidade de um processo com largos períodos de transformações contínuas ou de sucessivas reformas, mesmo em condições de acelerado ritmo do processo.

2.2.2 Capitalismo nacional

A revolução econômica moderna-caracterizada pela iniciativa privada , sistematização do trabalho e afluxo continuado de ganhos de produtividade, e, paralelamente, pelo processo de acumulação de capital e organização dos mercados monetizados de bens de consumo — é um fenômeno eminentemente urbano; o próprio nome diz: revolução burguesa.

Quais as limitações desta nova formação econômica? Claramente o descompasso entre o ritmo de expansão urbano-capitalista — linear, exponencial — e o ritmo de atividade rural — cíclico.

De certo modo, no campo, ainda prevalecia a mentalidade feudal, mesmo onde a propriedade da terra chegou a sofrer um processo de desconcentração. O importante ali teriam sido a transformação dos modos de produção, o ímpeto tecnológico, a capitalização em forma de novos e cada vez mais eficientes implementos agrícolas, etc. Nada disso ocorria, e o campo, em grande medida, conservava sua mentalidade pré-moderna.

Em decorrência, a expansão do capitalismo urbano desembocava necessariamente num imperialismo, com maior ou menor acento comercial. O crescimento da oferta de bens de consumo, especialmente alimentação, e de matérias primas dependia da incorporação de novas áreas rurais, que ao mesmo tempo tornavam-se compradoras da produção fabril das cidades. Este fenômeno, aliás, é bastante geral na história da humanidade, a ponto de podermos mesmo dizer que o imperialismo é um fenômeno tipicamente urbano, de sua última fase,e não uma especificidade do capitalismo monopolista, como queria Lenin.

O fenômeno ocorre com os impérios da antiguidade, com as cidades — estados gregos, com Roma, com as cidades-repúblicas italianas, e mais modernamente com Anvers, Lyon, Amsterdam e inclusive Londres.

Sabemos que o advento do capitalismo é concomitante à formação das nações-estado (estados nacionais) tal como hoje conhecemos. Isto entretanto não deve nos enganar; o capitalismo nestas primeiras nações-estados ainda é tipicamente urbano, não se estendendo, pois, nem à totalidade do território nem em toda profundidade da população. Tínhamos, então, um verdadeiro dualismo econômico (e cultural): a cidade moderna e uma grande zona rural arcaica.

Vamos denominar capitalismo nacional, em contraposição ao capitalismo urbano, às formações econômicas que resultam da expansão à área rural da mesma mentalidade e dos mesmos processos que já vigiam nos centros urbanos.

A passagem de uma formação a outra é percebida e enfatizada sobremaneira por Braudel em "La dynamique du capitalisme" |8|:

> *Au contraire, vers le milieu du siècle des Lumières, commence une ère différente. Londres, nouvelle souveraine, n'est pas un État-ville, c'est la capitale des îles Britannique que lui apportent la force irrésistible d'un marché national.*
>
> *Donc, deux phases: les créations et dominations urbaines; les créations et dominations "nationales".*
>
> ....
>
> *L'Europe aura successivement, jusqu'en 1750, tourné autour de villes essentielles, transformées par leur rôle même en monstres sacrés: Venise, Anvers, Gênes, Amsterdam.*

Pouco adiante, Braudel precisa os traços desta transformação:

> *Une économie nationale c'est un espace politique transformé par l'État, en raison des nécessités et innovations de la vie matérielle, en*

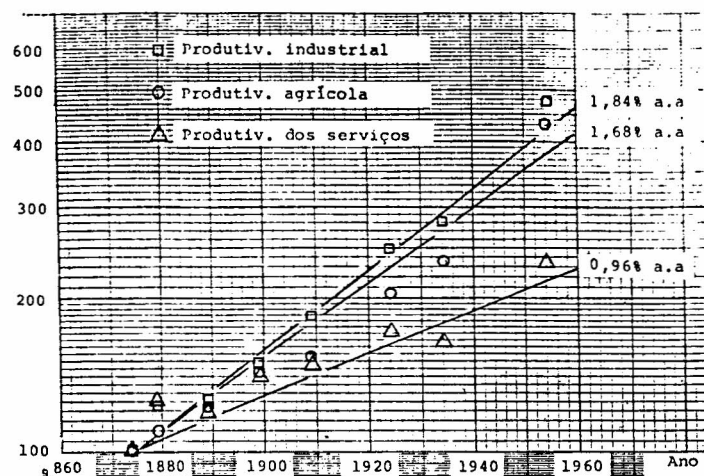
> *un espace économinique 'cohérent', unifié, dont les activités peuvent se porter ensemble dans une même direction. Seule l'Angleterre aura realisé précocement cet exploit.......... la révolution qui a creé son marché national.*

Como se vê, Braudel atribui os méritos desta importante transformação à Inglaterra da segunda metade do século XVIII. É uma interpretação aceitável, mas nós vamos preferir situá-la um pouco mais tarde e noutro continente, precisamente nos EUA do século XIX. A transformação inglesa do século anterior seria apenas um preâmbulo à revolução americana, e, a rigor, uma meia revolução.

Na Inglaterra o que ocorre é mais um fenômeno de colonização interna em proveito dos centros urbanos que propriamente uma extensão do novo espírito capitalista àquelas áreas. Não se pode dizer que o "cerco dos campos" e proliferação do rebanho ovino constitua o mesmo tipo de transformação que aquela que ocorre tempos depois nos EUA,onde o espírito de iniciativa, acumulação, busca de produtividade que anima o norte do país se extende ao sul após a Guerra de Secessão e depois para o oeste. Os resultados são bastante díspares: a Inglaterra continua no velho modelo de expansão urbana através da incorporação de novas áreas para as quais exporta seus manufaturados e importa alimentos e matéria prima. Nada disso acontece com os EUA, onde a expansão se dá intensivamente, no campo e na cidade, e não extensivamente como em todos os casos anteriores. Os EUA chegaram a ser mais tarde grandes exportadores de alimentos, como o trigo e a soja.

O impacto da extensão da modernização ao campo pode ser apreciado no gráfico elaborado com dados dos estudos de Philippe Carré | 9 |,que mostra a evolução da produtividade (produção por pessoa) nos EUA, de 1869 – 1878 a 1952 – 1953, nos três grandes setores econômicos: agrícola , industrial e serviços. Pode parecer à primeira vista surpreendente, mas o fato é que a produtividade agrícola caminhou em todo esse período paralelamente à

produtividade industrial, enquanto que o setor serviço mantém um nível de crescimento que é aproximadamente a raiz quadrada do nível dos dois outros setores.

GRÁFICO 2.2.2a PRODUTIVIDADE SETORIAL- EUA

Dado que a demanda de produtos agrícolas cresce proporcionalmente menos que a demanda de produtos industriais e de serviços em função do crescimento da renda (em termos técnicos, a elasticidade renda dos produtos agrícolas é bem menor que a dos produtos industriais e dos serviços) a conseqüência do processo de modernização nacional acaba levando a uma rápida diminuição do nível de ocupação no campo, não só em termos relativos, como mesmo em termos absolutos.

Isto pode ser apreciado nos gráficos 2.2.2b e 2.2.2c, o primeiro de autoria de | |, com dados de 1820 a 1980, e o segundo de Porrat |20|, referente a um período mais curto, de 1860 a 1980 mas com a curiosidade de explicitar o pessoal ocupado especificamente no tratamento da informação, definida esta numa acepção bastante larga.

De 1820 a 1980 a parcela da população agrícola nos EUA cai de 72 para apenas 4%. Para efeito de comparação com o gráfico anterior, vemos que de 1870 a 1950 a mesma relação cai de apro

GRÁFICO 2.2.2b DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA-EUA

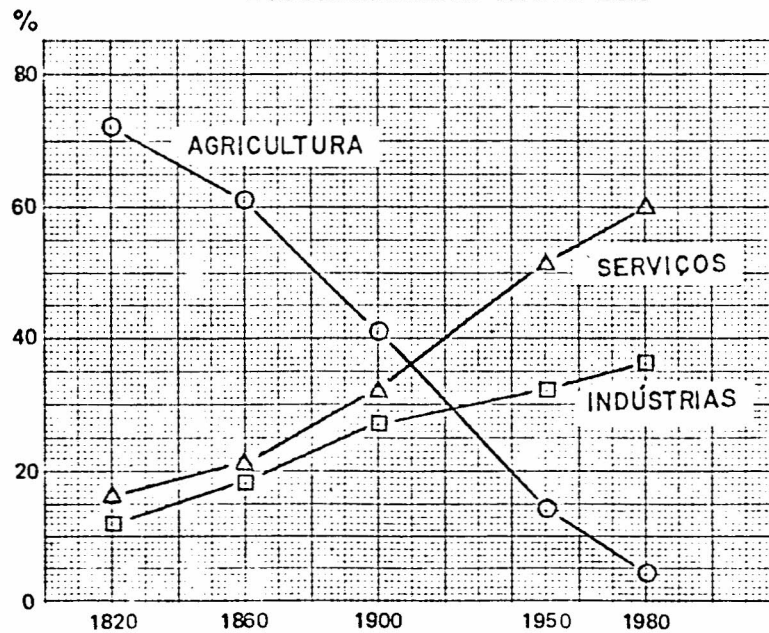
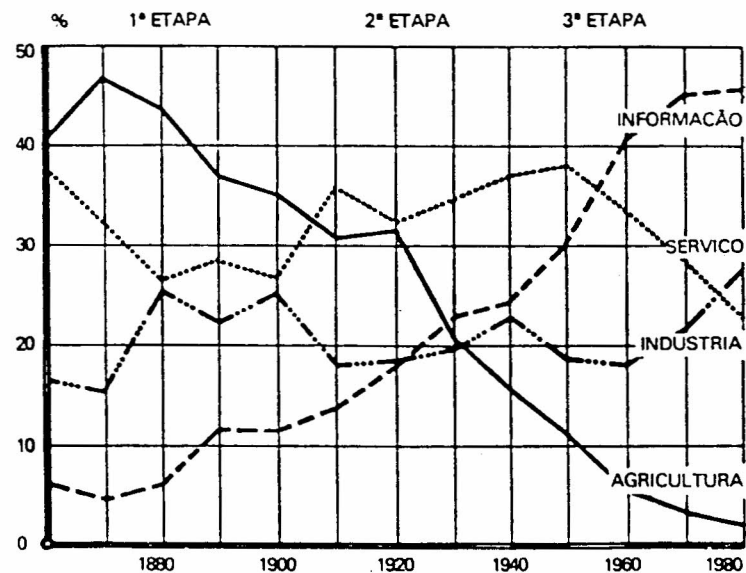



GRÁFICO 2.2.2c OCUPAÇÃO DA MÃO DE OBRA POR DIFERENTES SETORES(1960-1980)

ximadamente 50% para tão só 14%. Constata-se pois um processo de urbanização bastante acelerado para os ritmos histórico-econômicos da época.

Observe-se que só no pós-guerra as nações da Europa ocidental enveredaram pelo mesmo processo. Suas agriculturas e pecuárias eram relativamente atrasadas em relação à referência, no caso os EUA, bem mais que o eram relativamente à indústria e serviços. Esta é a razão pela qual as discussões mais acirradas no Mercado Comum Europeu são sobre o mercado de produtos agrícolas, cada país ainda buscando proteger sua manifesta improdutividade no setor. Por que isto teria ocorrido precisamente nos EUA e não alhures? Muito provavelmente a explicação é que nes te país não houve tempo para a formação de uma aristocracia rural. Mesmo que a terra fosse de início razoavelmente bem distribuída, a tendência teria sido a concentração e a formação de uma aristocracia rural frente a um campesinato assalariado. Não houve tempo para tal, e o fenômeno do crescimento acelerado dos centros urbanos foi respondido com uma oferta ampliada com níveis de produtividade também crescentes. O que estamos falando aplica-se mais ao Norte, o padrão sulino se avizinhando das formas arcaicas de estruturação econômica rural. A Guerra da Secessão marca justamente a vitória do modelo nortista, acontecimento que no plano político assinala justamente o surgimento da primeira nação que poderíamos chamar de moderna em sua inteireza.

No plano social, a modernização geral irá dar aos EUA uma série de características não encontráveis até então. Por exemplo, o padrão de urbanização é completamente diferente dos padrões do Velho Mundo: as cidades do interior diferem dos grandes centros metropolitanos apenas no porte; não são cidades atrasadas. De modo geral possuem todos os serviços que se pode encontrar nos grandes centros, e seu acesso por comunicação e transporte às cidades de maior porte é completo.

O outro exemplo é o sistema financeiro, relativamente pulverizado por todo o país, pois as áreas rurais tinham condições de gerar um excesso de poupança em relação a suas necessidades especificamente rurais e que elas mesmas desejavam administrar.

Vê-se, pois, que nesta fase a antiga estrutura sócio-econômica dual do campo desaparece, dando ensejo a dois novos modos de estratificação. Na área da grande propriedade o par aristocracia rural/camponês dá lugar a uma estrutura ternária semelhante àquela dos centros urbanos. No topo, temos o empresário rural, no meio, um batalhão de administradores, especialistas e técnicos, e na base, trabalhadores assalariados, permanentes e/ou eventuais, estes últimos mobilizados nos pequenos centros urbanos conforme o ritmo de cada produção específica.

De outro lado, vemos proliferar as pequenas e médias propriedades rurais de exploração eminentemente familiar – complementada, por vezes, com um pequeno grupo de assalariados – e altamente capitalizadas/tecnificadas.

Como dissemos, seja por um ou por outro dos caminhos acima, o fato é que a modernização rural leva a um acelerado processo de liberação de recursos humanos na produção agro-pecuária. O efeito no plano político é evidente: desaparecem as condições dos partidos políticos de base rural, de que o "coronelismo" brasileiro é um exemplo típico.

A superação do dualismo econômico é, pois, correlata à superação do dualismo político-cultural. Não há partidos de base eminentemente rural em que um punhado de grandes latifundiários manipulam uma enorme quantidade de votos de camponeses, a maioria das vezes desinformados e analfabetos. Todos os partidos americanos são de base urbana e logo suas distinções são preponderadamente funcionais (ritmo de crescimento, leque distributivo mais ou menos aberto, etc.) que ideológicas no sentido europeu do termo. Diríamos mais, eles têm sua grande base nos interesses da chamada "classe média" urbana que, como vimos no item anterior, possui – e tem certa consciência disso – a chave de viabilização das estruturas econômicas modernas.

A propósito, quando tenta-se descrever o processo de desenvolvimento econômico da humanidade em suas grandes linhas, fa-

zendo sucederem-se três fases ou ondas — a agrícola, a industrial e a pós-industrial — como em Toffler |24|, estamos cometendo um grave equívoco. De que outro modo poderíamos denominar a revolução americana que não fosse de uma verdadeira revolução agrícola? Uma revolução agrícola que sucede à grande revolução industrial...

2.2.3 Capitalismo estatal

Preliminarmente, devemos uma explicação sobre a expressão que dá título ao presente item. Entendemos aqui por **capitalismo estatal** qualquer variedade de organização social em que o estado assume explicitamente um papel de última instância. Esta conceituação torna-se mais clara quando a contrapomos à organização social onde predomina, explícita ou implicitamente, a doutrina do *laissez faire* econômico. Assim, no capitalismo estatal, como aqui caracterizado, não é necessária a condição de um estado detentor da totalidade, ou quase, dos bens de produção: este seria apenas um dos modos possíveis de realizá-lo. Importa sim que o estado assuma um papel coordenador e decisor de última instância na vida econômica, em especial no que respeita aos níveis de preço, de emprego e controle das relações comerciais internacionais, sejam quais forem os instrumentos de que lance mão para consecução de seus fins assumidos, formal ou tacitamente sancionados pela sociedade. Modernamente, Estados Unidos, Rússia, Japão, França são exemplos mais que evidentes de capitalismo estatal, embora constituam-se em quatro modos bem distintos de sua realização.

Em que pese o nível de desenvolvimento econômico conseguido pelas nações ocidentais modernizadas, e ainda, a espetacular aceleração das taxas de desenvolvimento da economia americana proporcionadas pela sua revolução econômica nacional (capitalismo urbano e rural), foram freqüentes as ocorrências de períodos de crise, paralização e mesmo retrocesso dos níveis de produção já alcançados. Constatava-se, assim, que o desenvolvimento dava-se em forma de uma exponencial crescente ao qual se sobrepu

nha um processo cíclico progressivamente ampliado. E mais, que a instabilidade iniciada nesta ou naquela nação espraiava-se por todo o sistema econômico mundial por força da crescente interrelação comercial entre as nações.

A que poderíamos atribuir a ocorrência dos períodos recessivos? Podemos identificar duas causas de maior relevância:

a) Precariedade dos mecanismos estabilizadores globais. Os mercados, ao contrário do que tentavam fazer crer os ideólogos do *laissez faire* não se apresentavam como um mecanismo perfeito, capazes de levar "naturalmente" o sistema econômico para o seu ponto ótimo de funcionamento. O sistema econômico, em realidade, no seu "estado natural", está em permanente desequilíbrio; a pletora de produtores independentes, em sua maioria produzindo não por encomenda, mas para um mercado prospectivo, só por milagre achar-se-ia em equilíbrio, isto é, na situação em que as estruturas de demanda e oferta se ajustassem perfeitamente, conquanto saiba-se que a lei de Say (Produto ≡ Renda) garanta, necessariamente, a igualdade quantitativa de produto e renda.

   Note-se que ainda não falamos da assimetria de poder político/econômico de produtores entre si e de produtores/consumidores que invalida , a priori, a concepção de um mercado impessoalmente equilibrado.

b) Mais grave, entrementes, é o fenômeno de não compatibilidade dos ritmos de desenvolvimento tecnológico, e conseqüentemente do aumento de produtividade global, com as taxas de acumulação de capital. Como vimos anteriormente, uma taxa de acumulação de capital acima das taxas de aumento da população exige — para continuidade do processo de acumulação, sem compressão do nível de consumo — uma injeção mínima de ganhos de produtividade. Nem sempre, a história tem mostrado, esta condição se tem realizado por todo o desenrolar do processo.

Pode-se ainda considerar uma terceira causa que é a assimetria de poder econômico/político dos diferentes agentes econômicos. É o caso dos capitalistas financeiros com suas freqüentes vinculações supra-nacionais, bem como dos monopólios, oligopólios e cartéis gerados no bojo do próprio processo de desenvolvimento econômico ou por interferência do próprio político (exemplo disso é o complexo industrial/militar a que se refere Galbraith). De qualquer modo, não importa qual a origem, acabam, mediante um processo de realimentação positiva, por tornarem-se entidades de dupla natureza – político/econômico – criando assim uma assimetria economicamente irreversível relativamente a outros produtores e aos consumidores, o que liquida de vez com a ingênua concepção de mercado perfeito.

É óbvio que a ação descontrolada destas entidades pode tornar-se a origem de um processo recessivo, porém, se bem atentarmos, isso só ocorrerá quando a ação destas entidades descambar para uma acumulação de capital sem o requisito do aumento de produtividade já assinalado, e nestas circunstâncias estaríamos recaindo no caso b) acima mencionado.

Resumindo, podemos dizer que existem duas causas primárias do processo recessivo: a primeira, conjuntural, referente ao descompasso das estruturas de oferta e demanda; a segunda, estrutural, referente ao descompasso entre a taxa de acumulação de capital e a taxa de ganhos de produtividade vis-à-vis uma determinada taxa de aumento populacional.

A situação recessiva sofre um processo de realimentação por força da assimetria de poder econômico (concentração bancária, monopólios, oligopólios, etc.) que alimenta e se alimenta de uma assimetria do poder político. Estas instituições, configurado o ciclo recessivo, agem defensivamente, desviando seus investimentos físicos para aplicações financeiras. Acontece que a acumulação global é idêntica à acumulação física. Se ocorrer uma acumulação financeira superior à acumulação física, a diferença terá que ser a des-acumulação de um outro personagem eco

nômico. Ela será,pois, o acúmulo de dívidas dos consumidores, dos empresários mais débeis, ou,o que hoje se tornou usual, o acúmulo da dívida pública. A partir de certo ponto em que a acumulação financeira não é mais viável, começa o processo de transferência de patrimônio, de modo geral, das pequenas para as grandes, das nacionais para as multinacionais.

Modernamente, os países mais desenvolvidos inventaram a acumulação de dívida dos países periféricos como um modo de não agravar o processo de endividamento interno.

O processo de concentração urbana, de organização crescente do proletariado, e a presença de países socialistas vinha agravando sobremaneira as tensões sociais à medida que se aprofundava o ciclo recessivo. Para sua própria sobrevivência, o sistema requeria, pois, uma modificação de certa profundidade.

A resposta ao progressivo agravamento das crises depressivas do sistema econômico mundial formado por economias capitalistas nacionais semi-autônomas foi a instituição do que vimos denominar capitalismo estatal. A passagem do capitalismo nacional para o capitalismo estatal caracteriza-se pela transferência de parte do poder econômico do setor privado para as mãos do estado. São múltiplas as formas de organização deste poder, igualmente múltiplos seus instrumentos de ação, indo desde a simples recomendação diretiva à estatização de empresas e mesmo de setores inteiros. De qualquer modo, no capitalismo estatal passa-se a reconhecer no estado o papel de decisor de última instância em matéria econômica, em especial, no que respeita a dois grandes problemas: o da regulação econômica e o do desenvolvimento científico/tecnológico.

Assim, a curto prazo, o estado assume a responsabilidade pelo controle do nível de preço e pelo pleno emprego, as duas principais variáveis a refletir o nível regulatório da economia. O problema fundamental é que em muitas circunstâncias estes dois

objetivos se apresentam conflitantes, de sorte que o estado é obrigado a optar, seja por maximizar o nível de emprego mantendo a inflação abaixo de um certo limiar, seja a minimizar a inflação mantendo o nível de emprego acima de um certo limiar. Paralelamente, já numa perspectiva de longo prazo, o estado assume a responsabilidade pelo desenvolvimento científico/tecnológico da nação assim como pelo aprimoramento dos recursos humanos necessários àquele desenvolvimento.

Também aqui é muito ampla a forma de ação governamental, desde o simples financiamento de programas de pesquisas à atuação direta, administrando centros de pesquisas e instituições de formação e aprimoramento de recursos humanos.

Do ponto de vista da estratificação sócio-econômica, o capitalismo estatal não cria nenhuma nova classe, porém, provoca uma diferenciação interna na "classe média": falamos do aparecimento da tecno-burocracia. Este sub-estrato da "classe média" — por seu nível cultural tanto técnico como geral, e, ainda, por sua posição estratégica em termos de informação — goza de razoável poder político que pode se ampliar com três tipos de alianças não exclusivas:

a) com a tecno-burocracia privada e mesmo com os empresários. Neste caso, a tendência é que ela se transforme num estágio para o mundo empresarial privado, e nestas circunstâncias este sub-estrato amplia, mas,ao mesmo tempo, auto-limita seu poder;

b) com a burocracia tradicional. Neste caso a tecno-burocracia tende ao corporativismo;

c) com os militares, um outro sub-estrato da "classe média" antes sub-existente. Neste caso, o poder da tecno-burocracia pode se expandir consideravelmente sem diluir-se nem feudalizar-se, embora ficando sujeita a outras formas de degradação.

2.2.4 Capitalismo nacional versus capitalismo internacional

Não são raras as pessoas que acreditam que o capitalismo está em vias de modificação, que ingressa numa nova fase a que denominam capitalismo internacional. A expansão acelerada das empresas multinacionais com seus "produtos mundiais", o crescimento do mercado internacional em ritmo sempre superior à média do crescimento econômico das nações, e,mais recentemente, a perspectiva de um maior relacionamento econômico entre nações do oeste e do leste seriam, à vista destas pessoas, traços característicos e comprovadores de um amplo processo de internacionalização capitalística.

É óbvio que não iremos contestar estas tendências — embora pensemos que elas só deverão se manter a médio prazo — mas não concordamos que elas estejam a configurar uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, ainda menos de algo que se pudesse com propriedade chamar capitalismo internacional. Para nós, capitalismo nacional e capitalismo internacional são duas faces da mesma moeda, nasceram juntos e juntos desaparecerão. Para esta conclusão não nos baseamos em fatos, mas na pura lógica. Não diríamos que se não há acordo entre a lógica e os fatos, danem-se os fatos, mas apenas que este desacordo é impossível; que deve-se procurar novos fatos ou bem interpretar os que já são do nosso conhecimento.

Partimos de que a cultura moderna, e por conseqüência a economia moderna são dominadas pela lógica $I//D/^2$. Embora correta, esta assertiva contém certa dose de ambigüidade, na medida em que não precisemos suficientemente a relação "interna" entre o I e o $D/^2$ que dela participam.

Poderíamos pensar, a princípio, em duas hipóteses: na primeira, teríamos I governando ou sobrepondo-se a $D/^2$ $(I \rightarrow D/^2)$; na segunda, ao contrário, teríamos $D/^2$ sobrepondo-se a I $(D/^2 \rightarrow I)$. Se atentarmos para o fato de que a cultura $I//D/^2$ pertence ao *filum* das lógicas (ou culturas) da diferença, é mais que razoável pensar que a segunda hipótese é a correta, constituindo-se

na autêntica fundamentação lógica da cultura moderna, e por coerência estrutural, de sua economia. O exame ainda que superficial das nações modernas (ou mercados nacionais) corroboram esta interpretação: é evidente que estas nações são entes sociais que se caracterizam justamente por sua base territorial fechada, pela valorização da racionalidade científica, e por sua organização burocrática, a ponto de se confundir povo com estado, tudo isso,inequivocamente,de fundamento lógico $D/^2$. A lógica I não se realiza como projeto social (ainda que utópico ou impossível), havendo mesmo nações de ideologia liberal que disso se vangloriam; só admitem o projeto a nível pessoal ,o resto ficando por conta da "mão invisível". Paradoxalmente, entretanto, mesmo sem projeto, o estado se impõe alegando suas próprias razões, isto é, **razões de estado**, as razões burocráticas. A transcendentalidade é relegada à existência meramente pessoal (não é surpresa que também a religião venha cada vez mais tornando-se assunto de foro pessoal) em proveito do social como apenas sistema — territorialidade, legalidade contratual e organização racional burocrática — o que não pode deixar dúvidas quanto à sua logicidade: $D/^2 \rightarrow I$. Mas não pode ser só isto, seria mesmo absurdo. Comparemos com o feudalismo: a lógica feudal — cristã trinitária — é a lógica I/D enquanto lógica do sentido (ou do espírito) de sorte que os feudos, relativamente autônomos a seu próprio nível fatual, formavam um todo, um todo por participação,diríamos, aproveitando a inspiração e a terminologia platônica do *Parmênides*. O "espaço" inter-feudos, conseqüentemente, a articulação inter-feudal tornavam-se assim dispensáveis. Eles se definem e articulam não pela via terrena, mas pela via transcendente. O feudo constitui-se num símile terreno — guardadas as devidas proporções — da Cidade de Deus. Em contraposição, as nações modernas definem-se opondo-se espacialmente umas às outras, obdecendo mais propriamente à lógica da diferença do que à lógica do mesmo. Assim, só "de fora" poderíamos identificar a existência de um espaço inter-feudal que os próprios, entretanto,não reconheceriam; para estes, aquele seria um espaço marginal, ou mesmo um não-espaço. Por conseqüência , quem por lá estivesse não poderia ter sua existência so-

cial verdadeiramente reconhecida. É de se supor que isto funcionasse a contento enquanto a realidade social reconhecida fosse de nível lógico I/D, mas o que dizer quando ela se torna de nível $D/^2$, como os estados burocráticos modernos? Não teríamos o capitalismo — como tivemos o feudalismo — mas capitalismos independentes, irreconhecíveis como tal. Essas simples elocubrações lógicas são suficientes para alertar-nos de que $I//D/^2$ não pode se realizar só como $D/^2 \rightarrow I$; seria, como já dissemos, um absurdo.

Se formos examinar mais de perto o processo de formação dos estados nacionais modernos, especialmente na Europa, veremos que ele se deu por um mecanismo de absorção por um feudo, dos demais feudos,mais ou menos dentro de uma determinada área cultural. Porém fica a pergunta, porque a polarização se dá a partir deste ou daquele feudo: seria um processo meramente aleatório? Em parte sim, mas só na das partes a menor, porque nenhum destes processos de nucleação se deu sem o apoio decisivo de um banqueiro. Mas então, de onde vieram os banqueiros? Certamente do espaço da marginalidade feudal. É óbvio que só poderia ter sido assim, dialeticamente, ou não estamos aqui tratando justamente de um real-histórico?! É perfeitamente compreensível fosse este o **desejo** dos banqueiros,especialmente,os de cultura judaica, cuja lógica é I. A cultura cristã trinitária havia absorvido de modo absoluto a cultura I, do mesmo modo como o Novo Testamento absorveu na íntegra o Velho Testamento. Esta absorção absoluta é tal que, como dissemos, faz do não-I/D um inexistente, sócio-politicamente,um marginal. Por que não tentar fazer rolar a história, investindo um pouco na formação dos estados nacionais ($D/^2 \rightarrow I$) e ajudando a propagar nas universidades a lógica aristotélica e,depois, o novo espírito (que é o não espírito) científico? Não é à toa que as nações que brigaram com seus banqueiros e chegaram a tentar re-marginalizá-los acabaram perdendo o famigerado bonde da história, como tão lucidamente antevia o nosso velho Padre Antônio Vieira.

Bom, dissemos que isto fora um compreensível **desejo**, mas,o

que queremos mesmo dizer, é que não poderia ser um mero desejo enquanto interpretado a posteriori por nós ou outrem, mas que chegou pelos próprios a ser compreensível, vale dizer, foi dese jo, mas acabou projeto. Seria absurdo, no caso, destituir tais acontecimentos de uma boa dose de intencionalidade. Em suma: da presença de I em pessoa, como aliás, seria mais que logica mente natural.

Torna-se agora claro, que,paralelamente à formação de $D/^2 \rightarrow I$,operou justo seu inverso $I \rightarrow D/^2$, isto é, a intenção de sistematizar **lá**, sistematizar o **outro**, e assim criar um inter--espaço não mais marginal, porém, agora necessário,para si. O espaço inter-nações-modernas não é um não-existente, mas um ser-necessário (I). Pode-se seguramente afirmar, pois, que $D/^2 \rightarrow I$ e $I \rightarrow D/^2$ são realizações de um mesmo tipo lógico $I//D/^2$, que no plano econômico configuram respectivamente os diferentes capitalismos nacionais e o unitário capitalismo internacional, ambos formando um todo. Assim como nasceram juntos, juntos per manecem até,também juntos,desaparecerem. Atenção: tudo que aqui foi dito não significa uma igualdade ou equivalência entre estes dois modos de realização de $I//D/^2$; logicamente $D/^2 \rightarrow I$ é o novo (que,é bem verdade, já está ficando velho), na medida em que a novidade é $D/^2$, enquanto que $I \rightarrow D/^2$ é o velho que veio de novo, pois,que de outro modo, poderia operar a dialéti ca?!

Não é demais observar que um capitalismo meramente inter nacional jamais poderá encontrar estabilidade a nível político precisamente pela falta de uma base cultural comum. A fonte de estabilidade ou da integridade social de uma coletividade está no seu **patrimônio cultural** comum, que por isso mesmo ocupa a po sição lógico-transcendental (I); contrariamente, o econômico obe dece, por essência, à lógica da diferença (D), constituindo-se na principal fonte desagregadora da sociedade. Quando não há supremacia de uma sobre outra destas forças — cultural e econô mica — é que se torna possível ao político exercer sua função

sintético-dialética (I/D). Onde falta a base cultural comum o político torna-se mero reflexo dos interesses e conflitos econômicos — é somente aí que os marxistas ganham inteira razão — podendo-se, pois, caracterizar o político como simples super-estrutura do econômico. Neste caso, o político pode apenas diferir, camuflar e mesmo abafar o conflito, mas este emergirá um dia com fúria acumulada, proporcional ao quantum dos "exitos" das artimanhas e dissimulações políticas até então havidas.

Estas considerações, meio lógicas, meio históricas, nos permitem concluir que em nenhuma hipótese o capitalismo internacional pode se constituir num novo desdobramento de um essencial capitalismo. Muito pelo contrário, o desbalanceamento entre capitalismo nacional e internacional,que ora se delineia em favor do último,é a evidência mais concreta de que a modernidade se esgota, já deixando entrever o rosto de uma nova cultura, por conseqüência, de uma nova economia. Ficamos por aqui, porque este é o assunto específico de nosso próximo item.

2.3 A Economia-Nova em Perspectiva

Abordaremos inicialmente o processo de informatização da sociedade ora em curso: seu significado e suas conseqüências. A partir daí, será possível vislumbrar os traços gerais de uma nova economia que emergirá com o fim da modernidade.

2.3.1 A inexorável lógica da informatização

A terceira fase do capitalismo, por nós denominada capitalismo estatal, já traz em seu bojo o primeiro impulso de (tele) informatização. O Estado regulador desta necessita para suas tarefas de processar enormes quantidades de dados.

Não é por acaso que o primeiro passo desse processo de informatização se dá no âmbito das atividades governamentais, com a mecanização da apuração do censo norte-americano, fato que deu origem ao que é hoje a poderosa IBM.

O segundo passo neste sentido, possibilitado pelo desenvolvimento da eletrônica, também foi determinado pelas necessidades do Estado. A fabricação do primeiro computador eletrônico, ainda à válvula, e destinado ao cálculo científico, foi desenvolvido para atender determinadas necessidades da defesa nacional norte-americana.

As grandes organizações econômicas no pós-guerra, com a franca e acelerada expansão de suas atividades, ampliaram a demanda por recursos de processamento automático de dados. Este aumento da demanda, aliado à invenção do transistor, do circuito integrado, dos circuitos de muito grande integração e da expansão dos sistemas de comunicações, propiciaram um acelerado processo de (tele)informatização da economia moderna.

Hoje, a (tele)informatização atinge diretamente todas as funções do existir econômico: da decisão à execução.

O computador, usado como simples processador de dados, atinge mais diretamente as funções de decisão e de planejamento, seja no âmbito de governos, seja no das empresas.

O computador acoplado aos equipamentos de transmissão e de comutação de informações - constituindo as redes (tele)informatizadas - atinge mais fortemente as funções de controle e de coordenação das atividades empresariais e governamentais.

Por fim, integrado às máquinas ferramentas, interligado ou não às redes (tele)informatizadas, dá ensejo ao surgimento da **robótica**, cuja incidência maior recai sobre a execução das atividades empresariais e das governamentais associadas à defesa nacional.

Cumpre melhor analisar e compreender a **robótica**, em face das mudanças que ela irá provocar (ou que já está provocando) no **mercado de trabalho** - tanto no que diz respeito à natureza do trabalho humano em si, quanto no processo de sistematização deste trabalho: desde o nível empresarial até o nível transnacional.

O **trabalho** é fundamentalmente o exercício de um poder transformador sobre a **natureza**. Este poder transformador possui duas características básicas. A primeira delas é a existência de uma disponibilidade de "energia livre" ou aplicável no esforço de transformação. A segunda é a existência de uma "forma intencionada", isto é, a existência de um projeto, de uma programação, para aplicação da energia disponível. Em síntese, o trabalho ou poder transformador exercido compreende, necessariamente, duas dimensões: a **energética** e a **informacional**.

Inicialmente, o poder transformador foi totalmente mediatizado pelo homem. A energia era proporcionada pela diferença entre as calorias ingeridas e as que ele consumia no seu funcionamento interno. A forma era expressa através de sua ação coordenada.

Uma primeira revolução se dá com o surgimento da **ferramenta**. De um lado cria condições para uma melhor aplicação da força e, portanto, de um melhor rendimento energético. De outro lado ela cria condições de uma pré-seleção formal: ferramentas de arar, cortar, furar, amassar, etc.

O uso do animal domesticado entre o homem e a ferramenta se constitui num segundo grande passo na evolução econômica. É o animal que passa a dispensar a maior parte da energia consumida pelo poder transformador. Ao homem ficou reservada a função informacional exercida pela domesticação, adestramento e condução do animal. Sem dúvida alguma o uso do animal representa um grande avanço na evolução da humanidade. No entanto, o aporte energético continua a ser mediatizado por um organismo vivo e, portanto, sujeito a todas as suas limitações.

Num terceiro momento o homem consegue fazer com que a energia seja diretamente aplicada à ferramenta: o motor associado à ferramenta vem constituir a máquina. Entretanto tal associação só se tornou efetiva na medida que o homem veio a controlar as fontes naturais de energia: carvão, quedas d'água, petróleo, vento, etc. A partir daí, no trabalho global, ao homem cabe apenas exercer a função informacional pelo controle da máquina, sendo a energia inserida diretamente na máquina-ferramenta. Este processo generaliza-se com a mecanização industrial iniciada na segunda metade do século XVIII — dando origem à chamada Revolução Industrial.

Aqui temos que enfrentar um aparente paradoxo. É a partir deste momento que se faz mais dramático o processo de exploração do homem pelo homem. Isto se dá justamente porque não era mais o diferencial energético que se explorava, mas sim a sua capacidade psíquica. A primeira capacidade é claramente limitada. A segunda não. Explora-se o homem na medida em que ele é o "animal" mais facilmente domesticável, adestrável, programável e reprogramável em "linguagem de altíssimo nível" — a linguagem natural — propiciando a programação aplicativa de alto nível.

Para que seja possível realizar esta programação aplicativa com razoável eficiência é preciso que o trabalhador: a) tenha o domínio da linguagem natural - cujo encargo foi distribuído pelas famílias; b) tenha o domínio da escrita e das operações matemáticas elementares - cujo encargo foi socializado com o advento da escola pública primária. Ou seja, é preciso que o trabalhador já esteja equipado com um adequado programa operacional.

Com a socialização dos custos da programação operacional - realizados pela família e pela escola primária - ficaram para os empresários os custos da programação aplicativa, ou seja, o custo do treinamento para o trabalho. Por seu turno, estes custos poderiam ser minimizados com a divisão do trabalho em tarefas individuais cada vez mais elementares e mais simples.

Esta é, a nosso ver, a razão fundamental porque o homem explora o homem e não o tigre e o leão, animais dotados, talvez, de uma capacidade energética muito superior ao do homem.

Estas considerações são fundamentais para se poder avaliar as transformações sociais que advirão com a extensiva (tele)informatização da economia moderna, em especial, com o advento da **robótica**.

O homem, que já havia sido liberado do fornecimento da energia ao processo transformador da natureza, será igualmente liberado da função informacional. Esta função será, cada vez mais, inserida diretamente na máquina. O complexo motor-ferramenta está sendo rapidamente substituído pelo complexo computador-motor-ferramenta. O homem será cada vez menos necessário à produção propriamente dita, na medida em que estes computadores passarem a aceitar programações e reprogramações em linguagem de alto nível.

Nestas condições a participação humana, na transformação global , ficará cada vez mais adestrita ao trabalho de supervi

são do processo de produção robotizada. No entanto, ao homem ficará a tarefa de criação dos complexos computador-motor-ferra menta, inclusive das programações operacionais e aplicativas ne cessárias às produções robotizadas, bem como à supervisão de sua operação.

A quem caberá arcar com os custos de formação, ou de reci clagem, do novo trabalhador? Nos países socialistas já está de finido: o Estado. No Japão também: serão as próprias empresas. E nos demais países? Esta é uma questão que exige uma clara e urgente definição, sem a qual os problemas de desemprego e de adaptação se agravarão enormemente.

Achamos que o efeito da robotização industrial sobre a dis tribuição setorial da população economicamente ativa será seme lhante àquele provocado pela modernização agrícola americana a partir da Guerra de Seceção que, recapitulemos, reduziu a mão de obra agrícola de 60% para cerca de 3% hoje.

Não será surpresa se chegarmos ao fim do milênio — e fal tam, para isso, apenas 12 anos — com um emprego industrial de apenas 12 a 15% da população economicamente ativa.

Onde deverão estar alocados os outros 80%, ou mais, da po pulação economicamente ativa disponível? Forçosamente no setor de serviços, como podemos visualizar nos gráficos já apresenta dos no item 2.2.

Esta é a razão da enorme pressão que os países desenvolvi dos estão a fazer no GATT no sentido de se liberar as transa ções internacionais de serviços,entendidas num sentido extrema mente amplo: serviços financeiros, securitários, de acesso a ba ses de dados, etc. Os serviços (tele)informatizados têm aí uma importância capital,pois além de valerem por si, servem tam bém como insumos para todos os demais. Os sub-setores que fica rão mais sujeitos à pressão internacionalizante são — além dos (tele)informáticos — os financeiro/securitário, a engenharia

de projetos, os serviços de saúde, os de educação e os de consultoria empresarial. Todos pelo alto grau de qualificação profissional que exigem, e que exigirão cada vez mais esta qualificação, e, conseqüentemente, pelo alto valor agregado neles contidos.

A bio-tecnologia deverá constituir-se num dos setores mais dinâmicos da economia vindoura. Porém seus efeitos sobre a estrutura de emprego serão diminutos, pelo simples fato que o emprego agro-pecuário já se encontrar em níveis percentuais extremamente baixos nas economias dos países desenvolvidos.

Do exposto podemos arrolar as seguintes tendências derivadas no processo de desenvolvimento das economias modernas:

a) Mudança na estrutura de emprego com a redução progressiva do emprego industrial e com o conseqüente aumento do emprego no setor de serviços;

b) Pressão dos países desenvolvidos no sentido da liberalização das transações internacionais e dos setores mais dinâmicos dos mercados nacionais, especialmente no setor de serviços, devido ao seu alto conteúdo de valor agregado;

c) Expansão acelerada dos serviços educacionais, apesar de não estar bem definido quem deverá assumir a responsabilidade do processo de reciclagem de mão de obra e nem quem arcará com os seus custos;

d) Modificação drástica do perfil profissiográfico do trabalhador, com clara tendência à:

d.1) Maior ênfase no fundamental e no geral do que no aplicado e no específico;

d.2) Maior ênfase no conhecimento formal - lógica, matemática, linguagens formais - do que em conhecimentos empíricos e específicos.

d.3) Maior ênfase no desenvolvimento da pessoa integral: criatividade, estabilidade emocional, participação, responsabilidade social mais do que discplina, paciência, submissão;

Mas afinal, tudo isto são apenas *trends*, que apontam mais para uma crise do que para algo digno, hoje, de suscitar nossas esperanças. No próximo item, entrementes, dirigiremos nossos esforços para um pouco mais além, além da crise inevitável, onde talvez possamos vislumbrar os contornos, ainda imprecisos, de algo verdadeiramente novo,de que, nesta hora,tanto carecemos.

2.3.2 Traços gerais da economia nova

Cremos não haver mais dúvidas quanto ao sinal – positivo ou negativo – que devamos atribuir ao processo de informatização da sociedade, assim como às pressões internacionalizantes ora em curso. Inaugurariam eles uma nova fase do processo de desenvolvimento humano, ou seriam apenas a derradeira fase da modernidade, em vias de superação? Enfim, estamos ante um prólogo ou ante um epílogo, mesmo sabendo-se que ambas contêm, necessariamente, um, um pouco do outro?

Depois do que já vimos, não há como não considerá-los como inequívocos sinais de um fim de mundo, como derradeiras manifestações da cultura científica e tecnológica que ainda vivenciamos. Esta interpretação se impõe, pelo simples fato de que a (tele)informatização é o prolongamento do processo de afirmação da razão formal; da razão calculadora que desabrocha com a Renascença, que se consolida teoricamente com Galileu, e que deságua, concretamente, na Revolução Industrial nos fins do século XVIII.

A (tele)informatização é fundamentalmente uma extensão do processo de afirmação da razão formal à generalidade dos aspectos da vida social. Tendo ficado restrita, por quase dois séculos, às universidades, aos laboratórios e às fábricas, a razão formal passa agora a penetrar as demais instituições sociais, transformando-as radicalmente, como fez com as universidades e *ateliers* artesanais da Idade Média.

Ao afirmarmos que é a derradeira fase de uma época, não estamos querendo dizer que ela deverá ser obrigatoriamente breve. O que estamos querendo acentuar é que o verdadeiramente novo só poderá emergir como reação ao processo de (tele)informatização ou de sistematização da economia moderna e de nosso viver em sociedade. Vemos a (tele)informatização como pré-requisito necessário do verdadeiramente novo.

Contudo alguns sinais nos fazem pensar que esta derradeira fase da cultura científica e tecnológica não será de grande duração. São sinais que se manifestam já no início do processo de (tele)informatização: a violência urbana, o terrorismo internacional, o delicado equilíbrio atômico, os desastres ecológicos, a degenerecência do sistema educacional tradicional, o evidente desgaste da democracia liberal clássica, a reviravolta e a desestabilização da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, o esgotamento do poder de atração mística do marxismo-leninismo e tantos outros. Já é tempo, pois, de perguntarmo-nos: então, depois, que advirá?

O que estamos ora considerando, não é um processo estritamente econômico, mas, fundamentalmente, um processo cultural, melhor dito, lógico-cultural. Assim, para poder antever os traços, ainda que gerais, da economia-nova, seria preciso, antes, esboçar os traços gerais da cultura-nova que irá lhe servir de fundo referencial. De qualquer modo, podemos utilizar o atalho lógico para chegar a alguma conclusão especificamente econômica. Este atalho lógico é aquele que vai diretamente da lógica à economia, no caso em apreço, da lógica qüinqüitária $(I/D/^2)$ à economia-nova.

Por tudo que foi visto anteriormente, pode-se pronto afirmar que a economia-nova terá como nota característica a emergência do feminino enquanto tal, ou,o que é o mesmo, a ocorrência de sua reversão interna. No plano econômico, sabemos, a diagonal feminina (D, I/D) realiza-se precisamente como consumo (distribuição) e capital, de sorte que a reversão aludida será a reversão do modo de ser do consumo e do capital.

No que concerne a este último, o sentido da reversão é mais ou menos óbvio, e decorre da própria "crítica do capital". O capital irá perder sua autonomia e poder de omni-determinação, vale dizer, que veremos o desmantelamento do mecanismo automático de sua cega acumulação. Hoje, toda a economia gira em torno do fenômeno da auto-acumulação do capital, que pressupõe o "altruismo" do capitalista, que deixa de ser para si, para ser

de corpo e alma por ele — o capital. Isto não quer absolutamente dizer que deixará de haver acumulação, porém, que seu ritmo deixará de ser autônomo, passando então a ser regulado pela globalidade das atividades econômicas. A taxa de acumulação tornar-se-á, então, uma variável eminentemente endógena, e não exógena como é hoje. Talvez alguém pense que isto é muito pouco. Dizemos nós que é muito. Significa pura e simplesmente a desaparição do capitalismo (à ocidental ou à oriental) e, consequentemente, dos capitalistas. Não se veja nisso nada de trágico e sanguinolento: os capitalistas não serão fuzilados, mas tão apenas curados. Se violência houver, provavelmente, será da própria parte deles, numa espécie de último recurso de resistência à cura, como não é raro nos casos da histeria.

A reversão da lógica do capital (de $U \to \overset{\frown}{M}$ para $\overset{\frown}{M} \to U$) terá profundas repercusões, por exemplo, na nossa atual concepção de empresa. Para começar, funda-se uma empresa hoje registrando-se um capital. Certamente amanhã, o registro de nascimento de uma empresa será de natureza bem diversa: possivelmente, a ata de uma proposta de modo ser-subjetivo-social ($I/D/^2$) a ser compartilhado pelos cotistas.

E nas bolsas, que iremos negociar? Não sendo mais as cotas de um capital, que seria então? Há muitíssimo para se perguntar sobre isto, e não iremos surrupiar ao leitor o gosto de fazê-lo.

Com respeito à reversão em D, as modificações serão mais subjetivas que propriamente objetivas, consequentemente, bem mais profundas, em compensação, difíceis de hoje vislumbrar o exato sentido. Em síntese, tal como ocorrerá com os capitalistas, o consumismo e o seu correlato, o **consumidor**, desaparecerão, mas também, como lá, não violentamente mas pela cura. Neste caso porém, as coisas serão bem mais radicais: não será a simples cura de uma neurose, mas sim, de uma grave psicose paranóica. Em poucas palavras, consumir deixará de significar ter ou possuir, objetivamente, para tornar-se, subjetivamente, gozar. Sim, é difícil para nós, hoje, imaginar como isto realmente será!

3. PROBLEMÁTICA ECONÔMICA

"Problemática econômica", de certo modo, é um termo ambíguo. Seria necessário, preliminarmente, explicitar para quem ou sob que ponto de vista ela assim se afigura. Poder-se-ia responder que seria da ótica do estado, ou mais especificamente do governo; mas poder-se-ia alegar que a ambiguidade ainda permaneceria, na medida em que não precisamos governo de que classe, ou governo de que grupos. As questões não parariam aí: estaríamos falando dos objetivos econômicos manifestos ou dos dissimulados; e esta distinção é absolutamente necessária para que se possa realmente compreender porque certos problemas podem persistir por longo tempo, embora exista um consenso social (manifesto, obviamente) no sentido de resolvê-los– é o caso, por exemplo, da inflação brasileira atual, já chegando à casa dos quatro dígitos.

Estas questões prévias são de fato importantes, porém,abordá-las todas em sua natural complexidade está fora do escopo e pretendida extensão do presente trabalho. Assim, vamos proceder a uma drástica simplificação – que, confessamos, é também uma deformação – assumindo que a problemática econômica aqui terá por sujeito responsável o governo representando o anseio consensual manifesto da sociedade.

Tomando-se este ponto de vista – sem dúvida fantasioso – é

possível estabelecer qual seria o elenco dos grandes objetivos econômicos nas sociedades modernas. Dividi-los-emos em duas grandes classes: objetivos de longo prazo e objetivos de curto prazo, embora, do ponto de vista causal e/ou estratégico, essas classes não devam ser consideradas como excludentes. Ver figura 3.

Os dois grandes objetivos de longo prazo seriam o desenvolvimento e a orientação do perfil distributivo de renda. Dizemos desenvolvimento e não meramente crescimento, para deixar claro que não se visa algo apenas quantitativo; que o desenvolvimento, hoje, é um conceito que engloba aspectos qualitativos e intensivos, tanto em termos do próprio objetivo, como em termos de condições de contorno ou de restrições que devem balizar o caminho para o crescimento — por exemplo: crescer preservando a qualidade ambiental de vida, guardando certo grau de autonomia tecnológica por razões estratégicas, etc.

Quanto ao perfil distributivo, pode ser especificado em termos de grupos ou classes sociais, em termos territoriais ou regionais, de setores, etc.

Os objetivos fundamentais a curto prazo são precipuamente a plena ocupação e a estabilidade de preços. A plena ocupação, nas nações mais modernas, dotadas de bons sistemas de informação e onde o empresariado possui uma rápida capacidade de resposta, pode ser visto como pleno emprego. Em nações menos desenvolvidas, a plena ocupação pode se apresentar como plena utilização de capacidade produtiva em termos de equipamentos. Quanto à estabilidade de preços, podemos dizer que se constitui num objetivo quase que universal, embora a inflação, como um fato, também o seja, conquanto que em graus bastante diferenciados.

Os dois objetivos de curto prazo ilustram a não independência dos diferentes objetivos aqui listados. É certo que a plena ocupação num mercado livre tende a elevar salários — curva de Phillips — e consequentemente, a pressionar os demais pre

GRANDES OBJETIVOS ECONÔMICOS

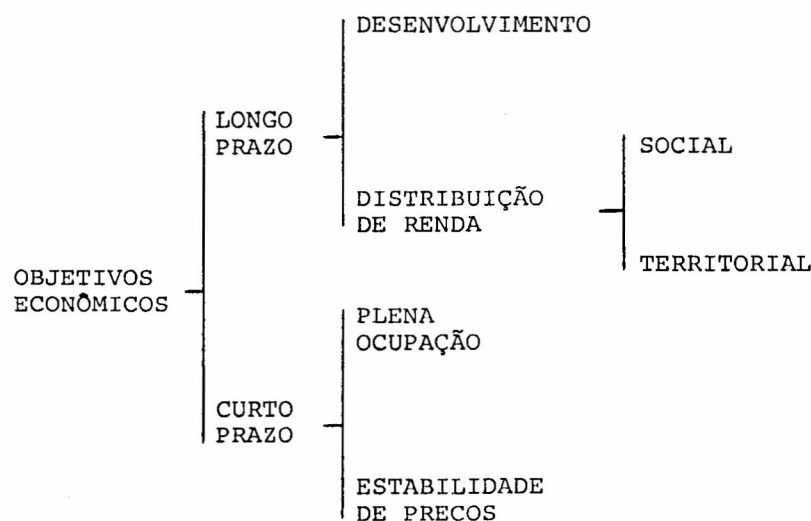



FIGURA 3

ços para cima. Por outro lado, quase todas as estratégias estabilizadoras são recessivas, isto é, tomam a diminuição do nível geral de atividade como um pré-requisito para efetividade de outras medidas de intenção estabilizadora – fiscais, financeiras e mesmo administrativas (controle de preço, por exemplo).

A seguir, analisaremos cada um destes objetivos, porém, de um modo um tanto diferente de como eles estão apresentados na figura a pouco referida. Dedicaremos o primeiro item ao desenvolvimento, mas atendo-nos apenas ao seu aspecto quantitativo, vale dizer, ao crescimento. No segundo item abordaremos a problemática da distribuição de renda, porém,teremos que ser bastante suscintos, dado que o instrumental conceitual para analisá-la com a devida profundidade só será visto no próximo capítulo. Por fim, no terceiro item, será tratada a problemática da estabilidade de preços, mas somente em alguns de seus múltiplos aspectos.

Não daremos à problemática da plena ocupação um tratamento em separado; ela será vista em conjunto com as outras problemá ticas, especificamente com aquela do crescimento e da estabili dade de preços.

Registraríamos ainda que a abordagem das problemáticas eco nômicas em geral ou em abstrato, sempre deixam muito a desejar se contrastamos suas análises e conclusões com as realidades eco nômicas a nossa volta. Pode-se lamentar, mas não estranhar, sa bendo-se que os problemas econômicos reais não possuem uma de terminação apenas estrutural, mas também uma complexa trama de determinações históricas, que fazem de cada caso um caso. Nes tas circunstâncias, ao nos defrontarmos com reais problemáticas econômicas devemos estar sempre prontos a pensá-la, pensá-la em profundidade, e não, tão apenas, aplicar nossos preconceitos e fórmulas feitas. Diante desta situação, não devemos pretender, neste capítulo, muito mais que provocar a pensar, que aliás, é o de que mais carecemos.

3.1 Problemática do Crescimento

Como já demonstramos ao final do item 1.6, não se pode analisar a problemática do crescimento a partir do modelo Harrod-Domar que dá para taxa de crescimento a expressão: $t_y = (1-c) \frac{1}{r}$, onde r é a relação capital/produto e c a propensão a consumir. Este modelo tem como pressupostos implícitos uma taxa de ganho de produtividade zero e uma taxa de acumulação de capital igual a taxa de aumento da população ativa, o que, evidentemente, torna-o inapto para captar a essência de problemática das economias modernas. Assim, teremos que partir mesmo do nosso modelo mínimo, em que a taxa de crescimento é dada pela expressão $t_y \cong \omega+\pi$, onde ω é a taxa de crescimento da população ativa e π a taxa de ganho de produtividade.

Comecemos por trazer algumas precisões e detalhamentos ao nosso modelo.

O ganho de produtividade (π) que ali figura é um ganho efetivo (ex-post), que devemos distinguir de um ganho potencial máximo (π_m) (ex-ante). A diferença entre estas duas taxas de ganho de produtividade depende de uma multiplicidade de fatores, mas, a longo prazo, podemos tomá-la como determinada apenas pelo ritmo de acumulação de capital. Isto se explica pelo fato de que o domínio de novas técnicas e processos, aqui representados por π_m só parcialmente pode ser aplicada sobre instalações e equipamentos já existentes; uma parte, certamente ponderável, para se realizar, exige a substituição/ampliação do parque produtor existente. Ora, quanto maior for o ritmo de reposição (taxa de depreciação: d) e a taxa de ampliação (γ), maior será a chance de efetivação de ganhos potenciais. Assim, podemos dizer que o ganho de produtividade efetivo (π_e) é uma função crescente tanto de π_m, quanto de (d+γ). Em termos simbólicos, teríamos pois:

$$\pi_e = f\ (\pi_m,\ d+\gamma)$$

Por simplicidade, admitiremos d = constante, de modo que π_e pode ser expresso por:

$$\pi_e = f(\pi_m, \gamma) \quad \text{com} \quad \frac{\partial f}{\partial \gamma} \geq 0$$

Em consequência a taxa de crescimento seria determinada por:

$$t_y = \omega + \pi_e = \omega + f(\pi_m, \gamma)$$

tal como se vê na figura 3.1a .

A taxa de ganho de produtividade máxima (π_m) é uma função complexa da eficiência empresarial, da eficiência alocacional, da eficiência do desenvolvimento tecnológico e científico, e, em última instância, da eficiência do sistema educacional tomado este em seu sentido mais amplo (econômico/profissional, cultural, e até político).

Não devemos esquecer aqui as limitações que pesam sobre γ. Embora γ tenha um efeito positivo sobre π_e, o crescimento eco

DETERMINANTES DO CRESCIMENTO – LONGO-PRAZO

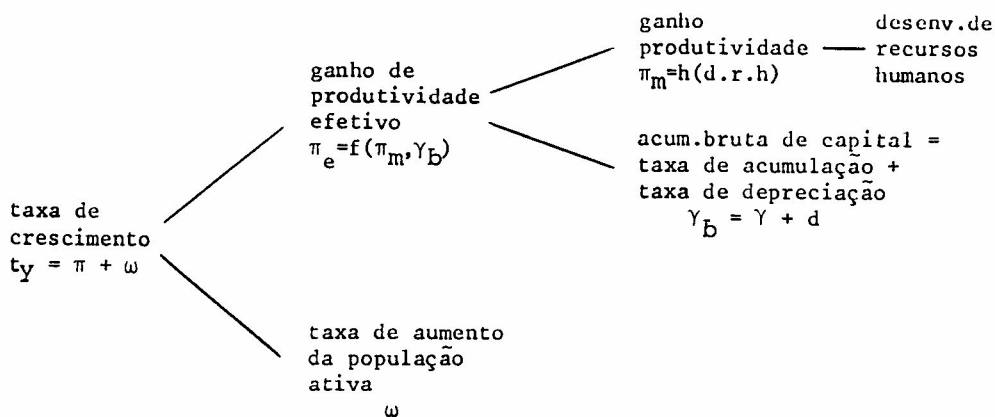



FIGURA 3.1a

nômico só poderá manter-se,satisfeita a condição

$$\pi_{ei} > \frac{K_i}{W_i} \gamma \ (\gamma - \omega)$$

Caso contrário, teremos um consumo per capita declinante, o que levaria inexoravelmente à convulsão social. Há, por certo, outros condicionantes do crescimento continuado, mas que só poderão ser analisados e avaliados mais adiante, após a introdução de novas variáveis no modelo mínimo.

Interessa-nos agora analisar a questão dos determinantes do crescimento sob uma perspectiva de curto prazo. Para tanto, precisaremos aumentar a complexidade do nosso modelo de referência com variáveis especificamente conjunturais.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de deixar claro, que estaremos usando o termo modelo numa acepção bastante larga; nossos modelos não o são no sentido técnico dos especialistas, sendo sim algo intermediário entre estes e a linguagem corrente descritiva.

O que estamos pretendendo aqui é tão apenas dar uma maior precisão ao bom senso. De qualquer modo, qualquer projeto de construção de modelo no sentido técnico da palavra não dispensaria uma fase prévia de construção de "esboços de modelo" como estaremos aqui desenvolvendo. Em suma, achamo-nos plenamente justificados em fazer assim, pois nosso objetivo aqui é fundamentalmente didático, e não operativo.

Ainda uma palavra sobre modelos, especificamente, sobre modelos voltados à análise de curto prazo. De modo geral, a técnica de construção deste tipo de modelo segue as mesmas regras da construção e validação de modelos de análise de longo prazo. Enriquece-se o modelo mais geral,de longo prazo,com novas variáveis, ditas conjunturais e ajustam-se os parâmetros do modelo por meio das técnicas estatísticas. As diferenças entre o real e o calculado são consideradas aleatórias(sem causa determinável), por consequência,despre

zadas. Nossa idéia não é bem essa. Para nós as flutuações teriam natureza bem diversa; as condições de longo prazo definiriam um potencial máximo, e as condições conjunturais seriam responsáveis pelo grau ou nível de aproveitamento daquela potencialidade. A região de maior instabilidade não seria uma média, mas um limiar (potencial), o que, eventualmente, viria caracterizar uma situação de saturação. Um argumento relevante em favor de nossa visão das coisas é o que se refere a forma destas flutuações. Na figura 3.1b mostra-se que existem dois tipos básicos de flu

FLUTUAÇÃO ALEATÒRIA X FLUTUAÇÃO POR APROVEIT. DE POTENCIAL

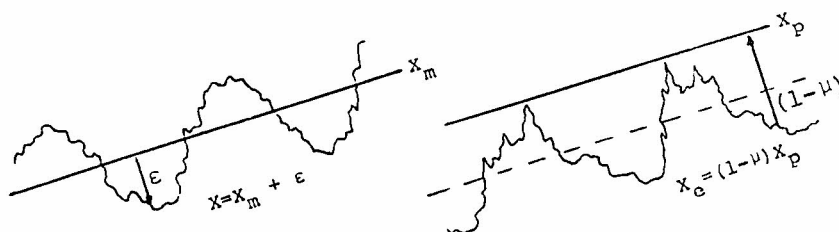



FIGURA 3.1b

tuação: um deles é o das flutuações por grau de aproveitamento ou eficiência, onde as partes superiores da curva real em relação à média têm forma diferente das partes inferiores: estas são mais "arredondadas", aquelas mais "ponteagudas". No caso de flutuação realmente aleatórias, não se pode constatar esta diferença. Chamamos a atenção de que nem sempre os métodos estatísticos normais são capazes de detectar as referidas diferenças, que muito frequentemente são claramente perceptíveis à simples inspeção visual.

Na figura 3.1c apresentamos um exemplo esquemático de como poderíamos proceder com referência a uma determinada árvore de determinação.

No modelo a longo prazo teríamos: A = B x (C + D)

ALTERNATIVAS EXTREMAS DE INTRODUÇÃO DE POTENCIAIS

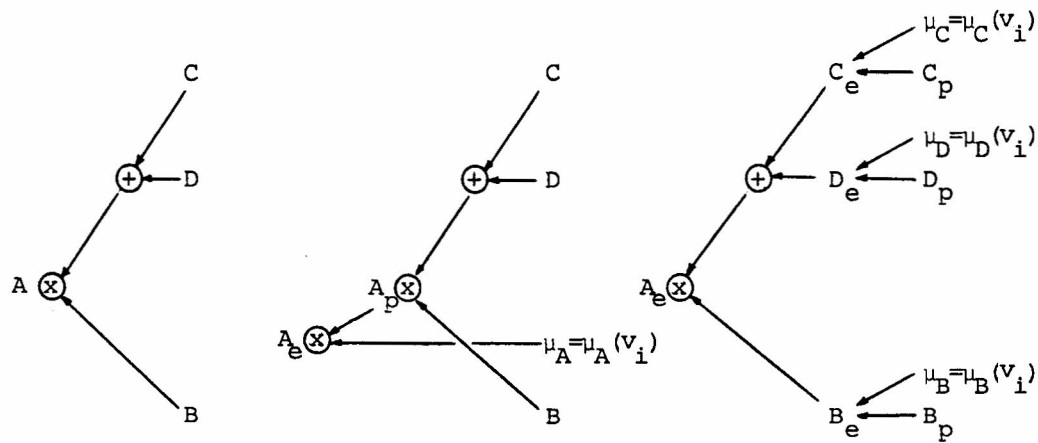



FIGURA 3.1c

Teríamos duas opções extremas para introduzir os fatores de aproveitamento ou eficiência. Na primeira, introduziríamos apenas um fator μ multiplicativo de A, e depois buscaríamos determinar μ como função de variáveis conjunturais v_1, v_2, ..., v_n. Na segunda, procuraríamos determinar um fator de aproveitamento ou eficiência para cada ramo extremo da árvore, que poderia ser identificado com uma das variáveis conjunturais; poderíamos ir mais além, buscando caracterizar cada um dos graus parciais de aproveitamento como função de um conjunto adicional de variáveis conjunturais. Tudo seria muito fácil se os sistemas econômicos não apresentassem inúmeros elos de realimentação (inter-dependências); sabemos, contudo, que a realidade é muito outra.

No nosso caso, usaremos uma estratégia mista, procurando determinar níveis de aproveitamento, em relação às variáveis extremas da árvore de determinações, e o que não puder ser assim absorvido, será condensado num fator global de aproveitamento.

Consideremos inicialmente as variáveis afetando os ramos extremos da árvore; elas são duas:

α_W taxa de desemprego

α_K taxa marginal de ociosidade da poupança

A taxa de desemprego assim se define:

$$\alpha_{Wi} = \frac{W_i - W_{ei}}{W_i} = 1 - \frac{W_{ei}}{W_i} \Longrightarrow W_{ei} = W_i \; (1 - \alpha_{Wi})$$

onde W_{ei} é o total de mão de obra efetivamente empregada.

Admitindo-se uma variação da taxa de desemprego do período i para i+1 igual a $\Delta\alpha_{Wi}$, tem-se

$$W_{ei+1} = W_i \; (1+\omega)(1-\alpha_{Wi} - \Delta\alpha_{Wi})$$

Definindo-se a taxa de crescimento da população ativa efetiva como $\omega_e = \frac{W_{ei+1}}{W_{ei}} - 1$, teremos:

$$\omega_{ei} = \frac{W_i(1+\omega)(1-\alpha_{Wi} - \Delta\alpha_{Wi})}{W_i(1- W_i)} - 1 \Longrightarrow$$

$$\omega_{ei} = 1 + \omega - \Delta\alpha_{Wi} \frac{(1+\omega)}{1-\alpha_{Wi}} - 1 \Longrightarrow$$

$$\omega_{ei} = \omega - \Delta\alpha_{Wi} \frac{(1+\omega)}{(1-\alpha_{Wi})} \Longrightarrow$$

$$\frac{\omega_{ei} - \omega}{\Delta\alpha_{Wi}} = \frac{\Delta Wi}{\Delta\alpha_{Wi}} = - \frac{1 + \omega}{1-\alpha_{Wi}}$$

Em suma, uma variação para mais da taxa de desemprego afeta proporcional e negativamente a taxa de aumento da população efetivamente ativa numa razão $\frac{1+\omega}{1-\alpha_{Wi}}$

A taxa marginal de ociosidade da poupança assim se define:

$$\alpha_{Ki} = \frac{\gamma K_i - \gamma_{ei} K_i}{\gamma K i} = 1 - \frac{\gamma_{ei}}{\gamma} \Longrightarrow \gamma_{ei} = \gamma(1 - \alpha_{Ki})$$

onde γ_e é a taxa efetiva de acumulação de capital produtivo e γ passa a representar a taxa de retorno do capital ou taxa de

mais-valia do capital produtivo. A diferença $(\gamma - \gamma_e)$ é realizada em títulos financeiros, sendo computados apenas o acréscimo de financiamentos ao consumo e o acréscimo da dívida pública subtraída do acréscimo de investimentos públicos diretamente financiados com o acréscimo da dívida e dos juros do estoque da dívida. Para simplificar, vamos admitir que $(\gamma - \gamma_e)_{Ki}$ represente apenas o acréscimo da dívida pública menos os juros do estoque desta mesma dívida. Admitindo-se uma variação da taxa marginal de ociosidade do capital do período i para i+1 no valor de $\Delta\alpha_{Ki}$, teremos:

$$\gamma_{ei+1} = \gamma\,(1 - \alpha_{Ki} - \Delta\alpha_{Ki})$$

Logo, $\gamma_{ei+1} - \gamma_{ei} = -\gamma\Delta\alpha_{Ki} \Longrightarrow \dfrac{\Delta\gamma_{ei}}{\Delta\alpha_{Ki}} = -\gamma$ ou $\Delta\gamma_{ei} = -\Delta\alpha_{Ki}\,.\,\gamma$

Em suma, uma variação para mais de taxa de ociosidade da mais-valia ou poupança afeta proporcional e negativamente a taxa de acumulação física numa razão γ.

Como o crescimento não é função direta de γ, mas de π, precisaremos agora explicitar o efeito direto de $\Delta\alpha_{Ki}$ sobre π. Formalmente, a dependência de π_e em relação a γ pode ser expressa por:

$$\pi_e = g\,(\pi_m, \gamma) \quad \text{com} \quad \frac{dg}{d\gamma} > 0$$

o que nos permite escrever:

$$\Delta\pi_e = \frac{dg}{d\gamma}\,.\,\Delta\gamma \Longrightarrow \Delta\pi = \frac{dg}{d\gamma}\,(-\,\Delta\alpha_{Ki}.\,\gamma) \Longrightarrow \frac{\Delta\pi_e}{\Delta\alpha_{Ki}} = -\,\gamma\,.\,\frac{dg}{d\gamma} \quad \text{ou}$$

$$\frac{\Delta\pi_e}{\Delta\alpha_{Ki}} = -\,\gamma\,.\,\frac{d}{d\gamma}\,g(\pi_m, \gamma)$$

Esta expressão nos diz que uma variação para mais da taxa marginal de ociosidade da mais-valia provoca um decréscimo pro

porcional do ganho de produtividade efetivo na razão $\gamma \cdot \frac{dg}{d\gamma}$.

Podemos agora avaliar o efeito conjunto (mas considerados aqui independentes) do desemprego e da ociosidade marginal da mais-valia sobre a taxa de crescimento:

$$\Delta t_y = \Delta\omega + \Delta\pi$$

ou seja: $$\Delta t_y = - \frac{1 + \omega}{1-\alpha_{Wi}} \Delta\alpha_{Wi} - \gamma \cdot \frac{dg(^{\pi}m, \gamma)}{d\gamma} \Delta\alpha_{Ki}$$

Esta expressão é insuficiente,ainda,para explicar variações reais das taxas de crescimento de qualquer economia. Diríamos que ela determina um potencial de crescimento,mas não o crescimento efetivo; isto é, ela nos diz apenas da disponibilidade de mão de obra e tecnologia na posse dos produtores (empresas),mas não de sua efetiva ou plena utilização. Nestas circunstâncias, para adequar nosso modelo à realidade, seremos obrigados a introduzir um fator μ (índice de eficiência ou de utilização, ajustado para ter sempre um valor compreendido entre 0 e 1), de modo que (1 - μ) multiplicado pelo potencial produtivo nos dê o valor da produção efetiva.

Temos,pois, para a produção efetiva em i e i+1 :

$$Y_i = W_{pi} \cdot \mu_i$$

e $$Y_{i+1} = W_{pi+1} \cdot \mu_{i+1}$$

Num primeiro momento, admitiremos que α_K, α_W e μ são independentes — o que não é certamente verdadeiro, mas permite-nos uma primeira avaliação do efeito de μ sobre o crescimento — e admitamos que α_K e α_W se mantenham constantes do período i e i+1. Neste caso, teremos:

$$t_{yi} = \frac{Y_{i+1}}{Y_i} - 1 = \frac{W_{pi+1}}{W_i} \cdot \frac{\mu_{i+1}}{\mu_i} - 1 = \frac{W_{pi}\,(1+\omega_p)\,(1+\pi_p) \cdot \mu_{i+1}}{W_{pi} \cdot \mu_i} -1$$

Uma variação em μ_i de valor $\Delta\mu_i$ acarretaria uma variação de t_{yi} dada por:

$$\Delta t_{yi} = \frac{(1+\omega_p)(1+\pi_p)}{\mu_i} \Delta\mu_i$$

de sorte que:

$$\frac{\Delta t_{yi}}{\Delta\mu_i} = \frac{(1+\omega_p)(1+\pi_p)}{\mu_i}$$

A figura 3.1d nos apresenta o esquema das determinações de t_y em função das três novas variáveis consideradas.

DETERMINANTES DO CRESCIMENTO - CURTO PRAZO

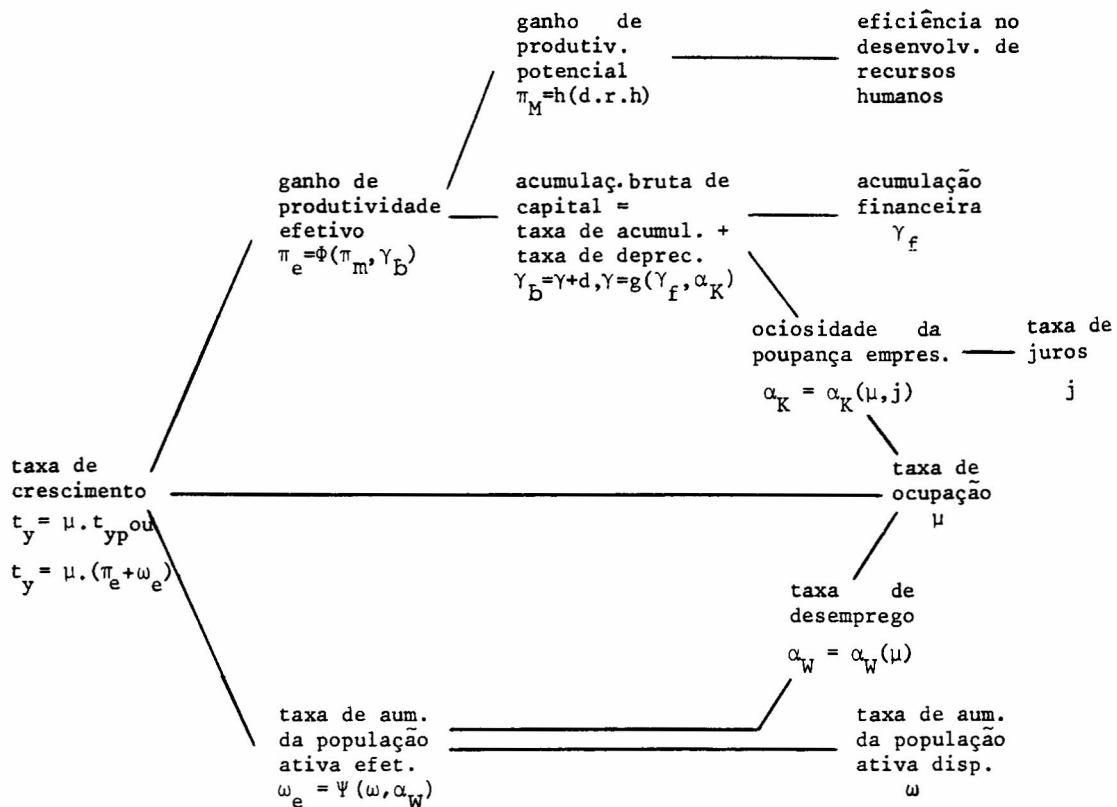



FIGURA 3.1d

Devemos agora reconsiderar a nossa hipótese inicial de que as três novas variáveis α_W, α_K e μ sejam entre si independentes. Em realidade, são inúmeras as hipóteses que poderíamos formular em torno da interdependência destas variáveis, bem como de suas dependências de outras variáveis ainda não consideradas. A escolha teria que ser realizada, obviamente, por testes estatísticos. De qualquer modo, podemos avançar algumas hipóteses baseadas numa experiência difusa e no bom senso. Começaríamos estabelecendo a dependência de α_W com respeito apenas a μ. Teríamos assim:

$$\alpha_W = \alpha_W (\mu) \quad \text{com} \quad \frac{d\alpha_W}{d\mu} \leqslant 0$$

Em segundo lugar, faríamos α_K depender também de μ, mas aqui é inevitável que introduzamos uma nova variável — a taxa média de juros j. Teríamos então:

$$\alpha_K = \alpha_K (\mu, j) \quad \text{com} \quad \frac{\partial \alpha_K}{\partial \mu} \leqslant 0 \quad \text{e} \quad \frac{\partial \alpha_K}{\partial j} \geqslant 0$$

Isto quer dizer que a taxa marginal de poupança ociosa cresceria com a taxa juro e decresceria com o nível de ocupação da capacidade instalada. Com estas novas hipóteses o esquema de determinação da taxa de crescimento seria aquela mostrada na figura 3.1e .

Este modelo, ainda extremamente simples em relação à realidade, é suficiente para que estabeleçamos as linhas gerais de uma política para o crescimento acelerado, e talvez, mais que suficiente, para eliminar muitas "políticas" pouco inteligentes que vemos por aí. As linhas básicas de uma boa política de crescimento seriam:

a) Maximização de π_m.

Em nenhuma hipótese, mesmo nas crises conjunturais agudas, não se pode prejudicar ou interromper o trabalho

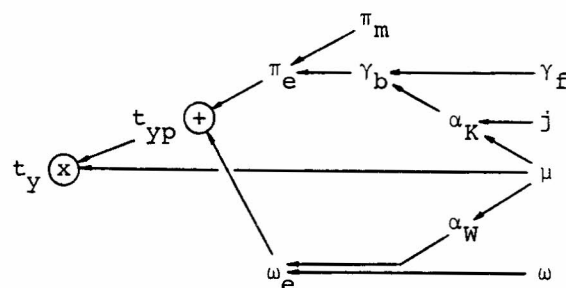



FIGURA 3.1e

dos centros nacionais de pesquisa e desenvolvimento, assim como o trabalho dos centros de desenvolvimento de recursos humanos, muito especialmente, os que já tenham alcançado o grau de excelência. A propósito, não vimos até hoje nenhum governo brasileiro levar esta questão verdadeiramente a sério.

b) Baixa ociosidade marginal da poupança

Não permitir que aumentos da dívida pública venham financiar custeio. Assim, todo acréscimo de α_K, pior ainda, de $\Delta\alpha_K$ deve ser compensado por aumentos no investimento público, em especial, de infra-estrutura.

c) Pleno emprego

O pleno emprego é um requisito básico para o crescimento acelerado. Os efeitos perturbadores da estabilidade monetária que ele pode acarretar, devem ser compensados de algum modo, menos pela supressão de sua origem. Em suma, deve-se buscar manter sempre α_W próximo de um valor α_{WO} que mediria o "desemprego natural" ou de rotação. Este assunto será retomado no próximo item 3.3.

d) Plena ocupação

A plena ocupação (empresarial) é talvez o fator mais importante para manter um crescimento acelerado; ela influencia diretamente a taxa de crescimento, e indiretamente, através da sua influência sobre o pleno emprego e a taxa marginal de ociosidade da poupança. Deve-se pois perseguir a situação $\mu \cong 1$.

e) Juros baixos

A plena ocupação tem um efeito benéfico sobre α_K que pode, porém, ser anulado por taxas de juros elevadas. O costume de elevar taxas de juros para conter consumo e fazer baixar estoques tem uma eficiência duvidosa, e o pior, é que compromete a plena utilização produtiva da capacidade de investimento.

3.2 Problemática da Distribuição de Renda

Este é para nós, sem dúvida, um assunto de magna importância. É lugar comum a adjetivação **perverso** para caracterizar o perfil de distribuição de renda em nosso país. Justamente por isso deveríamos esperar encontrar entre nós as elaborações conceituais mais percucientes e radicais sobre a matéria. Entrementes, o que infelizmente constatamos é uma miopia teórica persistente que faz desconfiar que o discurso crítico habitual não passa de um artifício psicológico para permitir um sono tranqüilo, ou mesmo, de uma tática de fazer zoeira e ocupar espaço, não dando assim oportunidade a que possa emergir e ser ouvida uma palavra mais séria sobre tão candente problema social. Sempre a mesma proposta: aumento do salário mínimo numa taxa superior à taxa inflacionária, que ao cabo de muito pouco tempo se mostra totalmente inoperante, pois a inflação recrudece e os demais salários acabam se recuperando a uma taxa ainda maior que aquela adjudicada ao mínimo. Como se poderia explicar, então, a insistente combinação da soberba teórica com a mais completa impotência. A cada ano o problema mais se agrava e nada, absolutamente nada de efetivo se faz no sentido de infletir o processo concentrador de renda. Perdoe-nos o leitor o tom acre e panfletário, mas é difícil não nos indignarmos contra a presente situação.

Antes de mais nada, seria necessário limpar o terreno dos preconceitos e falsas concepções, e mais ainda, das meias verdades. Para começar, diríamos que o pérfido perfil de distribuição de renda no Brasil não é um problema de per si, mas o principal sintoma de algo muito grave, que identificaríamos como sendo o crescimento econômico com **dependência científico-tecnológica**. Porém, é precisamente esta fundamental conexão que se evita a todo custo pensar. De modo geral procura-se centrar a

discussão sobre a repartição de renda entre o capital (empresariado) e o trabalho (operariado), o que a rigor, não encontra justificação empírica.

Não dispomos de dados acerca das taxas de mais-valia nos diferentes países, mas é possível tirar conclusão sobre elas através das taxas de formação bruta de capital. Tomando-se as seguintes definições:

taxa de formação bruta de capital: $t_b = \frac{\gamma K}{Y} + \frac{dK}{Y}$ e

taxa de mais-valia ....: $m = \frac{\gamma K}{Y} + \frac{\Delta F}{Y}$

onde, ΔF representa o montante de acréscimo da dívida pública mais o acréscimo da conta financiamento de empresas às famílias menos financiamento das famílias às empresas, e d, a taxa de depreciação. Pode-se pois estabelecer a seguinte igualdade:

$$t_b = m + \frac{dK - \Delta F}{Y}$$

Não existem boas razões para afirmar que a segunda parcela à direita na expressão acima seja significativamente diferente de país para país, de modo que, numa primeira aproximação, podemos tomar t_b como um bom indicador do nível de mais-valia para diferentes países em diferentes tempos.

As estatísticas sobre formação bruta do capital (ver tabelas 3.2) também são flagrantemente deficientes, tanto pela continuidade, como pela provável não-uniformidade dos critérios de avaliação; contudo, estes dados não nos permitem inferir qualquer correlação positiva entre mais-valia e má distribuição de renda. Até pelo

TABELA 3.2a INDICADORES DE CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO

(percentual do PIB)

Grupo de países e indicador	*1965*	*1973*	*1980*	*1983*	*1984*	*1985*	*1986*[a]	*1987*[a]
Todos os países em desenvolvimento								
Consumo	79,7	76,9	75,8	77,8	76,5	76,6	76,7	75,6
Investimento	20,8	23,6	26,6	23,2	22,9	23,6	23,4	23,8
Poupança	19,3	23,0	23,4	20,3	21,4	21,3	21,5	23,6
Países de baixa renda								
Consumo	81,1	76,0	78,9	77,8	76,6	75,3	75,4	74,0
Investimento	20,4	23,8	26,0	24,8	26,2	29,8	28,8	28,2
Poupança	18,5	23,7	22,1	23,4	24,4	25,4	25,1	26,2
Países de renda média								
Consumo	78,7	77,4	74,7	77,7	76,5	77,1	77,3	76,3
Investimento	21,1	23,4	26,8	22,5	21,6	21,1	21,3	22,1
Poupança	19,9	22,6	23,9	19,1	20,2	19,6	20,1	22,5
Exportadores de petróleo								
Consumo	80,2	76,6	70,5	76,0	75,0	77,3	79,6	76,1
Investimento	19,4	22,6	26,4	21,8	21,0	21,2	21,2	23,2
Poupança	17,3	21,6	26,6	19,4	20,3	18,3	15,9	20,0
Exportadores de manufaturados								
Consumo	77,9	75,4	75,6	75,1	73,0	71,9	71,3	71,9
Investimento	22,5	25,9	28,4	25,2	26,2	28,1	27,7	27,3
Poupança	21,6	25,4	24,5	24,2	26,2	27,3	28,1	27,7
Países altamente endividados								
Consumo	76,2	77,8	75,7	79,2	78,2	78,9	79,2	77,6
Investimento	21,2	21,8	25,2	18,0	17,2	17,7	19,0	19,6
Poupança	22,0	21,3	22,4	16,2	17,2	16,6	17,0	20,7
África subsaariana								
Consumo	82,3	78,4	80,3	88,8	88,3	86,6	88,5	84,8
Investimento	15,0	18,9	20,4	15,1	11,6	12,2	14,5	17,4
Poupança	15,4	17,5	16,7	8,5	8,5	10,2	7,6	10,9
Países industrializados								
Consumo	76,5	74,6	77,7	80,0	79,0	79,5	78,9	78,8
Investimento	23,2	25,0	23,0	19,9	21,3	20,7	20,9	21,2
Poupança	23,9	25,8	22,7	20,3	21,3	20,7	21,2	22,0

a. Dados preliminares.

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial-1988
Banco Mundial

TABELA 3.2b INVESTIMENTO E POUPANÇA INTERNA BRUTA - 1986

	Distribuição do produto interno bruto (percentual)			
	Investimento interno bruto		Poupança interna bruta	
	1965	1986	1965	1986
Países de baixa renda	**20 w**	**29 w**	**17 w**	**25 w**
China e Índia	**22 w**	**32 w**	**21 w**	**30 w**
Outros	**15 w**	**15 w**	**12 w**	**7 w**
1 Etiópia	13	9	12	3
2 Butão	. .	. .	. .	. .
3 Burkina Faso	12	*20*	4	−*7*
4 Nepal	6	19	0	9
5 Bangladesh	11	12	8	2
6 Malavi	14	10	0	7
7 Zaire	14	12	30	13
8 Mali	. .	21	. .	4
9 Birmânia	19	15	13	12
10 Moçambique	. .	9	. .	−1
11 Madagascar	10	14	4	10
12 Uganda	11	14	12	11
13 Burundi	6	17	4	9
14 Tanzânia	15	17	16	2
15 Togo	22	28	17	13
16 Níger	8	11	3	7
17 Benin	11	13	3	0
18 Somália	11	*15*	8	−5
19 Rep. Centro-africana	21	16	11	2
20 Índia	18	23	16	21
21 Ruanda	10	19	5	9
22 China	25	39	25	36
23 Quênia	14	26	15	26
24 Zâmbia	25	15	40	13
25 Serra Leoa	12	10	9	8
26 Sudão	10	12	9	4
27 Haiti	7	12	2	6
28 Paquistão	21	17	13	7
29 Lesoto	11	33	−26	−78
30 Gana	18	*10*	8	*8*
31 Sri Lanka	12	24	13	13
32 Mauritânia	14	25	27	15
33 Senegal	12	14	8	6
34 *Afeganistão*	11	. .	1	. .
35 *Chade*	12	. .	6	. .
36 *Guiné*	. .	9		*13*
37 *Kampuchea*	13	. .	12	. .
38 *Laos*	. .	. .	. .	. .
39 *Vietnã*	. .	. .	. .	. .
Países de renda média	**21 w**	**23 w**	**21 w**	**24 w**
Renda média baixa	**17 w**	**19 w**	**16 w**	**17 w**
40 Libéria	17	10	27	18
41 Iêmen, Rep. Dem. Pop. do	. .	. .	. .	. .
42 Indonésia	8	26	8	24
43 Iêmen, Rep. Árabe do	. .	*21*	. .	−*15*
44 Filipinas	21	13	21	19
45 Marrocos	10	20	12	13
46 Bolívia	22	8	17	5
47 Zimbábue	15	18	23	20
48 Nigéria	19	12	17	10
49 Rep. Dominicana	10	*18*	6	*12*
50 Papua Nova Guiné	22	24	2	15
51 Costa do Marfim	22	12	29	22
52 Honduras	15	*17*	15	*13*
53 Egito	18	19	14	9
54 Nicarágua	21	*19*	18	−*2*
55 Tailândia	20	21	19	25
56 El Salvador	15	13	12	7
57 Botsuana	6	*26*	−13	*26*
58 Jamaica	27	19	23	19
59 Camarões	13	25	13	28
60 Guatemala	13	*11*	10	9
61 Congo	22	29	5	30
62 Paraguai	15	24	14	7
63 Peru	34	20	31	18
64 Turquia	15	25	13	22
65 Tunísia	28	24	14	17
66 Equador	14	20	11	20
67 Maurício	17	17	13	25
68 Colômbia	16	18	17	20
69 Chile	15	15	16	18
70 Costa Rica	20	23	9	24
71 Jordânia	. .	24	. .	−9
72 Síria	10	*24*	10	*14*
73 *Líbano*	22	. .	9	. .
Renda média alta	**23 w**	**24 w**	**23 w**	**26 w**
74 Brasil	20	21	22	24
75 Malaísia	20	25	24	32
76 África do Sul	28	19	27	30
77 México	22	*21*	21	*27*
78 Uruguai	11	8	18	13
79 Hungria	26	26	25	25
80 Polônia	. .	29	. .	30
81 Portugal	25	22	20	20
82 Iugoslávia	30	38	30	40
83 Panamá	18	17	16	21
84 Argentina	19	9	22	11
85 Coréia, Rep. da	15	29	8	35
86 Argélia	22	32	19	31
87 Venezuela	24	20	34	21
88 Gabão	31	37	37	19
89 Grécia	26	23	15	14
90 Omã	. .	. .	. .	. .
91 Trinidad e Tobago	26	22	21	18
92 Israel	29	17	15	11
93 Hong Kong	36	23	29	27
94 Cingapura	22	40	10	40
95 *Irã*	17	. .	24	. .
96 *Iraque*	16	. .	31	. .
97 *Romênia*	. .	. .	. .	. .
Países em desenvolvimento	**21 w**	**24 w**	**20 w**	**24 w**
Exportadores de petróleo	**19 w**	**23 w**	**21 w**	**22 w**
Exportadores de manufaturados	**23 w**	**29 w**	**22 w**	**29 w**
Países altamente endividados	**21 w**	**19 w**	**23 w**	**22 w**
África subsaariana	**15 w**	**14 w**	**15 w**	**11 w**
Exportadores de petróleo de alta renda	**20 w**	. .	**54 w**	. .
98 Arábia Saudita	14	27	48	18
99 Kuweit	16	. .	60	. .
100 União dos Emirados Árabes	. .	. .	. .	. .
101 *Líbia*	29	. .	50	. .
Economias industriais de mercado	**23 w**	**21 w**	**23 w**	**21 w**
102 Espanha	25	21	21	23
103 Irlanda	24	19	15	23
104 Nova Zelândia	28	23	26	24
105 Itália	24	21	26	23
106 Reino Unido	20	18	19	18
107 Bélgica	23	16	23	20
108 Áustria	28	24	27	25
109 Holanda	27	21	26	25
110 França	26	19	28	20
111 Austrália	28	22	26	21
112 Alemanha, Rep. Fed. da	28	19	29	24
113 Finlândia	28	23	27	24
114 Dinamarca	26	22	25	22
115 Japão	32	28	33	32
116 Suécia	27	18	26	21
117 Canadá	26	21	26	22
118 Noruega	30	29	29	26
119 EUA	20	18	21	15
120 Suíça	30	26	30	27

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - 1988
Banco Mundial

TABELA 3.2c POUPANÇA, INVESTIMENTO E SALDO EM BENS, TRANSFERÊNCIAS PRIVADAS SEM CONTRAPARTIDA, 1965-1986

(percentual do PNB)

País	Investimento interno bruto			Poupança nacional bruta			Saldo em bens, serviços e transferências privadas sem contrapartida		
	1965-73	1973-80	1980-86	1965-73	1973-80	1980-86	1965-73	1973-80	1980-86
América Latina e Caribe									
*Argentina	19,8	23,8	15,2	19,9	22,7	10,4	−0,1	−0,6	−4,7
*Bolívia	25,4	25,3	7,0	22,4	18,4	−1,7	−3,0	−6,8	−8,7
*Brasil	21,2	23,7	20,6	19,2	19,1	17,2	−2,0	−4,6	−3,3
*Chile	14,3	17,4	17,4	12,5	11,8	6,8	−1,8	−5,5	−10,6
*Colômbia	18,9	18,8	19,8	16,5	18,7	14,4	−2,5	−0,1	−5,4
*Costa Rica	21,8	25,5	24,4	13,0	13,4	12,7	−8,8	−12,2	−11,7
*Equador	19,0	26,7	22,9	14,6	21,0	18,0	−4,4	−5,7	−4,9
Guatemala	13,3	18,7	11,9	11,0	14,3	7,7	−2,2	−4,3	−4,2
*Jamaica	32,0	20,2	23,1	20,9	12,2	6,9	−11,1	−8,0	−16,2
*México	21,4	25,2	25,3	19,2	21,2	23,4	−2,2	−4,0	−1,9
*Peru	27,7	28,9	26,7	27,1	24,6	22,3	−0,6	−4,3	−4,4
*Uruguai	12,0	15,7	13,3	11,5	11,3	10,0	−0,5	−4,4	−3,3
*Venezuela	29,5	32,5	20,0	30,3	35,2	24,3	0,8	2,6	4,3
África									
Camarões	16,8	21,8	26,4	. .	17,7	24,3	. .	−4,1	−2,0
*Costa do Marfim	22,8	29,2	20,5	. .	23,2	15,5	. .	−6,0	−5,0
Etiópia	12,8	9,5	11,3	11,8	6,0	2,2	−1,1	−3,5	−9,1
Gana	12,3	8,7	4,7	11,4	6,9	−0,8	−0,9	−1,8	−5,5
Libéria	19,1	28,7	15,0	. .	30,6	12,3	. .	1,8	−2,7
Malavi	20,0	29,7	19,5	. .	10,7	6,1	. .	−19,0	−13,4
Níger	9,7	23,8	18,5	. .	11,8	6,8	. .	−12,0	−11,8
*Nigéria	17,5	22,1	14,5	15,3	24,0	13,2	−2,2	1,9	−1,4
Quênia	22,6	26,2	25,5	17,8	16,4	17,7	−4,9	−9,8	−7,8
Senegal	14,7	17,5	15,9	. .	4,6	−2,7	. .	−13,0	−18,6
Serra Leoa	13,8	14,1	13,6	9,7	−1,6	4,4	−4,2	−15,7	−9,2
Sudão	11,9	16,2	16,7	10,5	7,5	−0,7	−1,4	−8,7	−17,5
Tanzânia	19,9	23,9	18,0	16,9	13,0	8,5	−3,0	−10,9	−9,6
Zaire	13,7	15,0	14,4	12,1	9,3	6,5	−1,6	−5,6	−7,9
Zâmbia	31,9	28,5	18,5	38,5	24,7	7,2	6,6	−3,7	−11,3
Sul da Ásia									
Índia	18,4	22,5	24,5	16,7	21,2	21,5	−1,7	−1,3	−3,0
Paquistão	16,1	17,5	17,5	. .	6,4	4,6	. .	−11,1	−13,0
Sri Lanka	15,8	20,6	28,0	12,7	12,5	11,9	−3,1	−8,1	−16,1
Leste asiático									
Coréia, Rep. da	23,9	31,0	30,6	16,2	25,0	27,6	−7,7	−6,0	−3,0
*Filipinas	20,6	29,1	23,8	19,3	23,5	18,3	−1,3	−5,6	−5,5
Indonésia	15,8	24,5	28,1	12,4	24,6	24,9	−3,5	0,1	−3,2
Malaísia	22,3	28,7	34,1	23,4	29,8	27,5	1,0	1,0	−6,6
Papua Nova Guiné	27,8	22,0	28,4	. .	14,1	7,8	. .	−7,9	−20,6
Tailândia	23,8	26,6	24,2	21,5	21,1	19,1	−2,3	−5,4	−5,1
Europa e Norte da África									
Argélia	32,1	44,5	37,0	25,5	37,5	36,1	−6,6	−7,0	−0,9
Egito	14,0	29,8	28,6	9,0	8,9	3,6	−5,0	−20,9	−25,0
*Iugoslávia	29,9	35,6	38,8	25,6	26,9	31,8	−4,2	−8,7	−6,9
*Marrocos	15,0	25,6	23,1	12,5	11,2	6,4	−2,6	−14,4	−16,8
Portugal	26,6	29,7	30,6	. .	16,5	14,5	. .	−13,2	−16,0
Tunísia	23,3	29,9	30,2	16,9	19,9	17,9	−6,4	−9,9	−12,3
Turquia	18,5	21,8	22,0	16,1	14,9	14,7	−2,4	−6,9	−7,3

Nota: Os asteriscos indicam um país altamente endividado.

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial -1988
Banco Mundial

contrário, se correlação houver, ela será inversa. Constata-se claramente que os países onde t_b é mais elevado, e por conseguinte, a taxa de mais-valia provavelmente também mais elevada, não são países em que se possa dizer que apresentam perfis de distribuição de renda tão perversos como os existentes em países de taxa de mais-valia inferiores, como é o caso do Brasil. Dizemos isto, para deixar evidente que a problemática da distribuição de renda não é um jogo entre empresários e não-empresários, mas sim, um jogo entre estes últimos. Em grandes linhas, pode-se seguramente afirmar que se trata de um *affaire* entre a classe média, os operários urbanos, e os marginais urbanos e rurais. O papel que aí joga a classe-média é crucial, especialmente nas nações "em desenvolvimento", mas só poderemos analisá-lo devidamente, no próximo capítulo 4. De qualquer forma, podemos admitir que o fator preponderante aqui, é a questão da dependência tecnológica. Esta tira à classe média sua principal função na produção, fazendo assim com que ela perca grande parte de seu poder de pressão sobre os grupos superiores da sociedade. Em consequência, seu maior empenho passa a ser aquele de, tanto segurar os salários dos grupos de renda inferiores, como subtrair-lhe os canais naturais de ascenção — a informação e a educação. Já que pouco podem na arena propriamente econômi-a, se passam para a arena cultural,ao mesmo tempo que trocam de adversário. Para maiores detalhes, já o dissemos, ver o próximo capítulo, em particular, o item 4.2.

Tentemos clarear um pouco mais a questão, e para tanto podemos partir do que vimos no item 1.6 anterior. Lá constatamos que a continuidade do processo de acumulação a longo prazo nada tem a ver com a taxa de mais-valia, estando condicionado, sim, pela equação:

$$(1 + \gamma) \leqslant (1 + \omega)(1 + \pi) \quad ,$$

ou, simplificadamente:

$$\gamma \leqslant \omega + \pi$$

onde γ, ω e π são, respectivamente, as taxas de acumulação de capital, de aumento da população ativa (suposta igual à taxa de aumento da população global) e de ganho de produtividade.

Numa primeira fase — que denominaremos **extensiva** — do processo de acumulação, uma taxa elevada pode muito bem ser sustentada pela incorporação à produção capitalista de mão de obra numa taxa sensivelmente superior à taxa de crescimento populacional. Sabe-se, inclusive, que historicamente assim se deu, com a incorporação de ex-trabalhadores rurais, suas mulheres e mesmo de seus filhos menores. No Brasil de hoje isto ainda ocorre: é o conhecido processo de migração rural para os grandes centros urbanos.

Este processo tem limitações óbvias: o esgotamento do excedente populacional rural, o fato de que as taxas de natalidade urbana serem bem inferiores às taxas de natalidade na região rural, as progressivas limitações legais ao trabalho de menores, etc. Nestas circunstâncias, sabem os capitalistas — e deveriam igualmente saber os socialistas — que a continuidade de altas taxas de acumulação de capital só poderá ser sustentada passando-se de uma estratégia extensiva para uma estratégia **intensiva**; em outras palavras, deixando-se de lado o fator $(1 + \omega)$ e centrando toda a atenção no fator $(1 + \pi)$ na expressão que limita a taxa de acumulação a longo prazo.

Só há uma maneira de fazê-lo: desviando parte dos trabalhadores diretos (W_D) para a função de conservação e ampliação dos níveis de produtividade, isto é, engrossando o contingente populacional da dita **classe média** (W_I). Neste ponto devemos alertar que a noção de **trabalho social médio** é insustentável no trato e compreensão dos modos de produção modernos (capitalistas ou socialistas) na medida em que impede a discriminação dos dois tipos de trabalho mencionados: direto e indireto (dedicado à conservação e, principalmente, à expansão do nível de produtividade).

Definindo ω_D e ω_I como as taxas de crescimento da população ativa engajada, respectivamente, na produção e na conservação/aumento da produtividade, poderíamos mudar nossa fórmula anterior condicionante da acumulação de $\gamma \leqslant \omega + \pi$ para:

$$\gamma \leqslant \omega_D + \pi(\omega_I) \quad , \quad \text{com } \omega_D < \omega_I$$

e onde a produtividade π passa a ser função explícita de ω_I, naturalmente com $\partial\pi/\partial\omega_I > 0$.

A decisão por um aumento da taxa ω_I com consequente diminuição de ω_D — esta podendo mesmo se tornar negativa — tem como consequência inexorável a diminuição da taxa de crescimento do produto (pois, fora o efeito de π, $Y \sim W_D$). Mantida a taxa de acumulação, ter-se-á como consequência uma diminuição de disponibilidade para o consumo geral, inclusive aquele dos trabalhadores diretos. Entretanto, tal diminuição será apenas transitória, podendo ser mais que compensada nos períodos seguintes pelo aumento da produtividade; a experiência histórica mostra que assim vem ocorrendo efetivamente. Porém, algo importante há ainda para ser considerado e que pode minimizar sobremaneira o efeito de compressão do consumo. Boa parte dos custos de mão de obra dedicada à preservação e promoção do aumento da produtividade (pesquisa e desenvolvimento) pode ser financiada pela própria acumulação, isto é, contabilizada como investimento. Supondo que uma parcela β ($\beta < 1$) do capital acumulado seja investido no financiamento do aumento de π, teríamos para expressão do consumo:

$$C_i'' = W_{Di} - \gamma K_i + \beta\gamma K_{i-1}$$

em que $W_{Di} + \beta\gamma K_{i-1}$ pode muito bem ser da ordem de W_i e portanto compensar a queda de disponibilidade para consumo que ocorreria na passagem de $C_i = W_i - \gamma K_i$ para $C_i' = W_{Di} - \gamma K_i$.

Não temos dúvidas de que o financiamento da conservação e ampliação dos níveis de produtividade vem de fato ocorrendo em volume significativo embora não possamos demonstrá-lo empiricamen

te. Só seria possível fazê-lo se empresas e governos discriminassem e apropriassem com rigor suas despesas com formação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento. A comparação da taxa de participação da massa global de salários no produto (ou renda) entre países desenvolvidos (com autonomia científico-tecnológica) e países periféricos (científico-tecnologicamente dependentes) dá, entretanto, uma significativa indicação do que estamos afirmando: esta percentagem chega a ser nestes últimos — aí incluido o Brasil — cerca de 50% menor do que nos primeiros.

Estas considerações, ainda que muito gerais, são suficientes para mostrar como é enganosa a tese de que a acumulação depende da taxa de mais-valia e que o inexorável declínio desta leva à ruína o processo de acumulação. Com a transferência de mão de obra da produção direta para a função de conservação/ampliação da produtividade, a parcela dedicada ao consumo vai se tornando cada vez mais uma função da própria acumulação e cada vez menos dependente do acréscimo da taxa de mais valia. De fato assim acontece, e em algumas indústrias de capital intensivo (química, por exemplo) a taxa de mais-valia pode se aproximar de seu valor limite 1 (o trabalhador recebe uma parcela infinitesimal do "valor do trabalho = valor de produção" sem que ocorra seu empobrecimento real).

Perguntamo-nos agora: como ficaria a situação das nações que se engajam num processo de desenvolvimento dependente? Nações que adotam uma política de irrestrita abertura à importação tecnológica e à atividade das empresas multinacionais, tal como recomenda hoje o neo-liberalismo da moda?

Sabemos que é significativamente elevado o peso das amortizações dos gastos de pesquisa e desenvolvimento na formação de custos da moderna produção, em especial, nos setores mais dinâmicos da economia. A dependência tecnológica não faz com que, por encanto, tais custos desapareçam, mas tão simplesmente os

levam à forma de remuneração de fatores externos — licenças, royalties, etc.. Importa aqui assinalar que boa parte destes custos correspondem, originariamente, à remuneração de trabalho especializado, tendo por esta via, grande influência no perfil de distribuição de renda das economias geradoras e exportadoras de tecnologia. Assim, confrontando um mesmo volume de produção de equivalente qualidade em nações desenvolvidas e nações dependentes, verifica-se que nas primeiras ela estará gerando um montante, e mais que isso, um perfil de renda distribuida e consequente perfil de demanda que lhe é razoavelmente acorde; em outras palavras, em boa medida a oferta estará gerando sua própria demanda. Nas nações dependentes é bem o contrário o que acontece, ou seja, o perfil da renda e da consequente demanda diretamente gerada pelos setores modernos destas economias está grandemente distorcido em relação à produção. Em face de tais distorções, e dando-lhe mesmo continuidade, as economias dependentes ficam obrigadas à exportação compensatória de grandes volumes de produtos primários e semi-manufaturados, e até de alguns produtos industriais de certa sofisticação. Note-se, entretanto, que todos estes incorporam, de nacional, apenas mão de obra de nenhuma ou escassa qualificação. Por sua vez, a relativa super-abundância desta última a deixa, permanentemente, sujeita a um processo de progressiva desvalorização o que vai dar no bem conhecido processo de deterioração das relações de troca no comércio entre as economias desenvolvidas e as dependentes. Acrescente-se ainda que pouco interessa que as exportações das economias dependentes englobem produtos de razoável sofisticação tecnológica — a tecnologia sendo, obviamente, adquirida no exterior — mas sim o fato de que o trabalho por estas providas seja constituído, predominantemente, de trabalho não especializado.

Obrigar as multinacionais a exportar parte de sua produção também não é, obviamente, uma solução; na verdade mais agrava a situação na medida que à dependência tecnológica vem se agregar a dependência estratégica, já que as exportações, mesmo quando de alta sofisticação tecnológica, são de apenas partes de equi-

pamentos ou sistemas cujo uso efetivo depende de complementação. Contrastando com tudo isso, vale citar como exemplo a indústria nacional de informática, hoje tão discutida pelos seus pecados, mas em nada pelas suas inequívocas e significativas virtudes. Hoje, estima-se que 50% da produção nacional do setor deve-se a empresas multinacionais que para tanto empregam cerca de 4.000 técnicos e engenheiros; os restantes 50% são providos por empresas nacionais que, em contraste, proporcionam cerca de 40.000 empregos de equivalentes qualificações — nada mais, nada menos, do que 10 vezes mais. Liquidar com a atual política de informática — ao invés de simplesmente aprimorá-la, o que seria o sensato — significaria, mantida a proporção, a pura e simples supressão de cerca de 36.000 empregos especializados, ou seja, 78% do total de 44.000 do volume de emprego qualificado no setor. Note-se: estaremos suprimindo justamente aquilo de que hoje mais necessitamos para melhorar nosso iníquo perfil de distribuição de renda. Acreditamos que não é preciso ir mais além na argumentação.

Concluímos, pois, afirmando enfaticamente que a raíz do gravíssimo problema distributivo no Brasil está no modelo vigente de crescimento econômico com elevado grau de dependência tecnológica, problema este que tenderá a se agravar à medida que, a pretexto de uma suposta necessidade de "modernização" se venha adotar uma política que aprofunde, de uma maneira ou de outra, a referida dependência. Na verdade, estaremos deixando a esfera da economia para entrarmos naquela da estrita moralidade pública, isto é, na esfera do respeito e fidelidade de uma "elite" ao seu próprio povo.

Para os que gostam de ver as coisas de um modo mais formal e quantificado desenvolvemos um modelo de escopo apenas didático, bastante simples, onde não se discrimina setor governo/setor privado, nem setor interno/setor externo (exclusive para efeito de aquisição de tecnologia), mas que tem como característica básica a explicitação da massa de salários-custo (salários diretos e indiretos pagos ã trabalhadores envolvidos de modo estrito na produção) e salários-investimento (todos os salários pagos a professores, organizadores, pesquisadores, etc. envolvidos, estritamente, na conservação e ampliação dos níveis de produtividade). Vejamos:

Equação 1: $Y_i = W_{Di} (1 + \Pi_i)$

O produto = renda no período i será medido em horas de trabalho equivalentes a um período 1 de referência. Assim, o fator $(1 + \Pi_i)$ estará representando o índice acumulado de ganhos de produtividade do trabalho referido ao nível de produtividade do período 1. W_{Di} é o volume de trabalho diretamente alocado ã produção, e representa, pois, o único custo de produção.

Equação 2: $1 + \Pi_i = (1 + \Pi_{i-1})(1 + \pi_{i-1})$

O índice de produtividade no período i é o produto deste mesmo índice no período i-1 multiplicado pelo índice do ganho de produtividade de i-1 para i.

Equação 3: $\pi_i = \pi^o + \eta \, (W_{Ii-1}/W_{i-1})$

A taxa de ganho de produtividade de período i-1 para o período i será considerada uma função linear do esforço relativo aplicado ao ganho de produtivi-

dade. Este esforço será medido pela relação entre a mão de obra alocada à função de conservação e ampliação dos níveis de produtividade e a mão de obra global, ambas referidas ao período anterior i-1.

Equação 4: $S_{Di} = Y_i - \gamma K_i$

A massa salarial paga à mão de obra diretamente engajada na produção é o único e exclusivo custo de produção, o que equivale a dizer que ela é igual ao valor global de produção menos o lucro que estará suportando uma taxa γ de acumulação de capital.

Equação 5: $K_i = K_{i-1} + \gamma K_{i-1} = K_{i-1} (1+\gamma)$

O capital se estará acumulando a uma taxa fixa pré-estabelecida γ.

Equação 6: $S_{Ii} = \beta\gamma K_{i-1}$

A massa de salários-investimento no período i será uma parcela β do lucro no período anterior.

Equação 7: $C_i = S_{Di} + S_{Ii} + s_I W_i = S_{Di} + \beta\gamma K_{i-1} + s_I W_i$

Toda a massa salarial é aplicada ao consumo.

Equação 8: $W_{Fi} = r W_i + S_{Ii-1}/s_I$

A mão de obra não alocada à produção será constituída de duas parcelas: a primeira voltada para a conservação dos níveis de produtividade já atingidos e que está representada como uma parcela fixa r da mão de obra global; a segunda parcela direcionada à expansão dos níveis de produtividade medida pelo volume de recursos disponíveis para tanto no período anterior ($S_{I\ i-1}$) dividido pelo salário individual desta classe de trabalhadores (s_I). Este último se

rá fixo e medido em unidades de trabalho do período de referência.

Equação 9: $W_{Di} = W_i - W_{Ii}$

A mão de obra dedicada diretamente à produção é a mão de obra global menos aquela desviada para a conservação e ampliação dos níveis de produtividade.

Equação 10: $W_i = W_{i-1}\ (1+\omega)$

A população ativa cresce a uma taxa fixa ω suposta idêntica à taxa de crescimento da população global.

A representação gráfica do modelo especificado pelas dez equações acima pode ser vista na figura 3.2a .

MODELO

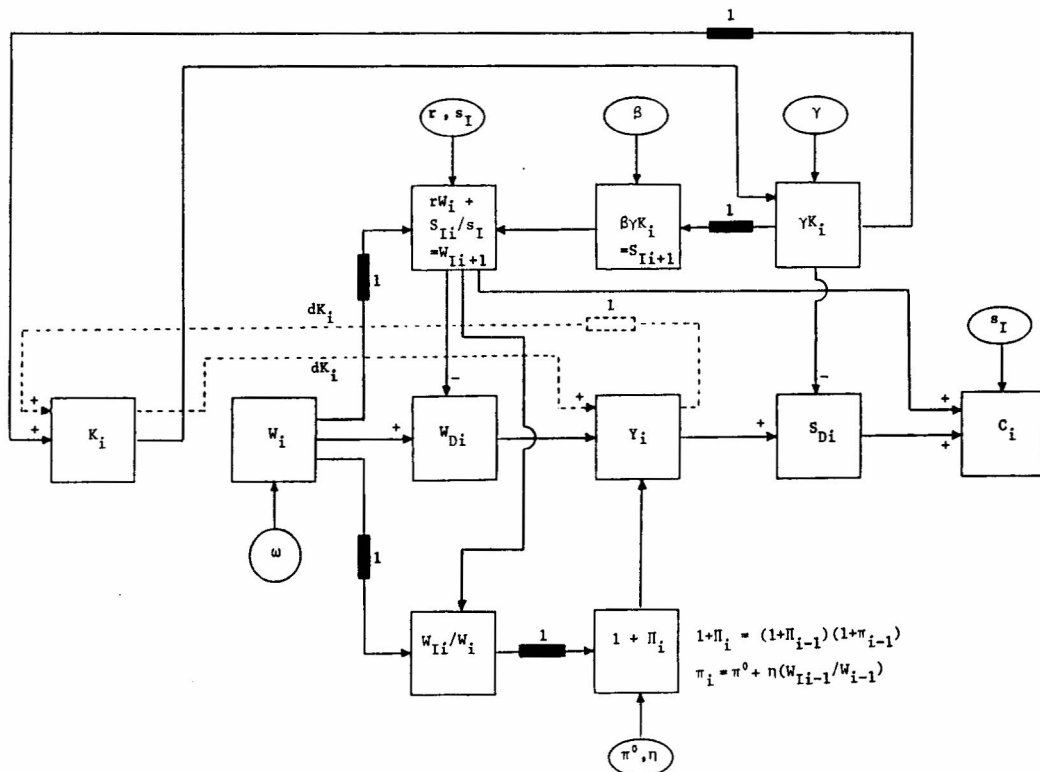



FIGURA 3.2a

Serão consideradas variáveis representativas de objetivos sociais as seguintes:

$c_i = C_i/W_i$: salário médio geral

$s_{Di} = S_{Di}/W_{Di}$: salário médio dos trabalhadores diretos

$y_i = (Y_{i+1}/Y_i)-1 = (1+\omega)(1+\pi_i)-1$: taxa de crescimento do produto (= renda).

$BGP_D = 1+(\frac{S_{Di}/W_{Di}}{S_{D1}/W_{D1}} - 1)x$ $(\frac{W_{Di}}{W_i}) + (\frac{s_I}{S_{D1}/W_{D1}} - 1)x$ $(\frac{W_{Di}}{W_i} - \frac{W_{D1}}{W_1})$: índice que faz o balanço das perdas e ganhos relativos dos trabalhadores diretos em função da evolução de seus salários e da sua passagem à classe de maior renda.

$G_i = S_{Di}/C_i + W_{Ii}/W_i$: índice de distribuição de renda (Gini); para uma distribuição igualitária $G_i = 1$

$m_i = \gamma K_i/Y_i = (Y_i - S_{Di})/Y_i$: taxa de mais-valia real

$m_i^* = (Y_i - S_{Di} - S_{Ii})/Y_i$: taxa de mais-valia aparente

O parâmetro γ será considerado o objetivo empresarial por excelência; os parâmetros ω, r, π^0 e η serão considerados, a médio prazo, como características estruturais do modelo; por fim, β e s_I serão considerados parâmetros instrumentais ou de controle. O leitor encontrará na figura 3.2b uma representação compacta do modelo com todos os seus parâmetros e variáveis-objetivos.

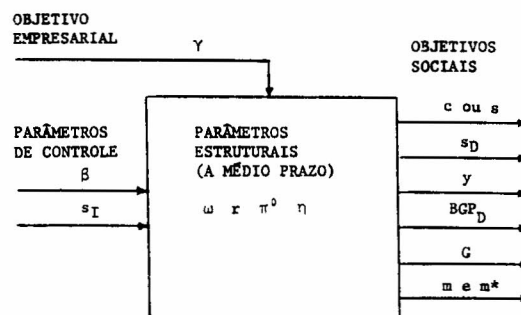



FIGURA 3.2b

Inicialmente interessou-nos avaliar a sensibilidade das variáveis objetivo – renda média geral (s), renda média dos trabalhadores diretos (s_D), taxa de crescimento (y) e balanço de ganhos e perdas dos trabalhadores diretos (BGP_D) –, às variáveis de controle (β e s_I), ao parâmetro estrutural taxa de crescimento da população (ω) e finalmente, ao parâmetro objetivo empresarial (taxa de acumulação γ). Para tanto, tomamos como valores de referência os seguintes:

$$\gamma = 0{,}07;\ \beta = 0{,}25;\ s_I = 4{,}0;\ \omega = 0{,}025;\ \eta = 0{,}25 \text{ e } r = \pi^0 = 0{,}04$$

e para condição inicial

$$K_1 = 3.000.000 \text{ e } W_1 = 1.000.000.$$

O resultado, para um período de trinta anos, pode ser visto na tabela 3.2d. Com o propósito de avaliarmos a sensibilidade das variáveis objetivos fizemos variar de 10%, para mais e para menos, os valores dos parâmetros γ, β, s_I e ω. Ver tabelas 3.2e e 3.2l. Para termo de comparação tomamos arbitrariamente o valor de s, s_D, y, BGP_D e G no fim do período de 30 anos; os resultados estão apresentados na tabela 3.2m:

TABELA 3.2m ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

	s	s_D	y	BPG_D	G
0,063	1,107	0,890	0,0411	1,365	0,896
γ = 0,070	0,993	0,732	0,0427	1,257	0,818
0,077	0,846	0,523	0,0445	1,098	0,797
0,225	0,963	0,714	0,0419	1,219	0,826
β = 0,250	0,993	0,732	0,0427	1,257	0,818
0,275	1,024	0,751	0,0434	1,296	0,811
3,6	0,994	0,753	0,0435	1,258	0,832
s_I= 4,0	0,993	0,732	0,0427	1,257	0,818
4,4	0,996	0,716	0,0420	1,261	0,806
0,0225	0,960	0,686	0,0405	1,216	0,813
w = 0,0250	0,993	0,732	0,0427	1,257	0,818
0,0275	1,024	0,775	0,0448	1,296	0,823

TABELA 3.2e

Referência exceto $\gamma=0,063$

s	s_D	y	BGP_D	G
0,811	0,811	0	1	1
0,955639	0,793557	-0,02681	1,178347	0,873858
0,949654	0,785807	0,024538	1,170967	0,872973
0,955435	0,790400	0,037468	1,178095	0,872057
0,961228	0,794954	0,037559	1,185238	0,871110
0,967033	0,799469	0,037654	1,192396	0,870131
0,972851	0,803941	0,037752	1,199570	0,869119
0,978682	0,808370	0,037854	1,206759	0,868073
0,984526	0,812754	0,037959	1,213965	0,866992
0,990384	0,817091	0,038068	1,221188	0,865875
0,996256	0,821380	0,038182	1,228430	0,864721
1,002145	0,825620	0,038299	1,235690	0,863528
1,008050	0,829809	0,038421	1,242971	0,862296
1,013973	0,833946	0,038547	1,250275	0,861024
1,019916	0,838030	0,038678	1,257603	0,859710
1,025880	0,842060	0,038814	1,264957	0,858353
1,031868	0,846036	0,038955	1,272340	0,856953
1,037881	0,849957	0,039100	1,279755	0,855507
1,043924	0,853824	0,039252	1,287206	0,854015
1,049998	0,857635	0,039408	1,294696	0,852475
1,056108	0,861393	0,039571	1,302229	0,850887
1,062257	0,865097	0,039739	1,309811	0,849248
1,068450	0,868749	0,039914	1,317447	0,847558
1,074691	0,872350	0,040095	1,325143	0,845816
1,080987	0,875903	0,040283	1,332907	0,844019
1,087344	0,879410	0,040477	1,340745	0,842168
1,093769	0,882875	0,040679	1,348667	0,840260
1,100269	0,886302	0,040888	1,356682	0,838294
1,106853	0,889696	0,041104	1,364801	0,836269

TABELA 3.2f

Referência exceto $\gamma=0,077$

s	s_D	y	BGP_D	G
0,769	0,769	0	1	1
0,916610	0,743667	-0,02943	1,191950	0,868587
0,906440	0,730459	0,024226	1,178726	0,867132
0,908307	0,729837	0,037785	1,181154	0,865611
0,909949	0,728844	0,037925	1,183288	0,864021
0,911352	0,727458	0,038073	1,185114	0,862358
0,912506	0,725659	0,038228	1,186614	0,860621
0,913397	0,723423	0,038390	1,187772	0,858807
0,914010	0,720728	0,038561	1,188570	0,856912
0,914334	0,717547	0,038740	1,188991	0,854933
0,914353	0,713856	0,038928	1,189016	0,852868
0,914053	0,709627	0,039126	1,188625	0,850714
0,913418	0,704833	0,039334	1,187800	0,848467
0,912434	0,699442	0,039551	1,186520	0,846123
0,911084	0,693426	0,039780	1,184765	0,843681
0,909353	0,686750	0,040020	1,182514	0,841136
0,907225	0,679382	0,040272	1,179746	0,838485
0,904681	0,671287	0,040536	1,176439	0,835725
0,901707	0,662427	0,040813	1,172571	0,832854
0,898284	0,652764	0,041105	1,168120	0,829866
0,894397	0,642258	0,041410	1,163065	0,826760
0,890027	0,630868	0,041731	1,157382	0,823532
0,885157	0,618550	0,042067	1,151050	0,820179
0,879772	0,605260	0,042420	1,144047	0,816697
0,873855	0,590949	0,042790	1,136353	0,813085
0,867390	0,575570	0,043178	1,127945	0,809339
0,860361	0,559072	0,043585	1,118805	0,805456
0,852755	0,541402	0,044011	1,108914	0,801433
0,844557	0,522507	0,044459	1,098254	0,797269

TABELA 3.2g

Referência exceto $\beta=0,225$

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,932426	0,769109	-0,02681	1,180287	0,873858
0,924320	0,758844	0,024453	1,170085	0,872810
0,927843	0,760753	0,037375	1,174485	0,871719
0,931253	0,762467	0,037479	1,178802	0,870585
0,934545	0,763975	0,037587	1,182969	0,869405
0,937713	0,765267	0,037700	1,186978	0,868178
0,940750	0,766333	0,037818	1,190823	0,866902
0,943650	0,767161	0,037942	1,194494	0,865576
0,946408	0,767741	0,038070	1,197985	0,864198
0,949016	0,768061	0,038204	1,201286	0,862766
0,951468	0,768109	0,038344	1,204390	0,861278
0,953758	0,767873	0,038490	1,207289	0,859732
0,955879	0,767339	0,038642	1,209974	0,858127
0,957824	0,766495	0,038801	1,212436	0,856460
0,959587	0,765328	0,038967	1,214667	0,854730
0,961160	0,763823	0,039140	1,216658	0,852935
0,962537	0,761966	0,039321	1,218402	0,851072
0,963712	0,759742	0,039509	1,219888	0,849140
0,964677	0,757137	0,039706	1,221110	0,847135
0,965426	0,754136	0,039910	1,222059	0,845058
0,965954	0,750722	0,040124	1,222726	0,842904
0,966253	0,746880	0,040347	1,223105	0,840672
0,966318	0,742593	0,040580	1,223187	0,838360
0,966143	0,737844	0,040822	1,222966	0,835966
0,965724	0,732618	0,041076	1,222435	0,833488
0,965055	0,726898	0,041339	1,221589	0,830923
0,964134	0,720665	0,041615	1,220422	0,828269
0,962955	0,713903	0,041902	1,218930	0,825525

TABELA 3.2h

Referência exceto $\beta=0,275$

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,940109	0,768484	-0,02943	1,190012	0,868587
0,932340	0,758162	0,024330	1,180178	0,867328
0,936785	0,760650	0,037900	1,185804	0,866019
0,941171	0,762981	0,038027	1,191356	0,864658
0,945495	0,765149	0,038159	1,196829	0,863244
0,949754	0,767145	0,038297	1,202221	0,861774
0,953946	0,768963	0,038441	1,207526	0,860248
0,958067	0,770593	0,038592	1,212743	0,858663
0,962116	0,772028	0,038748	1,217868	0,857017
0,966089	0,773261	0,038912	1,222898	0,855308
0,969986	0,774282	0,039082	1,227830	0,853534
0,973803	0,775083	0,039260	1,232662	0,851694
0,977540	0,775656	0,039446	1,237392	0,849784
0,981194	0,775993	0,039640	1,242017	0,847804
0,984764	0,776084	0,039842	1,246537	0,845751
0,988250	0,775921	0,040053	1,250949	0,843622
0,991650	0,775495	0,040273	1,255254	0,841416
0,994966	0,774798	0,040502	1,259451	0,839131
0,998198	0,773821	0,040741	1,263542	0,836764
1,001347	0,772557	0,040991	1,267527	0,834314
1,004414	0,770996	0,041251	1,271410	0,831778
1,007402	0,769132	0,041523	1,275193	0,829153
1,010316	0,766957	0,041806	1,278881	0,826439
1,013160	0,764463	0,042101	1,282481	0,823633
1,015938	0,761646	0,042409	1,285998	0,820732
1,018659	0,758499	0,042730	1,289442	0,817735
1,021331	0,755017	0,043064	1,292825	0,814640
1,023965	0,751197	0,043413	1,296158	0,811445

TABELA 3.2i

Referência exceto s_I=3,6

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,919235	0,768449	-0,02958	1,163589	0,883817
0,911235	0,758124	0,024323	1,153462	0,882676
0,915471	0,760644	0,037930	1,158824	0,881489
0,919638	0,763010	0,038058	1,164099	0,880255
0,923735	0,765214	0,038191	1,169285	0,878972
0,927758	0,767250	0,038330	1,174377	0,877639
0,931704	0,769109	0,038476	1,179372	0,876253
0,935570	0,770784	0,038628	1,184265	0,874813
0,939352	0,772267	0,038786	1,189054	0,873318
0,943050	0,773550	0,038951	1,193734	0,871765
0,946659	0,774626	0,039123	1,198302	0,870152
0,950177	0,775485	0,039303	1,202756	0,868478
0,953602	0,776120	0,039491	1,207092	0,866740
0,956933	0,776523	0,039686	1,211308	0,864937
0,960167	0,776684	0,039890	1,215402	0,863066
0,963304	0,776597	0,040103	1,219372	0,861126
0,966341	0,776251	0,040326	1,223217	0,859115
0,969280	0,775640	0,040557	1,226936	0,857030
0,972119	0,774756	0,040799	1,230530	0,854869
0,974860	0,773589	0,041051	1,234000	0,852631
0,977504	0,772133	0,041314	1,237346	0,850313
0,980053	0,770381	0,041588	1,240573	0,847913
0,982510	0,768325	0,041874	1,243683	0,845428
0,984879	0,765960	0,042172	1,246682	0,842858
0,987165	0,763279	0,042483	1,249576	0,840200
0,989376	0,760279	0,042807	1,252374	0,837452
0,991518	0,756954	0,043145	1,255086	0,834611
0,993601	0,753302	0,043497	1,257723	0,831676

TABELA 3.2j

Referência exceto s_I=4,4

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,953042	0,769080	-0,02693	1,206382	0,859139
0,945155	0,758813	0,024448	1,196399	0,857980
0,948933	0,760749	0,037399	1,201182	0,856774
0,952611	0,762490	0,037504	1,205837	0,855519
0,956182	0,764028	0,037613	1,210357	0,854216
0,959642	0,765352	0,037727	1,214737	0,852860
0,962985	0,766452	0,037847	1,218969	0,851452
0,966206	0,767317	0,037971	1,223045	0,849988
0,969298	0,767936	0,038101	1,226960	0,848467
0,972257	0,768297	0,038236	1,230705	0,846888
0,975076	0,768389	0,038378	1,234273	0,845247
0,977749	0,768199	0,038525	1,237657	0,843544
0,980271	0,767716	0,038679	1,240850	0,841776
0,982636	0,766925	0,038840	1,243844	0,839942
0,984838	0,765814	0,039007	1,246631	0,838038
0,986871	0,764370	0,039182	1,249204	0,836063
0,988730	0,762577	0,039364	1,251557	0,834016
0,990408	0,760422	0,039554	1,253681	0,831893
0,991900	0,757890	0,039753	1,255570	0,829692
0,993201	0,754967	0,039960	1,257217	0,827412
0,994306	0,751636	0,040176	1,258615	0,825051
0,995209	0,747882	0,040401	1,259759	0,822605
0,995907	0,743689	0,040636	1,260642	0,820073
0,996395	0,739041	0,040881	1,261259	0,817453
0,996669	0,733922	0,041136	1,261607	0,814743
0,996727	0,728316	0,041403	1,261680	0,811940
0,996565	0,722205	0,041681	1,261475	0,809042
0,996183	0,715574	0,041971	1,260992	0,806047

TABELA 3.2k

Referência exceto ω=0,0225

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,936112	0,768201	-0,03062	1,184952	0,870951
0,927692	0,757280	0,021856	1,174294	0,869727
0,931180	0,758826	0,035099	1,178708	0,868452
0,934543	0,760144	0,035219	1,182966	0,867122
0,937777	0,761222	0,035344	1,187059	0,865738
0,940873	0,762049	0,035476	1,190979	0,864295
0,943826	0,762610	0,035613	1,194717	0,862793
0,946629	0,762894	0,035757	1,198264	0,861228
0,949274	0,762886	0,035908	1,201613	0,859600
0,951755	0,762573	0,036065	1,204753	0,857905
0,954064	0,761939	0,036230	1,207675	0,856142
0,956193	0,760970	0,036402	1,210372	0,854307
0,958137	0,759650	0,036582	1,212832	0,852400
0,959887	0,757963	0,036770	1,215047	0,850416
0,961436	0,755892	0,036966	1,217008	0,848354
0,962777	0,753421	0,037172	1,218706	0,846212
0,963903	0,750531	0,037387	1,220131	0,843986
0,964806	0,747205	0,037612	1,221274	0,841675
0,965480	0,743424	0,037848	1,222127	0,839275
0,965918	0,739168	0,038093	1,222681	0,836785
0,966114	0,734419	0,038351	1,222929	0,834202
0,966061	0,729157	0,038619	1,222862	0,831523
0,965755	0,723360	0,038900	1,222474	0,828745
0,965190	0,717010	0,039194	1,221759	0,825867
0,964362	0,710084	0,039501	1,220711	0,822886
0,963268	0,702561	0,039822	1,219326	0,819798
0,961905	0,694421	0,040157	1,217601	0,816603
0,960272	0,685641	0,040507	1,215534	0,813298

TABELA 3.2l

Referência exceto ω=0,0275

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,936423	0,769390	-0,02562	1,185346	0,871471
0,928963	0,759718	0,026927	1,175902	0,870385
0,933437	0,762559	0,040177	1,181566	0,869257
0,937860	0,765273	0,040287	1,187165	0,868088
0,942230	0,767851	0,040402	1,192696	0,866875
0,946543	0,770289	0,040521	1,198156	0,865616
0,950798	0,772581	0,040646	1,203542	0,864311
0,954991	0,774719	0,040775	1,208850	0,862958
0,959122	0,776699	0,040910	1,214079	0,861555
0,963187	0,778512	0,041050	1,219224	0,860101
0,967185	0,780154	0,041196	1,224285	0,858594
0,971113	0,781618	0,041348	1,229258	0,857033
0,974971	0,782896	0,041507	1,234141	0,855415
0,978756	0,783982	0,041671	1,238931	0,853740
0,982467	0,784869	0,041843	1,243629	0,852006
0,986103	0,785552	0,042021	1,248231	0,850210
0,989663	0,786022	0,042207	1,252738	0,848351
0,993147	0,786275	0,042400	1,257148	0,846428
0,996554	0,786302	0,042601	1,261461	0,844438
0,999886	0,786098	0,042811	1,265678	0,842380
1,003142	0,785657	0,043029	1,269800	0,840252
1,006325	0,784973	0,043255	1,273829	0,838052
1,009436	0,784040	0,043491	1,277768	0,835778
1,012479	0,782853	0,043737	1,281619	0,833429
1,015456	0,781408	0,043992	1,285387	0,831003
1,018372	0,779699	0,044258	1,289079	0,828498
1,021233	0,777724	0,044534	1,292700	0,825912
1,024045	0,775480	0,044822	1,296260	0,823243

Este simples cálculo de sensibilidade — ainda que em torno de um ponto arbitrário, mas não destituído de representatividade — mostra-se extremamente rico de conclusões, e não podendo explorá-las todas, destacaríamos apenas as seguintes:

a) Uma taxa de crescimento populacional elevada tende a ampliar a taxa de crescimento do produto e, se não maximiza, pelo menos produz bons índices de distribuição de renda. Pode parecer paradoxal, mas não é. Se a taxa de exploração é fixa e referida apenas ao capital já acumulado, é lógico que havendo um número maior de pessoas a serem exploradas, alivia-se o peso da exploração por indivíduo. Ou visto por outro ângulo: são taxas elevadas de aumento populacional que tem viabilizado processos de capitalização altamente ineficientes e dependentes, como vem sendo exemplo toda a America Latina. Como consequência, mantido tudo como dantes no quartel de Abrantes, pode-se esperar que com a atual queda da taxa de crescimento das populações na America Latina, vá ainda mais agravar, e não atenuar, o seu já bem problemático perfil de distribuição de renda.

b) O aumento da taxa de acumulação de capital, de fato, amplia a taxa de crescimento econômico porém deteriora gravemente a assimetria distributiva. Quase que o mesmo resultado em termos de crescimento do produto pode ser obtido por uma ação conjugada de aumento do esforço na ampliação dos índices de produtividade (β) e de diminuição da relação entre os níveis salariais dos trabalhadores diretos e não-diretos(s_I). Esta solução, além de preservar o nível de crescimento pode, simultaneamente, atenuar de muito o problema distributivo.

c) Considerando-se que a taxa de acumulação esteja fora do alcance da autoridade pública restaria a esta o incentivo ao investimento para aumento de produtividade e a política salarial. Para efeito de crescimento, estas duas

variáveis mais ou menos se equivalem, porém, em termos de melhoria de situação do grupo de menor renda, o investimento em ciência e tecnologia é bem melhor do que a simples contenção dos salários mais elevados (da classe média). Nesta hipótese o salário médio dos trabalhadores diretos seria efetivamente menor, porém seria mais que compensado pela afluência à outra classe de renda. Esta opção seria obviamente aprovada pelos trabalhadores que se transferissem de classe de renda e desaprovada pelos que lá ficassem, porém, a priori, cremos que todos apoiariam esta opção. Ademais, a perda dos que ficassem poderia ser compensada pelo governo através de aumento de sua renda indireta proporcionada por melhores e/ou mais baratos serviços públicos.

d) O aumento da massa salarial dos trabalhadores não-diretos (classe média) pode aumentar pela elevação do salário médio da classe ou pelo aumento do número de seus membros, isto é, pelo mecanismo de afluência. Para os que já pertencem à classe, obviamente, a primeira alternativa se lhes pareceria a melhor, entretanto, pensando não no nível, mas na segurança ou garantia de seu ganho, a segunda ser-lhes-ia bem melhor. Boa parte da problemática distributiva brasileira, parece-nos, se deve a opção míope da classe média, pela primeira alternativa, que a experiência, vem mostrando não ser, a longo prazo, a mais interessante para ela própria. Voltaremos a este assunto, com maior fundamentação sócio-política-cultural no próximo capítulo.

Na tabela 3.2q fazemos uma comparação entre os mesmos índices acima referidos para diferentes estratégias econômicas.

TABELA 3.2n

Refer. com paraliz. do esforço cient./tecn.: $\beta=0$

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,897853	0,771878	-0,015	1,136523	0,898734
0,888229	0,761863	0,025	1,124340	0,898734
0,878182	0,751408	0,025	1,111623	0,898734
0,867694	0,740494	0,025	1,098347	0,898734
0,856746	0,729101	0,025	1,084489	0,898734
0,845317	0,717208	0,025	1,070022	0,898734
0,833386	0,704793	0,025	1,054919	0,898734
0,820932	0,691832	0,025	1,039154	0,898734
0,807930	0,678303	0,024999	1,022697	0,898734
0,794358	0,664180	0,025	1,005517	0,898734
0,780190	0,649437	0,025	0,987583	0,898734
0,765400	0,634046	0,025	0,968861	0,898734
0,749961	0,617980	0,024999	0,949318	0,898734
0,733844	0,601208	0,025	0,928917	0,898734
0,717019	0,583700	0,025	0,907619	0,898734
0,699456	0,565424	0,024999	0,885387	0,898734
0,681122	0,546345	0,025	0,862179	0,898734
0,661982	0,526428	0,025	0,837952	0,898734
0,642003	0,505637	0,025	0,812662	0,898734
0,621146	0,483934	0,025	0,786261	0,898734
0,599374	0,461277	0,025	0,758701	0,898734
0,576645	0,437626	0,024999	0,729931	0,898734
0,552919	0,412936	0,025	0,699898	0,898734
0,528151	0,387163	0,025	0,668546	0,898734
0,502296	0,360258	0,025	0,635818	0,898734
0,475306	0,332171	0,025	0,601654	0,898734
0,447131	0,302852	0,025	0,565989	0,898734
0,417719	0,272246	0,025	0,528758	0,898734

TABELA 3.2o

Referência, porém com aquisição de tecnologia no exterior: $\beta=0$

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,897853	0,771878	-0,015	1,136523	0,898734
0,888229	0,761863	0,025	1,124340	0,898734
0,890634	0,764365	0,038281	1,127385	0,898734
0,892896	0,766719	0,038425	1,130248	0,898734
0,895009	0,768918	0,038575	1,132923	0,898734
0,896967	0,770956	0,038732	1,135402	0,898734
0,898765	0,772827	0,038896	1,137678	0,898734
0,900397	0,774525	0,039067	1,139743	0,898734
0,901857	0,776044	0,039246	1,141591	0,898734
0,903138	0,777377	0,039432	1,143213	0,898734
0,904236	0,778520	0,039627	1,144603	0,898734
0,905145	0,779465	0,039830	1,145753	0,898734
0,905859	0,780209	0,040042	1,146657	0,898734
0,906374	0,780745	0,040263	1,147309	0,898734
0,906685	0,781068	0,040494	1,147702	0,898734
0,906786	0,781174	0,040736	1,147831	0,898734
0,906675	0,781058	0,040987	1,147690	0,898734
0,906348	0,780717	0,041250	1,147276	0,898734
0,905801	0,780148	0,041525	1,146583	0,898734
0,905032	0,779348	0,041811	1,145611	0,898734
0,904041	0,778317	0,042110	1,144356	0,898734
0,902826	0,777053	0,042422	1,142818	0,898734
0,901388	0,775557	0,042748	1,140998	0,898734
0,899730	0,773830	0,043089	1,138898	0,898734
0,897853	0,771877	0,043444	1,136523	0,898734
0,895763	0,769703	0,043814	1,133878	0,898734
0,893467	0,767314	0,044201	1,130971	0,898734
0,890974	0,764719	0,044605	1,127815	0,898734

TABELA 3.2p

Estratégia otimizante: $\beta=0,275$ e $s_I=3,6$

s	s_D	y	BGP_D	G
0,79	0,79	0	1	1
0,922934	0,768101	-0,03104	1,168272	0,881224
0,915097	0,757744	0,024254	1,158350	0,879979
0,919817	0,760585	0,038221	1,164325	0,878685
0,924498	0,763294	0,038362	1,170251	0,877341
0,929138	0,765865	0,038508	1,176124	0,875943
0,933736	0,768293	0,038662	1,181945	0,874492
0,938291	0,770571	0,038821	1,187711	0,872984
0,942802	0,772694	0,038988	1,193421	0,871418
0,947268	0,774655	0,039162	1,199074	0,869792
0,951689	0,776450	0,039343	1,204670	0,868104
0,956064	0,778071	0,039533	1,210207	0,866352
0,960393	0,779513	0,039730	1,215688	0,864534
0,964677	0,780771	0,039936	1,221111	0,862649
0,968918	0,781838	0,040151	1,226478	0,860693
0,973115	0,782710	0,040375	1,231792	0,858666
0,977273	0,783380	0,040609	1,237054	0,856565
0,981392	0,783845	0,040853	1,242268	0,854387
0,985476	0,784100	0,041107	1,247439	0,852132
0,989531	0,784141	0,041373	1,252570	0,849796
0,993559	0,783964	0,041649	1,257670	0,847378
0,997569	0,783566	0,041938	1,262745	0,844875
1,001566	0,782945	0,042239	1,267805	0,842286
1,005560	0,782100	0,042552	1,272860	0,839608
1,009559	0,781030	0,042879	1,277923	0,836839
1,013577	0,779737	0,043220	1,283009	0,833978
1,017625	0,778222	0,043576	1,288133	0,831023
1,021719	0,776490	0,043947	1,293315	0,827971
1,025877	0,774546	0,044333	1,298578	0,824821

TABELA 3.2q ESTRATÉGIAS COMPARADAS

	s	s_D	y	BGP_D	G
REFERÊNCIA	0,993	0,732	0,0427	1,257	0,818
SEM ACRÉSCIMO DE PRODUTIVIDADE	0,418	0,272	0,0250	0,529	0,899
COM AQUISIÇÃO DE TECNO LOGIA NO EXTERIOR	0.891	0,765	0,0446	1,128	0,899
ESTRATÉGIA OTIMIZANTE: β +10%;s_I-10%	1,026	0,775	0,0443	1,299	0,825

Na primeira linha temos a mesma hipótese de referência tomada anteriormente para a avaliação da sensibilidade; na segunda linha mostramos o que aconteceria se pura e simplesmente fosse paralizado todo o esforço de ampliação dos níveis de produtividade; na terceira linha temos os resultados da opção pela aquisição no exterior de tecnologia, com a correspondente paralização do esforço interno; por fim, na quarta linha temos os resultados de uma estratégia otimizante que supõe a ação conjugada sobre os dois parâmetros de controle — β e s_I.

A "estratégia" de parar o esforço em prol do aumento de produtividade é simplesmente desastrosa e não será mais aqui comentada. Ela serve apenas para enfatizar o fato de que o sistema capitalista (ou qualquer sistema acumulativo) só se viabiliza pelo esforço científico/tecnológico. Ver tabela 3.2n.

Quanto à estratégia de aquisição de tecnologia no exterior, estamos admitindo, por simplicidade, que ela possa ser feita ao mesmo preço daquela que seria produzida internamente. Vê-se que ela, de fato, permite níveis de crescimento superiores àqueles da hipótese de referência. Isto se explicaria pelo fato de haver assim uma maior disponibilidade de mão de obra para a pro

dução direta. Constata-se ainda que o salário médio dos trabalhadores diretos seria um pouco mais elevado do que na hipótese de referência, porém os índices de balanço de ganhos e perdas seria bem menor, isto porque a transferência de classe ficaria limitada apenas às necessidades de ampliação da função de supervisão (ou capatasia, ainda que sofisticada). Isto aliás endossa a política de muitos sindicatos que hoje apoiam a destruição do capitalismo nacional e/ou estatal para se verem um pouco melhor remunerados por empresas multinacionais ou de seus entusiastas testas de ferro. Em compensação, suas possibilidades de ascensão sócio-econômicas vão para o diabo. Por certo não o sabem, mas estão na verdade, negociando, ainda que probabilisticamente, com o futuro de seus filhos. Ver tabela 3.2o.

A estratégia otimizante — não ótima, obviamente — que busca simultaneamente ampliar o esforço em ciência e tecnologia e compensar os menores efeitos sobre a distribuição de renda com a diminuição do nível salarial da classe não-diretamente produtiva se mostra evidentemente melhor do que a submissão tecnológica ao exterior. Acresça-se ainda que na "estratégia" de aquisição da tecnologia externa o índice BGP_D já é declinante a partir do 17º ano, enquanto que na estratégia otimizante acima vale, além de mais elevado, se mantém ainda crescente no 30º ano. Ver tabela 3.2p.

Deixamos ao leitor a exploração mais aprofundada da significação de todos estes números e passemos à problemática da estabilidade econômica.

3.3 Problemática da Estabilidade de Preços

Não há quem não saiba que a inflação é um mal para todos os governos. É óbvio que os governos também o sabem, o que nos leva à conclusão de que o que há de realmente relevante para indagar, é o porquê de tanta tolerância dos governos para com a inflação. Não é necessário grande percuciência para concluir também que tal condescendência só existe na proporção em que se está assim evitando um mal ainda maior. Somos forçados, então, a nos perguntar: que perigo seria este que, a seus olhos, tão grave os estaria ameaçando?

Antes de procurar responder a esta questão, consideramos fundamental retificar a definição corrente do fenômeno inflacionário. Não se trata de um processo de alta generalizada de preço, em que todos perdem. Esta conceituação é simplesmente absurda; se fosse verdadeira, muito provavelmente a inflação figuraria fenômeno raro, pois, nada mais seria, senão, que um episódio de suicídio solidário. Em verdade, trata-se de um processo diferenciado de aumento de preços, diferenciado no tempo, em que, portanto, uns perdem e outros ganham, e só por isso justifica-se a sua generalizada presença.

As teorias correntes sobre a inflação, tanto de âmbito acadêmico, como jornalístico, podem ser denominadas, com justiça, teorias empresariais, pois, nelas o empresariado jamais está presente — a não ser, é óbvio, como sujeito teórico, ou sujeito da enunciação.

São aí considerados dois tipos básicos de inflação — de custos e de demanda. No primeiro, à exceção de custos de matérias primas importadas — caso, por exemplo, da alta internacional do petróleo — o custo considerado, ora implícito, ora explícito, é sempre o da mão de obra. As pressões sindicais por aumentos salariais "exagerados" seriam a causa básica da inflação de custos. Se por acaso mostrarmos situações onde os aumentos de preço pareceriam provir, não dos salários, mas do custo dos bens intermediários ou de matérias primas internas, os defen

sores desta teoria diriam que isto é simplesmente impossível; que deveríamos considerar, no caso, não a empresa compradora, mas sim a vendedora dos bens intermediários ou matérias primas, e se ela está vendendo mais caro é porque seus custos aumentaram, de certo por pressões salariais, o que só viria confirmar a tese de que a inflação em foco é mesmo do tipo inflação de custos do trabalho. Em suma, em qualquer circunstância — porque assim se estabelece a priori — os culpados são os sindicatos.

No tipo inflação de demanda, o culpado já é sempre o governo por permitir uma desmedida expansão monetária, e consequentemente, do crédito, por trás do que, em geral, estaria o excesso de despesa e o déficit público.

Vê-se assim que, seja qual for o tipo de inflação, o empresário é, a priori, o único inocente, daí porque denominamos a este tipo de teorização (melhor se diria, de piada) empresarial da inflação. Somos, pois, uma vez mais obrigados a pensar por nós mesmos.

Não seria mal se lançássemos mão da teoria aristotélica da causalidade para esclarecer a questão da inflação e suas causas. Aristóteles identifica quatro tipos de causa: final, eficiente, essencial (ou substancial) e formal. No caso da inflação, a causa final poderia ser identificada à intenção generalizada de cada um aumentar seus preços além do eventual aumento de seus custos, vale dizer, de abocanhar uma parte maior do produto social. Não há empresário que não queira ampliar seus lucros,operário que não queira maiores salários reais, e, frequentemente, governos que não lutem por maiores receitas tributárias. Em segundo lugar, teríamos como causa eficiente a falha dos mecanismos regulatórios — tanto auto como hetero-regulatórios — da economia. A seguir, como causa essencial (ou substancial) o déficit público com a consequente emissão de moeda e expansão do crédito. Por derradeiro, teríamos como causa material a pura e simples existência de uma economia monetizada. Explicar o

fenômeno inflacionário por sua causa essencial (ou substancial) é hoje dar prova de um idealismo platônico já superado no âmbito da ciência empírica moderna, onde apenas são aceitáveis como explanatórias as causas eficientes. Insistir, como tão comumente acontece, em causas essenciais é o mesmo que admitir que a causa da **estátua** é a **idéia** ou **conceito** de estátua que se supõe previamente existente na cabeça do escultor.

Não podemos, a esta altura, renunciar à este tipo de conquista da modernidade, que das quatro causas aristotélicas só confere valor realmente científico à causa eficiente. Por isso, deveremos concentrar nossa atenção basicamente na problemática regulatória da economia.

Preliminarmente, a questão da regulação comporta dois aspectos fundamentais: de um lado, a **eficácia regulatória** propriamente dita (instrumentos regulatórios, capacidade de cada um dos instrumentos, etc.), de outro lado, a **amplitude das perturbações** que se tenha que enfrentar. É possível encontrar casos em que uma administração econômica governamental pobre de experiência e de instrumentação consiga bons resultados pelo fato contingencial de ter enfrentado flutuação de baixa amplitude. Contrariamente, uma administração experiente e superiormente dotada de instrumentos regulatórios poderá apresentar resultados medíocres pelo fato de ter circunstancialmente enfrentado fases de excepcional turbulência.

A partir desta simples observação, podemos avaliar quão mais complicada é a problemática da regulação econômica nos países subdesenvolvidos, em particular, os que adotam uma estratégia de crescimento com dependência tecnológica. Cremos que ficou bem claro no item anterior que a dependência tecnológica criava um problema crônico de distribuição de renda, que se caracterizava, precisamente, pela insuficiência de demanda gerada pelo próprio setor moderno. A correção artificiosa deste problema é uma das fontes de constante pressão inflacionária nestes

países, de modo geral, realizada através da inchação dos gastos governamentais com pessoal.

Dito isto — que devemos manter como pano de fundo de tudo que se segue — voltemo-nos para a problemática regulatória propriamente dita. Começaríamos observando que a eficiência regulatória de uma economia pode ser compreendida como a sua capacidade de dar respostas rápidas e sobretudo adequadas aos naturais desequilíbrios que nela afloram a todo momento, em especial, quando se aproxima do seu estado de plena ocupação ou aproveitamento de seu potencial produtivo. Esta capacidade é determinada por uma multiplicidade de fatores, alguns inerentes ao próprio mercado, outros externos ou especificamente reguladores. Entre estes últimos estão a eficiência dos órgãos reguladores governamentais, a variedade e eficácia dos instrumentos à disposição desses órgãos, etc. Os fatores mais importantes, entretanto, são aqueles inerentes ao próprio mercado, de natureza mais ou menos difusa, dentre os quais destacaríamos o ambiente competitivo, a disponibilidade de informação, a rede de meios de comunicação, a vivacidade ou tonus empresarial no que se refere à tomada de decisões, a confiabilidade das práticas de comercialização e cobrança, a flexibilidade do crédito comercial, uma certa desburocratização das operações de importação/exportação, e tantos outros. Quando são precários os mecanismos auto-reguladores e baixa a eficiência reguladora dos órgãos governamentais, ainda bastante longe do estado de plena ocupação, a economia começa a manifestar os primeiros sintomas inflacionários. Dada a generalizada propensão a ampliar sua participação no produto — causa final da inflação — à medida que a economia se aproxima da plena ocupação multiplicam-se os desequilíbrios locais da oferta em relação a demanda; por consequência, multiplicam-se as oportunidades para que os ofertantes realizem seu intento de aumentar sua parcela na apropriação de renda através do simples aumento de seus preços. Nas nações mais desenvolvidas estas pressões só começam a se efetivar a um relativamente alto nível de ocupação (entre 95 e 98%), enquanto que nas nações menos desenvolvidas este nível é significativamente mais baixo (90 a 95%). Ver figura 3.3a.

INFLAÇÃO X CAPACIDADE REGULATÓRIA

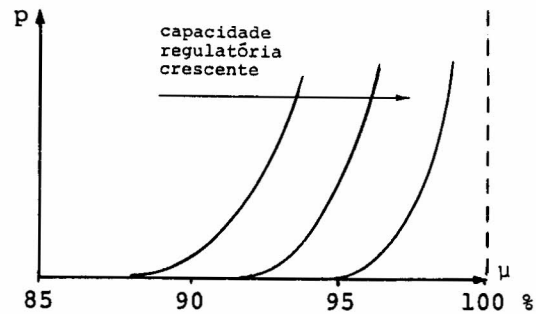



FIGURA 3.3a

Observamos anteriormente que o nível de ocupação é um dos mais importantes determinantes da taxa de crescimento, de sorte que em razão de sua baixa eficiência regulatória, os governos das nações menos desenvolvidas se vêem a braços com um terrível dilema: ou deixam que a inflação perdure,e até se acelere , para assim permitir um elevado nível de ocupação, e por consequência, da taxa de crescimento, ou, procuram assegurar uma baixa taxa inflacionária aceitando, em decorrência, bem menores taxas de crescimento.

Esta é , talvez, a principal razão pela qual os governos, em particular, os íbero-americanos se mostram tão complacentes com um mal, que sabem, cedo ou tarde os irá devorar.

Como dissemos logo de início, procedem assim fugindo do que lhes parece um mal maior: seu insuficiente ritmo histórico de crescimento relativamente às nações desenvolvidas.

Este problema é de tamanha relevância, que deveria se constituir no principal item da pauta de uma negociação social de grande envergadura (pacto social ou equivalente). O pleno emprego é, em realidade, a maior arma do operariado, e principal-

mente dos marginalizados urbanos e rurais,para chegarem a melhores salários e melhor perfil distributivo, mas não o é para as lideranças sindicais; este é um grande paradoxo. Pouco se conseguirá sem um auto-aperfeiçoamento cultural de nossas lideranças sindicais. De outro lado, o empresariado precisa deixar de recorrer ao fantasma e as vezes à realidade do desemprego para achacar seus empregados. Precisam, pois, botar na cabeça que a grande arma da competição, principalmente internacional, não é o baixo salário, mas a inovação tecnológica e o dinamismo comercial. Em suma, é necessário também que as lideranças empresariais decidam pelo seu auto-aperfeiçoamento cultural.

É preciso alertar que o processo de informatização social, em especial, de informatização fabril só tende a agravar a problemática da regulação, tornando assim ainda mais urgente que busquemos novos e sólidos caminhos no sentido de uma auto-regulagem econômica mais eficiente e menos desgastante, caso contrário, serão enormes e dramáticos os custos sociais da informatização.

Nestas circunstâncias é lamentável constatar que se tenha deixado passar a excepcional oportunidade de discuti-la no âmbito de uma Constituinte, que se pretendeu voltada para o futuro do país. O que se viu, foi a generalizada miopia em relação ao assunto.

Teria sido absolutamente necessário que os representantes dos trabalhadores compreendessem que a rigidez de postos de trabalho, a indissolubilidade de vínculos empregatícios são imprestáveis num contexto de rápidas mutações tecnológicas. Não é difícil perceber que isto se constituiria em verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, e que a longo prazo, o custo destas irracionalidades acabaria por cair sobre suas próprias cabeças. Muito bem. Mas seria igualmente necessário que os empresários compreendessem que neste mesmo contexto de acelerada mudança, num ambiente urbano onde são cada vez mais reduzidos os níveis de solidariedade familiar estendida e

comunitária, não se pode deixar o trabalhador, de resto, qualquer ser humano, entregue à angústia da ameaça de repentinamente perder os meios de sua sub-existência. Ademais, a longo prazo, os custos desta insensatez social também acabariam por recair sobre os próprios empresários. Os empresários não podem ignorar uma fundamental assimetria: no infortúnio, deles, o que está em jogo é o capital (no que não há nada de extraordinário, pois ao capital, o nobiliárquico aposto "de risco" jamais falta); para o trabalhador, no infortúnio que é o desemprego, o que está em jogo é bem mais: sua própria sobrevivência, sem falar na sua elementar dignidade humana.

O que se viu, foi a repetição de um vício arraigado na cultura política brasileira: a preferência pelas facilidades. Os autênticos de um lado buscam o diálogo com os pelegos da outra parte, e vice-versa. É o que poderíamos denominar "equivocação cruzada", e que, a não muito longo prazo, só pode levar-nos, como sempre, ao eterno recomeço. Somente pelo fato de assumirem horizontes restritos é que aquelas posições poderiam se afigurar como conflitantes e irreconciliáveis. Num horizonte de compreensão um pouco mais largo (onde o processo de informatização certamente teria um grande peso) aquelas posições seriam tudo, menos conflitantes. Elas poderiam até mesmo ser consideradas os axiomas ou as vigas mestras para a edificação de uma solução alta e seguramente bem mais racional do que ora se delineia. É óbvio que a culpa maior pelo impasse provocado pela estreiteza de horizontes, cabe bem mais aos empresários. É próprio de sua função perscrutar o futuro, e não é por puro acaso que conferem a um dos seus, anualmente, o título de Homem de Visão. O trabalhador, todos sabem, na melhor das hipóteses, pode almejar a ambígua honraria de simples "Operário Padrão". A problemática dos custos sociais de informatização precisa ser urgentemente retomada, com atitudes mais construtivas por todas as partes, cada parte mostrando um pouco mais de sensibilidade para as angústias da outra parte, e acima de tudo, com um horizonte de compreensão mais amplo, onde o que hoje se afigura como posições conflitantes, tornar-se-iam, sim, sólidos pilares para uma convergência na direção de uma sociedade que ao menos faça jus ao nome.

Isto, entretanto, ainda não é tudo. Se o fosse, como se poderia explicar os casos de estague-inflação, onde a inflação convive com baixas taxas de ocupação empresarial e desemprego? Sim, há um outro tipo de fenômeno inflacionário, cuja causa eficiente não está na deficiência regulatórias da economia, mas bem noutro lugar. Apontamos que as pressões inflacionárias podem ter a origem na decisão empresarial de desviar parte ponderável de seus ganhos (poupança empresarial) das aplicações diretamente produtivas para inversões financeiras. Estamos falando aqui, obviamente, do empresário como um todo, e não do empresário isolado, que necessita mesmo do mercado financeiro para regularizar seus fluxos de inversão).

Num primeiro momento este tipo de aplicação pode ser encaminhada para o crédito ao consumidor, porém, na medida em que estes fluxos sejam crescentes — excluída a fuga para o exterior — seu destino final terá que ser mesmo a dívida pública.

Nas nações que optaram pelo crescimento com elevado grau de dependência tecnológica, o excesso de poupança empresarial será um fenômeno crônico. Mas noutras nações poderá ser fruto de eventual decisão. As razões podem ser muitas: antecipação de crise política; antecipação de crise econômica em função de uma perspectiva de falta de infra-estrutura; da deterioração perspectiva do balanço de pagamentos; etc., etc.; não raro, a pura e simples decisão de promover a queda de um governo que não lhes agrada, e muitas outras que eles mesmos podem imaginar. Mas, por que tal decisão, necessariamente, traz como consequência, inexoráveis pressões inflacionárias? É o que tentaremos explicar.

Caso este tipo de decisão não fosse acompanhado de uma alta intencional de preços, sem, portanto, desequilibrar o orçamento público, o aumento da demanda de títulos públicos provocaria uma queda nas taxas de juros, dando margem a que o próprio governo ampliasse seus investimentos, compensatoriamente à queda do investimento privado, ou ampliasse o montante e as facilidades de crédito provocando assim o aparecimento de novos empre

sários,ou ampliando a capacidade produtiva e concorrencial dos pequenos e médios empresários.

Em suma, sem aumento de preços, o tiro poderia sair pela culatra. É preciso, pois, que a decisão de desvio da poupança para as aplicações financeiras se faça com a concomitante alta de preços, que sabemos, irá provocar a deterioração do orçamento público, obrigando o governo à emissão de títulos, e ainda, à elevação das taxas de juros. Esta, para os empresários aplicadores é um benefício em si, ao mesmo tempo que inibe o surgimento de novos concorrentes.

Poder-se-ia indagar: e no tempo em que ainda não existia um mercado consolidado de títulos públicos? Ou ainda: se o governo cortar suas despesas ,recusando-se assim a novas emissões? Em ambos os casos, o desastre para o governo não seria menor, pois, através dos mecanismos de super-faturamento das importações, e sub-faturamento das exportações, contrabando, e coisas que tais, teríamos simplesmente a fuga destes capitais para o exterior. A poupança empresarial, ao invés de se concentrar em títulos públicos do país, seria aplicada em títulos públicos ou privados de outros estados nacionais.

A crença tão difundida de que o déficit público é, necessariamente, a causa eficiente da inflação estriba numa crença claramente absurda: a de que se pode fazer ilações causais a partir de tautologias ou de definição. Em todo processo inflacionário encontra-se uma alta correlação entre déficit público e nível de inflação, de onde se tira que o primeiro gerou o segundo, e para combatê-lo, por consequência, devemos combater o primeiro. A terapêutica, em muitos casos, até que pode dar certo, mas a premissa é falsa. Pode mesmo acontecer, e não é raro, que o contrário aconteça. Foi precisamente isto que procuramos aqui alertar.

Como um bom número de pessoas, inclusive dignitários acadêmicos, grandes empresários, e até ministros, ainda não tiveram

tempo de estudar com um pouco mais de profundidade o assunto, vale a pena desenvolver aqui um pequeno exemplo didático.

Vamos, para tanto, considerar um sistema econômico um pouco mais complexo do que os que pressupomos até aqui: um sistema um pouco mais realista, onde são possíveis operações financeiras.

De fato, se não existissem operações financeiras — e por consequência, ativos financeiros — toda a mais-valia que não fosse despendida com o consumo supérfluo da classe dominante teria que se transformar em capital produtivo (equipamento, estoques, etc.), assim ampliando o estoque de capital existente. Caso, só para efeito didático, desconsiderássemos o consumo da classe dominante, teríamos a igualdade: mais-valia = formação líquida de capital. É óbvio, que também por questão didática estamos excluindo as relações com o exterior, oficiais e extra-oficiais (sub e super faturamento).

Acontece que havendo possibilidade de aplicação em ativos financeiros, torna-se possível transformar apenas parte da mais-valia em capital produtivo, realizando a diferença em ativos financeiros.

Há duas formas de fazê-lo: em débitos do próprio consumidor (financiando o crédito ao consumo) ou na dívida pública. Apenas para tornar as coisas ainda mais didáticas, vamos admitir que o crédito ao consumidor seja provido por poupança dos próprios consumidores (e, pelo menos, em parte, é assim). Nesta hipótese a diferença entre a mais-valia e o investimento produtivo seria igual ao acréscimo, no ano, da dívida pública. Ver figura 3.3b .

Qual o significado disso? Para desvelá-lo, tomemos um exemplo numérico simples. Suponhamos que num primeiro ano tenhamos:

FORMAÇÃO LÍQUIDA DE CAPITAL VERSUS DÍVIDA PÚBLICA

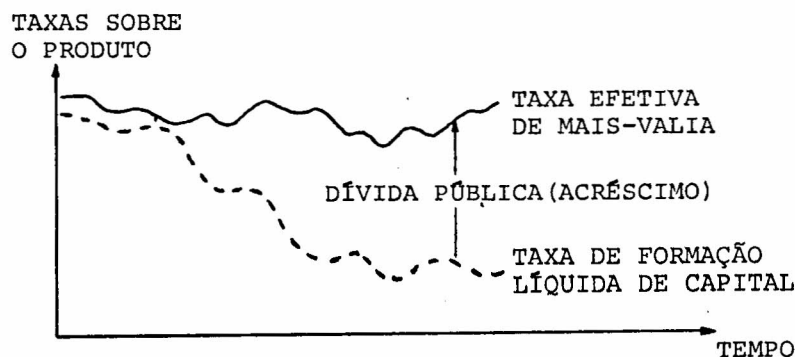



FIGURA 3.3b

Capital	$K_i = 200$
Produto Líquido..	$Y_i = 100$
Taxa de acumulação	$\gamma = 0,10$
⟹ Formação líquida de capital	$K_i = 0,10 \times 200 = 20$
Taxa de mais-valia	$m = 0,20$
⟹ Mais-valia ...	$M_i = 0,20 \times 100 = 20$
Consumo	$C_i = Y_i - M_i = 100 - 20 = 80$

Neste caso, constata-se que a formação líquida de capital se iguala à mais-valia:

$$\gamma K_i = M_i = m\, Y_i = 20$$

Note-se ainda que vale aí a igualdade $m = \gamma K_i / Y_i$

Suponhamos que no ano seguinte, os empresários, por alguma razão, resolvam baixar o ritmo de seus investimentos, fazendo $\Delta K_{i+1} = 15$. Admitamos ainda que o produto líquido fique em

$Y_{i+1} = 98$. Acontece que, apesar disso, eles conservam o seu poder de fixar a taxa de retorno do seu capital. Admitamos que mantenham o valor anterior de 10%. Neste caso a renda para consumo seria dada por:

$$Y_{ci+1} = 98 - 0{,}10 \times 220 = 98 - 22 = 76$$

Como $Y_{i+1} = C_{i+1} + \Delta K_{i+1}$, teríamos que o valor dos bens de consumo seria $C_{i+1} = 98 - 15 = 83$. Que temos então: que a renda para consumo é de apenas 76, mas que o valor dos bens de consumo é de 83, apresentando, pois, uma diferença portanto de 7. Para evitar a recessão, que restará ao governo senão subsidiar ou financiar a aquisição da diferença.

Para fazê-lo terá que colocar no mercado financeiro 7 em títulos públicos, que naturalmente serão adquiridos pelos empresários.

No final, a mais-valia de 22 terá sido realizada com aplicação de 15 em capital produtivo e 7 em títulos do governo. Agora pergunta-se: É o governo, emitindo os títulos, que está se apossando da poupança, e assim limitando o investimento privado, ou, pelo contrário, é a diminuição dos investimentos privados que está forçando a emissão dos títulos? Ademais, como pode o setor privado invocar que não tem dinheiro para investir se ele próprio está de posse de títulos com liquidez de mercado? Precisamente os 7 que lhe teriam sido subtraídos.

Mas isto teria um sério inconveniente, qual seja, de diminuir a massa de salários de um ano para o seguinte, de 80 para 76. Para evitá-lo, a solução é mais ou menos óbvia: manter a massa salarial em 80, mas multiplicar os preços da produção pelo fator $\frac{80}{76} = 1{,}0526$ ou seja, aumentá-los em 5,26%.

Que teríamos então?

$$Y'_{i+1} = 1{,}0526 \times 98 = 103{,}2$$

$$M'_{i+1} = 1{,}0526 \times 22 = 23{,}2$$

$$Y'_{ci+1} = 103{,}2 - 23{,}2 = 80{,}0$$

$$\Delta K'_{i+1} = 1{,}0526 - 15 = 15{,}8$$

$$C'_{i+1} = 103{,}2 - 15{,}8 = 87{,}4$$

Verifica-se que permaneceria a renda nominal para consumo (80,0) porém o valor de mercado da produção para consumo aumentaria para 87,4 o que deixaria uma insuficiência não mais de 7, mas de 7,4, que seria o novo valor da emissão de títulos governamentais, que viria a ser adquirida pelo empresariado. Como ficaria aplicada a mais-valia apropriada por este último? Assim:

$$\Delta K'_{i+1} = 1{,}0526 \times 15 = 15{,}8$$

e mais 7,4 em títulos, perfazendo um total de 15,8 + 7,4 = 23,2, exatamente o valor de mais-valia apropriada M'_{i+1}. No ano seguinte, perdurando a mesma decisão do setor privado, o governo seria obrigado a emitir além dos 7,4 mais um certo volume para fazer face aos juros da dívida do ano anterior, e assim sucessivamente.

Observe-se que, embora γ tenha se mantido, o mesmo acontecendo com M, a taxa de mais-valia teve que ser ampliada de 0,20 para

$$m_{i+1} = \frac{M_{i+1}}{Y_{i+1}} = \frac{22}{98} = \frac{23{,}2}{103{,}2} = 0{,}224$$

Mas se os trabalhadores, vendo os preços subirem, conseguissem aumentos salariais na mesma proporção, ou até menos um pouco, que aconteceria? Pouca coisa de diferente: os empresários aumentariam um pouco mais seus preços e, consequentemente, o governo a emissão de títulos, o que nos faria compreender muito facilmente como pequenas retrações nos investimentos podem pro

vocar grandes taxas inflacionárias e grandes aumentos da dívida pública. Observe-se que a escalada de preços obriga, para que seja mantido o mesmo nível de liquidez, a uma expansão dos mei os de pagamento, de modo que a emissão global de títulos gover namentais, a rigor, estaria diminuída deste exato valor.

Gostaríamos de observar que foi justamente uma decisão des ta natureza que gerou nossa enorme dídida externa. Diante das perspectivas negativas geradas pela crise do petróleo os gran des empresários das nações de centro decidiram desviar boa par te de seus fundos de inversão para o mercado financeiro. A eles, contudo, se apresentava a alternativa de não forçar tão apenas o endividamento de seus próprios estados, mas também o endivida mento das nações da periferia (para o que, obviamente, contari am com a comparsaria das respectivas "elites" locais). A prin cipal diferença deste processo em relação ao anteriormente por nós descrito, é que neste não foi preciso provocar aumentos de preços e consequentes déficits; isto, pela especial razão de que os emprestadores preservavam o integral poder de fixar ta xas de juros — pasmem! — a posteriori. Assim lhes foi possível usar o expediente de baixar inicialmente as taxas até que um grande nível de endividamento se consumasse, e depois, as eleva rem exorbitantemente por algum tempo para ressarcir-se de suas "despesas de venda".

Os investidores nacionais ante igual perspectiva,imitaram--lhes o exemplo, mas tiveram que operar apenas com seus própri os governos nacionais. Bem, agora aí está o povão, para pagar os rendimentos destas duas imensas dívidas, assoberbado ainda por um contexto de incontornáveis pressões inflacionárias.

3.4 - Conclusão

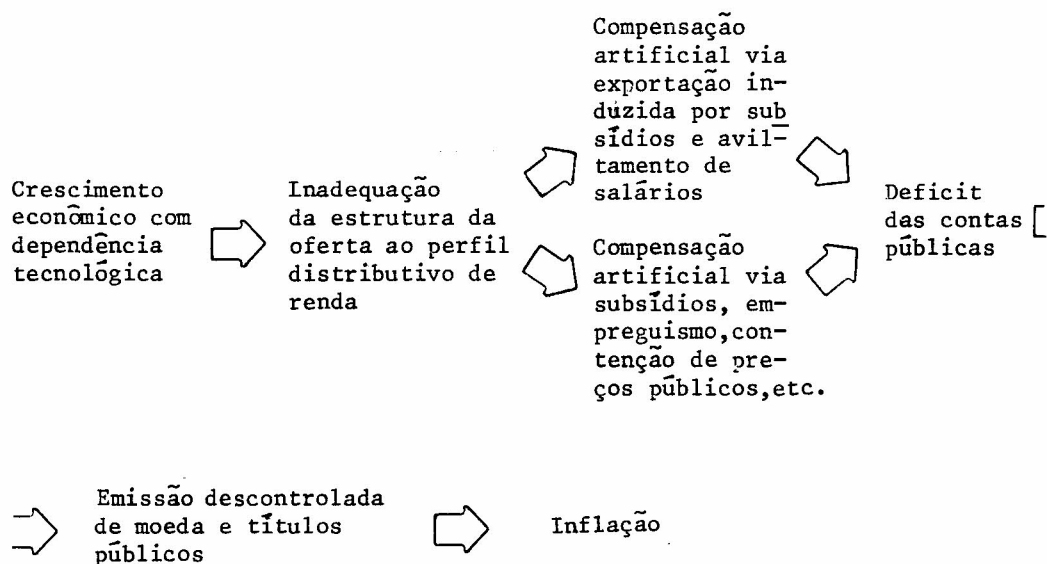
É mais do que óbvio que as coisas, em realidade, são bem mais complicadas do que como foram aqui apresentadas, porém, nosso propósito não foi expor um modelo operativo sobre o qual, por exemplo, se pudesse esboçar uma política econômico-financei ra. Nosso propósito, foi tão apenas didático, no sentido de

apenas começar a desmontar o sem número de sofismas que, a toda ho-
ra, se tenta enfiar pelos ouvidos de um público, que devemos re-
conhecer, tem bem pouca capacidade para julgá-los. Esta é a nos-
sa tragédia de sempre.

Não temos dúvida, entretanto, que este pouco já é o sufi-
ciente para que os leitores possam se defender – ao menos con-
ceitualmente – do engodo em que se constituem os chamados "pla-
nos econômicos" que ultimamente os governos tem feito desabar
sobre suas cabeças.

Estes "planos" começam por errar, precisamente, no que é
essencial. Todos, sem exceção, tomam como premissa a idéia de
que a estabilidade de preços é um requisito prévio e necessário
ao crescimento econômico e à melhoria do perfil distributivo
de renda. Implementados, não demora muito para que verifique-
mos que seus reais efeitos são exatamente contrários aos anun-
ciados, constatando-se assim que os sacrifícios que em geral
eles impõem à maioria da população foram uma vez mais em vão.
Sempre se encontra uma justificativa extra-econômica para o fra-
casso: condições climatéricas, persistência de uma **cultura** in-
flacionária, etc.

Ora, o que não se quer de fato admitir é o mais evidente
dos erros que está justamente no sentido da causalidade que
eles tomam, invariavelmente, por premissa. O sentido da causa-
lidade, na realidade, é o inverso: a adoção de uma "estratégia"
de crescimento econômico tecnologicamente dependente é que está
na raiz dos males crônicos de nossa economia, na medida em que
esta dependência gera um perfil de distribuição de renda total-
mente incompatível com a estrutura da oferta interna. Em conse-
quência, busca-se compensar tal distorção, seja pelo aumento das
exportações (aumento este geralmente induzido pela conjugação
de uma política de subsídios com a prática do aviltamento da re-
muneração da mão de obra), seja pela geração artificial e arti-
ficiosa da demanda interna (empreguismo, subsídios, contenção
injustificada de preços de serviços e produtos das empresas de

propriedade pública, transferências, etc.), tudo isto, se traduzindo, de um modo ou de outro, em pressões sobre o orçamento público. O passo seguinte é o financiamento do desequilíbrio das contas públicas pela emissão descontrolada de moeda e de títulos da dívida pública, estes, com juros exponencialmente crescentes. Esta expansão de meios de pagamento e do endividamento público leva diretamente à alta generalizada de preços. Tanto se tem evitado reconhecer este processo típico da economia brasileira, que não será demais repisá-lo esquematicamente:

Não é preciso enfatizar que a inversão ideológica que leva os governos a atacarem sintomas e não as verdadeiras causas dos males da economia brasileira só pode levar ao fracasso. O pior, entretanto, é que o fracasso é esquecido por todos muito rapidamente, ensejando a obssessiva repetição do êrro ... ou, no fundo, ao acerto dos que objetivam entravar o nosso desenvolvimento.

Isto não quer dizer que um verdadeiro plano econômico voltado para os interesses do País deixe de conter um bom número de medidas anti-inflacionárias, e até mesmo que estas ganhem prioridade na implantação, porém, seu valor terá que ser medido

estritamente à luz de sua contribuição para uma estratégia glo bal tendo por objetivo máximo a superação de nossa secular si tuação de dependência tecnológica. Que dizer, então, de um "pla no econômico" que se propõe ao combate sem trégua da inflação, e que paralelamente, a pretexto de uma ambígua "modernização", se dá como grande objetivo o aumento de nossa dependência tecnoló gica?!

4. LÓGICA DAS CLASSES SÓCIO-ECONÔMICAS

Existe uma série de questões acerca das classes sócio-eco nômicas que mereceria um aprofundamento: A noção de classe sócio-econômica se aplica a todas as sociedades, a todas as épo cas? Deve ser considerada, em todas as circunstâncias, como o principal modo de clivagem social? Como se articula com modos alternativos de clivagem social — como,por exemplo, aqueles bio logicamente determinados (sexo, idade) e aqueles culturalmente determinados?

Ainda que não disponhamos de uma resposta precisa para to das estas questões, não resta dúvida que a clivagem de natureza econômica (segundo os papéis na produção) existe, e que sua im portância é não pouca para o entendimento da dinâmica social das sociedades modernas. É justamente sobre esta última afirmativa que concentraremos nossa atenção deixando para outra oportunida de o exame das demais questões aqui preliminarmente suscitadas.

Perguntamo-nos, pois, quais são as classes sociais em jo go nas diferentes etapas do desenvolvimento das formas sócio--econômicas? E mais, justificar-se-ia o dualismo generalizado do *Manifesto?* Ainda, mais particularmente, a clivagem dual se ria uma simplificação aceitável na atualidade?

O tratamento desta questão será feito em duas etapas: na primeira, focalizaremos o assunto numa perspectiva diacrônica ampla, desde as origens à modernidade; na segunda etapa restrin giremos nossa atenção apenas à modernidade, o que nos dará ense jo a um tratamento sincrônico mais cuidadoso da questão. Aqui, reservaremos um bom espaço às especificidades da estruturação sócio-econômica nas nações dependentes, que é o que mais de per to nos interessa.

4.1 Perspectiva Diacrônica

Pelo que vimos anteriormente, a nível fenomênico, o econô

mico ainda não se constituiu como tal. Estamos numa sociedade que garante sua sobrevivência alimentar através da caça e da coleta. Na perspectiva mítica, estamos na condição paradisíaca de ainda não se necessitar trabalhar para ter garantido o sustento. Os marxistas referem-se a um comunismo primitivo, onde não existem separações de classes sócio-econômicas. Certamente existem aí divisões de tarefas de estofo bio-lógico, com base na idade e no sexo, mas não podemos dizer que estas discriminações determinem classes sociais, pela simples razão de que estas diferenças não são sobre-determinadas culturalmente. Todos os indivíduos estão ainda integrados numa mesma cultura. Ademais, se as culturas hierarquizam-se logicamente, e não havendo mais que uma lógica em jogo, não haveria como estabelecer-se a diferenciação e a subseqüente hierarquização.

Será precisamente na primeira etapa do estágio objetivo que surgirão, ao mesmo tempo, o econômico propriamente dito e as classes sócio-econômicas. Nesta primeira etapa entra em jogo a lógica da diferença, que governa a mediação, no caso, o trabalho, atividade que visa outra coisa que si mesma. A agricultura e o pastoreio são estas primeiras atividades, sendo que a primeira por múltiplas razões acabará obtendo a precedência, como aliás ilustra o episódio vétero-testamentário de Caim e Abel. Por isso, fixemo-nos apenas na agricultura.

A diferenciação de classe tem aí uma determinação lógica patente: de um lado, a posição lógico-transcendental, que corresponde à do proprietário da terra, ao que não trabalha e que portanto mantém-se na condição "paradisíaca" do só desfrute; de outro lado, na posição lógico-diferencial, o outro, a do camponês sem terra, que trabalha para se manter, cuja fruição é sempre menor que sua pena.

A classe dos que não trabalham, de modo geral, pode comportar sub-diferenciações, como a de guerreiros, que se encarregam de preservação ou expansão da área cultivável e dos sacerdotes, possivelmente, no plano econômico, muitas vezes encarregados do controle dos estoques reguladores.

Na segunda etapa, de nível objetivo, entra em jogo a dialética que governa a troca espacial. O crescimento das trocas e sua regularidade leva ao aparecimento de um novo personagem sócio-econômico: o comerciante, o que de certo modo assinala o acabamento da fase objetiva do desenvolvimento econômico.

Chegamos agora a uma nova etapa, cuja importância não se pode minimizar, pois assinala a passagem do nível objetivo ao nível subjetivo. Por isto ela é tão importante quanto a passagem da coleta à agricultura. A primeira dá nascimento às civilizações, a segunda, à uma nova civilização.

Repetindo uma vez mais, esta passagem em termos lógicos é aquela da passagem da dialética de lógica do sentido (no caso, da troca espacial) em lógica da história (da troca no tempo, vale dizer, das operações financeiras).

Em termos de classe sócio-econômica, podemos, pois, dizer que esta passagem se dá com a diferenciação do comerciante em banqueiro, e muito provavelmente terá sido isto o que verdadeiramente aconteceu.

Estamos aqui pisando num terreno deveras controvertido, aquele da passagem do feudalismo para o capitalismo, a propósito do qual muita tinta e papel já se gastou. Em decorrência, devemos examinar esta passagem com maior cuidado. Para tanto, veja-se a figura em que estão ilustrados, de modo esquemático, todos os passos desta crítica passagem. Vejamos:

1ª etapa: Estabelecimento de comércio por troca não monetária intra-zonal, sem necessidade ainda de especialização (o comerciante).

2ª etapa: Monetização das trocas intra-zonais.

3ª etapa: Paralelamente, estabelecimento de comércio inter-zonal, com aparecimento da figura do comerciante itinerante.

4ª etapa: Convergência das etapas dois e três, vale dizer, estabelecimento de comércio inter-zonal de mercados monetizados. Aparecimento da função de troca monetária (câmbio), assumida muito provavelmente por alguns comerciantes.

5ª etapa: Diferenciação de funções: comércio X câmbio. Aparecimento do mercado financeiro de câmbio (troca de moedas) surgimento dos banqueiros cambistas.

6ª etapa: Surgimento do mercado financeiro especializado no crédito (troca no tempo). Aparecimento, pois, dos banqueiros de crédito por diferenciação da classe dos cambistas. Ver figura 4.1a.

Automaticamente, o excedente acumulado transforma-se de riqueza em capital, por conseqüência, passa-se ao processo de acumulação de capital nos termos que hoje conhecemos.

Para que a sexta etapa possa se consolidar, isto é, tornar-se irreversível é necessária a consumação de uma seqüência de outras transformações econômicas que correspondem às transformações lógicas que já são do nosso conhecimento.

A primeira delas é a passagem do trabalho governado pela lógica da diferença para o trabalho governado pela lógica clássica ou sistêmica, isto é, do trabalho agrícola ou artesanal ao trabalho industrial. Que caracteriza este último? Ser um trabalho em partes de um todo bem definido. É o famigerado processo de divisão do trabalho, que, já o dissemos, é muito mais um processo de organização ou sistematização do trabalho; surge a linha de produção.

Isto compreende apenas o lado objetivo das coisas: de um lado o empresário-acumulador-de-capital, do outro o trabalhador-da-linha-de-produção. As transformações suplementares nos dão à mostra o lado subjetivo. De um lado, o trabalhador assalariado

DO MERCADO DE TROCAS AO MERCADO FINANCEIRO

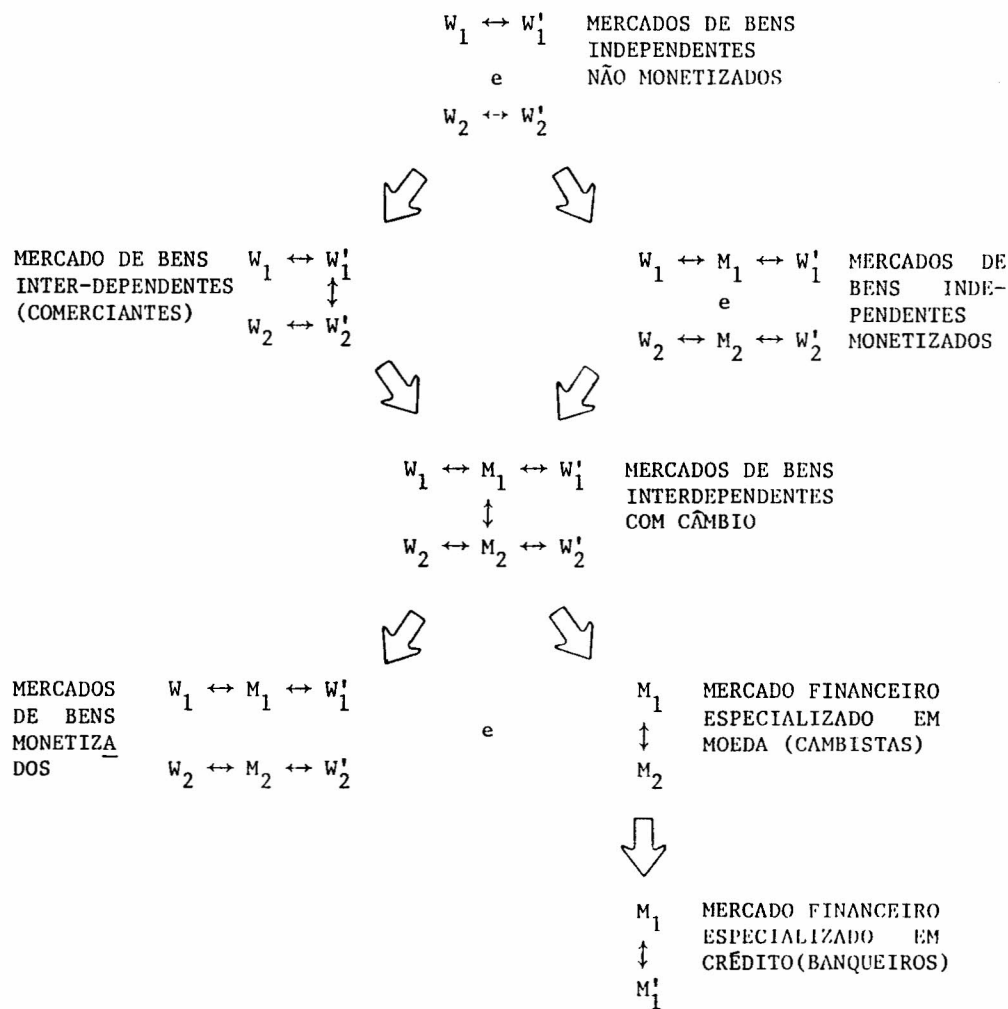



FIGURA 4.1a

não podendo viver mais de sua própria produção, ingressa no mercado de bens de consumo monetizado: passa a ser um consumidor. Trabalhador/consumidor perfazem agora uma totalidade subsistente; eis aí um dos novos personagens surgidos com a passagem do nível objetivo para o subjetivo. Com isto, instala-se um conflito flagrante, pois o acréscimo de capital a acumular e o consumo perfazem, em um período qualquer dado, uma soma fixa:

a **produção** ou **renda**.

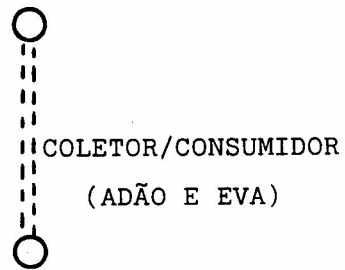
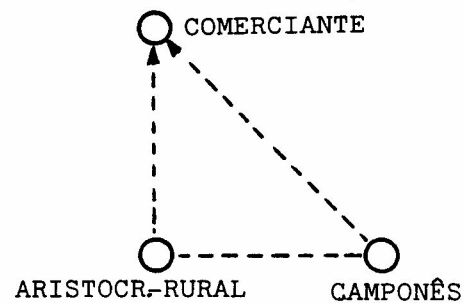
De outro lado, o empresário capitalista acumulador não se basta. Exige-se-lhe, complementarmente, o papel de sistematizador do trabalho, vale dizer, a iniciativa empresarial. Temos assim completado o retrato do nosso segundo personagem: o empresário capitalista/empreendedor. Novo conflito se estabelece entre dois personagens: o da iniciativa sistematizadora e a passividade do desempenho de um papel bem determinado, entre liberdade/projeto e não-liberdade/zero-perspectiva.

Ainda assim, o processo não está completo. As quatro posições lógicas ocupadas por trabalhador/consumidor e empresário capitalista/empreendedor, exigem uma síntese, aquela referente à lógica da subjetividade-em-sua-integralidade. Dizemos mais: o personagem que lhe corresponde, é absolutamente essencial ao acabamento do processo. Como já se demonstrou, matemática e irrefutavelmente,a acumulação de capital só se pode realizar na condição de um permanente influxo de produtividade. A conservação e a ampliação dos níveis de produtividade são funções do desenvolvimento de recursos humanos em todos os níveis e longitudes, da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico, do desenvolvimento de processos e produtos, etc. Ver figura 4.1b.

Para quem a conservação e ampliação dos níveis de produtividade é uma questão absolutamente vital?

Sem dúvida, para a classe capitalista, dado que tal conquista é uma condição sine qua non do processo de acumulação de capital. Mas isso não é tudo: é igualmente necessário que algum grupo se encarregue efetivamente das tarefas de educação e pesquisa, sem falarmos no zêlo pela manutenção dos níveis de produtividade já atingidos. A este terceiro personagem, de modo simplório, denominamos classe média. A resposta à questão das classes sociais na modernidade, embora já esboçada, não está ainda completamente delucidada, pelo que a desenvolveremos, em detalhe, no próximo item, já então numa perspectiva preponderantemente sincrônica.

AS CLASSES SÓCIO-ECONÔMICAS

FASE PRÉ-ECONÔMICA

FASE OBJETIVA

FASE SUBJETIVA

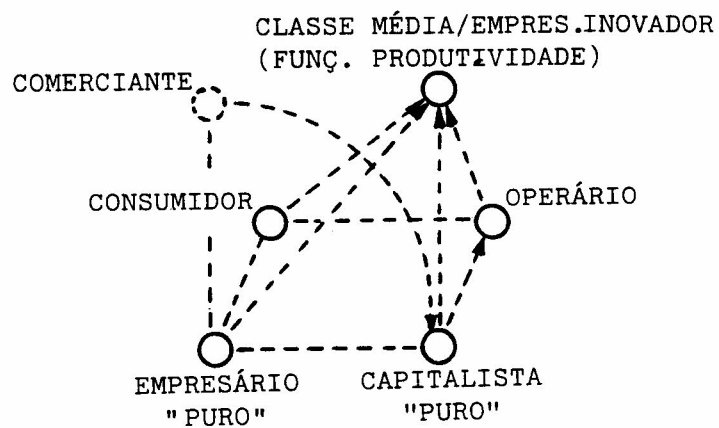



FIGURA 4.1b

4.2 **Perspectiva Sincrônica**

A análise da problemática sócio-econômica, ou o que é o mesmo, da problemática conflitual das classes sociais, só pode encontrar sua significação mais profunda na medida em que consigamos restituir ao ser-econômico a plenitude de suas dimensões lógicas.

Qual a razão maior deste requerimento? O simples fato de que o ser-econômico enquanto tal emerge de uma visada redutora, especificamente objetivo-diferencial(D), do ser-subjetivo-social--em-sua-integralidade. O ser-econômico coloca-se, pois, ao lado do político e do cultural, as duas dimensões que vão completar a aludida visada objetiva do ser-social. Por isso, enfatizamos, é necessário uma prévia operação de re-suscitamento que o faça revelar-se por inteiro, a fim de que a problemática sócio-econômica venha emergir com todas as suas cores e dramaticidade.

É verdade que a teoria econômica acadêmica ao visar o ser econômico como **sistema** ($D/^2$), translada-o ao plano subjetivo e que a economia política (I/D), visando-o como **história**, também o faz, mas ambos ainda constituem visadas parciais. Por certo revelam-nos alguns importantes aspectos da problemática que ora nos ocupa, em especial a última; porém, não podem escamotear suas respectivas parcialidades fundamentalmente lógicas. Quanto podemos encontrar de significativo em termos de problemática sócio-econômica, às vezes, em matérias jornalísticas, em romances, e hoje, amiúde, em obras manifestamente não ortodoxas de inspiração estruturalista ou freudiana?

É necessário globalizar tudo isso, e só o aludido re-suscitamento será capaz de fazê-lo.

O econômico re-pensado lógico-subjetivamente, recordemos, desdobra-se em uma estrutura qüinqüitária na qual reconhecemos os cinco elementos fundamentais de toda economia moderna: a ini

ciativa (ato empreendedor), o mercado consumidor, o capital, o trabalho sistematizado e a tecnologia (esta incluindo todas as atividades sociais que concorrem para a conservação e/ou elevação do nível de produtividade, não se podendo aí esquecer a multitude de atividades voltadas ao desenvolvimento de recursos humanos para a produção).

A **iniciativa**, na proporção em que constitui o seu próprio fim ou utilidade (U), está governado pela lógica transcendental (I). A lógica da diferença (D) governa o **mercado**, pois aí encontramos apenas uma mediação: transformação de moeda em utilidade ($M \rightarrow U$).

Nas economias modernas do Ocidente, em realidade, a mediação se dá no sentido inverso ($M \leftarrow U$), na medida em que as técnicas de "marketing" possibilitam que a oferta crie sua própria demanda. Nestas circunstâncias, devemos manter que a lógica da diferença governa o mercado, mas que o seu conteúdo está aí invertido ou reprimido. O prazer deixa então de ser a fruição de uma certa utilidade da mercadoria para concentrar-se no simples ato de comprar.

O **capital** significa, em princípio, a renúncia à imediata transformação de moeda em utilidade em nome de uma fruição postergada. A moeda é aplicada para se obter uma quantidade superior de moeda (juros, dividendos, etc.) que posteriormente seria transformada em utilidade. Teríamos assim, num primeiro momento, a transformação de moeda em moeda ($\overset{\curvearrowleft}{M}$), e num segundo momento, a transformação de moeda em utilidade ($M \rightarrow U$).

Superpondo-se os dois momentos, ter-se-ia o esquema $\overset{\curvearrowleft}{M} \rightarrow U$. Esta estrutura apresenta, pois, um momento de identidade e um momento de mediação, de sorte que temos aí caracterizada precisamente a lógica dialética I/D. Eis a razão profunda pela qual a análise do capital em Marx não pode se separar do comprometimento dialético. A lógica de capital é, rigorosamente, a dialética.

E foi ainda o próprio Marx quem bem observou que nas economias capitalistas de seu tempo se dava uma inversão ou repressão da estrutura lógica do capital: ao invés de $\overset{\curvearrowleft}{M} \rightarrow U$ se tinha em realidade $M \leftarrow \overset{\curvearrowleft}{U}$. Isto quer dizer que lá, o capital se autonomizava; a utilidade ou gozo, no fundo, estava transformada em renúncia ao próprio gozo; tratava-se verdadeiramente de aplicar moeda para tão apenas gerar e acumular mais moeda e assim indefinidamente. O capital, fundamentalmente, exige seu retorno amplificado e nisso se consuma. Estava aí, para ele, a lógica do capital.

Em que pese a perspicácia, de Marx, ainda ficava uma certa confusão. A lógica do capital, invertido ou não, é sempre a dialética, mas a lógica de inversão não o é. O processo de repressão ou inversão é dialeticamente impensável; ele só pode ser des-velado pela lógica da diferença, a mesma lógica do inconsciente.

Em suma, o capital exige a dialética, mas a crítica do capital exige além, uma lógica própria que não é a mesma do capital. É precisamente isto que começa a ser explicitado pela Escola de Frankfurt, bem como pelas correntes de pensamento econômico que se intenta derivar do pensamento freudiano e dos estruturalistas em geral.

O **trabalho**? Seja por que ângulo for, chega-se a que o trabalho na modernidade é governado pela lógica da dupla diferença ou clássica ($D/^2$). O trabalho propriamente produtivo, o trabalho de fábrica, em especial nas linhas de montagem, é uma atividade essencialmente sistematizada, em que cada qual assume um papel bem definido numa estrutura intencionalmente (que veio de um projeto) fechada. Isto difere do trabalho agrícola e mesmo do trabalho artezanal das fases pré-modernas, onde havia uma só mediação (trabalho para utilidade $W \rightarrow U$), mas não um fechamento. Onde vige o sistema, já sabemos, impera a lógica do fechamento, isto é, da dupla diferença. Sob outro ângulo verificamos que o trabalho moderno é um trabalho duplamente mediado

— a fortiori, duplamente alienado — em relação à utilidade ou fruição. Temos ali uma primeira mediação na passagem do trabalho à moeda ou salário ($W \rightarrow M$) e outra, desta última para a utilidade ou consumação ($M \rightarrow U$) que se irá realizar no mercado. Sinteticamente, teríamos pois para o trabalho moderno a estrutura lógica $W \rightarrow M \rightarrow U$ onde fica uma vez mais explícita a dupla mediação ou a dupla diferença, característica fundamental da lógica sistêmica ou clássica.

Por derradeiro, temos a **tecnologia** ou **geração de ganhos de produtividade**, no sentido amplo que lhe demos ao iniciarmos este item. A atividade tecnológica não é um trabalho enquanto tal, mas um trabalho sobre um trabalho, no sentido da preservação dos níveis de produtividade já alcançados e/ou de sua persistente ampliação.

Nestas condições, a estrutura lógica do desenvolvimento tecnológico ficaria caracterizada pelo seguinte esquema: $\overset{\curvearrowleft}{W} \rightarrow M \rightarrow U$.

As próprias setas revelam um momento reflexo ($\overset{\curvearrowleft}{W}$) articulado à seqüência de dois momentos diferenciais ($W \rightarrow M$ e $M \rightarrow U$) o que não deixa dúvida quanto à assertiva de que a lógica da tecnologia é a própria lógica do ser-subjetivo-em-sua-integralidade, $I/D/^2$.

Será precisamente a estrutura lógico-econômica da modernidade, determinada esta pela estrutura lógico-subjetiva, que irá fundamentar a estruturação sócio-econômica, e por conseqüência, a precisa caracterização das classes sociais em jogo.

Preliminarmente devemos distinguir os dois modos fundamentais de clivagem lógica da estrutura subjetiva. Como primeira alternativa temos o modo diagonal, em que se contrapõem, de um lado, as lógicas ditas masculinas $I,D/^2$ e $I/D/^2$, de outro, as lógicas ditas femininas D, I/D e $I/D/^2$, cujo exemplo paradigmático é a própria clivagem sexual. Observe-se que a clivagem lógica é, ao mesmo tempo, uma segregação e uma articulação. Na ba

se, temos uma relação exclusiva, porém, no topo, isto é, em $I/D/^2$ as diferenças diagonais vêm se articular. Como existem lógicas da identidade de ambos os lados, I no lado masculino e I/D no lado feminino, não se configura aqui uma real dominação. A eventual dominação do masculino sobre o feminino é um fenômeno eminentemente histórico-cultural. Diremos que se trata aí, em essência, de uma relação de complementaridade. Ver figura 4.2a

CLIVAGENS SUBJETIVAS

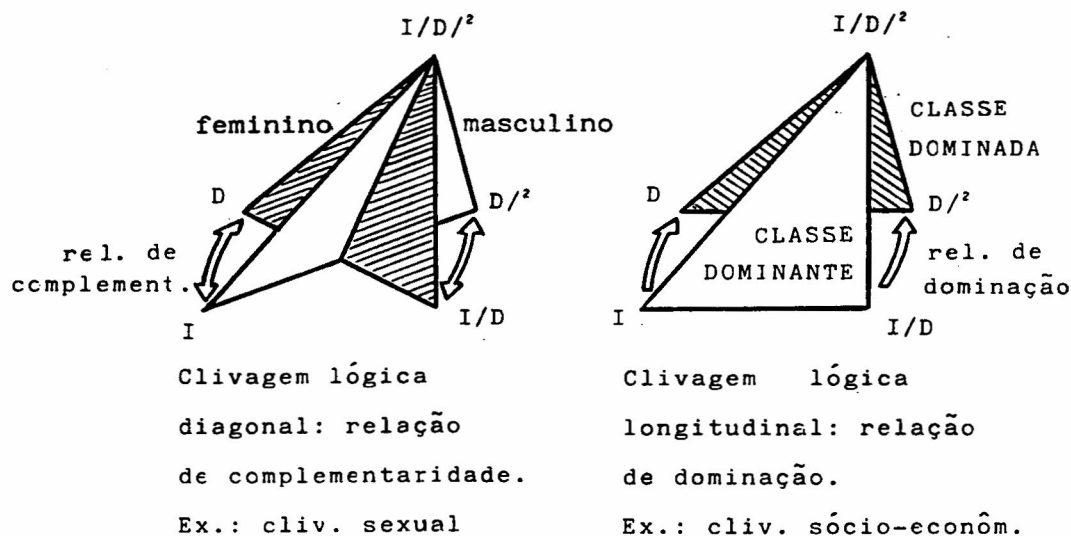



FIGURA 4.2a

Na segunda alternativa temos o modo longitudinal de clivagem. Neste caso, de um lado ficam apenas lógicas da identidade, I, I/D, $I/D/^2$, de outro imperam as lógicas da diferença, D, $D/^2$ a excessão de $I/D/^2$. Como na clivagem anterior, temos uma relação exclusiva na base, I, I/D de um lado e D, $D/^2$ de outro, porém uma notória articulação no topo, isto é, em $I/D/^2$. A concentração das lógicas da identidade de um mesmo lado estabelece uma assimetria entre as partes clivadas, que bem justifica que a denominemos **relação de dominação**. Obviamente do lado das lógicas da identidade fica o **dominador**, do lado oposto, onde prevalece a diferença, o **dominado**.

Este padrão de clivagem é que prevalece na esfera sócio-econômico, vale insistir, que determina as diferentes posições de classe. Assim, a classe sócio-econômica dominante ocuparia as posições I, I/D e $I/D/^2$ às quais estariam vinculadas as seguintes funções:

Lógica de Identidade (I) - Iniciativa - Classe dominante enquanto empresária.

Lógica Dialética (I/D) - Capital - Classe dominante enquanto acumuladora de capital.

Lógica do Ser-Subjetivo ($I/D/^2$) - Tecnologia - Classe dominante enquanto promotora/orientadora do desenvolvimento tecnológico e da orientação educacional.

Note-se que aí pode ocorrer a especialização de funções, podendo existir casos de assunção de apenas um sub-conjunto das três funções acima, como por exemplo, a de um puro capitalista--banqueiro, que se cingiria à posição I/D. Vide figura 4.2c.

Na medida em que entre as três funções exista uma que se encontre invertida ou reprimida - no caso I/D - é natural que o discurso ideológico (para nós, sempre um discurso padecente da parcialidade lógica) da classe dominante enfatize apenas as funções positivamente assumidas, no caso I e $I/\!/D/^2$. É assim que se apresenta discursivamente a classe dominante: como empreendedora (I) e como promotora do desenvolvimento tecnológico ou da elevação dos níveis de produtividade ($I/\!/D/^2$). O papel essencialmente capitalista é deixado, de modo geral, na sombra.

CLASSE DOMINANTE (CAPITALISTA)

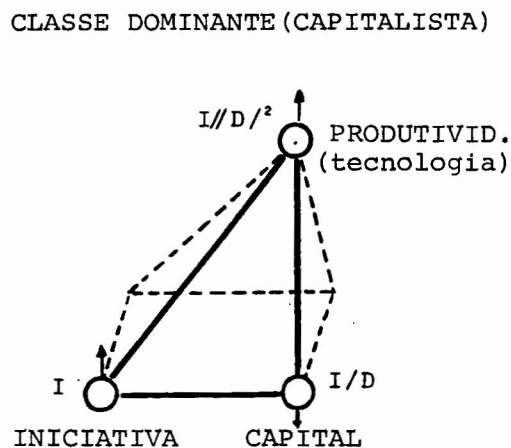



FIGURA 4.2c

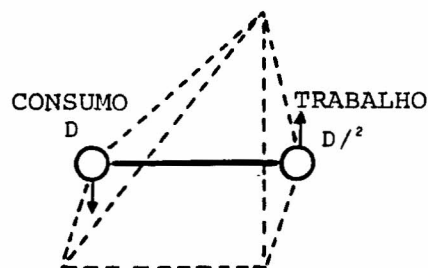
Quando a acumulação de capital prevalece sobre as outras funções, ainda que inconscientemente, caracteriza-se uma verdadeira regressão que encontra um evidente paralelo com certo tipo de patologia mental. Neste último registro a regressão e fixação em I/D significa precisamente a neurose histérica; haveria algo que melhor se lhe assemelhasse no registro que a insaciável acumulação de capital tornada um fim exclusivo e em si mesmo?!

Já a classe operária vai encontrar sua caracterização do outro lado da clivagem longitudinal, no lado do dominado. Estas posições são D e $D/^2$, duas lógicas da diferença, dois modos de alienação econômica. A lógica positivamente assumida, já o sabemos, é $D/^2$, e que por tal, vem ser enfatizada no discurso ideológico proletário - ou pelos que comumente falam por ele. Temos aí o operário chapliniano de *Tempos Modernos*, uma simples engrenagem num conjunto fechado de engrenagens físicas e humanas, se é possível usar na circunstância este adjetivo. É como dissemos um lugar de dupla alienação, mas que se deve caracterizar de modo diferente do que usualmente se faz. A alienação não procede do fato de que o operário não percebe ou lida com o produto final de seu labor. Pelo contrário, é a clara consciência de que seu trabalho é uma parte num todo bem determinado, que faz com que ele o veja submetido a uma lei absoluta, enfim, que nada deva ser criado ou alterado no processo produtivo.

A posição negativamente assumida pela classe operária é aquela marcada pela lógica da diferença (D): operário-consumidor, que melhor designaríamos por operário--consumido pelo marketing. Vide figura 4.2d.

CLASSE OPERÁRIA

FIGURA 4.2d

Embora, como dissemos, a função **trabalhador** seja a que tem primazia no "discurso proletário" manifesto, cada vez mais, a nível

profundo, revela-se sua adesão também alienada ao consumismo.

Protesta-se hoje já bem menos em relação ao trabalho alienado e bem mais contra a insuficiência dos níveis de consumo do trabalhador. Não é de admirar que tenha se esvaziado na mesma proporção o potencial revolucionário do discurso proletário como tem sido fartamente observado.

Ao contrário do que acontece com a classe dominante, que só por sua assunção lógica parcial cai num estado patológico, a classe operária, por essência, não lhe pode escapar. Caso prevaleça a lógica $D/^2$ caímos na neurose obsessiva. É o operário que se "realiza" na repetição monótona de um trabalho standartizado, e que, consequentemente, se priva de qualquer horizonte de transcendentalidade. Nem como sonho já lhe ocorre o desejo de tornar-se um "empresário" no sentido lógico da palavra. Prevalecendo D, o consumismo, o trabalhador regride ao estado maníaco depressivo; se está sem dinheiro, lhe invade a depressão, mas se o dinheiro, por pouco que seja lhe vem à mão, dele se desfaz de modo maníaco - exibicionista tomado de euforia. Pena que só no plano lógico os momentos se equivalham, e não no plano de sua duração!

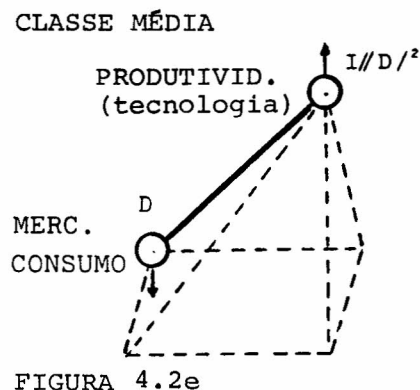
Neste ponto, o leitor deveria estar perguntando como se poderia explicar a assimetria lógica do que foi até aqui exposto. Por que a classe dominada preenche de modo completo as posições da sub-estrutura dominante I, I/D e $I/D/^2$ e a classe operária, dominada, só o faz parcialmente, ocupando as posições lógicas D e $D/^2$ e não também $I/D/^2$?

Esta é uma questão crucial. Ela vem nos alertar para o fato de que as análises dicotômicas – que opõem de um lado, a classe capitalista e do outro, a classe operária – não passam de grotescas simplificações – deturpações, melhor diríamos – que se impôs ao pensamento crítico social. Seria, então, a expressão profundamente sutil de um pensamento ideológico? A quem poderia aproveitar tal omissão? A qual das classes, à capitalis-

ta ou à operária? Por certo, que a nenhuma delas. Só poderia ser gerada pois, pela classe que assim se vela, precisamente pela tão obscura **classe média**. Não poderia haver melhor disfarce político para a classe média que a abusiva simplificação do *Manifesto* marxista. Nem melhor estratégia que convencer aos dois outros parceiros de um jogo que apenas eles, entre si, têm diferenças a ajustar.

Noutra parte deste trabalho (item 1.6) fizemos notar que nas economias modernas, em que se dá um processo continuado de acumulação de capital, além deste e do trabalho, não pode faltar um terceiro elemento: o influxo também continuado de ganhos de produtividade. Isto posto, ter-se-á que admitir que no plano sócio-econômico, além do capitalista e do proletariado, é necessário acrescentar uma terceira classe cuja característica fundamental é precisamente proporcionar aquele influxo, bem como conservar os níveis de produtividade já alcançados. Esta terceira classe, cujo papel se constitui em condição existencial do processo de acumulação de capital e assim, da modernidade econômica, é justamente a classe média, ou a classe dos *white collar*, como a designa Wright Mills. Esta sugestiva designação evidencia que o papel desta classe não é o trabalho como tal $W \rightarrow M \rightarrow U$, mas o trabalho sobre o trabalho, $\overset{\frown}{W} \rightarrow M \rightarrow U$, portanto algo que se deixa governar pela lógica do ser-subjetivo $I/D/^2$. Vide figura 4.2e .

Simultaneamente, a classe média insere-se na posição D, vale dizer, como consumidora. Como para as demais classes, o seu discurso ideológico enfatiza a primeira posição ($I/\!/D/^2$) e minimiza a segunda (D), tendo-se em conta que está invertida ou negativamente assumida, enquanto que a primeira o é positivamente.

FIGURA 4.2e

Atente-se que esta caracterização é válida para todas as formações econômicas modernas, sejam elas capitalistas ou socia listas.

Observemos que as duas posições ocupadas pela classe mé dia são posições já ocupadas pelas outras duas classes, o que bem acentua o seu papel articulador: em I//D/^{2}, lugar da conser vação/ampliação da produtividade,a classe média se articula com a classe dominante, em D, lugar do mercado consumidor , ela se articula com a classe proletária. A ocorrência simultânea de duas classes sociais no mesmo "lugar lógico" pode ter uma cono tação cooperativa quando se trata de uma lógica da identidade e uma conotação conflitual quando se trata de uma lógica da dife rença, isto por razões óbvias. Para compreendê-lo basta que atentemos tão apenas para o sentido das palavras identidade e diferença. Vide figura 4.2f .

ARTICULAÇÃO DAS CLASSES SÓCIO-ECONÔMICAS

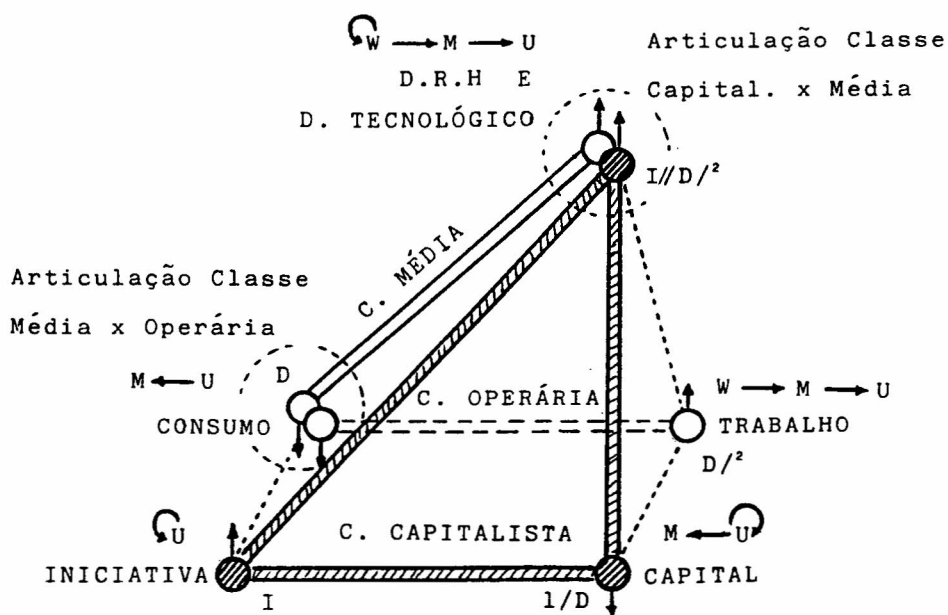



FIGURA 4.2f

Com a caracterização acima proposta para a classe média dissipa-se em parte a impropriedade tão difundida de conceituá-la obscuramente como uma classe de renda (vale dizer, consumo) média; com isso restabelece-se o axioma clássico que as classes sociais são determinadas, no essencial, por sua posição na estrutura produtiva. Que consequências podemos tirar de tudo isso? A nosso juízo numerosas e importantíssimas.

Em primeiro lugar, constatamos que a já enfatizada dependência das economias modernas, — em particular, naquilo que se refere ao processo de acumulação de capital — de um permanente afluxo de ganhos de produtividade possui um fundamento lógico, na co-ocupação da posição $I/\!/D/^2$ pela classe dominante e pela classe média. Isto dá a esta última um notável poder de barganha no jogo da apropriação, em especial, na apropriação do suplemento de excedente gerado pelo aumento de produtividade. Este poder político da classe média de certo modo limita as taxas almejadas de acumulação, o que acaba por contribuir, ainda que indiretamente, para a própria estabilização do funcionamento do sistema.

Não menos importante é o fenômeno da ocupação da posição D simultaneamente pela classe média e pela classe operária. Poder-se-ia argumentar que a classe dominante (ou capitalista) também aí se insere, mas isto importa pouco tendo em vista que o consumo desta última é realmente elevado em termos per cápita, mas pouco significativo quando tomado globalmente.

Se considerarmos que a taxa de formação bruta de capital tem se mantido relativamente estável por séculos de vigência da formação econômica moderna,somos obrigados a concluir que a problemática da distribuição de renda expressa fundamentalmente um conflito intra classes dominadas: entre a classe média e a classe proletária.

Quando passamos do contexto das economias avançadas para o contexto da dependência econômica , as coisas tomam cores acen

tuadamente dramática.

Nas economias avançadas a classe média exercendo sua efetiva função de preservação/ampliação dos níveis de produtividade— tem condições de uma estratégia diversificada no que tange a suas aspirações de participação no consumo. Pode exercer sua pressão sobre a classe proletária, mas também exercê-la no sentido de uma apropriação mais que proporcional da mais-valia potencial que ela mesma viabiliza. Em síntese pode pressionar sobre o presente como sobre o futuro. No caso das nações dependentes, o afluxo de produtividade é gerado e controlado do exterior, de sorte que grande parcela da classe média nacional perde sua função, seu poder de barganha, enfim, sua compostura. Nesta situação toda a pressão irá se exercer contra a classe operária, que por consequência terá que ser mantida em níveis próximos ao da subsistência, o que já não ocorre nas nações desenvolvidas. Como é possível fazê-lo? Pelo estrito controle cultural exercido por essa classe média sobre a massa através da educação e da influência sobre os meios de comunicação de massa tradicionais — e até dissimuladamente, dos alternativos — sem falar de sua desproporcional influência direta e indireta sobre o aparelho estatal, seja ele civil, seja ele militar. Muita gente se engana vendo nos militares um simples joguete da classe dominante. O mesmo vale para os meios de comunicação; é verdade que há o enorme poder dos anunciantes, mas muitos esquecem, que, em última instância, tal poder só se consuma com a efetiva audiência. E quem é, afinal, a grande audiência?!

A classe média, estrategicamente, se dispersa: parte faz o discurso de esquerda, parte o da direita, para que não lhe possamos ver de frente a fisionomia paranóica.

O termo paranóia aqui não poderia ter maior propriedade. A paranóia se caracteriza precisamente pela regressão e fixação em D, porém pressupondo um alto comprometimento anterior, com I/D, vale dizer, com a cultura.

Não poderia ser de outro modo: se a característica essencial da classe média é a assunção do par $\{D, I/D/^2\}$; e se lhe é vedado – por força da dependência econômico/tecnológica – o acesso a $I//D/^2$, não resta outra alternativa que a assunção exclusiva de D. E isto assinala, reiteramos, a paranóia. Aqui, a paranóia consumista, acompanhada da alucinação de estar sempre sendo perseguida por fantásticas potências que a querem proletarizar. É muito lógico! A resistência da classe média à proletarização nas nações dependentes, excluidas que estão de $I/D/^2$, irá tomar um aspecto meramente quantitativo. De fato, só pelo seu volume de compras é que ela efetivamente se distingue do proletariado; sem falar, é claro, de um forte complexo de culpa por saber que muito pouco contribui para a geração da renda da qual ela se apropria em escala ponderável.

A paranóia, possibilidade única da classe média nas nações economicamente dependentes, remete diretamente à questão do fascismo.

De onde pode vir a gigantesca força do fascismo senão da classe média aterrorizada pelo espectro de sua proletarização?

É preciso rever profundamente as explicações dadas ao fenômeno fascista. Este pouco tem a ver com a classe capitalista – só, episodicamente, com este ou aquele de seus elementos – mas fundamentalmente com a síndrome de proletarização da classe média. Por certo que nossa explicação ainda é insuficiente , não pela adjudicação que faz, mas pela desconsideração dos aspectos propriamente culturais do fenômeno e não apenas dos econômicos. Isto pode ser parcialmente desvelado pela análise de aculturação do jovem de classe média. A aquisição da cultura acadêmica é particularmente valorizada aos olhos deste jovem de modo que assim se vai cumprir uma das condições da paranóia, que é precisamente a pré-assunção,a nível objetivo, daquilo que do lado da face social do ser-subjetivo é governado pela dialética: a cultura. Recordemos,que no registro do desenvolvimento psico-lógico, à mesma lógica corresponde a fase fálica.

A força de D advém, no caso da paranóia, da repressão do conteúdo de I/D; D, excessivamente fortalecido, eclipsa I, ou melhor, o ser-projeto que lhe corresponde argumentalmente. Todo este processo é particularmente visível no caso do fascismo alemão. Repitamos resumidamente a sequência: consolidação do processo de aculturação (I/D); repressão do conteúdo de I/D que assim passa a ser governado por D; o conteúdo de D enche a cena, bloqueia e substitui o efetivo exercício de I, isto é, o ser-projeto.

Vê-se, desta maneira, que a propensão da classe média à paranóia, nas nações dependentes ou bloqueados em seu desenvolvimento, não é um mero acidente. Poder-se-ia objetar que em muitas destas nações é justamente na cultura que se encontra sua maior debilidade. Concordaríamos com a objeção, dizendo que é também por esta razão que o fascismo nas nações culturalmente mais débeis não chega jamais ao pleno acabamento. Isto não exclui, entretanto, que suas classes médias apresentem tal propensão. Ademais, é precisamente nesta classe social que se dá a maior valorização da cultura; por suposto, não da cultura em seu sentido mais amplo e radical, mas de uma sua caricatura, a cultura acadêmica. A expressão "cultura acadêmica" tem aqui uma acepção intencionalmente pejorativa, de um saber menos operativo do que simplesmente distintivo.

Torna-se agora facilmente compreensível o modo como se reproduz o esquema de dominação cultural que tanto enfatizamos, e que constitui a raiz de todas as dominações, tanto econômicas, como políticas. É a classe média, guardando quase que um monopólio do saber, que — bloqueada em sua função constitutiva de preservação e ampliação dos níveis de produtividade (I//D/^{2}) — vai impedir por todos os modos possíveis o acesso do povão (camponês, bóia fria, proletário, marginais urbanos, etc.) aos esquemas interpretativos que constituem o núcleo fundamental da cultura moderna. Nesta recusa, pouco importa o matiz ideológico dos indivíduos da classe média. No Brasil, por exemplo, a imensa maioria dos educadores, poderia ser classificada como de esquerda, sem que isso se traduza numa força efetiva de democra-

tização do ensino. Não é de admirar!

Usa-se de tudo para recusar a educação ao povão: não adianta esforçar-nos porque as crianças têm carências proteícas; não se pode ensinar porque falta giz ou porque há goteiras na sala; não se pode exigir mais dos professores porque os salários são desestimulantes; etc., etc. Está mesmo em vias de consecução o "grande projeto" de transformação das escolas públicas em restaurantes-bandejões. Até o meritório esforço do professor Paulo Freire em termos de estratégia pedagógica pode ser invocado para justificar a supressão da natural curiosidade infantil, não permitindo que no seu universo semântico-imaginário surjam foguetes e computadores, deixando-o assim restrito apenas a abóboras e chuchus. Sempre a proposta da "escola para o outro" onde jamais lhes passará pela cabeça matricular os próprios filhos.

Manter-se como classe média que não contribui para o desenvolvimento das forças produtivas, só pode diluir o seu poder e limitar suas possibilidades de apropriação per-capita, é uma conclusão mais que lógica, é aritmética. Ao contrário do propalado pela classe média, o "inimigo do proletariado" não é (ou não é só) o empresariado, mas ela própria,que se vela nos desvãos desse discurso. E nessa luta contra o proletariado, o papel de maior importância cabe à sua vanguarda, a intelectualidade dissimulada por trás de seu discurso esquerdista.

Outro ponto a ressaltar é a ojeriza da classe média a qualquer proposta de implantação de métodos de avaliação de sua produtividade, dela justamente,que se define essencialmente em relação a ela, produtividade. Por outro lado, são os próprios administradores-classe-média que vivem propondo tais avaliações sobre o proletariado, a classe que pouco tem a ver com isso.

A variança da produtividade entre operários é relativamente baixa por força mesmo do processo de divisão/sistematização do trabalho. Uma diferença de 1 para 2 seria considerada enor

me. Enquanto isso, nas atividades típicas de classe média, indo do simples trabalho de datilografia à pesquisa científica, as variações de produtividade individual podem ser imensas. Pense-se, por exemplo, no grau de eficiência de um professor; varianças da ordem de 10 ou 100 são perfeitamente constatáveis. Onde justamente a produtividade importa, a resistência à sua conceituação e mensuração é a mais radical. Na ótica da grande maioria da classe média, entre seus pares, a apropriação deveria se dar por cada um de acordo com suas necessidades. Os movimentos sindicais (?) de classe média traduzem este posicionamento com grande ênfase e insistência. Em síntese: seu fascismo é apenas a face externa de seu comunismo interno; e vice-versa.

É óbvio que há excessões, e inúmeras, mas isso não é suficiente em ciências sociais para falsificar a regra.

Quase uma anedota. Há pouco tivemos nas empresas brasileiras, inclusive nas públicas, a moda dos CCQ's (círculos de controle de qualidade), em que a tônica era a busca da melhoria da qualidade e da produtividade por sugestão e iniciativa dos próprios operários organizados (pela classe média) em tais círculos; de preferência depois do expediente. O entusiasmo foi enorme. Não era para menos ...

Vale destacar ainda a pressão, que nas nações dependentes é exercida pela classe média sobre o aparelho estatal, em termos de empreguismo. O Estado de um lado fornece serviços altamente deficientes em quantidade e qualidade ao povão; mas por outro lado fornece "empregos" que proporcionam uma enorme massa de salários que permite à classe média comprar, ao setor privado, bem melhores serviços de mesma natureza. Chega-se ao cúmulo, em muitas repartições públicas e empresas estatais, de se recusar empregos de baixa qualificação ao povão, fazendo com que este seja contratado via "empresas especializadas de serviços". O que poderia ser salário indireto beneficiando justamente os mais carentes transforma-se em lucro destas "empresas de serviços".

Nossa ênfase na análise crítica da classe média brasileira justifica-se pela cortina de silêncio que a envolve e protege na literatura sociológica corrente. Não se quer com isso de modo algum desviar a atenção ou eximir de crítica os outros dois personagens sócio-econômicos, em especial, o empresariado. No caso brasileiro, aliás, a crítica à classe empresarial precisa ser muito mais radical do que até agora o foi, mesmo pela extrema esquerda. Teria mesmo sentido indagar se existe realmente uma classe empresarial brasileira. Vimos anteriormente que o empresariado para verdadeiramente sê-lo deve ocupar as três posições lógicas da identidade:

a) Na posição I, cabe-lhe a iniciativa; mas o "empresariado brasileiro" prefere a *joint-venture*, isto é, o empresariado extrangeiro entra com tudo e ele com isenções, autorizações e carimbos governamentais.

b) Na posição I/D cabe-lhe o aporte de capital; mas o "empresariado brasileiro" prefere o capital extrangeiro ou, em não havendo alternativa, o do BNDES. Como podem eles reivindicar o direito ao lucro, se são completamente infensos ao risco de qualquer espécie?

c) Na posição $I//D/^2$ cabe-lhe a orientação, incentivo à organização da pesquisa e desenvolvimento tecnológico; mas o "empresário brasileiro" prefere a compra de patentes e até marcas extrangeiras. Neste comportamento, uma vez mais, se revela sua absoluta aversão ao risco.

Vê-se pois que o empresário brasileiro abdica justamente do que seriam suas três funções essenciais, de modo que, a rigor aquilo com que ele entra mesmo, é com o **outro** – aquele que ocupa a posição D (mercado) e $D/^2$ (trabalho-alheio, obviamente). Isto tem pouco ou nada de capitalismo, semelhando muito mais a um prolongamento dissimulado de atávico escravagismo. Uma atitude que se vê, em nada difere daquela que tiveram os sobas das tribos da África, entre os séculos XVI e XIX, em relação aos que vinham do Norte. Atitude diametralmente oposta à da aristocracia feudal japonesa ante as mesmas pressões: ao invés de

vender seu próprio povo, preferiram reformar a escrita e alfabetizá-lo. Imagine o que teríamos feito nós na circunstância, sabendo-se que o atrazo da economia japonesa, vis-à-vis a européia de então, não era de 3 ou 4 anos — como o é atualmente o da nossa indústria de informática — mas de 3 ou 4 séculos!

A insensibilidade do empresariado nacional às agruras do nosso povo é das coisas mais anti-cristãs que já se viu ou verá. E isto não é o fruto de uma "racionalidade econômica" ainda que perversa; diríamos mesmo que é um comportamento extremamente anti-econômico acumular sobre uma base populacional tão frágil em termos de saúde, alimentação, instrução e cultura. Em suma, o melhor que se pode dizer do empresariado brasileiro — em sua generalidade, obviamente — é que não existe, tanto econômica como, o que é pior, moralmente.

Que dizer agora dos bóias frias, do proletariado e dos marginalizados urbanos, que suportam todo o peso de nossa classe empresarial mais o contra-peso da nossa classe média? Para não deixar de dizer ao menos uma palavra: pêsames!

Assim, vemos que a divisão dual das classes sócio-econômicas na sociedade moderna são um contra-senso, uma violência conceitual/ideológica que cria profundos entraves à compreensão da sua dinâmica sócio-econômica e mesmo global. Acrescente-se ainda que o dualismo não se sustenta mesmo em sociedades pré-capitalistas ou pré-socialistas. Um terceiro personagem em formas pré-capitalistas é mesmo essencial à compreensão do processo de transição, tal como vimos.

Resumindo, podemos dizer que as sociedades modernas, capitalistas, socialistas, ou o que mais, comportam, necessariamente, mesmo na ótica mais simples e esquemática, uma tríplice divisão sócio-econômica: **empresários**, **trabalhadores** e **classe média**.

5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SEUS DETERMINANTES CULTURAIS

Nos capítulos anteriores fizemos o possível para nos ater ao econômico como tal — excessão, por suposto, de seus determinantes lógicos. No presente capítulo, entrementes,insistir nesta disposição, mais que um erro, seria uma traição às nossas convicções. A nosso juizo, o economismo dominante de nossos dias é sobre-tudo, uma ideologia que justifica, ao mesmo tempo, determinados interesses e a si mesma, desviando a atenção para longe daquilo que nos parece o mais grave de nossos males: o fenômeno da dominação cultural. O economismo é hoje a ideologia que melhor serve à classe média — que ao contrário das aparências não o pratica assim tão fielmente — facilmente vendável a classe empresarial (justificando seus lucros aceitáveis e especulativos) e sedutora para as classes proletárias, urbana e rural (que sabemos bem, em sua maioria, encontra-se ainda em estado de carência com respeito às suas elementares necessidades fisiológicas).

Em nações nas quais ainda permanece viva a problemática da própria identidade cultural — caso do Brasil e da maioria das nações ibero-americanas — não pode haver erro mais trágico do que aquele que vemos por toda parte, em todas as horas, de centrar todas as preocupações sociais em termo da temática econômica: ora, é o crescimento econômico, ora, a inflação; ora, é a insuficiência interna de capital, ora, a debilidade tecnológi

ca; ora é a distribuição de renda, ora a baixa taxa de formação de capital; sempre a mesma cantilena, expressão de nossa monumental imbecilidade, senão, de nossa incomensurável má-fé. Seja o que for, nova república, constituição, pacto social, tudo é reduzido a um mero contrato coletivo de trabalho, de salários e lucros. Enquanto isso segue seu curso o implacável processo de destruição de nossa múltipla herança cultural, hoje pedaços, troços, mesmos destroços, mas afinal, tudo o que ainda temos para, um dia, sabe-se lá quando, vir a construir nossa identidade cultural.

Quem se dispuser a estudar honestamente as experiências nacionais exitosas de desenvolvimento econômico, verá que não é possível explicá-las sem um extenso e profundo referenciamento às suas bases culturais. Isto é válido para os EUA, Alemanha, Japão, e hoje, também, para a Coréia — para concluir isto, bastava que tivessemos assistido à recente abertura dos Jogos Olímpicos de Seul. Nada de sólido e duradouro se pode alcançar em termos de desenvolvimento econômico que não esteja lastreado numa cultura viva, côngrua, e acima de tudo, resoluta e emocionalmente assumida. Nada historicamente mais óbvio.

Diante disto é que decidimos neste capítulo sobre o desenvolvimento econômico dedicar nossa maior atenção,não diretamente ao tema, mas,aos seus pressupostos ou determinantes culturais, que no essencial, são também pressupostos e determinantes lógicos.

5.1 **A Cultura e o Desenvolvimento Cultural**

Nosso ponto de partida terá que ser, obviamente, a noção de cultura. Daí poderemos passar a noção de desenvolvimento cultural e o que hoje se vislumbra como sendo seu próximo estágio, a Cultura-Nova. Finalizaremos este item apresentando o que seriam as formações culturais anômalas, arcaicas e degradadas.

5.1.1 Cultura

Podemos começar apelando à autoridade e clareza da Conferência Episcopal de Puebla que assim conceitua cultura:

> *"Com a palavra (cultura) indica-se a maneira particular como, num povo, os homens cultivam suas relações com a natureza, entre si mesmos e com Deus, de modo que possam chegar a um nível verdadeiro e plenamente humano. É o estilo de vida comum que caracteriza os diversos povos; por isso é que se fala da pluralidade de culturas.*

Num primeiro esforço de conceituação própria, diríamos que:

> Cultura, necessariamente de um grupo, é o conjunto, mais ou menos coerente, de estruturas e ordenações valorativas, fundador da identidade grupal e instituidor dos papéis/significações e respectivas percepções e comportamentos assumíveis pelos elementos do grupo vis-à-vis a natureza, os outros e o Absoluto.

Note-se que este conjunto se apresenta ao próprio grupo em diferentes níveis de simbolização explícita (consciente ou sintomática) mas, sempre, até prova em contrário, parcialmente inconsciente.

Poder-se-ia dizer também condensada e alternativamente, que cultura de um grupo é:

a) O "programa" coletivamente condicionado ou prescrito – por isso historicamente plural – que prolonga o "programa" pré-inscrito nos indivíduos de uma mesma espécie biológica.

b) Aquilo em que deu a proibição do incesto...

c) ...ou o polegar em oposição...

d) ...ou primeiro/segundo grunhidos diferenciais.

e) O exercício parcial, mas efetivo, de uma potencialidade lógica inata (arquitetura do sistema nervoso central). que determina um modo mais ou menos coerente de modos (um certo estilo) de ser-agora, de ser-no-mundo, de ser--com-outro e de ser-com/sem-o-Outro dos indivíduos que assim se-e-entre-reconhecem.

E haveria muitas outras formulações, por certo, mas para o que se segue e o justifica, ficamos com esta última.

5.1.2 Desenvolvimento cultural

Antes, era o etnocentrismo aberto e diletante dos evolucionistas. Hoje, eles dizem precisamente o contrário: as culturas, no que é fundamental, se equivalem. Isto pouco mais é que o mesmo etnocentrismo, agora dissimulado e pragmático. Que pode haver de mais perverso que tentar convencer os que estão por baixo de que, em essência, não têm por que se preocupar?

Sejamos diretos: as culturas se nos apresentam numa ordenação lógica bem definida que, como seria natural, é homóloga à série cronológica de seu surgimento: culturas pré-lógicas ou ecológicas, culturas da identidade (judaísmo, fundamentalismo árabe), culturas da diferença (grega e romana), culturas síntese da identidade e da diferença (cristã patrística-trinitária), culturas de transição, síntese da diferença da diferença (cristã escolástica e renascentista), culturas síntese da identidade e da dupla diferença (ocidental protestante ou ocidental anglo-saxônica).

São notórios os sinais de desagregação da cultura ocidental protestante moderna e algo novo evidentemente se gesta: filósofos, poetas e meta-analistas, hoje, são, sem dúvida, seus profetas.

Talvez, para se ter uma idéia do que seja a Cultura-Nova, a simples regra de três baste:

> a cultura judaica unitária está para a cultura cristã trinitária, assim como esta está para a Cultura-Nova, qüinqüitária;
>
> a cultura greco-romana está para a cultura cristã católica, assim como a cultura cristã protestante está para a Cultura-Nova;
>
> a subcultura grega está para a subcultura romana assim como a subcultura científica (ocidental moderna ou cristã protestante), está para a subcultura informático/sistematizante.

Enfim, a Cultura-Nova será uma síntese da cultura ocidental moderna, levada ao extremo da informatização/sistematização, com a herança cristã trinitária patrística resgatada. Será concomitantemente a cultura de pessoa-em-sua-integridade, síntese da cultura machista com o ser-feminino recuperado em sua constitutiva dignidade.

5.1.3 Arcaismos e degradação cultural

Culturas, que no curso do processo evolutivo foram ultrapassadas, não necessariamente desaparecem ou deixam de re-surgir.

Dentre estas, denominamos **arcaicas** àquelas cuja lógica prevalente seja a da identidade. Seriam apenas três os casos possíveis até hoje: culturas de natureza tribal, ou ecológicas tipo pré-identidade (indígenas brasileiras à época do descobrimento), culturas marcadas pela lógica da simples identidade (judaica, árabe fundamentalista), e pela lógica da identidade (ou síntese) da identidade e da diferença, isto é, marcadas pela dialética (cristã patrística, socialista moderna).

Culturas onde prevalecem as lógicas da diferença (pré ou pós-lógicas) são ditas **degradadas**, porque só podem subsistir em estado de estrita dependência de culturas mais avançadas; por exemplo, a cultura cristã escolástica (ibérica) onde predomina a lógica da diferença da diferença (lógica sistêmica) em relação à cultura anglo-saxônica. Temos aí caracterizado um caso de dominação cultural externa flagrante, pelo que a cultura anglo-saxônica prevalece sobre a cultura cristã escolástica.

Existem algumas outras alternativas de degradações, mas apenas citaremos mais uma pelo que interessa à compreensão da problemática cultural brasileira.

Nas nações que se formaram pela conjunção de povos de culturas com diferentes níveis de desenvolvimento cultural lógico, caso em que a de menor nível terá que ser necessariamente degenerada, gera-se o que denominamos formação **hiper-degradada.**

Nesta formação ocorre o fenômeno de dominação cultural interna. Como tal formação dificilmente poderia se dar com uma cultura de vanguarda na posição de dominação, conclui-se que a cultura internamente dominante ou será arcaica ou também degradada. Nesta última variante temos, simultaneamente, um fenômeno de do

minação interna com submissão cultural externa,o que proporciona as condições de estabilidade (patológica) deste tipo de formação. Aí a justificação para a denominação hiper-degradada. Este é precisamente o caso brasileiro, obviamente numa ótica de extremo esquematismo, mas que não deixa escapar o essencial.

Não é cabível descermos aqui a detalhes sobre todos os modos de produção ou formações arcaicos, degradados, ou simplesmente anômalos,que existem e existiram, sem falar dos que ainda estão por aí pelas cabeças. De qualquer maneira , apresentamos abaixo uma lista de todas as variantes lógicas formalmente deriváveis do modo capitalista imperante na modernidade. O leitor que tenha bem compreendido o anexo I, assim como as páginas precedentes, não terá grande dificuldade em compreendê-la, e espero, sentir-se regularmente farto em material para pensar e divagar.

FORMAÇÕES ECONÔMICAS CAPITALISTAS: "NORMAL", ANÔMALAS E REATIVAS

$I//D/^2$	:	Capitalismo Protestante
$I \rightarrow D/^2$	:	Capitalismo Financeiro Internacional
$I/D(H) \leftarrow D/^2$	:	"Socialismo "Burocrático" ou Capitalismo de Estado
$I/D(S) \rightarrow D/^2$	:	Capitalismo Japonês
$D//D/^2$	:	Capitalismo Fascista
$D/^2$	:	Capitalismo Dependente Católico-Tomista
$D/^2 \rightarrow$ Pré-I	:	∅ (Tentativa frustrada de escravização de indígenas Pré-I)
$D/^2 \rightarrow$ Pré-D	:	Capitalismo Farsista Ibero-americano
$I/D(S) \rightarrow$ Pré-I	:	Socialismo das Missões (República dos Guaranis)
$I/D(S) \rightarrow$ Pré-D	:	Socialismo "Moreno"
$I/D(S) \rightarrow I$	:	Feudalismo Ocidental (Em contraposição ao Oriental - I/D puro)
$I/D(S) \rightarrow D$	:	∅ (Formação pré-capitalista - Bizâncio)
$I/D(H)$	:	Socialismo Utópico Revolucionário
$I/D(S)$	:	Socialismo Ideocrático (Revolução Cultural Chinesa)

Na figura 5.1.3 estão representadas todas as formações citadas na lista acima, assim como algumas formações especificamente culturais que poderão servir ao leitor como marcas de referência para compreensão de algumas formações menos óbvias.

MODOS DE PRODUÇÃO E CULTURA

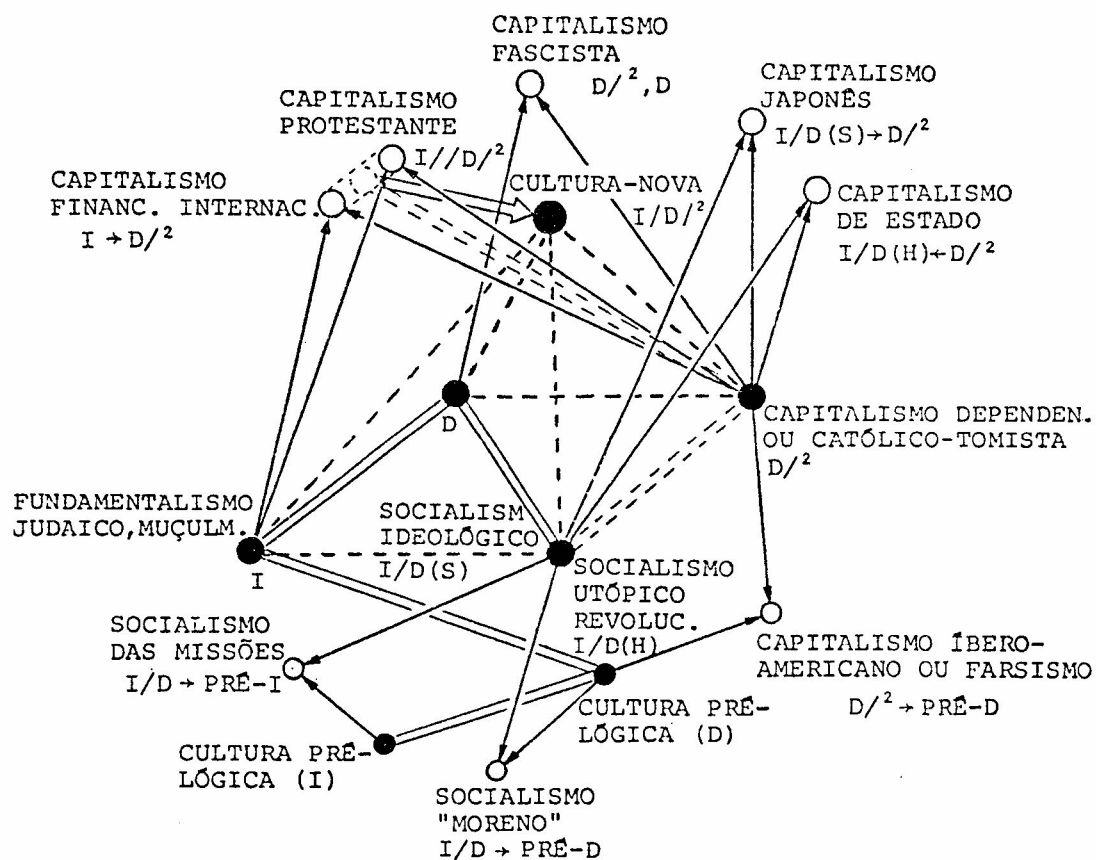



FIGURA 5.1.3

5.2 Problemática Cultural Brasileira

Aqui, por razões óbvias, teremos de nos alongar um pouco mais.

Na formação cultural brasileira distinguem-se duas vertentes principais. Na primeira delas incluimos as culturas negras, de procedência africana, e a cultura indígena, autóctone. Na segunda, a cultura européia latina.

As culturas negras e indígenas foram agrupadas em razão de que ambas não alcançaram o que denominamos nível lógico explícito: são pois culturas pré-lógicas ou ecológicas. Elas apresentam entre si, entretanto, uma clara diferença: a cultura indígena, embora, pré-lógica, associa-se à identidade (tipo pré-identidade) porque nela ainda não se prefiguram instituições diferenciais tais como o trabalho e a hierarquia social. Já as culturas negras, pelo menos as mais avançadas, incorporam essas instituições, devendo, pois, ser reconhecidas como do tipo pré-diferencial. Malgrado esta distinção, como culturas pré-lógicas, sua problemática central de sobrevivência gira em torno da adaptação ao meio físico. São sociedades sem significação (numa acepção estritamente técnica) e sem **projeto**. Vivenciam assim um tempo cósmico, a-histórico, circular, da revolução dos astros e da recorrência das estações e festas.

Dada a proeminência ora da identificação, ora da adaptação à natureza, seus deuses são o resultado da absolutização dos próprios fenômenos e forças naturais, onde a fertilidade — tanto a humana quanto a da natureza — ganha um papel de relevo. A liberdade pessoal não é exercida pois a sociedade absorve inteiramente a individualidade. Não há mesmo justificativa para a iniciativa individual pois, em última instância, são os seus deuses que lançam os dados do destino. Mais valem as "ações" propiciatórias da fortuna, do que as ações decorrentes e consequentes de um **projeto**.

Sua macro organização não vai além da tribo ou de uma eventual e frágil aliança intertribal. Nas culturas do tipo pré-D, pode-se chegar à formação de "complexos imperiais" de alguma envergadura alicerçadas em esquemas de dominação militar, por isso, bastante frágeis (Exemplo: Astecas, Incas).

É uma cultura muito pouco afeita à abstração. Com grande dificuldade de compreensão dos conceitos que não possuem um referente visível. O plano verbal conserva-se muito próximo do plano das coisas, o que facilita sobremaneira a confusão de planos. As dificuldades da vida concreta são transpostas para o plano verbal e verbalmente resolvidas na expectativa de que esta solução se transporte de volta à vida concreta. Para resolver problemas apelam para a magia, trocam nomes, expurgam índices e assim por diante.

A segunda vertente da formação de nossa cultura, isto é, a contribuição propriamente ocidental, nos vem de Portugal: a cultura européia ibérica que a muitos parece ser uma mera versão, em contraposição à cultura anglo-saxônica, de uma só cultura ocidental cristã.

Em verdade, entretanto, a cultura européia ibérica não passa de mera estratificação de uma cultura de transição, que surge da passagem da cultura cristã trinitária, para a cultura ocidental moderna ou anglo-saxônica.

Este período de transição tem suas balisas. De um lado, a insurgência do aristotelismo tomista, pretendendo-se como doutrina oficial da Igreja romana, a partir de meados do século XIII; de outro lado, a vitória dos liberais burgueses contra o absolutismo real nas revoluções que varreram a Europa nos fins do século XVI.

Portugal é uma das nações onde, depois de um intrincado processo conflitivo entre o trinitarismo medieval e o ressurgir do helenismo aristotélico, vem se instalar, inconteste, a versão aristotélico-tomista do cristianismo; onde, paralelamente, a re

volução liberal perdeu a parada para a realeza aliada à hierarquia religiosa.

Ficaram, pois, como traços fundamentais destas estratificações culturais, o **sistema** e a **hierarquia.** A realidade social são os **papéis** que o sistema define e hierarquiza, que o sistema organiza estática e definitivamente.

Nesta cultura uns poucos ousam subtrair-se ao "sistema", mas para, certamente, a ele retornar. Não são inovadores, nem inventores, muito menos contestadores do sistema. São apenas aventureiros. Não saem ao encontro do próprio futuro, o que no íntimo seria pecado mortal contra o sistema que justamente veio para abolir o futuro. Saem, sim, para uma aventura no caos e na barbárie, características do que está fora dos limites do sistema. O que almejam é a reinserção no mesmo sistema, apenas num **papel** de maior relevo e/ou hierarquia. Esta saída temporária do sistema é apenas para dar oportunidade à fortuna para escolhê-lo. No fundo, esta saída é apenas uma aventura propiciatória.

Na cultura do sistema não há lugar para o projeto. O futuro não se faz, nem se quer, por inconcebível. Há, tão só, o jogo das permutações divinas. O sistema apenas funciona, e nada mais.

A cultura do sistema é uma cultura sem identidade. Sem retrospectiva histórica e, conseqüentemente, sem prospectiva. Uma cultura que só pode sobreviver numa condição de dependência política e econômica de uma cultura que se assume "projeto", como a cultura ocidental anglo-saxônica, o caso da Inglaterra. E a ela Portugal se acomodou.

Estas duas componentes da formação cultural brasileira são o bastante para caracterizá-la no que ela tem de essencial.

O desnível lógico entre estas culturas — as culturas negra (especialmente Bântu) e indígena são pré-lógicas e a cultura européia ibérica é lógico-formal — dá ensejo a que se instaure uma

dominação cultural total e sem riscos, porque é uma dominação de fácil escamoteação, com base na qual pode-se exercer uma duradoura dominação política e econômica.

É importante notar que não se trata, em absoluto, de qualquer fenômeno de natureza racial, mas tão somente de natureza cultural. Tanto é assim que aquilo que originalmente poder-se-ia denominar cultura negra, hoje é cultura do "povão", não importando a origem étnica dos que a assumem. De igual modo, a cultura européia ibérica tornou-se hoje a cultura da "elite", nela incluindo-se a cultura da classe média, sem distinção racial. Mas não é só: mesmo na elite, estão presentes ambas as componentes: uma, no **id**; outra, no **ego**. Assim, podemos resumir dizendo que o Brasil não possui uma cultura, mas um "empilhado cultural hierarquizado".

Do ponto de vista externo prevalece, como seria natural, o aspecto cultural ibérico. Aparecemos como uma cultura dependente, sempre em busca dos modelos externos, desvalorizando toda eventual criação cultural interna ou só a valorizando quando previamente aprovada no exterior. Não é necessário dar exemplos, pois trata-se de fenômeno corriqueiro, de todos os dias, de todas as horas.

A dominação interna e a dependência externa se realimentam. A elite cultural — que mais ou menos coincide com a elite econômica e com a elite política — na medida que se submete aos modelos externos — vê-se compelida a compensar esta submissão, reforçando sua dominação interna. E na medida que permanece fácil e pouco onerosa a dominação interna, menos capacidade mobilizatória ela tem para reagir à dominação externa, o que alimenta a estabilidade desta formação cultural patológica.

Nestas circunstâncias, estamos longe de sermos um só povo. O que se pode considerar de verdadeiramente comum na cultura brasileira é um pequeno e pouco complexo conjunto de regras sintáticas e um vocabulário que se situa entre 3.000 e 5.000 palavras. Algo de tão pobre, que mais que justifica a expressão cor

rentemente utilizada de "milagre" da integridade nacional.

A partir da Segunda Guerra Mundial, vem se introduzindo uma nova componente na delicada estrutura cultural brasileira. Trata-se da penetração da cultura ocidental anglo-saxônica, seja através da importação da técnica, seja pela adoção de vocábulos, da música, de filmes, de padrões valorativos, etc. Não se deve desconsiderar ainda a larga penetração das confissões protestantes, em especial nas camadas de mais baixa renda. Uma espécie de processo de cristalização de um **super-ego**, parece-nos. Com tudo isso, não diremos que irá piorar a situação, mas, tão somente, complicar em grau extremo a problemática da identidade cultural brasileira.

Resumindo, diríamos que a "fragilidade cultural brasileira" decorre do pluralismo cultural em seu sentido pejorativo. Ela é o produto de uma particular formação histórica. Grandes contingentes populacionais brasileiros encontram-se em formas culturais degradadas, isto é, formas em que inexiste uma componente lógico-transcendental, ou pensar da identidade.

Além do mais, o desnível lógico-cultural entre "elite" e povo, permite que se estabeleçam modos de dominação quase que absolutos. As elites pagam um preço ínfimo por seus enormes privilégios; a massa não dispõe de qualquer poder defensivo frente ao poder manipulador das elites.

Instalada a dominação cultural, de todas a mais radical e originária, o resto vai de sí: sobrevêm a dominação econômica, e conseqüentemente, a dominação política.

5.3 A Problemática Sócio-Econômica Brasileira

A situação brasileira, sob o prisma econômico, pode ser sinteticamente caracterizada pela expressão **dependência**, o que, de resto, não é nenhuma grande novidade. Contudo, é conveniente trazermos à baila alguns pormenores deste indesejável modo de ser-dependente.

Comecemos por observar que as já aludidas (ver item 2.2) fases por que passaram as economias modernas não chegaram a se consumar no Brasil.

Na primeira delas estabeleceu-se a conjugação do processo de acumulação de capital com o processo de geração interna de ganhos de produtividade. Esta conjugação se sustenta numa infra-estrutura educacional básica universalizada e nos centros de excelência técnico-científica. Tal fenômeno social ainda não veio a ocorrer no Brasil, onde há um processo de acumulação de capital,porém,sem a condição essencial de sua continuidade, que ainda não foi internalizada.

Na segunda fase o sistema moderno se estende à área rural permitindo que o processo de desenvolvimento urbano encontre no interior da nação as condições de sua continuidade em termos de fornecimento de alimentos e matérias primas a custos progressivamente reduzidos. Além disso, esta modernização libera mão de obra do campo a ser incorporada à economia urbana. No Brasil este processo também não se completou: permanece ainda, em grande escala, o dualismo econômico cidade/campo.

Na terceira fase o Estado assume um papel de coordenador econômico promovendo a estabilidade de curto prazo e o fomento do desenvolvimento tecnológico que,a longo prazo,viabiliza o funcionamento do processo global de desenvolvimento. No Brasil, só na aparência este processo veio a ocorrer. Aqui, o Estado, na verdade, tem um baixo poder de coordenação, e é justamente por isso, que se vale das empresas estatais. O poder regulador do Estado não decorre do número de suas instituições e do volu

me de seu pessoal, mas sim da outorga de um poder pela sociedade civil, em particular pelos grandes grupos empresariais, o que até hoje não ocorreu no Brasil.

Observe-se, aliás, que a problemática **estatal** x **privado** não é só uma questão objetiva, mas também psicológica. Em essência, o que aí se contrapõe é a perspectiva do interesse coletivo com a do interesse individual. A solução não é menos o individual nem menos o coletivo, mas sim, mais de ambos. É um problema de natureza cultural. É fundamental que aprendamos a cada vez mais preservar o interesse coletivo sem nada subtrair do espaço do interesse individual e, ao mesmo tempo, que aprendamos a ampliar o espaço da iniciativa individual sem nada subtrair do interesse coletivo. Quanto mais elevado o "produto" de ambos maior o grau de desenvolvimento cultural de um povo. Com uma metáfora "eletrônica" é possível dizer que o importante é melhorar a "figura de mérito", possibilitando, ao mesmo tempo, maior ganho e maior largura de faixa. E isto é possível, neste caso, com a promoção do desenvolvimento tecnológico propiciatório de ganhos crescentes de produtividade. Sinteticamente diríamos que o Brasil não completou nenhuma das três revoluções que marcaram o curso das economias modernas.

Como terá sido então possível alcançar o nível de produção que ora possuímos? Não há outra resposta: chegamos a este nível pelo atrelamento às economias desenvolvidas. Pela aceitação da condição de dependência. Não se caminha de moto próprio. Se é simplesmente arrastado pelo "projeto", pelo desenvolvimento e pelas necessidades de outras nações.

Acrescente-se ainda que a estabilidade desta situação patológica resulta da realimentação que a dependência externa mantém com o dualismo econômico interno: seja social, seja regional, seja ainda aquele de cidade/campo. Uma imagem especular da configuração cultural do país.

O dualismo interno leva a que a economia volte-se para o exterior. No entanto, como dois dos mais importantes fatores de

produção da economia moderna — **o capital** e a **tecnologia** — são relativamente caros em relação aos dos países desenvolvidos, o único meio de viabilizar a exportação é o aviltamento do custo do trabalho.

A relação de troca nos últimos anos cai quase 50% (cinquenta por cento). Tivemos que exportar quase o dobro do que esportávamos no fim da última década para conseguir a mesma receita.

Se atentarmos, ainda, para o fato que o setor exportador valeu-se, em muitos casos, de empréstimos externos, a variação da relação de troca, faz com que o juro real (em termos de quantum de mercadorias) destes empréstimos hoje, sem contar com o aumento de taxas nominais de juro, situe-se acima de de 30% (trinta por cento) ao ano.

O grave da dívida externa não é o seu montante mas sim o juro real que pagamos por ela, o que exige do Governo uma corajosa postura para enfrentar este problema frente aos nossos credores. Para isso é preciso que ele conte com amplo e sólido apoio da sociedade civil.

Entrementes, não está ainda aí a causa fundamental de nossas dificuldades, mas sim na dependência tecnológica. E sobre isso a sensibilidade política nacional continua a ser quase nenhuma.

Resumidamente, diríamos que sua dependência econômica acentuada, fruto de sua dependência tecnológica, que por sua vez, deriva, dentre outros fatores, da ineficiência de seu sistema educacional básico e profissional, sujeito permanentemente a um processo de crescimento — melhor se diria, de inchação — fortemente condicionado por fatores externos; o País vê-se permanentemente a braços com o problema da desarmonia entre seus diferentes mercados, em particular do mercado de trabalho com os demais mercados. A conseqüência é a permanente geração da marginalidade econômica e social. Assinale-se, ainda, que a informa

tização em curso só virá acentuar este quadro com suas óbvias sequelas: miséria e sofrimento.

Raciocinemos. Se o econômico, inexoravelmente, trabalha no sentido da fragmentação e da diferenciação, e se o cultural que deveria funcionar como polo das forças centrípetas da sociedade deixa de fazê-lo, que acontecerá ao político, sua síntese dialética? Certamente, o pior, a que denominamos **primarismo político**.

O primarismo político se caracteriza pelo fato de que, deixadas à sua sorte, os agentes políticos se estruturam e funcionam como num "jogo de soma negativa". Definem, implícita e inconscientemente, as regras do jogo político de modo tal que, embora alguns possam eventualmente ganhar, a soma total dos ganhos é sempre menor que a soma total das perdas de cada um. Nestas condições o livre jogo de interesses só encontra seu ponto de equilíbrio numa situação em que, coletivamente, ocorre a perda.

Nas sociedades com maior solidez cultural os conflitos não são abolidos. Mas esta solidez cultural leva a que o ponto de vista coletivo seja, explícita ou implicitamente, considerado no estabelecimento e no comprometimento com as regras do jogo político. Este comprometimento se traduz na garantia de que, em princípio, todos ganharão: uns mais outros menos. Ou, se a perda é inexorável para alguns, a perda global é minimizada.

Ocorre, entretanto, que as perdas coletivas frequentes e continuadas são intoleráveis quando efetivamente realizadas. Tais perdas levam a todos, senão à maioria, a mais cedo ou mais tarde, a abrirem mão de sua liberdade individual de escolha em proveito de um personagem social que habilmente se apresenta como restaurador da integridade social.

As frequentes intervenções militares no Brasil, como de resto na maioria das nações subdesenvolvidas, não são um mero

acidente, mas algo que decorre da própria estrutura social brasileira. Decorre do primarismo político brasileiro, fruto de sua fragilidade cultural.

Na nossa sociedade, o modo como se dá o processo de abertura política, concomitantemente, planta as sementes de um futuro fechamento. Como a nova intervenção de força, evidentemente, não pode dar solução a um problema eminentemente cultural, a configuração fechada, progressivamente, se desgasta abrindo espaço a uma nova abertura. E assim sucessivamente. Este fenômeno foi descrito por Golbery através do seu modelo das "sístoles e diástoles".

A representatividade é frequentemente fraudada, sem que a traição da confiança pague qualquer preço. O eleitor brasileiro, em sua grande maioria, não tem a menor compreensão do que seja o compromisso representativo e, praticamente, não tem memória.

No estrato econômico inferior de nossa sociedade, que é aquela onde predomina a componente cultural ecológica ou pré-lógica, a distância que separa a dimensão emocional (analógico) da dimensão cognitiva (simbólico convencional) é mínima. Em conseqüência se torna extremamente fácil o processo de manipulação ideológica por parte da elite (política, econômica e cultural).

Como contrapartida a esta manipulação ideológica, a nação como um todo se submete facilmente às pressões políticas externas. O interesse nacional é permanentemente alvo de negociação. Se bem que temos notado alguns sinais de mudança, ainda que tênues, neste comportamento.

Desta forma, a estrutura interna reforça a externa e vice-versa, dando-lhes, no conjunto, uma grande estabilidade. E, em tudo e por tudo, podemos caracterizar a sociedade brasileira por um elevado nível de "primarismo" político.

Um segundo traço básico é o total descompromisso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento cultural que deveria estar sendo promovido pelo político.

A dependência econômica não é sinônimo de estagnação econômica. As necessidades de matéria prima, de produtos semi-elaborados e de mercados suplementares que regulem sua atividade econômica levam a que os países desenvolvidos de centro, induzam, através do capital e principalmente da tecnologia, um certo grau de desenvolvimento econômico nos países periféricos.

O mesmo fenômeno não ocorre a nível cultural, onde o contacto com o centro não induz qualquer tipo de desenvolvimento. Pelo contrário: produz a desagregação dos já frágeis esquemas interpretativos da realidade e das estruturas de valores das nações periféricas. E a estrutura política brasileira nada faz — nem poderia — para reduzir esta desagregação.

O resultado desta situação é um flagrante descompasso entre o desenvolvimento econômico, mesmo induzido, e o desenvolvimento político-cultural.

O crescimento do sistema econômico, sabe-se, exige sua própria superação que se dá sob a forma de inovação tecnológica. Pode-se facilmente mostrar matematicamente — simples aliás — que o processo de acumulação de capital em nível superior à taxa de aumento populacional, requer, necessariamente, um mínimo de taxa de aumento da produtividade que, por seu turno, só pode ocorrer por um permanente influxo de inovações tecnológicas.

Conseqüentemente, o processo de acumulação de capital, em determinada sociedade que não esteja sendo acompanhado pela geração de novas tecnologias, só pode ter continuidade se ela estiver dependentemente acoplada a uma sociedade relativamente autônoma, no que se refere à produção tecnológica.

A figura 5.3 representa a situação de dependência eco-

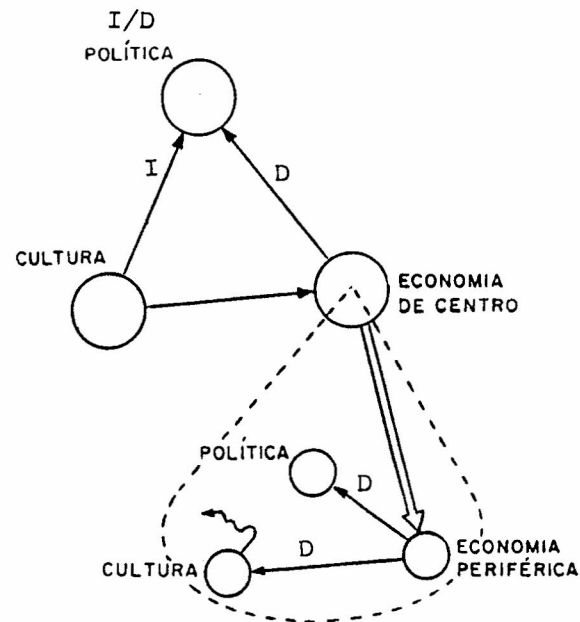
nômica e o que acontece, correlativamente, com as demais estruturas sociais e suas relações. Nas nações desenvolvidas, a cultura constitui o fundamento da unidade, o econômico produz a diferença, e, por fim, no político – ainda que sempre precariamente – recompõe-se a unidade social.

A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

FIGURA 5.3

Com a dependência econômica, é justo o aspecto econômico que passa a funcionar como fonte: neste caso, fonte de diversidade. A flecha determinativa da cultura para o econômico inverte-se. Assim, neutraliza-se o poder unificador do cultural sobre o político. A unidade política torna-se extremamente precária e só possível por formas primitivas de ação política: o populismo alterna-se com as ditaduras mais ou menos violentas. Em suma, tanto o político como o cultural passam a servir ao econômico e, assim, é a totalidade da sociedade que passa à situação de dependência do subsistema econômico de centro; a degradação econômica generaliza-se em degradação social global.

Esta situação é universalmente válida nos países periféricos e, podemos dizer, se constitui em um de seus traços estruturais característicos.

Eventualmente consegue-se algum grau de mobilização social no sentido de superar o mal estar que esta situação provoca. Porém, na grande maioria das vezes, esta mobilização só vai na

direção de se tentar acelerar o desenvolvimento econômico o que, no fundo, só vem agravar o problema.

Se esta caracterização é válida para todas as nações periféricas, aqui no Brasil ela se apresenta com uma característica suplementar que, de certo modo, nos coloca numa situação de excepcionalidade.

Pelo volume dos nossos recursos naturais, pela extensão territorial e pela população relativamente grande o volume global da produção começa a atingir níveis comparáveis e até mesmo superiores aos de alguns países do centro. O Brasil, hoje, é a oitava economia do Ocidente.

Esta convivência da dependência com o gigantismo econômico é o grande paradoxo do Brasil atual.

O Brasil deixou de ser, pelo seu porte, uma nação economicamente sub-desenvolvida. Pela sua dependência tecnológica não é ainda uma nação desenvolvida.

Bem ou mal, mesmo na ausência de um claro projeto nacional, acabamos chegando a uma encruzilhada.

Não se irá muito mais longe se do lado da produção mantivermo-nos: a) em estado de dependência tecnológica; b) no descaso com a formação de recursos humanos de boa qualificação; c) com baixo nível de formação interna de capital; d) com baixa iniciativa empresarial; e) com baixa integração entre os setores público e privado. No lado da distribuição teremos que rever as estruturas iníquas de distribuição de renda e tirar da marginalidade sócio-econômica grandes parcelas de nossa população.

Já existe uma parte de nossas elites sensíveis a estes problemas. Estão dispostas a promover uma correção estrutural de nossa economia. Infelizmente, na sua grande maioria, estão reduzindo a complexidade deste problema apenas aos aspectos quan

titativos da distribuição de renda, que nada mais é que a combinação do velho paternalismo com um certo temor que a situação possa provocar uma reação violenta das parcelas marginalizadas de nossa população.

Deste último perigo, a nosso ver, pouco se precisa temer, pois os meios de dominação cultural são quase que absolutos. É justamente isso que se deveria ser mudada. Dizemos deveria porque, no fundo, o problema apresentado é essencialmente de natureza ética. Mais do que qualquer outra coisa.

A elite nacional deveria "renunciar" ou, pelo menos,"abrandar" os mecanismos de dominação cultural de que hoje se vale — o estrito controle dos meios educacionais e dos meios de comunicação de massa — para permitir que a maioria de nossa população pudesse afluir aos esquemas interpretativos e aos valores culturais de nossa época. Desta forma, a maioria da população poderia, por conta própria, conquistar sua própria dignidade e, como consequência, seus próprios meios de subsistência econômica.

Esta é a situação que caracteriza o Brasil como sendo um país na encruzilhada. O caminho a ser seguido dependerá, em grande parte, da sensibilidade política da nova geração da elite nacional que, queira Deus, possa emergir neste período de travessia para o regime democrático.

BIBLIOGRAFIA

1. ALLIEZ, E., FEHER, M. et alii. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do Capital*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1988.

2. BADIOU, Alain. *Théorie du sujet*. Paris, Ed. du Seuil, 1982.

3. BAUDRILLARD, Jean. *Pour une critique de l'économie politique du signe*. Paris, Gallimard, 1972.

4. ______. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Ed. 70, 1981.

5. BEACH, E.F. *Modelos economicos*. Madrid, Ed. Aguilar, 1961.

6. BEAUCLAIR, Geraldo. *Introdução ao estudo do pensamento econômico*. Rio, C.E. Americana, 1974.

7. BELL, Daniel. *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Madrid, Alianza, Ed., 1982.

8. BRAUDEL, Fernand. *La dynamique du capitalisme*. Paris, Arthoud, 1985.

9. CARRÉ, Philippe. *Étude empirique sur l'évolution des structures d'économies en état de croissance*. Paris, Ed. du CNRS, 1960.

10. CARRILHO, J.M. org. *Capitalismo e esquizofrenia - dossier anti-Édipo*. Lisboa, Assirio & Alvin, s.d.

11. DELEUSE, G. et GUATTARI, F. *O anti-édipo - Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa, Ed. Assírio e Alvin, s.d.

12. DENIS, Henri. *Logique hégélienne et systèmes economiques*. Paris, PUF, 1964.

13. DOPPER, K. org. *A economia do futuro - Em busca de um novo paradigma*. Rio, Zahar, 1979.

14. FRISCH, Helmut. *Theories of inflation.* London, Cambridge U.P., 1986.

15. GODELIER, M. *Racionalidade e irracionalidade na economia.* Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, s.d.

16. GUATTARI, Félix. *Psicoanalisis y transversalidad.* Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 1976.

17. HAUSMAN, Daniel M. Ed. *The philosophy of economics - an anthology.* London, Cambridge U.P., 1985.

18. HILTON, Rodney et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo.* São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1983.

19. KOLM, Serge-Christophe. *Philosophyie de l'économie.* Paris, Ed. du Seuil, 1986.

20. PORAT, M.U. *The information economy.* U.S. Gov. Printing Office, 1977.

21. SAMPAIO, L.S.C. de. *Informática e cultura.* Rio, Ed. EMBRATEL, 1984.

22. SIMONNOT, Philippe. *Le sexe et l'économie ou la monnaie des sentiments.* Paris, J-C. Lattès Éd., 1985.

23. TODD, Emmanuel. *O louco e o proletariado.* S. Paulo, IBRASA, 1981.

24. TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda.* Rio, Ed. Record, 1980.

25. Acts du Colloque Internacional Informatique e Societé Vol. I: Informatique et changement économique. La Doc. Française, Paris, 1980.